



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**

Centro de Educação e Humanidades

Faculdade de Formação de Professores

Camilla Fogaça Aguiar

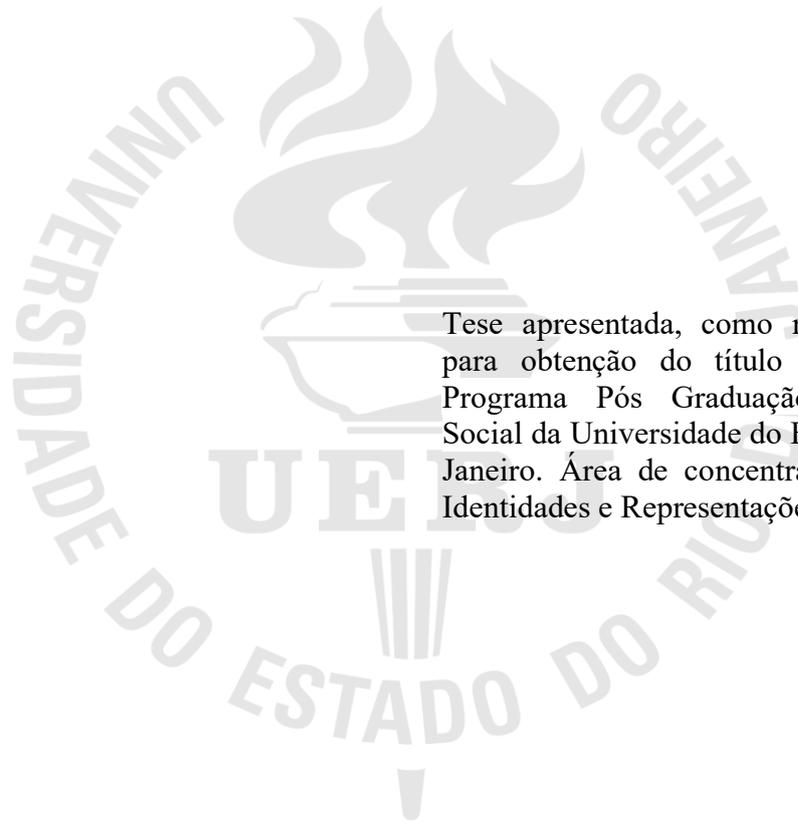
**Tem política na macumba! As estratégias umbandistas na disputa pelo  
espaço público de São Gonçalo**

São Gonçalo

2024

Camilla Fogaça Aguiar

**Tem política na macumba! As estratégias umbandistas na disputa pelo espaço público  
de São Gonçalo**



Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa Pós Graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Território, Identidades e Representações

Prof<sup>ª</sup>. Dra. Joana D’Arc do Valle Bahia

São Gonçalo

2024

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CEH/D

A283 Aguiar, Camilla Fogaça.  
TESE Tem política na macumba! : as estratégias umbandistas na disputa pelo espaço público de São Gonçalo/ Camilla Fogaça Aguiar. – 2024. 224f.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dra. Joana D’Arc do Valle Bahia.  
Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores.

1. Umbanda - São Gonçalo (RJ) - Teses. 2. Cultos afro-brasileiros - São Gonçalo (RJ) - Teses. 3. Religião e política – Teses. I. Bahia, Joana D’Arc do Valle. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Formação de Professores. III. Título.

CRB7 – 5190

CDU 299.6(81)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

---

Assinatura

---

Data

Camilla Fogaça Aguiar

**Tem política na macumba! As estratégias umbandistas na disputa pelo espaço público  
de São Gonçalo**

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa Pós Graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Território, Identidades e Representações

Aprovada em 28 de outubro de 2024.

Banca Examinadora:

---

Prof<sup>ª</sup>. Dra. Joana D’Arc do Valle Bahia (Orientadora)

Faculdade de Formação de Professores – UERJ

---

Prof<sup>ª</sup>. Dra. Brenda Maribel Carranza Dávila

Universidade Estadual de Campinas

---

Prof. Dr. Alejandro Frigeiro

Universidade Católica da Argentina

---

Prof. Dr. Clayton da Silva Guerreiro

Universidade Federal de São Paulo

---

Prof. Dr. Ronald Apolinario de Lira

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

São Gonçalo

2024

## AGRADECIMENTOS

Agradeço aos orixás por caminharem comigo até aqui!

Agradeço ao meu parceiro na vida, Igor, por ser a minha base, a minha paz, a fé nos momentos mais difíceis, e atuação conjunta nos trabalhos de campo, sob o escaldante sol de São Gonçalo - seja nas palestras de janeiro ou nos cortejos de abril - ou nas frias e divertidas noites dos finais de semana nos terreiros.

Agradeço à família Fogaça por estar sempre presente. Agradeço à minha avó Josélia e ao meu avô Dorival, por construírem o terreno para que pudéssemos desenvolver o nosso afeto. Agradeço à minha mãe, Deise, por ter me ensinado a honestidade, dedicação e amor ao próximo. Agradeço a minha madrinha Vera e a minha tia Sônia por todo zelo e carinho. À minha irmã, Gabriela, e ao meu irmão, Nicolas, que são minhas fontes de garra e inspiração. Ao meu pai, Renato, por desde sempre me incentivar a curiosidade.

Aos meus amigos, Douglas, Diego e Jorge, pelos ouvidos, abraços, incentivos, cafés, conversas e todo acolhimento mais. Ao Reinaldo e à Marcela por diariamente lutarem com ternura ao meu lado. Às minhas eternas amigas-irmãs Gabrielle e Jeiza, por serem meus laços iniciais de amizade.

Ao povo de terreiro, Bianca, Waguinho, Marcelo, Isis, Pedro e Fernando por me acolherem durante anos de pesquisa e contribuírem carinhosamente com informações para o desenvolvimento desta Tese.

À minha orientadora Joana Bahia, por ter me ensinado cada passo da pesquisa, desde os tempos de graduação, ter se tornado parte essencial da profissional que me tornei, e ser a minha fonte de eterna admiração.

Ao meu irmão de orientação, Farlen, por ter me presenteado com a sua sincera parceria e afeto, me auxiliando sempre.

À Uerj-FFP, por ter me acolhido nesses 4 anos, somando de forma inenarrável ao meu crescimento pessoal e profissional.

À FAPERJ por ter acreditado e financiado a pesquisa desenvolvida nesta Tese.

E a todos que não foram diretamente citados aqui, mas contribuíram de forma significativa para essa construção.

Obrigada!

## RESUMO

AGUIAR, Camilla Fogaça. *Tem política na macumba! As estratégias umbandistas na disputa pelo espaço público de São Gonçalo*. 2024. Tese (Doutorado em História Social)- Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2024.

A presente tese tem como objetivo norteador problematizar as estratégias empreendidas pelos umbandistas de linha popular e omolocô de São Gonçalo, que visam a ocupação religiosa do espaço público da cidade frente ao histórico poderio católico, avanço do pentecostalismo na política e crescimento dos fundamentalismos político-religiosos nos espaços municipais. As análises buscam demonstrar como a cidade que corresponde ao segundo maior colégio eleitoral do Rio de Janeiro, aparece nos censos e nas movimentações políticas enquanto uma amostra do contexto nacional. Os afroreligiosos analisados fazem da representação acerca da trajetória política e religiosa do médium Zélio Fernandino de Moraes seu modelo de atuação. No entanto, o “mito de origem” da umbanda, que tem no médium seu precursor, gera “controvérsias” entre religiosos que alegam tentativa de hierarquização e embranquecimento das diversas práticas de umbanda, a partir das linhas fundadas pelo médium, e entre pesquisadores que questionam as informações contidas na narrativa fundante. Nossa análise compreende o período de 2020 a 2023, partindo das observações acerca da candidatura de Waguinho Macumba para vereador do município de São Gonçalo, e a elaboração do MuseUmbanda por Fernando Torres, e seus desdobramentos. Destacamos a inicial influência do contexto pandêmico de COVID-19 e suas implicações na metodologia de trabalho, como maior imersão nas observações *online*, em plataformas digitais, *sites*, redes sociais e outros. Após o fim das recomendações de distanciamento social, pelas Organizações Mundiais da Saúde (OMS-2021), ressaltamos as interações presenciais com as fontes de análise, através das giras, eventos, reuniões e planejamentos de festejos.

Palavras-chave: umbanda; racismo religioso; política; São Gonçalo.

## ABSTRACT

AGUIAR, Camilla Fogaça. *There are politics in macumba!* Umbanda strategies in the dispute for public space in São Gonçalo. 2024. Tese (Doutorado em História Social)- Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2024.

This thesis has the guiding objective of problematizing the strategies undertaken by the popular Umbanda and Omolocô of São Gonçalo, which aim at the religious occupation of the city's public space in the face of historic Catholic power, the advancement of Pentecostalism in politics and the growth of political-religious fundamentalisms in municipal spaces. The analyzes seek to demonstrate how the city that corresponds to the second largest electoral college in Rio de Janeiro appears in censuses and political movements as a sample of the national context. The Afro-religious people analyzed make the representation of the political and religious trajectory of the medium Zélio Fernandino de Moraes their model of action. However, the “myth of origin” of Umbanda, which has its precursor in the medium, generates “controversies” among religious people who allege an attempt to hierarchize and whiten the various practices of Umbanda, based on the lines founded by the medium, and among researchers who question the information contained in the founding narrative. Our analysis covers the period from 2020 to 2023, based on observations about Waguinho Macumba's candidacy for councilor in the municipality of São Gonçalo, and the creation of MuseUmbanda by Fernando Torres, and its developments. We highlight the initial influence of the COVID-19 pandemic context and its implications on the work methodology, such as greater immersion in online observations, on digital platforms, websites, social networks and others. After the end of the social distancing recommendations, by the World Health Organizations (WHO-2021), we highlight face-to-face interactions with the sources of analysis, through tours, events, meetings and celebration planning.

Keywords: umbanda; religious racism; policy; São Gonçalo.

## RESUMEN

AGUIAR, Camilla Fogaça. *¡Hay política en macumba!* Estrategias de la umbanda en la disputa por el espacio público en São Gonzalo. 2024. Tese (Doutorado em História Social)-Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2024.

Esta tesis tiene como objetivo orientador la problematización de las estrategias emprendidas por la Umbanda y el Omolocô populares de São Gonzalo, que apuntan a la ocupación religiosa del espacio público de la ciudad frente al poderío católico histórico, el avance del pentecostalismo en la política y el crecimiento de Fundamentalismos político-religiosos en los espacios municipales. Los análisis buscan demostrar cómo la ciudad que corresponde al segundo colegio electoral más grande de Río de Janeiro aparece en censos y movimientos políticos como muestra del contexto nacional. Los afroreligiosos analizados vuelven la representación de la trayectoria política y religiosa del médium Zélio Fernandino de Moraes en su modelo de actuación. Sin embargo, el “mito del origen” de la Umbanda, que tiene su precursor en el médium, genera “controversias” entre religiosos que alegan un intento de jerarquizar y blanquear las diversas prácticas de la Umbanda, a partir de las líneas fundadas por el médium, y entre los investigadores que cuestionan la información contenida en la narrativa fundacional. Nuestro análisis cubre el período de 2020 a 2023, a partir de observaciones sobre la candidatura a concejal de Waguinho Macumba en el municipio de São Gonzalo, y la creación de MuseUmbanda por Fernando Torres, y sus despliegues. Destacamos la influencia inicial del contexto de pandemia del COVID-19 y sus implicaciones en la metodología de trabajo, como una mayor inmersión en las observaciones en línea, en plataformas digitales, sitios web, redes sociales y otros. Con el fin de las recomendaciones de distanciamiento social, por parte de la Organización Mundial de la Salud (OMS-2021), destacamos las interacciones cara a cara con las fuentes de análisis, a través de las “giras”, eventos, reuniones y planificación de celebraciones.

Palabras clave: umbanda; racismo religioso; política; São Gonzalo.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 –	Sessão de Caridade na Mesa de Descarga, TENSP .....	64
Figura 2 –	Zélia de Moraes no Ponto do Chefe .....	65
Figura 3 –	Reunião da Diretoria .....	66
Figura 4 –	O Caboclo das Sete Encruzilhadas .....	66
Figura 5 –	Malagrida e devotos .....	71
Figura 6 –	Panfleto de campanha Waguinho Macumba .....	95
Figura 7 –	Emblema PDT-AXÉ .....	102
Figura 8 –	Emblema TUCANAFRO .....	110
Figura 9 –	<i>Live</i> em Homenagem ao Povo Cigano .....	120
Figura 10 –	Mapa da Praça Zélio Fernandino de Moraes .....	126
Figura 11 –	Discurso de Inauguração do Marco Zero, SG .....	128
Figura 12 –	Dança de Oxossi e Cabocla .....	134
Figura 13 –	A Companhia As de Ouro dança sob o crucifixo da Câmara .....	135
Figura 14 –	Esteira com as diversas umbandas .....	136
Figura 15 –	Caracterização para Exu .....	136
Figura 16 –	Exposição do Sacerdote de Ifá .....	137
Figura 17 –	Banner de apresentação .....	138
Figura 18 –	Homenagem a Exus abre a exposição .....	138
Figura 19 –	Mesas de debate na UERJ .....	139
Figura 20 –	Apresentação Menina Mojubá, Sala Cecília Meireles .....	140
Figura 21 –	Mesa de Debates, Praça Marco Zero .....	140
Figura 22 –	A Cruz de São Lázaro e a TESL .....	144
Figura 23 –	MuseUmbanda .....	151
Figura 24 –	A Missão do MuseUmbanda .....	152
Figura 25 –	Petição Pública em Favor da Construção do MuseUmbanda .....	164
Figura 26 –	Procissão de São Jorge em São Gonçalo, 1980. ....	188
Figura 27 –	Procissão de São Jorge, São Gonçalo, 2023 .....	188
Figura 28 –	Devotos de São Jorge nas ruas da cidade, São Gonçalo, 2023 .....	189

## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	10
1	<b>ZÉLIO DE MORAES E A FORMAÇÃO DO CAMPO POLÍTICO-RELIGIOSO DE SÃO GONÇALO</b> .....	29
1.1	<b>Mapeando a cidade: Da emancipação de São Gonçalo à formação de uma política republicana fluminense</b> .....	39
1.1.1	<u>Breve biografia de J. de Moraes e Silva</u> .....	43
1.1.2	<u>Breve Biografia Política de Zélio Moraes</u> .....	46
1.1.3	<u>A Renascença Fluminense</u> .....	48
1.1.4	<u>As eleições de 1929 e as disputas entre Luiz Palmier e Zélio de Moraes</u> .....	51
1.2	<b>A Umbanda de Zélio e a tentativa de construção de um símbolo nacional</b> .....	62
1.2.1	<u>O Herói Malagrida e as disputas em torno do seu simbolismo</u> .....	70
1.3	<b>O crescimento pentecostal e as mudanças no campo político-religioso de São Gonçalo</b> .....	76
1.3.1	<u>O aumento dos ataques religiosos contra os terreiros e o retorno da imagem de Zélio na cena política municipal</u> .....	81
2	<b>WAGUINHO MACUMBA: O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DE UM CANDIDATO NEGRO E UMBANDISTA</b> .....	85
2.1	<b>Waguinho Macumba e as articulações partidárias</b> .....	90
2.1.2	<u>Macumba e o PDT-Axé</u> .....	96
2.1.3	<u>Macumba e o PSDB- Tucanafro</u> .....	108
2.2	<b>A construção da campanha <i>Online</i></b> .....	116
2.2.1	<u>“Curimba <i>Online</i>”</u> .....	119
2.3	<b>Marco Zero da Umbanda: memórias, disputas e controvérsias</b> .....	125
2.4	<b>Waguinho Macumba e a ocupação dos espaços públicos</b> .....	133

2.4.1	<u>Relançamento da Carta Magna da Umbanda, novembro de 2022</u> .....	134
2.4.2	<u>Esteiraço do Axé, janeiro de 2023</u> .....	135
2.4.3	<u>Pelos caminhos da Umbanda, novembro de 2023</u> .....	137
2.4.4	<u>O Encontro Nacional da Umbanda (ENU), abril de 2024</u> .....	139
2.5	<b>Breve reflexão sobre as atuações de Waguinho Macumba</b> .....	141
3	<b>MUSEUMBANDA: INICIATIVA DE PATRIMONIALIZAÇÃO DA UMBANDA</b> .....	143
3.1	<b>Apresentação do MuseUmbanda</b> .....	147
3.2	<b>O MuseUmbanda e Zélio de Moraes</b> .....	154
3.2.1	<u>Críticas ao MuseUmbanda</u> .....	163
3.3	<b>MuseUmbanda e a prefeitura de São Gonçalo</b> .....	173
3.3.1	<u>A Coordenadoria de Assuntos Religiosos de São Gonçalo</u> .....	177
3.4	<b>Cristãos e afrorreligiosos na disputa pelo espaço público municipal</b> .....	183
3.4.1	<u>São Jorge em disputa: conflito entre Umbandistas e Católicos pela demarcação religiosa de São Gonçalo</u> .....	187
3.5	<b>Pensando o Museu enquanto tentativa de patrimonialização da Umbanda</b> .....	192
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	197
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	206

## INTRODUÇÃO

O interesse em investigar a atuação política dos afroreligiosos<sup>1</sup> em São Gonçalo decorre das pesquisas que apontam o aumento da politização de comunidades de fé e de tradições religiosas no mundo, assim como o acirramento dos conflitos sob motivações de crença em diversas partes do planeta (Velho, 2001; Almeida, 2006). No Brasil, nas últimas três décadas, passou-se a verificar a ascendência deste tipo de representatividade no âmbito político, e a intensificação de violências motivadas por ataques religiosos (Freston, 1993; Oro, 1997; Silva, 2007, Cunha, 2011).

Segundo dados do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (Disque 100, 2024)<sup>2</sup>, de 2022 a 2023, o número de violações motivadas por questões religiosas cresceu 80% no país, e as religiões de matrizes africana seguem como as mais afetadas. De acordo com o Disque 100, Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, lideram os demais estados, com 81, 63 e 29 denúncias registradas, respectivamente. Já as informações divulgadas pela Central Nacional de Denúncias da Safernet<sup>3</sup> (2022), ressaltam que as vítimas são majoritariamente mulheres (65,8%), e pretos ou pardos (41,7%)<sup>4</sup>.

O Rio de Janeiro se destaca não apenas como um dos estados da federação que mais cresce em denúncia de violências com motivações religiosas e raciais, indicando também o aumento dos casos de “racismo religioso”<sup>5</sup> pelos censos. O Fórum Brasileiro de Segurança

---

<sup>1</sup> Adotaremos nessa pesquisa os termos “afroreligiosos” e “religiões afro-brasileiras” para designar as manifestações religiosas do candomblé e da umbanda. Porém, destacamos que a denominação usada é uma expressão desprezível que não explica bem a realidade de todas as religiões envolvidas (Sogbossi; Costa, 2008).

<sup>2</sup> Ver: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2024/janeiro/no-dia-nacional-de-combate-a-intolerancia-religiosa-mdhc-reforca-canal-de-denuncias-e-compromisso-com-promocao-da-liberdade-religiosa#:~:text=O%20n%C3%BAmero%2C%20divulgado%20pelo%20Disque,pela%20viol%C3%Aancia%20e%20intoler%C3%A2ncia%20religiosa>. Acesso maio de 2024.

<sup>3</sup> SaferNet se apresenta como uma organização não governamental, sem fins lucrativos, que reúne cientistas da computação, professores, pesquisadores e bacharéis em direito com a missão de defender e promover os direitos humanos na Internet. Ver: <https://new.safernet.org.br/>. Acesso junho de 2024.

<sup>4</sup> Ver: <https://oglobo.globo.com/brasil/direitos-humanos/noticia/2022/08/denuncias-de-intolerancia-religiosa-nos-estados-aumentam-456percent-no-primeiro-semester.ghtml>. Acesso maio de 2024.

<sup>5</sup> Iniciativas governamentais e pesquisas acadêmicas corroboraram com o uso “intolerância” ao nomear as agressões destinadas aos afro-religiosos como atos de “intolerância religiosa” e promover movimentos “contra a intolerância religiosa”, além da forma “inter-religiosa” de combate à intolerância permitir uma “identidade comum a grupos religiosos historicamente diferentes” (Camurça; Rodrigues, 2022). Contudo, Camurça e Rodrigues destacam que a noção de “racismo religioso” vem ganhando força a partir do final dos anos 2000, em decorrência do ativismo dos movimentos negros e seus “intelectuais orgânicos” presentes na academia.

Pública (FBSP, 2022)<sup>6</sup> aponta o estado como o primeiro em registros de injúria racial, com 1.902 casos. Em segundo e terceiro lugar estão os sulistas, Santa Catarina (com 1.545 casos) e o Paraná (com 1.458 casos). O FBSP (2023)<sup>7</sup> também ressalta que, sobre o crime tipificado como racismo, o Rio segue liderando em registros, com 322 casos, seguido da Bahia (312) e Paraná (200)<sup>8</sup>.

Nogueira (2020) afirma que, desde 1977, quando a primeira Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) foi fundada no Rio de Janeiro, a perseguição às tradições de origem negra – Umbanda, Quimbanda, Candomblé e afins – se agravou, criando uma espécie de espetáculo violento contra tudo que, aparentemente, fosse identitário, filosófico e liturgicamente relacionado às influências africanas no Brasil. O autor reforça que as forças políticas se aliaram à demonização das comunidades tradicionais de terreiro em um projeto de poder, fortalecendo a intolerância religiosa como uma ação de “pseudo-heróis salvadores do Brasil contra vilões responsáveis por todos os males da sociedade e da alma humana”. Para o pesquisador, o proselitismo religioso e eleitoral misturou-se desde então, de modo que não se sabe mais o que é religião e o que é política (Nogueira, p.15).

Concomitante as bibliografias sobre o campo político-religioso brasileiro, as observações desenvolvidas desde 2015, evidenciam como São Gonçalo aparece nos censos e nas movimentações políticas enquanto uma amostra do contexto nacional (Aguiar, 2017; Aguiar, 2018; Aguiar, 2022). A cidade corresponde ao segundo maior colégio eleitoral do Rio de Janeiro, sendo este estado o terceiro maior colégio eleitoral do país, atrás de São Paulo e Minas Gerais<sup>9</sup>. O município também está entre as três cidades da federação com mais templos religiosos (IBGE, 2022)<sup>10</sup>. Tornando-se assim, rota constante de candidatos que tentam conquistar eleitores, com base na identificação religiosa (Vital da Cunha, 2018)<sup>11</sup>.

---

Esta pesquisa está de acordo com os defensores da categoria “racismo religioso” (Flor do nascimento, 2017; Oro, 1997; Sangenis; Costa, 2021; Siqueira, 1997) uma vez que, os ataques às religiões afro-brasileiras são entendidos como circunscritos dentro da mentalidade escravocrata e racista que tem a intenção de manter padrões de moralidade e costumes restritos à cultura dominante branca e cristã, excluindo tudo o que não estiver de acordo com ela (Camurça e Rodrigues, 2022).

<sup>6</sup> Ver: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/items/4f923d12-3cb2-4a24-9b63-e41789581d30>. Acesso maio de 2024.

<sup>7</sup> Ver: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>. Acesso maio de 2024.

<sup>8</sup> No Poder Judiciário, os conflitos que tem motivação religiosa, geralmente são vistos como de natureza privada, por isso não são levados à Justiça e quando são, não recebem reconhecimento social pelos seus operadores (Miranda; Corrêa; Almeida, 2017, p. 2.).

<sup>9</sup> Ver: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/eleicoes/2022/noticia/2022/10/18/bolsonaro-agenda-campanha-sao-goncalo-rj.ghtml>. Acesso maio de 2024.

<sup>10</sup> No Rank do Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos (CNEFE), do IBGE (2022) , o estado do

Entretanto, no âmbito político, o destaque que São Gonçalo recebe perante a federação não é recente. Historiadores locais (Fernandes, 2009) buscam demonstrar que, no século XVIII, o campo político fluminense já deflagrava os acontecimentos que ocorriam no âmbito nacional devido à proximidade com o Rio de Janeiro, que fora Capital do país por quase 200 anos (1763-1960). Esses estudos apontam como “a escrita da história local costura ambientes intelectuais, ações políticas, processos econômicos que envolvem comunidades regionais, nacionais e globais” (Reznik, 2005).

No município, a partir da década de 1980, a presente capilaridade do cristianismo nas instâncias de poder, instituídas pela Igreja Católica<sup>12</sup> desde o processo de colonização; a predileção da população por manifestações religiosas que mesclam diferentes práticas (cristãs, indígenas, afro); e a decadência socioeconômica em decorrência da transferência das principais fábricas e indústrias para Resende, contribuíram para que as igrejas pentecostais<sup>13</sup> encontrassem um campo propício para disputar fieis, expandir suas influências e tentativas de oferecer aos indivíduos marginalizados pelo Estado “redes e laços de proteção” (Vital da Cunha, 2009).

---

Rio de Janeiro tem 8 dos 10 maiores municípios com maior proporção de estabelecimentos religiosos, sugerindo que o ritmo da transição religiosa avançou ainda de forma mais rápida no período intercensitário, entre 2010 e 2022. Entre as cidades com maior número de estabelecimentos religiosos no país podemos encontrar Nova Iguaçu (4.187), São Gonçalo (3.829) e Duque de Caxias (3.566). Ver: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>. Acesso maio de 2024.

<sup>11</sup> Diante das eleições de 2022, o candidato a chefia do executivo máximo federal, Jair Bolsonaro, o governador do Estado do Rio, Claudio Castro, e o prefeito de São Gonçalo, Capitão Nelson, estiveram juntos realizando comícios na cidade. O evento teve início com um salve de palmas para Jesus, seguido do Hino Nacional cantado pela cantora gospel Cristina Mel. Ver: <https://odia.ig.com.br/eleicoes/2022/10/6506915-bolsonaro-reune-multidao-durante-comicio-em-sao-goncalo.html>. Acesso maio de 2024.

<sup>12</sup> Atualmente, o catolicismo é representado no poder executivo pelo prefeito Capitão Nelson (PL), que nas eleições de 2020 recebeu apoio direto do então presidente da República, Jair Bolsonaro. Ver: LASMAR, Irma. Vídeo: Bolsonaro publica apoio a Capitão Nelson em São Gonçalo. O Dia. 2022. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/sao-goncalo/2020/11/6035817-video-bolsonaro-publica-apoio-a-capitao-nelson-em-sao-goncalo.html>. Acesso setembro 2022.

<sup>13</sup> Segundo Mariano (2004), o pentecostalismo é uma variação do protestantismo histórico, mas sua peculiaridade está em pregar a crença na contemporaneidade dos dons do Espírito Santo, entre os quais se destacam os dons de línguas (glossolalia), cura e discernimento de espíritos, e por defender a retomada de crenças e práticas do cristianismo primitivo, como a cura de enfermos, a expulsão de demônios, a concessão. Temos como exemplo de denominações pentecostais a Congregação Cristã no Brasil, Assembleia de Deus, Evangelho Quadrangular, Brasil Para Cristo, Deus é Amor, Casa da Bênção, e outras. O neopentecostalismo é entendido como o desenvolvimento do sistema político e doutrinário do pentecostalismo, surgido no Brasil no início do século XX, sobretudo a partir dos anos de 1970, quando a palavra “pentecostalismo” vai ser acrescida do prefixo “neo”. Será nesse período que a doutrina assumirá a utilização de gestão empresarial, mídia para o trabalho de proselitismo em massa e propaganda religiosa, e “centralidade da teologia da batalha espiritual contra as outras denominações religiosas, sobretudo as afro-brasileiras e o espiritismo”<sup>34</sup>. Diante das denominações pentecostais, em contexto nacional, destacamos a Universal do Reino de Deus, Internacional da Graça de Deus, Renascer em Cristo, Sara Nossa Terra, dentre outras de menor visibilidade (Mariano, 2004).

Entre os evangélicos<sup>14</sup>, as denominações pentecostais estão se destacando, pois são os mais competitivos e com maior capacidade de transferir influências da esfera religiosa para a esfera política. Esse sucesso nas disputas eleitorais é resultado, dentre outras coisas, de um rápido processo de formação de lideranças e uma intensa socialização dos fiéis. A IURD, por sua vez, aparece nos dados como a instituição que mais tem se esforçado para construir uma identidade evangélica, e assim criar uma unidade da Igreja de Cristo no Brasil (Machado, 2006, p, 7).

Nesse cenário de privações e dificuldades – econômicas, sociais e de alternativas culturais, como construção de espaços de lazer – as diversas variações pentecostais atuantes em São Gonçalo passaram a se destacar a partir da promoção de práticas assistenciais, programas de alfabetização, postos de atendimento de saúde, grandes festividades e outros. Essas denominações expandiram, aos poucos, suas influências e protagonismos para o ambiente eleitoral do município (Aguiar, 2018).

O incentivo para maior participação política e comprometimento com as instituições religiosas, realizadas por lideranças pentecostais nas congregações, já foram exploradas por diversas pesquisas que se debruçam pelo tema (Mariano; 2004; Machado, 2006; Giumbelli, 2015). O pentecostalismo entra na esfera do privado (esfera reservada à religião), mobiliza as comunidades por ela assistidas, forma movimentos sociais atuantes na esfera pública e avança para a esfera política (Maia, 2006). Devido a certa capacidade de fazer com que os indivíduos que não são assistidos pelo Estado tenham acesso a alguns serviços, como qualificação profissional e assistência médica, o pentecostalismo também faz com que seus frequentadores se sintam pertencentes a uma “comunidade de irmãos” (Vital da Cunha, 2009).

Todos os religiosos de matrizes afro de São Gonçalo citados ao longo desta pesquisa, apontam que o ápice do proselitismo religioso evangélico nas esferas públicas da cidade se deu a partir do governo da ex-prefeita Aparecida Panisset (2005-2012)<sup>15</sup>. Durante a sua administração no cargo máximo do executivo municipal, a mandatária foi diversas vezes acusada de usar argumentos religiosos contra adversários políticos e difamar as religiões afro-brasileiras e não realizar a mínima negociação em reconhecimento aos direitos dos terreiros já estipulados por leis (Aguiar, 2018).

---

<sup>14</sup> Na América Latina, o termo evangélico abrange as igrejas protestantes históricas, as pentecostais e neopentecostais (Mariano, 2004, p. 134). O censo do IBGE classifica e contabiliza a igreja de principal atuação neopentecostal, IURD, como uma denominação pentecostal.

<sup>15</sup> Panisset foi vereadora (1996-2001) do município pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT) e deputada estadual (2002-2004) do Rio de Janeiro pelo Partido Progressista Brasileiro (PPB), tendo assumido a prefeitura de São Gonçalo por dois mandatos seguidos (2005-2008), pelo Partido da Frente Liberal (PFL); e 2008-2012 pelo Democratas (DEM).

Nos eventos políticos em que Panisset discursava sobre “melhorias à terra de São Gonçalo”, podemos observar a presença constante de pastores e seus apoiadores. O projeto político da ex-prefeita esteve todo o tempo atrelado ao prestígio das lideranças pentecostais<sup>16</sup>, favorecendo não só a identificação dos eleitores com candidaturas confessionais, como também a defesa dos interesses dessas instituições religiosas nos diferentes níveis de poder (Machado, 2006, p. 31).

Semelhantes às atitudes correntes de Panisset, podemos destacar o acirramento da intolerância religiosa no mandato de Crivella (2017-2020), na cidade do Rio de Janeiro. O ex-prefeito realizou direta interferência de segmentos pentecostais atuantes na estrutura governamental, atrasando, e muitas vezes interferindo, na realização de projetos e eventos de grupos afroreligiosos (Bahia; Aguiar, 2022). Ambas administrações promoveram, em certa medida, o fortalecimento de uma identidade pentecostal que agregou uma pluralidade de denominações evangélicas em seus projetos políticos, articulando-se também a setores católicos carismáticos. Ao passo que as diversas denominações evangélicas cresciam, aumentava o número de representantes políticos vinculados a elas, expondo publicamente suas concepções religiosas e a necessidade de liderarem na “batalha contra o mal”, personificado, muitas vezes, segundo eles, nas religiões afro-brasileiras (Camurça; Bahia; Aguiar, 2021).

Após o governo de Panisset, os casos de intolerância religiosa em São Gonçalo são acrescidos pelo contexto da crise brasileira desencadeada pelos protestos de rua de junho de 2013, polarizadas nas eleições de 2014, aprofundadas pelo *impeachment* de Dilma Rousseff, em 2016, e a recente eleição da extrema direita, em 2018. Segundo Almeida (2019), neste período, o país foi atingido por uma “onda conservadora” que articulava ao menos quatro linhas de forças sociais: “economicamente liberal, moralmente reguladora, securitariamente punitiva e socialmente intolerante”<sup>17</sup>.

---

<sup>16</sup> Ao subir nos palanques representando o poder público, a ex-prefeita de São Gonçalo, Panisset (2005-2012) discursava em prol dos “evangélicos”. Na reeleição em 2008, o discurso de vitória de Panisset destacava o quanto o “povo evangélico” a ajudou na “guerra” contra os demais candidatos e a importante participação dos pastores ao mobilizar e cativar eleitores. Porém, destacamos a atuação dos pentecostais e neopentecostais, uma vez que, a prefeita se declara da Igreja Nova Vida e mantinha certa aproximação com representantes da Igreja da Graça, Assembleia de Deus, Igreja Universal, Igreja Presbiteriana Renovada e Igreja Batista Betel. Essas aproximações ocorrem para indicar candidatos a cargos políticos e em festejos cujo intuito é a divulgação de projetos para a cidade (AGUIAR, 2022, p.53). Ver: URSOMAISAMIGO. Discurso de comemoração da vitória de Panisset nas eleições de 2009. São Gonçalo, 2008. Youtube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=mjeOZ8enU8E&t=5s>. Acesso em: 10 maio 2018.

<sup>17</sup> Faz-se importante identificar que, nem todos os conservadores são evangélicos, nem todos os evangélicos são

Almeida (2019) destaca que, a recorrência nos últimos anos, sobretudo em 2015, ao termo “intolerância” para descrever situações de conflito social, é um dos indicadores de como as tensões políticas desceram capilarmente para as relações interpessoais. O pesquisador elucida que, “intolerância” tem como referência o campo das religiões, mas seu uso foi ampliado. Assim como “família tradicional” abarca vários temas em um amplo campo moral, “intolerância” tornou-se um termo genérico que compreende afetos sociais acentuados no “tempo da crise”, como vingança, fobia e ódio. (Almeida, p.208)

Para o pesquisador, na campanha presidencial de 2018, as sinalizações de Bolsonaro foram fortes em direção ao segmento evangélico que, além de expressivo é, em boa medida, alinhado eleitoralmente. O pesquisador aponta que a composição do governo Bolsonaro se identificou na grande chave “cristã”, o que não incluiu as referências específicas das religiões afro-brasileiras e espírita, mas incorporou o judaísmo, compreendido pelo evangelismo como de “matriz fundamentalista” norte-americana. Enfim, “cristão sem acentuar as cores católicas e sempre indicando aos evangélicos que pode ser, parecer ou tornar-se evangélico. E isso teve efeito eleitoral” (Almeida, 2019, p.205).

Em São Gonçalo, as declarações de apoio de Bolsonaro e Silas Malafaia influenciaram positivamente algumas candidaturas nas eleições municipais de 2020 (De Oliveira, 2022)<sup>18</sup>, e continuamos a observar essas movimentações na disputa ao pleito de 2024<sup>19</sup>. O aumento de candidatos “fundamentalistas”<sup>20</sup>, religiosos ou não, mas que condicionam mutuamente matriz

---

conservadores, mas em determinados momentos o conservadorismo e evangelismo articularam-se na crise brasileira contemporânea, que teve como um dos decantados principais a eleição de Jair Messias Bolsonaro à Presidência da República (2018) (Almeida, 2019, p.185).

<sup>18</sup> LASMAR, Irma. Vídeo: Bolsonaro publica apoio a Capitão Nelson em São Gonçalo. O Dia. 2022. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/sao-goncalo/2020/11/6035817-video-bolsonaro-publica-apoio-a-capitao-nelson-em-sao-goncalo.html>. Acesso setembro 2022.

<sup>19</sup> Dimas, candidato à prefeitura de São Gonçalo, pelo PT, tanto nas eleições de 2020, quanto nas de 2024, assinou (2020) uma carta pública em compromisso com a Igreja Cristã do município, se colocando contra o aborto e “ideologia de gênero”, em resposta a acusações feitas pelos seus opositores que buscaram associá-lo a temas progressistas. Ver: <https://www.cartacapital.com.br/politica/candidato-do-pt-em-sao-goncalo-assina-carta-contra-aborto-e-ideologia-de-genero/>. Acesso maio de 2024.

<sup>20</sup> Recorremos a Cunha (2022) para entendermos como a perspectiva fundamentalista foi se transformando e ultrapassou as fronteiras da religião. Torna-se uma matriz de pensamento ancorada na defesa de uma verdade e na imposição dela à sociedade. A pesquisadora define o termo “fundamentalismos”, como “uma forma muito concreta, primeiro de interpretar a realidade (visões de mundo) e depois, de atuar em função desta interpretação”, com matriz religiosa; “combinada com ações políticas decorrentes dela, para o enfraquecimento dos processos democráticos, negação de abordagens científicas classificadas como nocivas à fé ou ao status quo, negação do valor da pluralidade cultural, da diversidade étnica, e dos direitos sexuais, reprodutivos”; Segundo a pesquisadora, “as ações públicas de permanente embate contra estes ‘inimigos da verdade’ são ancoradas no pânico moral (frequentemente com o uso de desinformação e *fake news*), como alimento do reacionarismo”. Ver: <https://religioepoder.org.br/artigo/fundamentalismos/>. Acesso maio de 2024.

religiosa e ações políticas, se colocando como “reativos e reacionários às mudanças sociais”, negando a “pluralidade cultural e diversidade étnica”, propiciou uma reorganização no campo das religiões de matrizes africanas do município. A partir da candidatura de Waguinho Macumba para vereador (2020), e do Projeto MuseUmbanda (2020), desenvolvido por Fernando Torres, observamos como os umbandistas reagem aos “fundamentalismos político-religiosos” atuantes na cidade, ao tentarem fugir de um pensamento único que visa direcionar as ações no espaço público (Cunha, 2022).

Miranda (2021) e Moraes (2021) evidenciam que, na luta pela garantia de seus direitos frente ao acirramento dos ataques de grupos evangélicos<sup>21</sup>, às religiões afro-brasileiras mobilizam três categorias que constituem a “política de terreiros”. De acordo com as autoras, tais conceitos são, a “intolerância religiosa”, que passou a ser recorrentemente usada, a partir do início dos anos 2000, enquanto uma categoria política na luta dos afrorreligiosos por seus direitos; o “racismo religioso”, quando as vítimas defendem a ideia de que o racismo contra os negros é transposto para as religiões afro-brasileiras; e o “genocídio religioso do povo negro”, que passa a ser adotado como um reflexo do recrudescimento dos ataques evangélicos às religiões afro-brasileiras, remetendo à noção de “genocídio do povo negro”, cunhada por Abdias do Nascimento (Moraes, 2021, p.156).

Já a noção de “racismo institucional” é entendida nesta pesquisa como qualquer sistema de desigualdade que se baseia na raça, e pode ocorrer tanto em instituições governamentais como privadas. Tal categoria foi apresentada pelas lideranças de terreiro que compõem esta pesquisa, e evidencia as diversas discriminações historicamente praticadas principalmente pelas instituições públicas e privadas do país e destinadas aos candomblecistas e umbandistas (Fonseca, 2022). Chamamos a atenção para o fato de que o racismo institucional pode não se expressar em atos explícitos ou declarados de discriminação, mas também ocorre de forma difusa no funcionamento cotidiano de instituições e organizações, que operam de maneira diferenciada na distribuição de serviços, benefícios e oportunidades aos diferentes segmentos da população do ponto de vista racial, gerando desigualdades e injustiças (Silva, *et.al.*, 2009).

Entre as acusações de “intolerância religiosa” e “racismo institucional” dirigidas pelos afro a ex-prefeita, ficou conhecido um episódio descrito corriqueiramente por alguns

---

<sup>21</sup> No que tange a esfera religiosa, a redemocratização brasileira (1985) evidenciou o processo de minoritização dos evangélicos que contestavam as diferenciações perante os católicos e buscavam equiparação, mas após o impeachment de Dilma Rousseff, em 2016, esse discurso de minoria foi substituído pelo da maioria cristã, reconfigurando a esfera pública (Machado, 2021, p. 85; Burity; 2016).

religiosos e políticos da cidade como “a demolição do primeiro centro de umbanda do Brasil”<sup>22</sup>.

Segundo esses religiosos, em 2011, o terreno onde ficava a antiga casa de Zélio, no bairro de Neves, foi vendido pela família do médium para um empreendedor local que demoliu as antigas estruturas ainda existentes. A família de Zélio não apontou interesse em manter o local porque as heranças do centro estavam em Cachoeira de Macacu, município do Rio de Janeiro. O terreno de São Gonçalo já havia sido vendido há muitos anos, tendo à frente outros proprietários, e sua venda foi para custeio das despesas do terreiro de Cachoeira de Macacu. Porém, algumas lideranças candomblecistas e umbandistas do município realizaram manifestações na porta da prefeitura de São Gonçalo visando tornar a antiga casa de Zélio de Moraes patrimônio do município (Aguiar, 2022).

Na concepção dessas lideranças, Panisset deveria assegurar ao povo de santo seu lugar de memória e auxiliar no tombamento da antiga casa do médium. Porém, a ex-prefeita não protegeu a área, resultando no estopim dos ataques religiosos entre ela e as lideranças de axé do município. Mais do que reverter, de fato, a antiga casa de Zélio em patrimônio afrorreligioso, as lideranças buscavam visibilidade nacional para expor as violências sofridas dentro e fora dos seus lugares litúrgicos. Esses religiosos atraíram para suas casas e terreiros escritores de blogs, jornalistas de importantes jornais *online*, entidades religiosas, fundações culturais e personalidades já conhecidas no cenário estadual por suas aparições na mídia em defesa da “liberdade religiosa”, como o Babalawô Ivanir dos Santos<sup>23</sup>. Os afro em questão visavam atrair atenção midiática para enfim adentrar as portas da prefeitura e negociar não só o tombamento da antiga casa onde “teria ocorrido a anunciação da umbanda para o mundo”<sup>24</sup>, como outras mazelas que vinham sofrendo (Aguiar, 2022, p.23).

---

<sup>22</sup> Ver: <https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2011/10/casa-em-sao-goncalo-no-rj-onde-umbanda-foi-criada-e-demolida.html>. Acesso maio de 2024.

<sup>23</sup> Babalorixá /babalaô / babalawô é o chefe masculino de terreiro, sacerdote que dirige um candomblé, popularmente denominado pai de santo (Cacciatore, 1988, p. 59). Ivanir dos Santos é Doutor em História Comparada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e uma das lideranças de terreiro do Rio de Janeiro que se destaca na mídia em defesa de temas que permeiam a “liberdade religiosa”. Entre as suas inúmeras atividades está a de representante da Comissão de Combate às Discriminações e Preconceitos de Raça, Cor, Etnia, Religião e Procedência Nacional, criada pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, e atualmente presidida pelo Deputado Estadual Prof. Josemar (PSOL).

<sup>24</sup> Apesar de observarmos que a partir das ações de Panisset (2005-2012) alguns umbandistas passaram a elaborar, em torno da imagem controversa de Zélio, suas negociações com as instancias burocráticas de poder, Sá Junior (2012) destaca que o “mito de origem” vem ganhando notoriedade desde 1941, tendo como ponto de partida a realização do Primeiro Congresso de Umbanda.

A partir da atenção midiática que obtiveram acerca da possível destruição de parte da memória deixada por Zélio, as lideranças de terreiro passaram a enfatizar em seus apelos políticos o reconhecimento da legitimidade da umbanda em São Gonçalo, tendo como tema central o “mito de origem”<sup>25</sup> (Brown, 1985). Os religiosos em destaque discursavam sobre a necessidade de ações que promovam a “religião nacional e republicana, nascida no município”. Essas estratégias de atuação tentaram aproximar o “nascimento da umbanda” da história do município e a formação política e cultural do povo gonçalense. Afirmando que a umbanda nasceu em São Gonçalo e passa por um processo diaspórico, estando presente em diversos países, esses umbandistas ressaltam a importância histórica, cultural e religiosa de preservação dos seus espaços litúrgicos para o mundo.

Entretanto, a narrativa do “mito de origem” parece não considerar as diversas manifestações umbandistas existentes e acaba por gerar “controvérsias”<sup>26</sup> (Montero, 2012) entre os próprios religiosos. As lideranças que questionam o uso de Zélio enquanto símbolo fundador da religião, apontam as tentativas de hierarquização nas práticas religiosas designadas pelo médium em relação as demais umbandas, a partir de maior cristianização e embranquecimento estruturadas em suas linhas.

Nas primeiras observações sobre as tensões religiosas e o poder público da cidade, o destaque dado a Zélio, por parcela dos afro, pode indicar que esses religiosos seguem as ritualísticas das linhas fundadas pelo médium, assim como acreditam de fato na narrativa única de anúncio da religião, mas veremos nos capítulos seguintes que não é o que acontece. Os interlocutores principais desta pesquisa, defendem seus projetos a partir no “mito de origem”, mas praticam o que denominaram ser “linhas de umbanda mais africanizadas que as fundadas pelo médium”, fazendo uso de atabaques, culto a orixás, exus e

---

<sup>25</sup> O mito de origem refere-se à primeira incorporação, por Zélio de Moraes, em 1908, do espírito Caboclo das Setes Encruzilhadas. O caboclo o teria orientado a fundar sete tendas (terreiros), com a finalidade de propagar a umbanda. Tais tendas foram instaladas no Rio de Janeiro, entre as décadas de 1930 e 1940.

<sup>26</sup> Segundo Montero (2022), quando os agentes religiosos têm que agir publicamente eles se vêem obrigados a aprender, em cada situação específica, a gramática e a semântica relacionada ao modo de organização de cada cultura pública particular. Dessa maneira, quando outras tradições religiosas como o Candomblé “performatizam publicamente seus ritos” elas só podem fazê-lo de maneira aceitável quando são capazes de articular simbolicamente suas ambições de visibilidade pública aos interesses políticos tanto da Igreja Católica quanto do Estado. Para autora esses processos de legitimação que ganham visibilidade social, são considerados como um conjunto de “configurações de visibilidade” constituídas por meio de “controvérsias públicas”. Nesse sentido, a noção de “controvérsia” é apresentada por Montero como uma possibilidade de compreender os processos de um campo discursivo que se movem para outro, “produzindo traduções e, conseqüentemente, novas significações; que uma multiplicidade de pontos de vista se tornem visíveis e possam ser descritos simultaneamente; e, finalmente, que uma variedade de atores, não apenas religiosos, possam ser descritos em suas interação” (Montero, p.178).

pombagiras. Esses religiosos também afirmam ter conhecimento sobre outras manifestações de caboclos e preto-velhos anteriores a Zélio.

Aos mesmo tempo que elaboram representações a partir da imagem de Zélio e suas características aristocráticas, na tentativa de obter reconhecimento enquanto religião perante os poderes locais, os umbandistas analisados reforçam o nome “macumba” na busca por valorização da influência racial negra e indígena em suas práticas religiosas. Esses religiosos objetivam fornecer o uso descolonizado do termo “macumba”, ressaltando sua valorização perante o senso comum. Os umbandistas se autodenominam “macumbeiros” e “curimbeiros”, pois seus rituais encontram identificação nas “macumbas cariocas” e nos demais ritos populares de influência africana e indígena. Assim, a partir da derrubada da casa de Zélio (2011) e a chegada do bolsonarismo no âmbito federal (2018), os umbandistas “macumbeiros” optam por recorrer com mais ênfase a imagem branca, aristocrática e cristã de Zélio como estratégia política para obter maiores diálogos com os representantes do poder público municipal, e enfim reivindicarem seus direitos cívicos de maneira pública e coletiva, como criação de leis, defesa da liberdade de culto, realização de festejos, entre outros.

Deste modo, temos por objetivo principal mapear a atuação política-religiosa dos umbandistas, Waguinho Macumba e Fernando Torres, no município de São Gonçalo, a partir da disputa eleitoral de 2020, e suas repercussões até 2023. Procuramos ressaltar, até que ponto, o processo histórico vivido por Zélio, no contexto de formação política da cidade (1891-1930), se relaciona com a dinâmica municipal do período analisado, destacando alguns simbolismos presentes na narrativa do “mito de origem” elaborados por Zélio e ressaltados por Waguinho e Fernando. Pretendemos salientar as condições econômicas, sociais e políticas motivadoras para as reações dos umbandistas que decidiram entoar o “mito de origem” da umbanda, e as “controvérsias” existentes entre os demais religiosos que rejeitam tal narrativa. Buscamos demonstrar como os umbandistas analisados projetam ocupar o espaço público da cidade, diante do crescimento dos fundamentalismos e do avanço dos casos de racismos religiosos.

A hipótese central a ser trabalhada é a de que, o município, desde a sua formação administrativa (1890), apresenta nas disputas políticas concorrência religiosa entre cristãos e afroreligiosos, onde os umbandistas se destacam pelas atuações de Zélio de Moraes nas duas primeiras formações da câmara legislativa da cidade, com eleição direta. Contudo, esses conflitos ganham novos contornos com o crescimento da influência evangélica-pentecostal e o acirramento dos ataques religiosos nas esferas pública e privada, denunciadas pelos afro em decorrência do governo de Aparecida Panisset (2005-2012), e intensificados a partir de 2018,

com a ascensão do bolsonarismo e o alastramento dos fundamentalismos político-religiosos. Nesse contexto, o “mito de origem” será reforçado por alguns umbandistas como estratégia de reação, indicando que, preservar a umbanda na cidade seria reconhecer as suas características históricas e culturais, além de evidenciar publicamente compromisso com a laicidade<sup>27</sup> perante a evidente hegemonia cristã presente nas esferas de poder local, como também é uma oportunidade dos políticos atuais de se diferenciarem das ações “intolerantes” empreendidas por Panisset.

Destacamos que as tentativas de ocupação do espaço público pelos umbandistas analisados - que ocorre em direção de nomeações de ruas, praças e tentativas de construções de monumentos afrorreligiosos - estão inseridas em um contexto transnacional de questionamento dos espaços da cidade, e na problematização desses lugares enquanto suas representações. As demandas sociais por respostas políticas contra as discriminações raciais adquiriram repercussão mundial a partir do movimento estadunidense “*Black Lives Matter*”<sup>28</sup> (2020). Nesse cenário, o Brasil também vai apresentar mudanças em relação às ações de enfrentamento ao racismo. Os ventos da Europa e dos Estados Unidos da América chegaram ao Sul do Equador provocando a luta antirracista a repensar os espaços públicos e a propor novos monumentos que sejam capazes de representar os anseios dos grupos que se veem subjugados pela cultura hegemônica.

Mariano (2011) ressalta como, no Brasil, os cultos espíritas e afro-brasileiros são discriminados abertamente, enquanto católicos e evangélicos têm recrudescido seu ativismo religioso, político e midiático para ampliar a ocupação religiosa do espaço público, influenciar a esfera pública e estatal, promover sua moralidade cristã tradicional e tentar estendê-la ao conjunto da sociedade por meio de *lobby* e da participação na política partidária. Assim, em resposta as repressões dos seus ritos, cultos e práticas, os umbandistas analisados passaram

---

<sup>27</sup> Segundo Mariano (2011) o pluralismo religioso e a competição religiosa analisados a partir da ação institucional no campo religioso brasileiro, evidenciam como os agentes públicos e privados, cada qual à sua maneira, discriminaram abertamente os cultos espíritas e afro-brasileiros e os privilégios da hegemonia cristã. O autor ressalta que, a separação republicana entre Igreja e Estado jamais resultou na exclusão mútua entre religião e política, configurando a laicidade estatal no Brasil ausência de “força normativa e ascendência cultural para promover a secularização da sociedade e para assegurar sua própria reprodução, como tem sido acuada pelo avanço de grupos católicos e evangélicos politicamente organizados e mobilizados para intervir na esfera pública” (Mariano, p. 254).

<sup>28</sup> A organização em questão foi fundada e recebe atenção mundial a partir de abril de 2020, na cidade de Minneapolis, quando o cidadão negro George Floyd foi assassinado por policiais brancos. Sem que a vítima reagisse à agressão, os policiais o estrangularam, causando sua morte. O caso viralizou em diferentes mídias digitais, revoltando parcela da população estadunidense, ocasionado diversas manifestações internacionais contra o racismo e contra a violência policial. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/reportagens-especiais/george-floyd-como-negro-morto-pela-policia-inspira-hoje-luta-antirracista/> Acesso em 10 set. de 2022.

disputar pelos espaços públicos da cidade, recorrendo ao debate nacional e internacional, além do apelo midiático entorno dos ataques religiosos sofridos.

Deste modo optamos por fazer uso da “etnografia participante” (Angrosino, 2009), uma vez que as ações em campo ultrapassam a observação, algumas vezes auxiliando os umbandistas do município na elaboração dos eventos, comissões organizadoras, reuniões de projeto e compondo mesas de debate. Devido a publicações acadêmicas e atuações em eventos de pesquisas, as lideranças religiosas de São Gonçalo passaram a interpretar a participação acadêmica em suas movimentações como uma ferramenta que auxilia na luta contra as intolerâncias e racismos religiosos, pois possibilita o fornecimento de informações e dados atualizados sobre “intolerâncias” e “racismos”, além de contribuir na busca por legitimidade institucional perante os agentes burocráticos.

Em contrapartida, adentrar nos movimentos realizados pelas lideranças de terreiro da umbanda em atuação no município permitiu que as observações fossem realizadas além do que é evidenciado apenas nos eventos. Diversas vezes estávamos presente no processo de elaboração das narrativas que estruturam os discursos que iam a público, a escolha de propostas, e as intenções contidas nas proposição das montagens religiosas. É interessante salientar que a relação entre os religiosos observados é permeada de conflitos, principalmente acerca da disputa por reconhecimento de autorias em projetos ou de ordem religiosa sobre identidades, seja voltada para a sexualidade ou racial.

Entretanto, os religiosos limitavam as suas queixas na nossa presença, entendendo a atuação do pesquisador muitas vezes como uma oportunidade de enviarem recados de reconhecimento ou manutenção do “bom convívio”. Temos como exemplo um caso em que dois pais de santo tiveram atritos políticos anteriores a iniciação desta pesquisa, e durante os quatro anos que estivemos em campo, raramente tocavam no nome um do outro nos eventos e reuniões, mas quando faziam, destacavam que reconheciam a importância das ações daquele que teria lhe feito desagrado, utilizando de entonações que indicavam não desejar prosseguir em maiores desavenças. Entretanto, não compareciam aos eventos um do outro.

Evidenciando o que já foi apontado pela bibliografia especializada nas estratégias de articulação política dos afroreligiosos, onde destacam que, nas reuniões, os conflitos entre os diversos segmentos são explicitados, expondo rivalidades e disputas, fazendo uso de uma “linguagem política específica” (Miranda; Boniolo, 2017, p.89). Enquanto em público, os afro buscam demonstrar certa união. Assim, na nossa proposta de atuação, tomamos o cuidado constante de não interferir nas desavenças, nem com comentários elogiosos, nem nos

depreciativos direcionados imprevistamente em momentos de tensão. Escolhemos não mencionar os nomes das lideranças entre elas ou estender assuntos que eram perguntados.

Seguimos os ensinamentos de Angrosino (2009), quando este destaca que Malinowski e Boas eram fortes defensores da pesquisa de campo e da “observação participante”, ou seja, um modo de pesquisar que coloca o pesquisador no meio da comunidade que ele está estudando, onde a coleta de dados estaria a serviço de uma concepção de ordem na vida social, considerando assim que cada evento tem a sua função dentro de um sistema coerente. Como destacamos, principalmente nos Capítulos 2 e 3, a observação participante exigiu longa imersão em determinados contextos (Angrosino, 2009, p.19).

Partindo da observação participante, optamos pela “pesquisa etnográfica dialógica, dialética e colaborativa”, na medida em que não nos baseamos na relação “entrevistador” e “informante”, mas sim buscamos estabelecer conversações recíprocas com os atores circundantes a pesquisa. Nesta perspectiva, consideramos as opiniões, valores e crenças divergentes em detrimento da busca por uma “falsa homogeneidade imposta de fora”, concebendo as pessoas observadas como colaboradores ativos no esforço da pesquisa e não “objetos de conhecimento” (Angrosino, p.27-28).

Isto posto, no Primeiro Capítulo, nos debruçamos sobre as ações políticas e o contexto histórico a que pertenceu Zélio de Moraes (1908-1975). Temos a intenção de salientar que, neste período as narrativas dos intelectuais que circulavam pelos mesmos espaços que o médium, exaltavam, entre outros aspectos, a harmonia das três raças, supostamente presente em São Gonçalo, para entoar “valores republicanos” e certo protagonismo da região em detrimento dos outros municípios do país. As atuações de Zélio correspondem ao contexto histórico que foram elaboradas e registradas, como evidenciam as principais movimentações identitárias em São Gonçalo, durante o ápice do projeto voltado ao “modernismo fluminense”, de início do século XX (Fernandes, 2009). Neste segmento inicial, mapear Zélio enquanto objeto histórico se faz importante para compreender as “representações”<sup>29</sup> (Bourdieu, 2007) contidas nas narrativas do “mito de origem”, construídas a partir da que foi concebido na vivência do médium; elucidar brevemente as características estruturantes das sete linhas de umbanda, para melhor apreendermos as críticas de hierarquização e embranquecimento dirigidas a narrativa fundante; além de buscar compreender, a partir das representações de

---

<sup>29</sup> Segundo Bourdieu, as “representações” se constroem a partir do concebido, do que se tem à disposição na vida real de acordo com a vivência pessoal do sujeito. Nesse sentido, as “representações” religiosas são entendidas como classificações e divisões que organizam a apreensão do mundo social como categorias de percepção do real. Assim, as “representações” não são discursos neutros, pois recebem influências de ideias, valores e crenças existentes em uma sociedade (Bourdieu, 2007, p.59).

Zélio, as relações de poder existentes na formação do município, e os conflitos políticos que passaram a ser travados também nos espaços religiosos.

Para melhor compreendermos as narrativas acerca da anunciação da umbanda, recorreremos a Marilena Chauí (2000), quando analisamos o “mito” para além do sentido etimológico de narração pública de feitos lendários da comunidade, mas também “no sentido antropológico, no qual essa narrativa é a solução imaginária para tensões, conflitos e contradições que não encontram caminhos para serem resolvidos no nível da realidade”. Dessa forma, Chauí diferencia “fundação” de “formação”, onde a segunda expressão leva em consideração as determinações históricas, continuidades e descontinuidades (Chauí, 2000, p.6).

Partindo dos discursos acerca da narrativa de origem da umbanda iremos nos debruçar sobre o “mito” e sua formação enquanto processo histórico, fruto de contextos e motivações próprias, contudo não pretendemos nos aprofundar nos debates acerca da veracidade da “fundação” da umbanda. Também buscamos ressaltar que a influência cristã, a partir do catolicismo, sempre esteve intimamente presente na atuação do poder executivo da cidade, disputado fieis com as práticas afro-brasileiras desde a formação administrativa do município (1890).

Deste modo, o Segundo Capítulo tem como proposta norteadora aprofundar as análises que permeiam a disputa de Waguinho Macumba ao pleito de 2018, problematizando as estratégias de campanha realizadas pelo umbandista no contexto de distanciamento pandêmico, focando na sua atuação na *internet*, em páginas e aplicativos *online*. Os caminhos desta pesquisa se entrelaçaram com a trajetória de Waguinho quando ele ainda não formulava a campanha política para concorrer ao pleito de vereador e se apresentava utilizando apenas o primeiro nome, Wagner. Nosso encontro inicial aconteceu durante a “Reunião do Grupo de Trabalho para Formação dos Povos de Terreiro”, realizada por Bianca<sup>30</sup>, no bairro do Rocha, em São Gonçalo, no ano de 2018<sup>31</sup>.

---

<sup>30</sup> Bianca é ialaxé - cargo de zeladora dos axés, cuida do terreiro e dos filhos de santo da casa, providenciando limpeza, colocação de comidas, entre outras atividades - de um terreiro localizado no bairro do Rocha, município de São Gonçalo. O terreiro é misto, ou seja, trata-se de um "espaço híbrido" por apresentar atuação conjunta em umbanda e candomblé. A tenda de umbanda é a mais antiga, fundada em 1964, tendo completado recentemente cinquenta e oito anos, e recebido o nome de Tenda Espírita de Caridade João de Benguela. O terreiro de candomblé, que recebeu o nome de Casa de Xangô: *Ilê Iputi Baba Baru*, tem cinquenta anos, sua a fundação data de 1972. A casa é Ketu de origem Axé Opô Afonjá - Rio de Janeiro. Bianca é iniciada no candomblé e também é a principal idealizadora do Projeto Cardume (Aguiar, 2017).

<sup>31</sup> Waguinho afirma não frequentar o terreiro de Bianca ou fazer consultas religiosas, diferente da sua esposa na

O evento aspirava desenvolver ações culturais promovidas por terreiros, além de debater as dificuldades e anseios políticos no município de São Gonçalo. Waguinho não compunha a mesa de debate do encontro, tampouco demonstrava pretensões de promover qualquer política partidária. Seus apontamentos ocorreram apenas ao final da reunião, quando a mesa debatedora abriu para falas dos ouvintes presentes. O discurso de Waguinho se mostrou um pedido de ajuda a comunidade de axé presente para que ele, enquanto liderança de terreiro, pudesse resolver as demandas que envolviam o exercício da sua religião, já que alguns integrantes do poder clandestino do Mutuá, bairro onde está localizado o seu centro religioso, tinham proibido os frequentadores de tocar giras e realizar ritos em geral (Aguiar, 2022).

Ao final do encontro promovido por Bianca, procurei Waguinho e mostrei interesse em entender melhor a relação conflituosa acerca do seu terreiro, devido ao livro que estava escrevendo no momento (Aguiar, 2022). De imediato, o religioso se colocou solícito às minhas indagações, e assim trocamos contato. Ainda em 2018 mantivemos proximidade apenas pelo *Whatsapp* e alguns encontros informais nas festividades religiosas pela cidade. As pretensões desta pesquisa, inicialmente, se encontravam restritas a interação entre o centro de Waguinho e grupos paralelos ao Estado que exercem poder local, além de observarmos questões que permeavam o acesso a infraestrutura para o funcionamento dos terreiros de São Gonçalo.

No começo do ano seguinte, em 2019, marquei um encontro presencial com Waguinho. Reunião esta que precisou ser realizada no Shopping São Gonçalo, pois na região em que estava localizado seu domicílio e terreiro havia intenso conflito do tráfico de drogas, considerada até então, como “área de risco”, gerando bastante preocupação com a minha primeira entrada no local. Já o Shopping em questão está localizado a poucos quilômetros da casa de Waguinho e próximo a BR-101, logística que facilitou o nosso encontro.

Durante a conversa, Waguinho anunciou sua pretensão em iniciar uma campanha política, seria a sua primeira, e que disputaria o cargo de vereador nas eleições de 2020. Imediatamente comuniquei sobre o meu desejo de ampliar a observar a disputa ao pleito, acompanhar toda a sua nova empreitada e que pretendia fazer dela meu objeto de estudo futuro. Waguinho concordou e se colocou à disposição, assim seguimos até o presente momento.

---

época, que é filha de santo da casa. Waguinho disse que foi convidado por Bianca para o encontro que discutia estratégias contra as intolerâncias, quando soube que o seu terreiro estava sofrendo perseguição do tráfico no local e acreditava que a reunião do GT poderia fornecer algum auxílio.

Na entrada no doutorado no PPGH-UERJ, em 2020, informei a Waguinho que daria início ao aprofundamento da pesquisa sobre ele e sua jornada política. Ainda no primeiro semestre fui convidada por ele para compor o seu núcleo de campanha, onde minhas participações ficavam limitadas a mesas de debate e eventos que se debruçavam sobre temas como “intolerância religiosa em São Gonçalo”. Essa aproximação me permitiu analisar de perto as reuniões destinadas a montagem política em torno da figura “Waguinho Macumba”, vínculos partidários, realização de *Lives*, entre outras atividades.

A partir das conversas e temas de interesse em comum, outras lideranças de terreiro surgiram ao longo da pesquisa e algumas se tornaram personagens-chave para problematizarmos as estratégias narrativas do então candidato. Neste segmento trabalhamos com depoimento de religiosos do axé que conhecem Waguinho e são atuantes nos movimentos contra as intolerâncias religiosas, em São Gonçalo. Além do próprio Waguinho e Bianca, os participantes são: Victor Hugo, umbandista, irmão mais novo do candidato; Pedro Rebelo, historiador, umbandistas e atuante na política local compondo núcleos de campanha de candidatos a diferentes esferas; Isis Mello, também umbandista, esposa de Pedro Rebelo e atua em defesa das vertentes indígenas; Marcelo Monteiro, candomblecista, líder nacional do PDT-Axé; Jair Ribeiro, umbandista, coordenador do Movimento Negro Unificado de Niterói; e Silvio Henrique, umbandista, fundador da União de Negros pela Igualdade (Unegro), entre os outros movimentos que debatem a questão racial.

Analisamos o principal projeto de campanha de Waguinho Macumba, o Marco Zero Umbanda (2020), elaborado como uma demarcação religiosa construída a partir da memória Zélio de Moraes, demarcando o espaço público municipal ao nominar a primeira praça da cidade, Praça de Neves, com o nome do médium; além de festejos e hasteamento da bandeira da umbanda. Buscamos demonstrar como o Marco Zero ressalta as características religiosas e políticas do médium, objetivando criar certa identidade política entre os afro, além de buscar estabelecer certa proximidade com os vereadores da cidade.

Por conseguinte, no Terceiro e último Capítulo pretendemos apresentar um outro projeto umbandista que visa a demarcação do espaço público municipal contra o crescimento das intolerâncias sofridas, porém este segmento ressalta com mais ênfase a contrapartida atuação não só de evangélicos, como de determinados católicos atuantes na cidade. Nesta proposta, temos por finalidade norteadora analisar os conflitos em torno da construção do Museu da umbanda, em São Gonçalo. O idealizador do projeto, Fernando Torres, também umbandista, e morador do município, ganha visibilidade a partir das tentativas de financiamento para a construção do MuseUmbanda, suscitando novas acusações de

intolerância religiosa, com problemáticas e contornos que envolvem diretamente a atual gestão da prefeitura de São Gonçalo (2020-2024).

Neste Capítulo, assim como captação de imagens e debates oriundos das redes sociais relativos ao projeto de um museu para a umbanda, também fazemos uso da história oral enriquecendo a pesquisa. Afim de compreendermos melhor a formulação do MuseUmbanda, entrevistamos o idealizador do projeto, Fernando Torres; o historiador inicial do projeto, Jorge Santana<sup>32</sup>; e o presidente da Coordenadoria de Assuntos Religiosos, Pastor Carlos André Ferrugem<sup>33</sup>.

Jorge Santana é um colega desde os tempos de graduação, iniciados por mim na UERJ, em 2014. Foi o historiador quem me apresentou o projeto do MuseUmbanda solicitando que eu pudesse contribuir com alguns de seus questionamentos sobre a religiosidade no município, em 2020. Ao ouvir os apontamentos de Jorge, mostrei interesse em analisar o projeto desenvolvido por Fernando, uma vez que ele se aproximava das movimentações realizadas por Waguinho. Jorge me enviou o contato de Fernando, e prontamente me aproximei do religioso. Desde então, trocamos informações e ajuda. Fernando me permitiu pesquisar de perto as elaborações acerca da idealização do Museu e, em contrapartida, retribuía a ajuda participando da Comissão responsável pela “Semana da Umbanda”, no município, fornecendo dados sobre “intolerância” e “racismo religioso”.

Já a coleta de informações relativas à participação do bisneto de Zélio de Moraes, Leonardo Cunha<sup>34</sup>, e o envolvimento dos poderes legislativo municipal e estadual na construção do Museu, foram realizadas via *YouTube* ou presencialmente nas reuniões dedicadas a construção do MuseUmbanda.

A partir das ações e reações da prefeitura frente ao desdobramento do MuseUmbanda, neste último capítulo problematizamos brevemente como a “onda conservadora” evidencia a confluência de interesses entre os segmentos católicos e evangélicos, que, partem em defesa

---

<sup>32</sup> Jorge Amilcar de Castro Santana é doutor pelo PPCIS-UERJ, mestre em Ciências Sociais (PPCIS-UERJ); e licenciatura em História (UERJ/FFP). Foi um dos diretores do documentário “Nosso Sagrado” e autor do romance “Desculpas, meu ídolo Barbosa” pela editora Multifoco (2022). Compõe o Grupo de Pesquisa do Coletivo Negro De Historiadores Teresa de Benguela e atua como Historiador da Galeria de Racistas. Jorge Santa se identifica como historiador negro, que se dedica a temas étnico-raciais, nascido no município de São Gonçalo, frequentador dos terreiros, mas não é iniciado na religião, nem atuante dentro do Movimento Negro. Atua como Professor de História no IF- PARANÁ- Campo Largo e na Especialização em Educação para as Relações Étnico-Raciais, também do IF-PARANÁ.

<sup>33</sup> Carlos André Ferrugem se apresenta como branco, presidente da Coordenadoria de Assuntos Religiosos, pastor qual igreja ?? e morador de São Gonçalo.

<sup>34</sup> Leonardo Cunha é hoje responsável pela Tenda da Piedade, localizada em cachoeira de Macacu, região metropolitana do Rio de Janeiro.

dos temas polêmicos como, *kit gay*, casamento *gay*, feminismo, aborto, legalização da maconha, redução da maioridade penal, destruição da família, comunismo, cotas raciais, entre outros. Esses segmentos também são acusados pelos adeptos das religiões afro de serem os atuais algozes contra os terreiros na cidade, ou seja, aqueles que praticam diversas intolerâncias contra seus cultos e frequentadores.

Concluimos que nossas percepções entram em consonância com pesquisas que expõem a necessidade de pensar como os religiosos de matrizes afro “fazem política” e delimitam suas identidades enquanto estratégias que buscam reagir a “demonização”, a destruição, e expulsão de seus terreiros e casas. Destacamos as pesquisas desenvolvidas por Miranda (2021), por problematizar como a intolerância religiosa surge na cena pública brasileira marcada pelo não reconhecimento de direitos de parcela da população, sendo interpretada como uma forma de “discriminação cívica”. Em contrapartida, os religiosos, principalmente da umbanda e do candomblé, vão realizar a “política de terreiros” de maneira pública, buscando reconhecimento pelos seus direitos, e “expressando suas expectativas sobre a atuação do Estado no sentido de frear os que são apontados como opressores” (Miranda, p.21)

Também observamos que os segmentos cristãos, em sua diversidade, buscam manter seus privilégios a partir dos projetos de leis que visam contemplar com financiamento público as suas manifestações religiosas. Apesar dos evangélicos beneficiarem católicos, e vice-versa, o modo como ambos reivindicam suas movimentações no espaço público, não se mostrou uniforme (Giumbelli, 2008). Observamos que, enquanto os católicos, considerando a laicidade, fazem uso do discurso de historiadores locais, em defesa da “importância histórica e cultural” do religião na cidade, os evangélicos atuam mais diretamente na execução de políticas públicas e em parcerias com agências governamentais (Giumbelli, 2008; Machado; 2003)

Diante das disputas religiosas, a umbanda se destaca por ter representante disputando pelo legislativo da cidade desde a sua formação, na recente República. Entretanto, no bojo do projeto, muitas segmentações internas são apresentadas e cada grupo busca evidenciar suas expectativas distintas de construção patrimonial. Deste modo, trajetórias como a de Zélio de Moraes representariam um campo imprescindível para nossas problematizações e interpretações acerca do “mito de origem” da umbanda e sua formulação por algumas lideranças religiosas, como discurso de negociação e enfrentamento as intolerâncias advindas do poder público municipal.

Assim nos debruçamos sobre a reconstituição da experiência de acontecimentos que afetaram e ainda afetam os umbandistas, enquanto sujeitos sociais, transforma-os em testemunhas, fontes ou objetos de estudo (Odetti; Magalhães; Tiriba, 2021, p.3). Compreendemos que a experiência vivida por Zélio dura de acordo com a dinâmica, os interesses e a necessidade de um ou mais grupos sociais no presente, uma vez que, aqueles que se carregam de construir a história registram de forma elaborada o acontecimento passado, realizando um registro temporal, localizado, de experiências políticas vividas (Halbwachs, 2011).

## 1 ZÉLIO DE MORAES E A FORMAÇÃO DO CAMPO POLÍTICO-RELIGIOSO DE SÃO GONÇALO

Os intelectuais da segunda metade do século XX realizaram um esforço narrativo dedicado a construção de uma identidade nacional para a umbanda, caracterizada como “uma religião brasileira acolhedora de todos os excluídos”, marcada no plano astral no mesmo dia e mês da Proclamação da República, 15 de novembro de 1908 (Sá Junior, 2004). A data é considerada a primeira “manifestação” do Caboclo das Sete Encruzilhadas, em Neves, bairro de São Gonçalo, durante uma sessão espírita kardecista. Este é o “mito de origem” da umbanda ao qual se referiu Diana Brown (1985).

Zélio Fernandino de Moraes (1891-1975) - apontado por algumas lideranças umbandistas que consideram a narrativa do “mito de origem”, como o precursor da umbanda no mundo - era pertencente a aristocracia fluminense de finais do século XIX e início do XX. A trajetória de Zélio enquanto membro de uma aristocracia política de São Gonçalo nos permite observar como valores e concepções, transmitidos por aqueles que ocupavam posição de destaque na recém Proclamada República, eram compartilhados com os cidadãos comuns. Partindo de Zélio e seus interlocutores, podemos refletir como as elites fluminenses de 1920 foram fundamentais na elaboração e difusão dos elementos que compõem a cultura política de uma nação ou grupo (Camargos, 2003).

Consideramos que, nas construções de discursos oficiais, as elites assumem posição de importância e desconsiderar tal fato seria, no mínimo, ingênuo, uma vez que, são os seus membros que estão no comando dos processos resolutivos e suas decisões afetam inúmeras pessoas. Em decorrência, os preceitos destas elites são encarados como mais importantes do que o da população em geral (Souza, 2017, p.15). Assim analisamos quando a jovem elite fluminense do início da República<sup>35</sup> - representada tanto pela aristocracia, a exemplo de Zélio, quanto por médicos sanitaristas, como Luiz Palmier (1893-1955) - se propunha a formular suas concepções de memória nacional, delineando modelos de educação e ensino para o futuro, com destacada atuação na política.

---

<sup>35</sup> Vieira (2010) chama a atenção para o caráter excludente da legislação eleitoral, devido à prática de fraudes, violência nas eleições e o alto índice de abstenções dentre os que estavam habilitados a votar. Segundo a historiadora, essas práticas não eram suficientes para caracterizar a população como passiva ou indiferente a política, mas sim que a não participação fora uma opção devido ao distanciamento da política institucional da vida dos populares, que só se organizariam como expressão do exercício da cidadania em momentos de festividade.

As análises sobre as ações de Palmier permitem ao pesquisador identificar a interdependência entre os ambientes intelectuais e políticos mais abrangentes, além dos processos vivenciados em uma localidade (Reznik; Fernandes, 2021). Esse personagem, que fora influenciado pelos mais diversos intelectuais e movimentos sociais de sua época, agiu de forma criativa nos campos da saúde, educação, assistência social, política e da escrita da História, marcando destacada atuação nos processos de modernização local na primeira metade do século XX.

Intelectuais como Zélio e Palmier acreditavam que deveriam assumir a vanguarda no processo que levaria à implantação de uma nova ordem social, alicerçada na tradição histórica local e na valorização do período imperial. Entretanto, as mudanças deveriam ocorrer sem rupturas, ou seja, partia da jovem geração de 1920 a defesa de uma “modernização conservadora”, cuja intenção era a de dar continuidade “às ações de intelectuais e políticos que desde o império ditavam as diretrizes do governo federal” (Fernandes, 2009, p.85). Somando a essa perspectiva, observamos que a elite letrada em questão também atuava enquanto representante do poder público, comandando a burocracia estatal. Já o Estado, visto na República como ente que representa os interesses da maioria, atuava na realidade para consolidar as inclinações particulares (Faria; Meneghetti, 2011).

Como afirma, Elizabeth Ganter (2016) a “burocracia representativa”<sup>36</sup> cria a aparência de um Estado imparcial, destacando os membros de certos grupos sociais para tipos particulares de representação, contudo, não se pauta pela visão do público atendido. Os grupos periféricos, por sua vez, sucumbiam diante dos novos obstáculos da democracia: seja pelo não reconhecimento das suas funções ou pela anulação de recursos para as suas necessidades específicas, já asseguradas nos aparatos legais republicanos, ou pelo excesso de demandas, condicionado pela “burocracia da representatividade”.

Deste modo, ao mencionar os processos de formação do Estado, partimos do que foi problematizado pelo antropólogo Souza Lima (2013), quando este apresenta o “fazer Estado” como constante, resultando em formas que não são definitivas, em processos de objetificação e de subjetivação que operam construindo e desconstruindo realidades no plano da vida diária, adquirindo a dimensão de automatismos, oriundos ou não de imposições emanadas de um corpo administrativo apoiado em leis e normas. O pesquisador chama a atenção para as elites

---

<sup>36</sup> Segundo Weber (1982, p. 229), a burocracia é um eficiente instrumento de poder, uma vez que a estrutura burocrática concentra os meios materiais de administração nas mãos das elites detentoras do capital. Para o sociólogo, vai ser a partir da burocracia que a elite vai deter o poder administrativo, determinando relações de autoridade. Deste modo, se estabelece hierarquias que definem um sistema de mando e subordinação com gerência das atividades, onde a administração é formalizada por meio de documentos e outras demandas, que acabam por regular a conduta e as atividades dos cidadãos.

- sejam elas políticas, econômicas, intelectuais – que atuam como agentes que definem, preenchem, reformam e usam constantemente em suas falas a categoria “Estado”. Para o autor, ao atuarem como tomadores de decisão, gestores governamentais, intelectuais-avaliadores de políticas e outros, as elites definem as políticas de intervenção governamental, as implementações, avaliações e suas reproduções (Souza Lima, p.563).

Isto posto, a primeira Constituição Republicana (1891) pode ser entendida como mais uma reprodução do conservadorismo colonial lusitano, herdado pela jovem elite republicana brasileira. Como tal, a Constituição não contou com nenhuma participação popular nas discussões que levaram à sua elaboração final, motivo pelo qual contribuiu para que determinados grupos permanecessem na exclusão política. A Magna-Carta parecia não ter avançado no que tange aos direitos das populações marginalizadas do período, de modo que as demandas dos povos originários não foram atendidas, omitindo qualquer linha escrita sobre a dívida histórica com os nativos do país (Almeida, 2018, p.617).

Sobre a “questão racial”, a historiografia também aponta diversos estabelecimentos de pesquisa e ensino voltadas para a elite nacional que acolhiam as teorias raciais europeias chegadas tardiamente ao Brasil. Como assinala Schwarcz (1994), o período de 1870 a 1930, foi o de maior influência da “representação mestiça” do país, uma vez que ao adotar o jargão evolucionista e racial, as elites letradas assumiam uma espécie de “consciência do atraso”, mas também encontravam bases para redimensionar o debate acerca da igualdade entre homens, sobre critérios de cidadania. A pesquisadora assinala que, “ante a liberdade prometida pela abolição e a igualdade oferecida pela nova Constituição, parecia imperativo repensar a organização desse novo país” (Schwarcz, 1994, p.146). No contexto intelectual de finais do século XIX a visão otimista freyriana prevalecia, transformando o Brasil em uma grande imagem de convivência racial pacífica e idílica.

Assim, segundo Schwarcz, não era mais “cientificamente legítimo” tratar das diferenças raciais a partir dos modelos darwinistas, apesar da “raça” adquirir continuidades em forma de jargões para falar de uma certa identidade nacional ainda pautada por uma coloração singular. Para a pesquisadora, “a raça” continuava presente na premissa que “buscava vincular aspectos exteriores a certas deformações morais”, construindo a fala preconceituosa no cotidiano da violência.

De acordo com Gomes e Rosa (2008), à medida que o país se encontrava irremediavelmente miscigenado entre as décadas de 1930 e 1940, a saída foi “aceitar a ideia da diferença ontológica entre as raças sem condenar à hibridação”. Esse período marca a efetiva penetração das ideias eugênicas que interpretavam e julgavam as diversas religiões

que compunham o cotidiano nacional, utilizando de explicações científicas. Assim, “democracia racial” parecia fazer sentido também para a elite fluminense, que passou a defender o Brasil como um país formado a partir da boa convivências entre as diversas raças, sem preconceito, miscigenando-se e construindo uma nação *sui gêneris*.

Esta visão de um país “miscigenado, física e culturalmente”, constituído pela permissividade das relações entre senhores e escravos, na qual o conflito não tem destaque, chega ao seu auge em 1933, com a obra, *Casa Grande & Senzala*, (Freyre, 2003). As pesquisadoras apontam que “a visão freyriana consolida a imagem de convivência racial idílica, em um país onde se vive pacificamente independente de sua origem” (Gomes; Rosa, 2008, p.88).

Sobre o conceito da “integração social” presente na obra de Freyre, Valle (2017) acentua que o importante da teoria defendida pelo autor é a sua consequência. A pesquisadora ressalta que surgiu no Brasil uma espécie de “preconceito reativo”, ou seja, o preconceito contra o preconceito ou o preconceito de ter preconceito, uma vez que “a miscigenação teria ocorrido por justaposição e não por mistura”. Diante dessa observação, os brasileiros tendem a considerar o “preconceito de cor” ultrajante (para quem o sofre) e degradante (para quem o pratique). Assim, passou-se a combater a visão de que existiria preconceito no Brasil, sem se fazer nada no sentido de melhorar a situação do negro, por exemplo (Valle, 2017, p.158).

Esse “preconceito reativo” pode ser visto na transformação das ideias oriundas dos principais intelectuais contemporâneos a Zélio. O médico e político Luiz Palmier, como veremos adiante, na década de 1920 irá intensivamente publicar nos jornais de grande circulação na região fluminense, explicações científicas que justifiquem perseguições as religiões praticadas por uma maioria não letrada e negra, frequentadoras do “curandeirismo” e da “umbanda”. Essas práticas religiosas eram apresentadas pelo médico e seus colegas de profissão como contraponto a sanitização pensada para a sociedade.

A historiografia destaca como a feitiçaria e o curandeirismo interferiram de alguma maneira na vida de uma significativa parcela da população das freguesias urbanas do Rio de Janeiro (Possidonio, 2015). Na segunda metade do século XIX, existiam poucos médicos no Brasil, e a arte de curar na maioria das vezes, era confiada a pessoas que entendiam do manejo das ervas. Em contraponto à crença na cura advinda das práticas realizadas por “barbeiros sangradores”, “benzedeadas”, “curandeiros”, “feiticeiros”, entre outros, profissionais da medicina atuavam com desenvoltura nas redações e foram os principais inimigos dos líderes religiosos, aos quais denominavam “feiticeiros” e “curandeiros”. As páginas dos jornais

serviram de “trincheiras” na luta por legitimidade, onde tentavam demonstrar ser o médico o verdadeiro detentor do ato de curar (Possidonio, p.114).

Segundo Possidonio, esse diálogo entre as várias manifestações religiosas negras se dava numa sociedade amplamente marcada pelo catolicismo, não somente por ser a religião oficial, estabelecida pela Constituição Imperial de 1824, mas por marcar culturalmente a vida da população das províncias brasileiras, uma vez que a “presença da Igreja era sentida fora de seus muros, praticamente em todos os espaços da sociedade, dos simples nomes de ruas até as denominações administrativas da cidade em freguesias, para não citar outros exemplos.” (Possidonio, 2015, p. 28).

Também chamamos a atenção para as bibliografias que tratam das perseguições institucionais destinadas a umbanda, uma vez que apontam como tais repressões passaram a ocorrer com mais ênfase a partir do governo de Getúlio Vargas (1930-1937), em função da sua aliança com a hierarquia católica e do seu comprometimento com a medicina institucional. O governo getulista criou em 1931 a “Inspetoria de Entorpecentes e Mistificações”, que tinha por objetivo a “repressão do uso de tóxicos e da prática de magias e sortilégios”, evidenciando que o alicerce da “política providenciária” era se colocar contra todas as “formas arcaicas e heterodoxas de práticas curativas” (Negrão, 1996; Sampaio, 2007, p.23).

No entanto, anterior a atuação Getúlio no cargo máximo do executivo nacional, a partir de Zélio e Luiz Palmier, na dinâmica fluminense de finais de 1920, podemos identificar o cruzamento dos diferentes interesses religiosos – católicos, kardecistas e umbandistas – com as disputas que aconteciam no campo político. Neste momento, a medicina atuou como importante elo entre esses dois campos que pareciam distintos. Os periódicos fluminenses, reproduziam as orientações dos médicos, que também atuavam como candidatos ao legislativo municipal, sobre aquilo que deveria ser propagado, por ser “moderno e saudável”, e o que precisava ser eugenizado para o progresso da população.

Assim, a repressão estatal do período getulista - a partir da “Campanha Policial contra o Baixo Espiritismo”, realizada pela Delegacia de Costumes - não era tão inédita ao cotidiano fluminense. A perseguição severa e não ocasional direcionada a umbanda e seus adeptos já acontecia nos espaços públicos de São Gonçalo, em 1928, empreendida por candidatos políticos. As notícias que indicavam que o “espiritismo de macumba” era o culpado pelo aumento das doenças mentais e casos de suicídio se intensificavam nos jornais fluminenses de ampla circulação da época, na medida em que as campanhas políticas se acirravam. No campo

político da recém-emancipada cidade, as disputas religiosas já se encontravam consolidadas, antes mesmo da chegada de Getúlio Vargas ao poder.

Um ano depois de Vargas ter assumido o governo federal, após a Revolução de 1930, observamos prontamente estabelecido um campo político-religioso-científico confortável para a instauração das tais “Campanhas” getulistas. As observações levantadas nesta pesquisa indicam que, a novidade encontrada se concentrava na forma como o aparato legal republicano - elaborado a partir da burocracia moderna, tendo como base a democracia representativa - foi manejado pelas elites revolucionárias contra os seus obstáculos políticos.

Em 1931, as perseguições com base na medicina eugênica, publicadas nos jornais fluminenses, assumiam formas de autenticação do governo e, em 1933, começavam a circular nos periódicos contestações umbandistas contrárias as obrigatoriedades de alvarás para o funcionamento das suas casas, incluindo as fundadas por Zélio. Esses religiosos contestavam as burocracias impostas as suas casas para que seus espaços não fossem considerados “irregulares”. Assim, o governo de Getúlio não só institucionalizava a caçada aos centros que já vinha se engendrando, como também iniciava perseguição simbólica sobre aqueles que representavam o poder local durante a Primeira República e que, ironicamente, foram os primeiros a contribuir no legislativo municipal para a instalação de uma “democracia pendular” (Avritzer, 2018).

A literatura umbandista presente nesta primeira metade do século XX, tentava “branquear” a umbanda, ao retirar das religiões afro apenas elementos e práticas mágicas que pudessem trabalhar lado a lado com a doutrina espírita kardecista, com intuito de serem aceitos na sociedade brasileira, sem sofrerem preconceitos (Cavalli Junior, 2020). Será essa “síntese umbandista” que encontra no Zélio o seu “mito fundador” e pôde manter parte das tradições afro-brasileiras, mas “as reinterpreta, codifica e branqueia” (Giumbelli, 2002).

O mito que remete a Zélio ganhava ênfase com o endosso de alguns intelectuais umbandistas à narrativa de um Brasil predestinado a ser “coração do mundo, pátria do evangelho”, uma vez que o Caboclo das Sete Encruzilhadas prestou-se ao esforço de pensar, “não somente a religião, mas a própria história nacional”, apontando assim “para uma representação miscigenada, baseada na tríade: negro, índio e branco, onde não falta, em alguns aspectos, a ascendência do último elemento” (Isaia, 2015, p. 117).

A bibliografia especializada no “mito de origem” elucida que o projeto de criação identitária de um Brasil umbandista veio ligado a um esforço dos seus primeiros intelectuais e porta-vozes em mostrar a umbanda inicialmente como uma religião brasileira. O argumento recorrente era de que, ao contrário tanto da então religião majoritária da população, quanto do

Protestantismo e do próprio Espiritismo, a Umbanda havia nascido no Brasil, afirmando-se, portanto, como religião nacional (Isaia, p. 116).

A aceitação das práticas fundadas por Zélio também não é unanimidade entre os umbandistas. Na formação deste campo religioso, temos uma diversidade de líderes e práticas do que chamamos “umbandas” (Brown, 1985; Bahia; Nogueira, 2023, p.110). As pesquisas apontam para a existência das “macumbas cariocas” em finais do século XIX, no Rio de Janeiro, por exemplo, onde os rituais aconteciam numa maior conformidade com a tradição Banta<sup>37</sup> (Giumbelli, 2002; Cavalli Junior, 2020).

A literatura destaca que “o candomblé mais conhecido e o melhor estudado, o mais espetacular e o mais turístico” é o candomblé nagô<sup>38</sup>, de origem sudanesa, que encontra suas raízes africanas ao norte do Equador, com celebração aos deuses da natureza, os orixás. Já a macumba<sup>39</sup> do Rio, segundo os autores, é de origem banto. Esse culto, por sua vez, encontra suas origens ao sul do Equador (Lapassade; Luz, 1972, p. 13).

A macumba, que passou a ser marginalizada por seu aspecto suburbano, surge também como forma de integração de negros e imigrantes nos novos espaços urbanos. Entendida como um esforço da comunidade negra e afrodescendente em criar um cosmo simbólico ordenado perante a desconexão de uma sociedade mista (Cavalli Junior, 2020, p.29).

A partir da construção de ideias que pensam uma “umbanda negra, não de origem brasileira”, mas da sua cosmologia baseada nos orixás”, identificamos a formação da “umbanda omolocô”<sup>40</sup>. Segundo Nogueira (2022, p.53), o omolocô foi um antigo culto

---

<sup>37</sup> Os bantos são um conjunto de povos que habitavam a África Central nas regiões que hoje compreendem Angola, Congo, Gabão e Cabinda. Apesar das diferenças étnicas, esses povos compartilhavam o mesmo tronco linguístico, as línguas bantos (Daibert, 2015).

<sup>38</sup> Nagôs" ou **Anagôs** era a designação dada aos negros escravizados e vendidos na antiga Costa dos Escravos e que falavam o iorubá (Almeida, 2006b).

<sup>39</sup> Para Lapassade e Luz (1972) é falso acreditar que a macumba é um candomblé “empobrecido, degenerado, diminuído e traficado” uma vez que, temos duas religiões bem diferentes, onde podemos encontrar naturalmente combinações e empréstimos de uma a outro, a exemplo de Exu. Os autores ressaltam que a macumba banto toma emprestado do candomblé o nome de Exu, mas com uso diferente, como também podemos encontrar inversamente na Bahia, em certos candomblés, culto aos caboclos. Concordamos com os autores quando estes propõem a necessidade de “libertar” o estudo do candomblé da África, assim como devemos “libertar” a macumba das comparações ao candomblé (Lapassade; Luz, p. 15).

<sup>40</sup> Na vertente de umbanda omolocô, ou omoloko, também conhecida como Umbanda Traçada, se cultuam caboclos e pretos-velhos, bem como orixás, em yoruba e angola. Entre as linhas de umbanda, é considerada uma das mais africanizadas. Seu principal representante foi Tancredo da Silva Pinto. Tata Tancredo, como era conhecido, nasceu em 1904, em Cantagalo, e morreu em 1979, na cidade do Rio de Janeiro. O religioso foi compositor e sambista, escreveu mais de 30 obras literárias, divulgando a umbanda. Entre elas: “Iyao, Camba de umbanda”; “Catecismo de umbanda, negro e branco na cultura religiosa afro-brasileira”; “Mirongas de umbanda”; “Eró da umbanda”; “Cabala Umbandista”; “Doutrina e ritual de umbanda no Brasil”, entre outras (Bahia, Nogueira, 2018, p.62).

provavelmente banto, de origem e práticas obscuras, cuja expansão se verificou no Rio de Janeiro, em especial, na primeira metade do século XX. Sua difusão foi fruto de uma reação “reafricanizante” à chamada ‘umbanda branca’, expandida a partir do Primeiro Congresso de Espiritismo de Umbanda, realizado no Rio de Janeiro, em 1941.

Durante todo o processo de pesquisa em que nos debruçamos sobre o campo político-religioso de São Gonçalo (Aguiar, 2017; Aguiar, 2018; Aguiar, 2022), nos deparamos com umbandistas que lideram as lutas contra intolerância, buscando legitimidade a partir da burocracia do Estado. Essas lideranças se identificam com as práticas das linhas de “umbanda omolocô” e “umbanda popular”<sup>41</sup>, a exemplo de Fernando Torres e Waguinho Macumba, respectivamente.

Waguinho afirma não conhecer centros de umbanda em São Gonçalo que sigam “à risca” a linha de Zélio, mas seus projetos carregam o nome e a imagem do médium como estandarte religioso para demarcação do espaço público municipal. Assim como Waguinho, Fernando Torres também se baseia no “mito de origem” para justificar o projeto MuseUmbanda (2021) no município e trazer ainda mais legitimidade às suas propostas, contando com o apoio do bisneto de Zélio, Leonardo Cunha. No entanto, Fernando não pratica a linha do médium, e em um dos nossos encontros apresentou com orgulho o livro, “Yaô”, lançado pela editora Espiritualista, em 1975, de autoria e assinado com dedicatória do líder omolocô, Tata Tancredo<sup>42</sup>.

A nossa experiência no campo umbandista municipal, iniciada em 2015 (Aguiar, 2017), evidencia que as linhas de umbanda mais praticadas no município parece ser a “popular” e a difundida por Tata Tancredo, apesar das lideranças políticas acionarem o simbolismo de Zélio sempre que emergem urgências de diálogo e captação de recursos perante o poder público local. O nome do médium, assim como a disposição dos *banners* com a sua imagem, é colocado em primeiro plano quando as lideranças da umbanda precisam adentrar a câmara municipal de São Gonçalo para defenderem as suas pautas políticas e religiosas.

---

<sup>41</sup> Segundo Mario Filho, a “umbanda popular” também é conhecida como “Umbanda Cruzada” e “Umbanda Mística”. Apesar de não contarmos com registro da data e do local inicial em que começou a ser praticada, além de não existir uma doutrina comum em seu interior, essa Umbanda é caracterizada como uma das mais antigas vertentes, fruto da umbandização de antigas casas de Macumbas, sendo a vertente mais difundida em todo o país. Ver: <https://templopanteranegra.com.br/umbanda-omoloko/as-umbandas-dentro-da-umbanda/>. Acesso agosto de 2024.

<sup>42</sup> Tata Tancredo da Silva Pinto foi importante compositor e líder religioso da “umbanda omolocô”, atuante no Rio de Janeiro entre 1950 e 1979. Contrastando a umbanda formada por Zélio, Tata era uma “figura central na formulação de uma umbanda com uma identidade cultural dita mais ‘africanizada’, e com uma maior aproximação das religiões afro-brasileiras, a exemplo do candomblé” (Nogueira, 2022, p.10).

Ao compor solenidades nos espaços institucionais do município, os umbandistas não enfatizavam nos seus discursos o tipo de umbanda realizada por Zélio e suas problematizações raciais ou de formação, assuntos como esses eram reconhecidos, mas tratados na “cozinha” dos eventos e tomadas de decisões, como veremos nas análises futuras. Essas lideranças, em público, escolhiam resgatar a imagem do “Zélio político”, atuante na formação inicial da cidade, na década de 1920.

O médium é retratado por essas lideranças como aquele que ajudou a edificar com valores republicanos e educacionais o mesmo espaço que, a partir de 2011, se destaca em crescimento numérico pentecostal e ações intolerantes, destinadas aos povos de terreiro. A figura política de Zélio, que foi gradualmente apagada a partir de 1929, retorna com novos contornos a partir das atuais lideranças umbandistas que buscam dar sentido as novas disputas político-religiosas em São Gonçalo.

Partindo dessas observações, o Primeiro Capítulo tem por objetivo mapear o contexto histórico e as ações políticas que atravessaram Zélio de Moraes, a fim de evidenciar que, assim como o seu avô materno, o médium gozava de prestígio municipal entre os vereadores no início República, mas acabou tendo o poder desgastado junto dos apoiadores de Nilo Peçanha, nos anos finais da década de 1920, resultando em um total desmantelamento político partidário a partir do Governo Provisório de Getúlio Vargas (1930-1937). Ressaltamos que as disputas políticas empreendidas por Zélio e a nova elite fluminense, a exemplo de Luiz Palmier, não ficaram restritas as agremiações intelectuais, nem ao campo político, elas também aconteciam na esfera religiosa.

Nossa hipótese a ser testada é a de que a construção do discurso atual das lideranças umbandistas que destacam a umbanda enquanto religião oriunda de São Gonçalo e genuinamente nacional por integrar as “três raças” e, assim entoar “valores republicanos”, se aproxima do que era produzido pela elite intelectual fluminense, entre as décadas de 1920-1930. Essa elite, liderada por médicos comprometidos na propagação das concepções eugênicas, não só na saúde, mas nos aspectos culturais, vai se movimentar dentro de agremiações educacionais e círculos religiosos, exaltando certa memória local em detrimento das práticas que deveriam ser expurgadas em uma nação moderna, como o “curandeirismo” e a “umbanda”.

Nossas observações concordam com as análises de Seyferth (Bahia, *et.al.*, 2015) quando esta evidência que a elite brasileira desde o Brasil Colônia até as primeiras três décadas da República – que era composta principalmente por médicos, engenheiros e advogados, que realizavam a sua formação superior em Portugal ou eram advindos dos

institutos de pesquisa e escolas superiores no Brasil - fora influenciada pelas concepções sobre nação oriundas do início do século XIX e pela ciência das raças, incorporados a um “conjunto de conceitos elaborados ao longo do século XIX e que serviram, inclusive, de base para justificar a escravidão” (Bahia, *et.al.*, 2015, p.10).

Por fim, concluímos que podemos encontrar tanto nas atuações políticas de Zélio na década de 1920, e no “mito de origem” de 1950 (Brown, 1985), quanto na resignificação desta narrativa a partir de 2011, disputas por elementos simbólicos que visam reafirmar a umbanda enquanto religião nacional diante das investidas intolerantes e de diferenciação racial. Observamos nesta breve apresentação sobre Zélio como as lideranças umbandistas se atualizam conforme os enfrentamentos do presente, para assim dar sentido as suas reivindicações.

Como metodologia faremos uso de periódicos e revistas ilustradas encontrados na Hemeroteca Digital, disponibilizados pela Biblioteca Nacional, que correspondem ao período que abrange a atuação política do avô de Zélio, José de Moraes e Silva (1832-1896) e o “mito de origem” (1908-1975), como O Commercio; O Fluminense; Gazzeta de Notícias; A Gazzeta- São Gonçalo; Gazeta de Campos, Gazeta da Noite; Correio Mercantil; Jornal da Tarde; Almanak Laemmert; O Apostolo; Boletim do Grande Oriente do Brasil; A UNIÃO e A Revista, todos de circulação fluminense.

Também levantamos as atuações dos políticos e intelectuais acerca das principais agremiações literárias da época, no jornal O Estado, Niterói (1923-1930). Assim como a realização de pesquisas de verbetes nos arquivos da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC); nas páginas oficiais da prefeitura de São Gonçalo; e demais sites produzidos por umbandistas, como as informações fornecidas pela página oficial da Tenda Espírita Nossa Senhora da Piedade<sup>43</sup>.

Optamos por aplicar nas reflexões propostas uma abordagem que visa a “historicização da experiência” (Aróstegui, 2004), enquanto a teoria funciona como importante ferramenta metodológica sobre as chamadas “experiências vividas e transmitidas pelo objeto e fonte de estudo”. Neste ponto, consideramos o processo de produção e percepção da experiência, tanto de Zélio, como daqueles que posteriormente vão alavancar o “mito fundador”, como indissociáveis do tempo e lugar que se estruturam.

Com intuito de melhor compreender as diferentes memórias construídas em torno da imagem do médium e do “mito fundador” da umbanda, faz-se necessário problematizar o

---

<sup>43</sup> Primeira Tenda fundada pro Zélio e o Caboclo das Sete Encruzilhadas, em São Gonçalo de 1908.

contexto histórico-social em que foram elaboradas essas produções. A tentativa de “historicização” de São Gonçalo, e de Zélio enquanto político fluminense, é entendida como um conhecimento indireto do passado, para a compreensão dos traços que serão reconstruídos pelas atuais lideranças umbandistas do município.

### **1.1 Mapeando a cidade: Da emancipação de São Gonçalo à formação de uma política republicana fluminense**

Com a abdicação de Dom Pedro I (1831), e a consequente promulgação da Constituição de 1834, ficou estabelecido o mandato de quatro anos, criação das assembleias legislativas provinciais - o que trouxe aspectos federalistas à monarquia - e que a cidade do Rio de Janeiro, Capital do Império, seria considerada Município Neutro (1834-1960), separada da Província do Rio de Janeiro. A província era formada pelas regiões circundantes a Capital, compreendidas hoje como as cidades de São Gonçalo, Niterói, Saquarema, Campos dos Goytacazes, e outras. Havia, então, a necessidade de escolher uma nova Capital para a Província (Ferreira, 1997).

Assim, em 1835, a Vila da Praia Grande foi escolhida para ser a nova capital da Província do Rio de Janeiro, sendo elevada à condição de cidade e passando a se chamar Nictheroy (que significa "água escondida", nome sugerido por Joaquim Francisco Viana<sup>44</sup> em alusão a como os tamoios chamavam à entrada da baía de Guanabara). Em 1894, no auge da Revolta da Armada (1891-1894), a capital da Província foi transferida para a cidade de Petrópolis em regime de urgência. Mas, em 1903, Niterói voltou a ser capital definitiva, permanecendo até a fusão dos estados da Guanabara e Rio de Janeiro, em 1974<sup>45</sup>.

São Gonçalo, por sua vez, até finais do século XIX era distrito de Niterói, e sua proximidade geográfica com as capitais - provincial (Niterói) e imperial (cidade do Rio de Janeiro) - permitia acesso rápido a essas regiões, seja por intermédio dos portos que ligavam facilmente a Baía de Guanabara e seu intercâmbio com o “Porto do Rio” ou pela

---

<sup>44</sup> Influente político brasileiro, atuante na época do Império. Viana era natural de Campos dos Goytacazes, interior do Rio de Janeiro. Ver: <https://www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/1847>. Acesso setembro de 2024.

<sup>45</sup> Até a fusão dos estados da Guanabara e Rio de Janeiro, a historiografia utiliza “carioca” para se referir aos habitantes da Capital Federal e “fluminense” para aqueles originários de todo o Estado do Rio de Janeiro (Ferreira, 1997).

infraestrutura da “Estrada de Ferro Maricá” e “Estrada de Ferro Niterói-Cantagalo”, articuladas ao “Porto de Neves”. O município era ponto de passagem daqueles que vinham de trem do interior, rumo a Niterói ou para a cidade do Rio de Janeiro (Lessa, 2018).

A interessante proximidade com a capital fluminense e federal, somada a produção cafeeira do Vale do Paraíba e a inserção da aristocracia local na direção da política imperial, resultaram na então Província como o “bastião do regime monárquico”, no século XIX (Fernandes, 2009, p. 18). E será esse o período áureo que intelectuais fluminenses estavam dedicados a exaltar no início da República.

Porém, o avanço do café para o Vale do Paraíba paulista, a abolição da escravidão (1888) e Proclamação da República (1889), foram fatores determinantes para que o novo estado passasse a um papel secundário no direcionamento da política nacional e pela desestabilização de sua economia (Fernandes, p.18). Com a implantação da República Federativa houve a descentralização político-administrativa do país, gerando expectativas de uma efetiva autonomia do Estado do Rio de Janeiro, mas não foi o que aconteceu.

O Distrito Federal intervinha constantemente nos negócios do Estado e os políticos fluminenses foram, em boa parte, absorvidos pela política nacional e pela vida na Capital Federal. Por esse motivo as lideranças regionais tiveram dificuldades de se reunirem em torno de projetos comuns que facilitassem a construção de um acordo interno e beneficiassem, do ponto de vista econômico, suas regiões (Ferreira, 1997, p.78).

No período mencionado, prevaleciam os discursos da perda de uma *Idade de Ouro* – o Império – em que a *Velha Província* – o Rio de Janeiro – detinha a primazia política e econômica. Os projetos políticos que visavam a ascensão fluminense apostavam na tradição agrarista da região. Nesta interpretação, apenas o campo e as atividades agropastoris seriam capazes de superar a crise econômica vivida e servir de sustentação para às aspirações de retorno à antiga situação política, em que os fluminenses estavam no centro das decisões nacionais. (Fernandes, 2009, p.19)

Os cariocas também partilhavam de avaliações negativas sobre o Estado do Rio de Janeiro. Então, na tentativa de afastar a imagem ultrapassada da região, a elite fluminense buscou fazer política fora de Niterói, uma cidade vista como “sem atrativos” e “provinciana”. Essa complexidade de relações pode ser observada na fala do deputado e intelectual Maurício Medeiros, em 1920:

Por maior que seja, pois, o espaço fluminense, o estado do Rio é sempre aquele estado que se acha fronteiro à grande metrópole [...] O mineiro pode ter seus hábitos e o carioca os respeita, assim como os outros estados. Mas o fluminense não pode

ter. Se é certo que ele não evolui com a precipitação do carioca, porque não será submetido às mesmas influências, a verdade é que a proximidade da capital sempre exerce sobre o estado essa influência demolidora, que não lhe permite criar uma personalidade própria, um caráter étnico, moral ou social que o tipifique. O carioca toma-o então a sua conta e tudo quanto se refere ao estado do Rio, ao vizinho estado, é envolto nesta gaze de ironia que não permite apreciação verdadeira (Ferreira, 1997, p. 80).

Entendemos que a Capital federal assumiu um lugar privilegiado de construção das identidades, sejam nacionais ou regionais, e a partir dela ocorriam a interação entre as elites estaduais e/ou municipais de modo a produzir um padrão de comportamento que deveria ser imitado. Deste modo, a visão depreciativa dos cariocas sobre os fluminenses somava-se a visão dos fluminenses sobre si, especialmente os de Niterói, marcada por um enorme complexo de inferioridade frente ao grande centro cultural, político e econômico que era o Rio de Janeiro (Ferreira, 1997, p. 82).

A militância política da jovem elite, fora das fronteiras da província, é um dado relevante para explicar o fraco enraizamento das ideias republicanas no território fluminense. Enquanto a cidade do Rio de Janeiro encarnava o ideal de modernidade e progresso, a elite fluminense se identificava com o Partido Conservador e a monarquia. Fatos esses que explicam o porquê de, às vésperas da Proclamação da República (1889), os fluminenses terem conseguido articular apenas um partido republicano, o Partido Republicano Federal- PRF (Ferreira, p.82).

O PRF era bastante influente em São Gonçalo desde o final do século XIX e refletia os interesses da sociedade gonçalense do período, com mentalidade conservadora, propagava a exaltação a vida rural, defendendo que esta poderia ser superior à vida urbana. O Partido apresentava como principais nomes atuantes, Silva Jardim, Alberto Torres, Francisco Portela, entre outros, que liderados por Nilo Peçanha, eram conhecidos como “niilistas” (Ferreira, 1989, p.46).

Assim, entre finais do século XIX e início do século XX existia em São Gonçalo uma só corrente político-partidária de poder, os aliados a Nilo Peçanha. As práticas políticas que atendiam aos interesses desses grupos hegemônicos foram perpetuadas através das contínuas ações de cunho populistas, clientelistas e personalistas. Essas práticas mantiveram-se, inclusive, mesmo após a Revolução de 1930, porém veremos que a hegemonia de interesses não anulava os conflitos internos.

Os Grupos políticos divergentes disputaram o poder durante toda a Primeira República. A liderança de Nilo Peçanha, que se estendeu do governo de Alberto Torres (1898-1900) até a intervenção federal, em 1923, não conseguia suplantar as divergências e

formar um grupo que implementasse um plano efetivo de recuperação política e econômica do Estado do Rio de Janeiro, para só então conseguir competir com as novas forças hegemônicas do país: São Paulo e Minas Gerais. (Fernandes, 2009, p. 18).

Entre 1890 a 1955 diversos foram os representantes de São Gonçalo que exerceram mandatos por apenas 30, 60 e 90 dias, e alguns permaneciam apenas de um a três dias (Braga, 2006, p. 208). Diante desse contexto inicial de instabilidade política-administrativa da jovem cidade, Zélio de Moraes e seu avô, José de Moraes e Silva (1832-1896) integraram as primeiras formações da Câmara Municipal de São Gonçalo.

Durante a Primeira República, os partidários de Zélio conseguiram garantir oito representantes consecutivos para o poder máximo do executivo de São Gonçalo. Porém, nos finais dos anos 1920 - em contexto da morte do principal líder do Partido Republicano, Nilo Peçanha (1924); da crise do café decorrente da queda da bolsa de valores de New York (1929); a necessidade de modernização agrícola em São Gonçalo - a exaltação da vida rural foi perdendo sentido, assim como a predominância econômica do café e, conseqüentemente, o poderio das suas antigas oligarquias. Em contrapartida, crescia o poder dos apoiadores políticos de Feliciano Sodré e a influência da elite intelectual que, reunida em agremiações, apoiava as suas ações.

Entre os políticos e intelectuais do município de São Gonçalo, apoiadores de Sodré, surgia o discurso em defesa da implementação de novas tecnologias nos setores agrícolas, e que o aumento dos valores estabelecidos para a receita municipal justificava a necessidade de novas propostas de modernização para a cidade (Palmier, 1940). Essa mudança de perspectiva marca o cenário do pleito municipal de 1929, destacando a não reeleição de políticos já conhecidos, como Zélio.

Porém, com a chegada de Getúlio Vargas ao executivo nacional e do seu interventor federal em São Gonçalo, em 1930, o grupo que sucedeu os niilistas também teve perda política. Sodré, que acabara de assumir cadeira no Senado, perde o mandato em decorrência da vitória da Revolução de 1930. Já a Renascença Fluminense (1923-1930) - instituição com destacada atuação em São Gonçalo e Niterói, formada por políticos e intelectuais fluminenses - não consegue manter coesão e é dissolvida pelos seus membros neste mesmo ano.

Nas duas primeiras décadas da República, encontramos registros de Zélio e membros da sua família entre os grupos políticos de atuação fluminense. Devido às instabilidades já identificadas, até 1930, São Gonçalo vai realizar apenas três eleições diretas, a de 1924, 1927 e 1929. Zélio venceu as primeiras eleições para o cargo de vereador, por voto direto, permanecendo até final de 1929, quando não atingiu a reeleição.

Antes do nascimento de Zélio, o seu avô materno, José de Moraes (1832-1896) era persona conhecida na política fluminense. As fontes indicam que Zélio conviveu apenas os cinco primeiros anos de vida com o seu avô. Conhecido no mundo da política como J. Moraes e Silva, atuou no ordenamento da cidade como Delegado de Instrução; foi indicado a Guarda Nacional, integrando o 17º Batalhão de Infantaria da Câmara de São Gonçalo como Major-Fiscal; e como vereador “se mostrou alguém atento às causas dos mais pobres” (Tardock, 2019).

O poder político e a influência intelectual de J. Moraes e Silva parecem ter contribuído para a consolidação política de Zélio, além do pertencimento a uma linhagem familiar abastada e respeitada intelectualmente. Como representante eleito para a câmara dos vereadores, as fontes indicam continuidade das propostas de governo do avô, no que foi apresentado por Zélio. Por outro lado, a partir do “mito de origem”, e nos elementos simbólicos contidos nas linhas fundadas pelo médium, identificamos as tentativas empreendidas por Zélio para ressignificar a sua imagem aristocrática.

### 1.1.1 Breve biografia de J. de Moraes e Silva

José de Moraes e Silva nasceu em 1832 e faleceu em 1896, permanecendo toda a sua vida na região fluminense. Além de político, o avô de Zélio foi proprietário de terras e casas em Neves, detinha um engenho de açúcar movido a água e fazia uso do trabalho servil. Em 1870, um incidente entre o seu escravizado e uma liberta não identificada foi registrado no “Relatório da Secretaria de Polícia da Província do Rio de Janeiro”, Niterói. Nele é descrito que, “Na freguesia se São Gonçalo, no mês de abril, foi ferida gravemente com facadas uma preta liberta, pelo escravo de José de Moraes e Silva, o qual sendo preso e processado, foi condenado pelo júri a cem açoites” (Nunes, 2006, p. 29).

Em 1871 o Jornal da Tarde (RJ, 1869-1872)<sup>46</sup> registrou que outro escravizado de José de Moraes, de nome Alfredo, foi levado para averiguações sobre ofensas físicas feitas ao amo a quem estava alugado. Estes registros ajudam a compreender o poder aristocrático da família de Zélio desde antes da República. Entretanto, a família Moraes também recebia notoriedade partindo de outras perspectivas.

---

<sup>46</sup> GAZETILHA. JORNAL DA TARDE, Rio de Janeiro, ano III, n. 00009, 11 jan. 1871. p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/246875/1220>. Acesso em: 1 mai. 2024.

Os periódicos da época caracterizavam José de Moraes como “um liberal distinto, espírito esclarecido e homem de letras”. O avô de Zélio foi autor de diversos livros e publicou uma variedade de poesias nos periódicos de grande circulação da época. José de Moraes fundou o periódico “O Trabalho” (RJ), em São Gonçalo, 1881. Os seus sócios fundadores - Emilio Kemp, redator de O Comercio e da Revista Fluminense, ex-colaborador da Gazeta de Petropolis; e Borges de Lima – também atuavam como vereador de Niterói na década de 1880<sup>47</sup>.

José de Moraes escreveu os romances: “Dous Piratas” (1865), Mariposas (1885), Sanctuários (1889), e Scintillas (1895). Seus poemas eram publicados em jornais de considerável importância para a antiga região fluminense, como Gazeta de Campos (RJ; 1872-1875)<sup>48</sup> e Correio Mercantil<sup>49</sup>, onde dividia coluna com Machado de Assis e outros ilustres contemporâneos. No periódico Gazeta da Noite (1879)<sup>50</sup>, publicou uma crônica chamada “Genesis” onde apresentava a relação entre a água e o fogo, que em revolta aos impeditivos de Deus e na insistência de permanecerem juntos, acabam por gerar a criação do mundo.

Os registros também evidenciam que as relações entre o avô de Zélio e a intelectualidade do período eram latentes. O seu poema, “Mariposa”, teve introdução assinada por Alberto de Oliveira, respeitado intelectual nascido em Saquarema, que atuava como farmacêutico, professor e poeta, fundador e patrono da cadeira nº 2 da Academia Brasileira de Letras, que homenageia Cláudio Manuel da Costa (1729-1789)<sup>51</sup>.

Em 1893, José de Moraes escreveu uma poesia<sup>52</sup> em homenagem a Antonio Aydano Gonçalves de Almeida<sup>53</sup>, diretor da escola Normal e do Liceu de Niterói, que com o título de “Apologia”, faz exaltação a inteligência do professor.

---

<sup>47</sup> NOTICIARIO. O Fluminense, Rio de Janeiro, n. 00451, 1 abr. 1881. p. 2. Disponível em: [http://memoria.bn.gov.br/docreader/100439\\_02/778](http://memoria.bn.gov.br/docreader/100439_02/778). Acesso em: 6 mai. 2024.

<sup>48</sup> PROTESTO. Gazeta de Campos, Rio de Janeiro, ano 1, v. 1, n. 00033, 20 abr. 1875. Poesias, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/219002/1369>. Acesso em: 1 mai. 2024.

<sup>49</sup> A MARMOTA. Correio Mercantil, Rio de Janeiro, ano 1860, n. 00099, 10 abr. 1860. Notícias Diversas, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/217280/17456>. Acesso em: 3 mai. 2024.

<sup>50</sup> GENESIS. Gazeta da Noite, Rio de Janeiro, ano 1879, v. 1, n. 00141, 18 set. 1879. Variedade, p. 3-4. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/710725/569>. Acesso em: 3 mai. 2024.

<sup>51</sup> Ver: <https://www.academia.org.br/academicos/claudio-manoel-da-costa/biografia>. Acesso maio de 2024.

<sup>52</sup> APOLOGIA. O Fluminense, Rio de Janeiro, ano 1892, n. 02117, 14 set. 1892. Literatura, p. 2. Disponível em: [http://memoria.bn.gov.br/docreader/100439\\_03/1244](http://memoria.bn.gov.br/docreader/100439_03/1244). Acesso em: 3 mai. 2024.

No que tange ao seu desempenho político, o avô de Zélio chegou a ocupar o cargo de vice-presidente da câmara de São Gonçalo, em 1893, sendo o terceiro candidato mais votado, de forma indireta, entre os vereadores. Já na eleição subsequente conquistou a cadeira de presidente do legislativo municipal, atuando no período de 1894 a 1895. Em uma publicação do jornal *O Fluminense* (1893), os vereadores locais aceitaram a proposta de José de Moraes, para que a prefeitura atendesse os pedidos de alimentar os pobres, assim como a manutenção da ordem e do socorro de que necessitava o povo de São Gonçalo (Tardock, 2019).

José de Moraes alugou um prédio para a prefeitura com intuito de estabelecer no local a Escola Masculina de Porto das Neves<sup>54</sup>. Para o historiador de São Gonçalo Luciano Tardock, se Zélio tinha compromisso especial com a educação do município, um pouco desse “espírito” deve ter herdado de seu avô materno, descrito pelo pesquisador como “bom cultuador das letras” (Tardock, 2019).

Os periódicos encontrados não são claros quanto o pertencimento partidário de José de Moraes, enquanto Zélio, atuante em um contexto republicano fluminense pouco mais articulado, surgia como representante e defensor do PRF. Conforme destacado anteriormente, a política municipal do início da República era feita em concordância com o grupo hegemônico da região fluminense (PRF) a partir da articulação com os centros gravitacionais de poder, Niterói e a Capital Federal. Assim, observamos que a atuação de Zélio não se mostrou diferente da de José de Moraes.

Mas distinguindo as trajetórias, Zélio inicia sua atuação política pleiteando a vaga de vereador na câmara municipal de São Gonçalo no contexto das primeiras eleições diretas republicanas, tendo que atrair o voto dos eleitores. O político logrou êxito e foi eleito para o seu primeiro mandato, em 18 de maio de 1924, mas como previsto, sua posse ocorreu no dia 6 de junho do mesmo ano, com término do mandato em 30 de abril de 1927.

---

<sup>53</sup> Antonio Aydano Gonçalves de Almeida nasceu em 1838, na Bahia, a Escola Modelo de Niterói recebeu seu nome homenageando-o pelos “reais serviços prestados ao Estado e para honrar sua memória”, e sua reputação de sábio pedagogo como era considerado (Nogueira, 1938).

<sup>54</sup> SECRETARIA DAS FINANÇAS: Requerimentos despachos. *O Fluminense*, Rio de Janeiro, n. 03666, 5 jun. 1898. p. 2. Disponível em: [http://memoria.bn.gov.br/docreader/100439\\_03/7442](http://memoria.bn.gov.br/docreader/100439_03/7442). Acesso em: 6 mai. 2024.

### 1.1.2 Breve Biografia Política de Zélio Moraes

Assim como o seu avô, durante as primeiras década da República, Zélio representava a continuidade da elite política aristocrática fluminense presente desde o Brasil Império. Ambos chegaram a circular pelas mesmas esferas de intelectualidade. Essas inferências são percebidas nas principais pautas políticas dos Moraes, como a promoção da educação pública, aprimoramento do ensino normal e criação de novas escolas regulares e técnicas.

As eleições de 1924 marcaram as primeiras disputas ao pleito da prefeitura, tanto para o cargo executivo quanto para o legislativo, realizadas com representação do voto direto da população, como previa a Constituição Republicana de 1891 (Nunes, 2006. p.63). Neste contexto, o então prefeito eleito foi Álvaro Lopes Martins<sup>55</sup>, que assim como Zélio, venceu a disputa representando o Partido Republicano Federal (PRF).

Nas eleições de 1927, Zélio conseguiu a sua reeleição, assumindo o mandato no dia 30 de abril do mesmo ano, com término em 31 de dezembro de 1929. Dessa vez, quem assume o executivo do município é o situacionista Mentor Souza (PRF)<sup>56</sup>. Fazendeiro em São Gonçalo, na região de Sacramento, o então prefeito teve uma administração discreta e contou com apoio do seu colega partidário (Tardock, 2009).

Já nas eleições de 1929, nem Zélio, nem a maioria dos seus companheiros de partido, saíram vitoriosos. O ano anterior a 1930 já marcava o fim da hegemonia do PRF em São Gonçalo. No município, o partido parecia representar a oligarquia fluminense julgada como “incapaz de desenvolver a região durante os primeiros anos da república”, além das consequências negativas que a Crise de 1929 gerou na oligarquia nacional e, principalmente, na tradicional aristocracia fluminense.

---

<sup>55</sup> Foram encontradas informações sobre Álvaro Lopes Martins Filho, na página *online* que apresenta as Genealogias Fluminenses. No endereço eletrônico, o texto que segue sem autoria destaca que o então prefeito nasceu em Cantagalo ou São Sebastião do Alto, dono da Fazenda São Joaquim, em Macuco, depois comprou uma fazenda de café em Botucatu, SP, onde a família viveu por alguns anos, em seguida outra fazenda em São Gonçalo, RJ. Em pouco menos de um ano de exercício como prefeito (1924), Alvaro Martins teve que se afastar do cargo para tratamento de saúde, só retornando em 09 de maio de 1926. Ver: [http://www.marcopolo.pro.br/genealogia/paginas/cantagalo\\_lmartins.htm](http://www.marcopolo.pro.br/genealogia/paginas/cantagalo_lmartins.htm). Acesso maio de 2024.

<sup>56</sup> Mentor de Souza Couto foi um político profissional, ainda que tivesse outras áreas de atuação, era bem relacionado com a rede que se estabelecia. O fazendeiro era sempre visto ao lado de nomes importantes da política, tanto de São Gonçalo quanto de Niterói, como Norival de Freitas, além de ser bastante solícito quando precisava fazer agrados a nomes ligados ao movimento republicano, como as cerimônias em homenagem ao falecimento de Floriano Peixoto, a qual sempre cedia o salão nobre da prefeitura de São Gonçalo para as honrarias que se seguiam. Ver: <https://www.cmsg.rj.gov.br/noticias/o-prefeito-mentor-souza-e-sua-administracao/>. Acesso maio de 2024.

Os apoiadores da Revolução de 1930, pregavam nos periódicos que o povo de São Gonçalo não via mais na antiga elite fluminense uma alternativa para a crise política vivida, escolhendo então se desvincular das influencias oligárquicas atuantes, enquanto criava laços com os apoiadores de Getúlio Vargas, sonhando com a industrialização e urbanização da cidade.

Tardock (2009) ressalta que, tanto nos seus dois mandatos, quanto na investida pela reeleição em 1929, Zélio tinha como proposta política a difusão das escolas públicas no município. O vereador, era contemporâneo de um grupo de intelectuais fluminenses preocupados em devolver a região os tempos auspiciosos do passado imperial, promover a cultura, modernização e exaltar a região fluminense.

O final da década de 1910 e a seguinte são marcadas por concepções variadas sobre o papel da educação na sociedade brasileira. Essa temática ganhava relevo entre aqueles que se propuseram a refletir sobre o país e entendiam que a educação era um elemento importante no projeto de restauração do lugar do estado do Rio de Janeiro no cenário nacional.

Para um significativo grupo, a educação seria o veículo capaz de “regenerar as populações brasileiras, núcleo da nacionalidade, tornando-as saudáveis, disciplinadas e produtivas”, mas para tais feitos, a educação deveria ser “erigida nesse imaginário em causa cívica de redenção nacional”. Para muitos republicanos históricos, só a através da educação seria possível inserir a “massa” no processo de construção da nacionalidade, tornando-a “povo” (Fernandes, 2009, p. 65).

Por esse motivo, os Grupos Escolares recém-construídos, mais do que simples escolas, seriam “escolas-monumento”, símbolos de uma administração que visava deixar a sua marca na construção de um estado moderno (Fernandes, p. 66). Assim, os intelectuais e políticos fluminenses acreditavam ter uma dupla missão, não só elaborar o que seria o povo brasileiro ao embutir os valores republicanos nas histórias mais remotas da região, mas buscar o fortalecimento das suas influências locais projetando visibilidade nacional.

Nos anos de 1920 e 1930 - período de fundação das tendas por Zélio e a atuação do médium na câmara dos vereadores de São Gonçalo – identificamos diversas ações dedicadas a pensar e criar um novo modelo de nação. Para o *ethos* político-intelectual dos primeiros anos da República, civilizar era preparar o povo para o progresso, retirando-o da ignorância, aperfeiçoando-o para as instituições nascentes e as novas demandas do capitalismo no Brasil (Schueler; Magaldi, 2009).

Durante o período de atuação pública de Zélio, podemos encontrar diversas agremiações e círculos literários onde os políticos e intelectuais da época se reuniam para

produzir, debater e divulgar seus entendimentos. Destacamos a Renascença Fluminense (1923-1930) por essa ter uma atuação muito próxima geograficamente de Zélio, incidindo diretamente em Niterói e São Gonçalo, com constantes discursos, inaugurações e formação de uma memória histórica acerca do que os seus agentes entendiam ser o território fluminense, sua cultura, povo, religiosidade, engendrando assim certa importância histórica para a região perante o contexto nacional.

### 1.1.3 A Renascença Fluminense

A Renascença Fluminense era uma instituição formada em Niterói, no segundo semestre de 1923, por intelectuais fluminenses. A agremiação possuía uma Constituição definitiva e pretendia se desdobrar em Conselhos quantos forem os municípios do estado do Rio de Janeiro. As suas assembleias serviam para eleger a direção geral dos municípios, ao todo eram quarenta e oito (48) cidades, além da realização de uma reunião anual com todos os conselhos (Fernandes, 2009; 2011).

O primeiro Conselho Municipal instaurado foi o de Niterói, no dia cinco de agosto de mil novecentos e vinte e três (5/08/1923), no salão nobre da Associação dos Empregados do Comércio desta capital. Porém, o seu funcionamento era realizado em uma das salas do palácio da Escola Profissional Feminina e o Conselho se constituía em 30 cidadãos. Já a instalação da sede da Renascença Fluminense, em São Gonçalo, se deu no dia 10 de maio de 1925, no colégio Nilo Peçanha.

A Renascença Fluminense foi instalada no contexto político onde o Rio de Janeiro passava pela intervenção federal, com Aurelino Leal, e o niilismo perdia cada vez mais a sua força. A Renascença teve como núcleo de atuação o município de Niterói, onde é identificado por Marieta de Moraes (1989) como sendo o “principal centro urbano do estado e reduto mais importante da oposição e dificuldades enfrentadas pelos niilistas, mas era composta por outros membros oriundos de São Gonçalo ou que tinham destacada atuação na região, como Armando Gonçalves<sup>57</sup>, Feliciano Sodré<sup>58</sup>, Luiz Palmier<sup>59</sup>, Jonathas Botelho e Ramon Alonso<sup>60</sup>.

---

<sup>57</sup> Armando Gonçalves nasceu em São Gonçalo, a 2 de maio de 1888. Ver: [https://projetoalternativosg.blogspot.com/2014/06/quem-foi-armando-goncalves-por-nelson\\_18.html](https://projetoalternativosg.blogspot.com/2014/06/quem-foi-armando-goncalves-por-nelson_18.html). Acesso maio de 2024.

O presidente da instituição era Eduardo Backheuser, fundador Lacerda Nogueira e Mauricio de Medeiros o redator dos estatutos. Os candidatos que se filiavam a instituição poderiam disputar funções legislativas e outras de sufrágio popular. Seus membros eram professores, advogados, funcionários federais, jornalistas, historiadores, médicos e membros em comum com a Academia Fluminense de Letras.

Os renascentistas divulgavam os seus ideais e delimitavam o que seria apropriado por essas crianças que iriam conduzir o futuro fluminense. Tornando nítido a relação presente-futuro, onde o futuro glorioso para a região dependerá do que a Renascença estava construindo naquele presente. O intuito era promover uma intensa propaganda de ideias na praça pública, imprensa, por meio de folhetos e outros capazes de produzir os resultados visados (Fernandes, p.75).

A partir das pesquisas sobre a Renascença podemos notar a tentativa de construção de um novo Estado baseado nos ideais modernos defendidos pelos cariocas, onde se valoriza o antigo, a tradição, a história. O papel dos intelectuais fluminenses era de estar aptos para levar a sociedade ao progresso, de conduzir à implementação dessa nova ordem social. Esse grupo restrito de intelectuais se unia para reafirmar os valores históricos locais em um contexto de reconstrução do lugar do Estado do Rio de Janeiro e da região fluminense na constelação da nação.

As providências tomadas pelo seu governo de Feliciano Sodré, tendo a Renascença como aliada, funcionavam como articulações políticas, uma vez que Sodré construía a sua imagem como aquele que vai remodelar a região fluminense devolvendo o seu estado de

---

<sup>58</sup> Depois de longas disputas com Nilo Peçanha, em 1923, Feliciano Sodré angariou o apoio do interventor Aurelino Leal e foi eleito presidente do estado do Rio de Janeiro. Nesse pleito, os nilistas não apresentaram candidatos ao Executivo nem ao Legislativo estadual. Durante seu governo, Feliciano Sodré procurou estabelecer suas próprias bases políticas, buscando o apoio dos grandes estados do país, através da adesão à política de defesa do café. Seu governo foi também marcado pela tentativa de dar mais autonomia ao estado do Rio em relação ao Distrito Federal, que possuía maior preponderância econômica. Sua principal estratégia foi a construção do porto e a criação da alfândega em Niterói, obras que mesmo com todo o empenho do governo não entraram em funcionamento efetivo durante a Primeira República. (CPDOC, p.6). Disponível: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/SODR%C3%89,%20Feliciano.pdf>. Acesso maio de 2024.

<sup>59</sup> Dr. Luiz Palmier representava a Liga Fluminense, onde Ramon Alonso era tesoureiro e advogado. Ver: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/colecao.php?strSecao=especifico&nrSeq=13041@1>. Acesso maio de 2024.

<sup>60</sup> Jonathas Botelho e Ramon Alonso, assim como Luiz Palmier, eram membros atuantes da Liga Fluminense Contra o Analfabetismo. Segundo Wanessa Nofuentes (2008), São Gonçalo foi o primeiro município a fundar uma Liga Local, estando sob a incumbência do Coronel Henrique Mihomens. Em notícias sobre sessões realizadas no edifício da Câmara Municipal, menciona-se a participação de mais de 200 pessoas. A pesquisadora destaca que, por volta de 1916, mais de 20 ligas haviam sido fundadas nas localidades fluminenses e que estas teriam influenciado na criação de cerca de 300 escolas primárias. Uma escola operária noturna estava funcionando no Barreto, bairro industrial de São Gonçalo (Nofuentes, 2008, p.117).

grandeza de outrora e solidificando os seus laços políticos já existentes em Niterói (Ferreira, 1989, p.76). Ao auxiliar e exaltar o sodrelismo, a Renascença contribuiu ainda mais para a queda do prestígio dos niilistas e ascensão do grupo de Sodré na região fluminense, o que pode ter impactado diretamente nas eleições de 1929, em relação aos candidatos ainda vinculados a política de Nilo Peçanha, como Zélio.

Uma das figuras de destaque da agremiação foi do médico Luiz Palmier, com atuação em São Gonçalo, enquanto intelectual memorialista fluminense nos primeiros anos da República, desenvolveu ações políticas ao lado de Sodré. Para Palmier, a Proclamação da República foi fator decisivo para a emancipação de São Gonçalo “e assim, as aspirações democráticas dos orientadores desse regime deviam imprimir modernas tendências e orientação diversa às administrações”, um dos exemplos é o republicano uso do espaço público da cidade (Palmier, 1940).

Na concepção de Palmier, apesar dos valores sociais republicanos já estarem presentes em São Gonçalo, os primeiros anos republicanos “foi de encontro às justas aspirações de uma população culta, laboriosa e de gloriosas tradições” (Palmier, p.207). Uma vez que a cidade conseguiu a sua emancipação política em 1890, mas constantemente sofria desmembramentos e importantes intervenções tanto do governo Federal, quanto do Estadual, chegando a ter parte do bairro de Neves incorporado a Niterói, em 1891 (Palmier, p.36).

Observamos a partir dos jornais de grande circulação na cidade que, em finais da década de 1920, Palmier simbolizava o “novo”, o “moderno”, “republicano”, o homem das ciências que visita igrejas católicas e centros espíritas para buscar apoiadores. Enquanto Zélio é entendido como “a velha política aristocrática”, integrante da estrutura que pouco contribuiu para desenvolver São Gonçalo nas duas décadas de República, e afastar ainda mais a região do seu passado imperial glorioso, além das suas práticas religiosas estarem associadas ao “curandeirismo” e “baixo espiritismo”.

A relação entre Palmier e Zélio não acontece apenas na política, nem se limita a acusações em jornais, mas se revela também no campo religioso. Essa movimentação pode ser observada a partir das disputas dos símbolos republicanos exaltados por ambos. Tanto Zélio quanto Palmier faziam parte do mesmo *ethos* intelectual que projetava a formação do povo brasileiro a partir da educação, construção de monumentos, datas comemorativas, exaltação ao passado, mas ao estarem em lados opostos vão ter interpretações diferentes sobre os mesmos símbolos exaltados.

Faz-se importante destacar as atuações de Palmier uma vez que, o intelectual surge nos jornais como uma “nova política” fazendo contraponto ao grupo de Zélio. Ambos chegaram a

liderar os embates decorrentes das eleições de 1929, que teve como resultado a vitória do médico sanitário. Com objetivo de melhor compreender as diferentes disputas empreendidas na formação inicial do campo político-religioso do município, faz-se necessário adentrar brevemente nas ações de Zélio e Palmier no final da década de 1920.

#### 1.1.4 As eleições de 1929 e as disputas entre Luiz Palmier e Zélio de Moraes

Luiz Palmier (1893-1955) atuou em São Gonçalo entre 1919 e 1955, se relacionando com diferentes atores sociais, a exemplo de empresários, religiosos, educadores, médicos, políticos e demais agentes do município. Por um período de 36 anos passou a desenvolver projetos com intuito de construir na região um pedaço de Brasil moderno e a forma encontrada para alcançar tal feito seria “pela ação intelectual, pela pertinência política e pela atuação médico-social” (Silva, 2011).

Palmier inicia seu envolvimento com os movimentos intelectuais do estado do Rio de Janeiro logo após a sua saída de Sapucaia, terra natal e pertencente a região fluminense. A sua chegada na Capital Federal se deve ao curso iniciado na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (FMRJ), aos 21 anos. O intelectual se vinculou a instituições de ciências que concentraram esforços para implementar mudanças no meio físico, no corpo, no ambiente social e político do Brasil, como ressaltamos no início deste capítulo.

Ainda em curso, Palmier tornou-se secretário do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro (1914); participou de movimentos literários, como o fundação da Academia Fluminense de Letras (1916); associou-se a movimentos de instrução, a exemplo do escoteirismo; e ajudou a fundar a Liga Fluminense Contra o Analfabetismo – LFCA (1917). O intelectual frequentou espaços de sociabilidade e de criação de identidades com objetivo de tornar viável os seus planos políticos (Reznik, 2005).

Diante do novo ordenamento político-cultural caracterizado pelo paradigma moderno que vinha surgindo no horizonte, entendemos que tanto José de Moraes, quanto Zélio e Palmier não foram espectadores, mas assumiram debates políticos, científicos e culturais dos novos tempos e deixaram marcas que indicavam seus objetivos prioritários. Para ambos, a educação surgia como uma das ações para alcançar o progresso, e a metodologia mais eficaz seria ensinar a “gente” a se portar como um “bom cidadão” em relação à prontidão, disciplina, controle e ordem, ou seja, as competências que o brasileiro deveria ter, e que o civismo

buscava promover, dando resposta à nossa organização política e econômica (Silva, 2011, p.92).

Assim como Zélio e seu avô, Palmier investiu em primeiro lugar na alfabetização, pois acreditava que cabia aos “homens cultos” colocar no rumo do progresso os analfabetos. Fazendo uso da “cultura das letras”, os políticos-intelectuais do início da República acreditavam que o povo sem direção, ou em direção oposta àquela que os “artífices do progresso” pensavam para o Brasil, deveria ser “pego pelas mãos e colocado no caminho”. As campanhas pela alfabetização tornaram-se uma etapa desta intervenção, cujo fim, no pensamento de Palmier, era o aperfeiçoamento da raça (Silva, 2011, p.96).

No início do século XX, o discurso eugenista aparecia mais claramente nas atuações do médico, do que podemos ver na sistematização da umbanda de Zélio, ou nos escritos de José de Moraes, em finais do século XIX. Para Palmier, “higienizar” significava, entre outros termos, produzir uma raça estável, a partir da intervenção na educação e saúde dos indivíduos, pois acreditava que, ao afetar uma geração atendida, a modificação se espalharia pela via reprodutiva às gerações seguintes (Silva, p.15).

O jovem médico eugenista aprofundou em um recorte local aquilo que um grupo de intelectuais da República, como José de Moraes e seus companheiros (médicos, engenheiros, bacharéis em direito, jornalistas e educadores) pensava desde o final do século XIX. Na interpretação do médico - assim como dos que compunham os ajuntamentos cívicos nacionalistas disciplinares (a Academia Fluminense de Letras e a Renascença Fluminense, por exemplo) - conseguir o aprimoramento eugênico do povo brasileiro significava integrar os elementos que pudessem atuar de diferentes formas na formação de uma pátria (Silva, p.109).

Palmier teve seus entendimentos acerca de cultura, história fluminense, folclore e geografia, além dos assuntos de seu interesse eugênico, como educação física, instrução, higiene, e assistência à maternidade, divulgados em jornais, livros e periódicos, a exemplo da “Ilustração Fluminense”, onde publicou 15 artigos entre 1921 e 1924; e na “Gazeta”, onde divulgou outros 17 artigos entre 1919 e 1927 (Silva, 2011, p.34).

Esses escritos regulares evidenciavam que seus pensamentos acerca da formação de um povo estavam em consonância com as ações da elite política e intelectual atuante em São Gonçalo. Assim, o médico sanitaria promovendo diversos encontros e festividades em conjunto com a Renascença Fluminense, ocupando o espaço público da cidade, e partindo de temáticas que exaltavam a Bandeira (1921)<sup>61</sup> e discursos sobre a missão do professor<sup>62</sup>.

---

<sup>61</sup> SOLENIDADES CÍVICAS. Ilustração Fluminense, Rio de Janeiro, ano 1921, n. 00005, 1 dez. 1921. p. 16. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/352110/134>. Acesso em: 3 mai. 2024

Em seu primeiro estudo de história regional, a obra, “São Gonçalo Cinquentenário: história, geografia e estatística”, de 1940, escrita em comemoração dos 50 anos de emancipação do município, Palmier exaltava a precoce pujança republicana da região fluminense perante a nação e a “contribuição dos gonçalenses para o patrimônio material e cultural da grande Pátria”:

Bem antes da arrancada abolicionista os escravos do Barão de São Gonçalo e de muitos outros latifundiários eram libertados. O regime republicano encontrou adeptos e propagandistas. Todos os demais movimentos condizentes com a manutenção da ordem ou garantia do progresso, o respeito à lei, a defesa das instituições, as tendências para a filantropia e manifestações outras demonstrativas de um culto pela Pátria, encontraram campo livre e adeptos fervorosos (Palmier, 1940, p.159)

Nesta obra, o intelectual fluminense também ressalta as diversões produzidas pelo povo do município, como celebrações religiosas a São João, Santo Antônio e Santos Reis. Mas fato interessante é que Palmier não faz menção as antigas festas em comemoração à São Gonçalo, nem menciona a relação do nome da cidade com o beato português<sup>63</sup>.

Além das danças, Palmier destaca a grande influência das “macumbas” em solo gonçalense, que a seu ver, unia a “elite culta” e os “semicivilizados” nos momentos de diversão:

Mesmo entre os selvagens das Américas ou populações semibárbaras da África e da Ásia, existem as características danças, que algumas perduram em nossos meios semicivilizados.

As macumbas fazem parte do ritual herdado dessas longínquas paragens. As diversões, em certo período, durante a formação do núcleo primitivo, não correspondiam às aspirações das elites que bem mal encontravam lenitivo para as horas de lazer. (Palmier, 1940, p.37)

Nesta publicação, Palmier ressalta que em São Gonçalo todas as religiões encontraram “bom clima” para seu desenvolvimento, desde a capela lendária, as margens do rio Guaxindiba, até a construção da nova Matriz de São Gonçalo, as margens do rio Imboassú, e, mais modernamente, a construção dos templos dos diversos cultos. Fato esse que, na visão do médico, indicava as tendências religiosas do povo, “com acentuada inclinação para as atividades espirituais”, além da “mais ampla liberdade nesses domínios”. O médico

---

<sup>62</sup> INSTRUÇÃO PÚBLICA: A Reabertura das aulas e as solenidades promovidas pela Renascença Fluminense. O Fluminense, Rio de Janeiro, ano 52, n. 14371, 1 fev. 1930. p. 1. Disponível em: [http://memoria.bn.gov.br/docreader/100439\\_07/105](http://memoria.bn.gov.br/docreader/100439_07/105). Acesso em: 3 mai. 2024.

<sup>63</sup> Não foi encontrado fontes seguras que indicassem a religiosidade de Palmier.

fluminense afirma que outras religiões congregavam grande parte da população e não poucas são as casas de orações distribuídas em toda a cidade, nas diferentes zonas, mesmo as mais afastadas dos distritos rurais:

Muitas são as associações de orientação espiritualista, algumas bem prestigiosas, possuindo mesmo sede própria e boas instalações. São bem conhecidos os propósitos filantrópicos de muitas dessas organizações, que muito realizam em favor dos desprotegidos. São fartas as distribuições de gêneros de primeira necessidade aos pobres, em geral, em algumas épocas do ano, da mesma forma que propagam a doutrina de Alan Kardec.

Entre os outros, com maior ou menor projeção, nos meios espiritualistas, estão devidamente registrados e legalizados: Centro Espírita São Benedito; Centro Espírita São Jerônimo, Centro Espírita São João Batista, Centro Espírita União dos Crentes, Centro Espírita União Angélica, Centro Espírita N. S. da Guia, Centro Espírita Beneficente Jesus, Maria, José, Círculo Espírita São Jorge, Centro Espírita Sto. Antônio de Pádua, Tenda Espírita Maria da Conceição, Centro Espírita de Caridade Redentor dos Crentes.

Dentre as associações espíritas citadas como legalizadas e registradas, destacamos o Centro Espírita Nossa Senhora da Guia e a Tenda Espírita Maria da Conceição, como possivelmente as linhas fundadas pelo Caboclo das Sete Encruzilhadas, referenciados posteriormente neste capítulo. Porém, o livro de 1940 não cita o primeiro centro fundado e dirigido por Zélio, a Tenda Espírita Nossa Senhora da Piedade (TENSP). A Tenda estava localizada no distrito de Niterói, entre as décadas de 1920 até 1960, correspondendo ao mesmo período e território de atuação política de Palmier.

A obra, “São Gonçalo Cinquentenário” (1940), foi publicada na fase mais adulta do intelectual, e a sua exaltação as diferentes tendências religiosas presentes no povo de São Gonçalo pode ocultar a perseguição empreendida pelo médico, e seus companheiros de profissão, durante as décadas de 1920 e 1930. Como educador e sanitarista, Palmier vai liderar neste período, e através das páginas dos jornais de grande circulação local, o que denominou ser uma “guerra ao curandeirismo”:

Eis porque se pode afirmar que o atual estado sanitário do município de São Gonçalo é bom, embora ainda restem ligeiros resíduos das epidemias - sarampo e coqueluche, que embora muitas vezes produzindo alarme devido às complicações possíveis são na realidade benignas, procurando levar a calma aos lares aflitos não poderíamos de outra forma, embora sem numerá-las, deixar de clamar, pela observância de cuidados higiênicos indispensáveis principalmente as pobres e criancinhas, que muitas vezes são vítimas da ignorância de pessoas que as colocam sob a proteção do mais revoltante charlatanismo. Guerra, pois, ao curandeirismo e teremos bom estado sanitário.

(Silva, 2011, p. 164).

A fala de Palmier destaca a grande procura popular, em São Gonçalo, pelas práticas dos “curandeiros”. Nos relatos publicados por médicos nos jornais fluminenses, em 1931, o sanitarista salienta a dificuldade das mães procurarem os médicos para tratarem as crianças adoentadas<sup>64</sup>. Sobre a concorrência entre os curandeiros e a medicina, encontramos na revista humorística *Careta* (1941) uma crônica de meia página, onde o autor E.B.<sup>65</sup> destaca - a partir do título “Macumba Científica” - a prevalência da macumba sobre a medicina, no Rio de Janeiro:

A ciência médica sempre fez guerra ao curandeirismo, devido a concorrência desleal, mas, digamos em seu abono, também pela repugnância que inspiram os que abusam da ingenuidade do povo. O que, porém, não se esperava é que a ciência viesse por seu turno a fazer concorrência a macumba.

[...]

As anedotas, entretanto, as vezes se convertem em realidade. Em pouco tempo, dois casos se apuraram, aqui no Rio, de doutores que faziam macumba, naturalmente porque lhes rendia mais do que o exercício regular da profissão. A humanidade é incorrigível.

[...]

Enquanto houver gente que goste de macumba, será difícilimo acabar com os macumbeiros<sup>66</sup>.

O *Jornal Médico*, em 1928<sup>67</sup>, trazia artigos dos diversos representantes da medicina sobre seus entendimentos em relação ao “curandeirismo”, associando-o a uma prática contrária a uma nação moderna. Assim, entendemos que, ao declarar guerra ao curandeirismo, Palmier afirmava a medicina como o único saber notório e eficaz, excluindo os saberes curativos pautados nas tradições populares e nas pessoas não constituídas dos atributos de ciência.

Tendo como base a obra “O medo do feitiço” de Yvonne Maggie (1992)<sup>68</sup>, Passidonio (2015) ressalta que, do fim do século XIX até as primeiras décadas do XX, a sociedade mantinha demasiado medo em relação as práticas ditas de feitiçarias, e a condução dos

---

<sup>64</sup> RIO de Janeiro: Departamento Nacional de Saúde Pública. *O Brazil Medico: Revista Semanal de Medicina e Cirurgia*, Rio de Janeiro, v. 00031, 17 mar. 1931. Notas e Informações, p. 718. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/081272x/33540>. Acesso em: 4 mai. 2024.

<sup>65</sup> Não encontramos mais informações sobre o autor.

<sup>66</sup> MACUMBA Científica. *Careta*, Rio de Janeiro, ano XXXIII, v. 1714, n. 1714, 3 mai. 1941. p. 44. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/083712/71050>. Acesso em: 4 mai. 2024.

<sup>67</sup> MEDICINA Pratica. *O Brazil Medico: Revista Semanal de Medicina e Cirurgia*, Rio de Janeiro, v. 00011, 17 mar. 1928. p. 308. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/081272x/28156>. Acesso em: 4 mai. 2024.

<sup>68</sup> MAGGIE, Yvonne. *Medo do feitiço: relações entre magia e poder no Brasil*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

processos contra o que classificavam como curandeirismo era feita questionando sua finalidade e não as práticas religiosas. Segundo o historiador, principalmente nos processos do início do século XX, observou-se que os mesmos jornais que criticavam duramente as práticas africanas, e a chamada “macumba” ou “magia negra”, marcada pela presença dos espíritos africanos e dos caboclos indígenas, exaltavam o espiritismo que seguia os preceitos de Allan Kardec, amplamente difundidos no Brasil desde a segunda metade do XIX.

O médico sanitarista não só correspondia a produção intelectual do período, como fazia uso do Código Penal de 1890 para legitimar seus discursos eugênicos. O código em questão previa punições às práticas de curandeirismo e espiritismo. Lutar contra o curandeirismo, seria promover - partindo do município fluminense - a modernização do país, pautado sempre pela educação, saúde e conduta cívica. (Silva, 2011, p.16). Assim, na sua concepção eugênica sobre a formação de uma pátria estável e cristã, Palmier creditava à mistura de culturas um valor positivo, ao mesmo tempo que deslocava o curandeirismo e suas variações para fora dos contornos de uma futura nação científico-moderna.

Já o Espiritismo de mesa, para Palmier e alguns de seus aliados políticos, poderia ser comparado ao Catolicismo e Protestantismo, por seu cristianismo. Durante a campanha para o pleito da câmara dos vereadores de 1929, em uma visita ao centro espírita de Jonathas Botelho, o médico sanitarista apoiou o discurso do seu companheiro partidários que exaltava o Espiritismo por ser uma religião que buscava esboçar “um largo plano de reforma social”, objetivando a “constituição de uma nova sociedade, exigida sobre a palavra de Jesus Cristo”<sup>69</sup>. O que evidencia como os postulantes que disputavam uma vaga no legislativo de São Gonçalo, na terceira eleição por voto direto, já contavam com discurso de exaltação a conduta cristã e empreendiam buscas por eleitores nos espaços religiosos.

Nas eleições de 1929, Palmier e Zélio vão disputar o pleito para o legislativo de São Gonçalo como representantes opostos do 1º Distrito, que compreende a região de Neves. O médico sanitarista, tendo como bandeira política a construção de um Hospital na cidade e contando com apoio da elite política e intelectual católica e espírita fluminense, ganha a disputa. Já Zélio, diante do enfraquecimento do grupo aristocrático já mencionado anteriormente, e insistindo no tradicional discurso voltado exclusivamente para a construção de escolas, perde o pleito e não efetiva a desejada terceira candidatura seguida na câmara municipal.

---

<sup>69</sup> Ver: [http://memoria.bn.br/DocReader/100439\\_06/9725](http://memoria.bn.br/DocReader/100439_06/9725). Acesso setembro de 2024.

A fim de questionar os resultados negativos que obteve nesta disputa, Zélio publica no *Jornal do Commercio* (RJ) a insatisfação em relação a sua inexpressiva votação e direciona o pedido de impugnação dos eleitos - Luiz Palmier, Jayme Figueiredo, coronel Manoel Gonçalves Amarante, Américo José Ribeiro e Hermogenes Lima - alegando que estes receberam mais votos que eleitores cadastrados. Ao receber a contestação de Zélio, a Secretaria de Interior e Justiça, na representação do Doutor Joubert Evangelista da Silva, envia a seguinte resposta que fora publicada no mesmo periódico:

Das contestações opostas é de se fixar a atenção na do candidato Zélio Fernandino de Moraes, que confessando sua qualidade de membro da actual Camara Municipal, de mandato a expirar a 31 de dezembro próximo futuro, pretende justifica-la, exigindo o lábaro de defensor da honestidade das urnas e pureza dos votos, que diz não ter havido no pleito em debate. - Por certo elle deve ter razão em se apresentar de Vestal, de votos e de pelito livre!!! Mas por inversão... É questão de ponto de vista. [inelegível] – Será que o contestante só sinta e pressinta “honestidade” das urnas e “pureza de votos”, em funcionando aquela grande eleitora, desta feita renegada em todo o Estado, para seu esplendor cívico e dignificação de seu actual Presidente? – No pleito de primeiro de Setembro, perante todos os dez collegios eleitoraes em que se divide o Município, não só os candidatos contestados, como os nove primeiros diplomados, foram sufragados por maioria tal, que de modo eloquente ficou acentuada a preferência do eleitorado, e muito significativamente, no ponto de vista da moral política, a repulsa, que se operou, exatamente, em relação aos candidatos que pretendiam a renovação de mandato. – Vale de estygma e de aviso (*Jornal do Commercio* (RJ) Ano 1929\Edição 00229 (1) Pg 10)

Como podemos observar no trecho recheado de questionamentos retóricos, em finais da década de 1920, Zélio representava a “velha política” fluminense, que perdia apoio local com a decadência do niilismo e novas alianças com o governo federal de Washington Luís. Em contrapartida, o advogado Joubert ressalta o êxito que os novos candidatos tiveram ao empreenderem a renovação da “moral política fluminense” como proposta de vereança.

O ano seguinte as eleições, ao receber homenagens na câmara legislativa do município, Palmier passou por novas manifestações negativas a sua posse. Entretanto, dessa vez o major Chovito Chagas, lançou no jornal a *Gazzeta* (SG) moção de solidariedade ao médico. O major fortaleceu imagem de Palmier como o “ponto central em torno do qual desloca-se a serenidade de espírito e elevado patriotismo”, cujo o seu passado de atitudes na luta contra a gripe espanhola (1919) e a recusa do alto salário ofertado pela câmara para pagar seus serviços, “haveriam de construir um ambiente no futuro digno desse bello caráter”<sup>70</sup>. Posição essa que reforça o entendimento de que o médico e seus valores eram vistos como exemplo de futuro desejado pela nova elite política de São Gonçalo.

---

<sup>70</sup> O MUNICÍPIO de São Gonçalo e o Dr. Luiz Palmier. *O Fluminense*, Nictheroy, ano 53º, n. 14461, 21 mai. 1930. p. 1. Disponível em: [http://memoria.bn.gov.br/docreader/100439\\_07/471](http://memoria.bn.gov.br/docreader/100439_07/471). Acesso em: 4 mai. 2024.

Palmier destaca como a figura de Stephane Vannier, político de atuação oposta ao partido de Zélio, indicado pelo governo do Estado para ocupar o cargo máximo do executivo da prefeitura de São Gonçalo e que ganha as eleições de 1929, também simbolizou naquele momento o desejo do povo gonçalense de mudar a máquina administrativa do município:

O Dr. Stefane Vannier era a máxima esperança do povo de São Gonçalo. Foi eleito em 1929, em renhido pleito, quando dois grupos pleiteavam a eleição da Câmara Municipal, com um só candidato a prefeito, indicado pelo governo do Estado. O antigo partido dominante, mesmo à frente do governo só elegeu um vereador, sendo eleitos pelo novo grupo os demais nove vereadores. Era a derrota de uma política que não correspondia aos interesses da administração. (Palmier, 1940, p.220)

O trecho acima ressalta como as eleições de 1929 marcaram o fim da “era niilista” no município, com a perda do poder do PRF exposta na fraca expressão dos resultados, elegendo apenas um candidato. O prefeito eleito, Stephane Vannier, foi o candidato indicado pelo interventor federal Manuel Duarte, e pertencia ao grupo contrário aos niilistas (Ferreira, 1989).

Contudo, os ventos que contribuíram para a vitória das oligarquias cafeeiras nas eleições de 1929 mudaram. Com a ação revolucionária de 1930, o médico toma posição a favor da legalidade, inspirado nos batalhões patrióticos que surgiam em algumas partes do país. Palmier participou da fundação da “Legião Republicana Manuel Duarte”, mas os esforços para manter a legalidade se mostraram inúteis, e o Presidente Washington Luís e o Presidente do Estado, Manoel Duarte, foram depostos. O intelectual sanitarista teve o seu mandato interrompido com a dissolução da Câmara Municipal, assim como ocorreu com todas as casas legislativas do país. (Silva, 2011, p.40).

Com a chegada de Getúlio Vargas ao cargo máximo do executivo nacional e do seu interventor federal em São Gonçalo, não só os apoiadores de Sodré, como a Renascença também tiveram perda política. Em outubro de 1930, Sodré, que acabara de assumir cadeira no Senado, perde o mandato em decorrência da vitória da Revolução. Já a instituição formada por políticos e intelectuais fluminenses não consegue manter coesão e é dissolvida pelos seus membros neste mesmo ano.

Entretanto, logo após o processo revolucionário, Palmier consegue se reestabelecer, fazer alianças com o poder federal e ressurgir na cena política, onde permaneceu até o seu falecimento, em 1955. Já Zélio, teve a sua imagem cada vez menos associada a temáticas políticas. Conseguimos encontrar, apenas em 1930, um registro no jornal “Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial (RJ)”, destacando o político como

funcionário da câmara de São Gonçalo, provavelmente atuando como secretário, sem ocupar cargo eletivo<sup>71</sup>.

A partir da década de 1930, os discursos realizados pelos médicos sanitaristas ocupavam cada vez mais espaço entre os periódicos de grande circulação local. Esses intelectuais discursavam a favor da ciência, divulgavam suas ideias eugenistas e promoviam perseguições contra as práticas de “curandeirismo”. A “guerra” liderada por Palmier e seus colegas - advindos do campo da medicina - parecia ter germinado no terreno fértil da política de São Gonçalo, e, como consequência, chegaria mais diretamente a popular umbanda.

Em 1932, Leal de Souza informa que Joao Torres, na posição de presidente da Liga Espírita do Brasil, andava publicando justificativas que destacavam a diferenciação entre as Tendências de umbanda e o “espiritismo cristão kardecista”. Leal afirma que, através das informações trazidas até ele por Zélio, tomou ciência que o representante da Liga Espírita exigia que as linhas de umbanda apresentassem procurações, com representação junto a Assembleia Constituinte das República, para que pudessem ter liberdade de culto. Evidenciando que as práticas religiosas entendidas como não cristãs, não tinham seus direitos de culto reconhecidos perante o Estado, e assim, suas liberdades contestadas pelos grupos religiosos hegemônicos, como católicos e kardecistas.

Ao se recusar a apresentar tais documentos, a Tenda de Leal decaiu no conceito da Liga.

Quando se fundou essa instituição, eu já pertencia à Linha Branca de Umbanda, e como seu representante no Congresso ou Constituinte Espírita, fui eleito relator do parecer que, aprovado, criou essa Liga. Ainda mais, fui designado, pelo mesmo Congresso, para ser o director da ‘Revista Espírita do Brasil’, não o tendo sido, por que o sr. João Torres houvesse por bem violar, em benefício da sua vaidade, o decreto da assembleia espírita.

Ora, se, para o Congresso que criou a Liga, um representante da Linha Branca de Umbanda tinha competência e autoridade para dirigir o órgão doutrinário dos centros unificados, era porque aquele ramo do espiritismo não estava banido do programma da liga.<sup>72</sup>

Seguindo as palavras de Leal, a primeira diretoria da Liga, que fora eleita, era composta pelo desembargador Gustavo Farneze, como presidente; Jarbas Ramos, vice-

<sup>71</sup> PREFEITURA Municipal. Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial, Rio de Janeiro, ano 86º, v. IV, n. D00086, 1 jan. 1930. Prefeitura Municipal, p. 929. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/313394/107282>. Acesso em: 4 mai. 2024.

<sup>72</sup> O ESPIRITISMO: A Magia e as Sete Linhas de Umbanda. Diário de Notícias, Rio de Janeiro, n. 00907, 20 dez. 1932. p. 1. Disponível em: [http://memoria.bn.gov.br/docreader/093718\\_01/12728](http://memoria.bn.gov.br/docreader/093718_01/12728). Acesso em: 4 mai. 2024.

presidente; e Nobrega da Cunha, secretário geral. A Liga teve como princípios norteadores em sua fundação:

Harmonizar, numa associação, para dar uma apparecida de unidade ao espiritismo, os centros chamados kardecistas e os do espiritismo de linha, estabelecer, entre os diversos centros, relações de que resultasse, naturalmente influencia dos mais adeantados, sobre os mais atrasados; estudar cientificamente o espiritismo [...] <sup>73</sup>

Segundo Leal, essa constituição da Liga chegara ao fim a partir dos boatos de que o vice-presidente, Jarbas Ramos, era um “kardecista intolerante” por pretender retirar da Liga os centros do espiritismo de linha. Mas, para Leal, ao tomar o poder de Jarbas, João Torres afastou os boatos e tornou a intolerância kardecista contra o espiritismo de linha uma realidade.

Após a década de 1920 sucessivas medidas retiram das autoridades sanitárias suas atribuições repressivas, ao mesmo tempo que se intensifica a ação dos aparatos policiais (Giumbelli, 2003). A partir de 1927, os registros de delegados e chefes de polícia evidenciavam “campanhas” que tinham por objetivo reprimir as práticas de “baixo espiritismo” e “curandeirismo” no Distrito Federal. Mas anterior a essas repressões, é levantada, já na última década do século XIX, pela Federação Espírita do Brasil (FEB), uma oposição que caracterizava os “verdadeiros” e “falsos espíritas” (Giumbelli, p.261)

Giumbelli (2003) ressalta que o argumento utilizado pelos advogados e representantes da FEB para se defender das acusações de “charlatanismo” insistia na “caracterização da ‘mediunidade’ não como o exercício de uma profissão, mas como um serviço desinteressado”, pelo qual o “médium”, ao se utilizar de um “dom”, torna-se um “instrumento da misericórdia divina”. Segundo o pesquisador, a FEB defendia que as práticas terapêuticas que mantinha não representavam senão o corolário de sua missão de “fazer a caridade”, marcando oposição entre “falso” e “verdadeiro” espiritismo.

As falas de Leal na década de 1930 também parecem elucidar aquilo que os jornais de 1920 já indicavam com as publicações dos médicos sanitaristas. As perseguições as linhas de umbanda estavam se intensificando não só pela concorrência religiosa diante dos católicos e espíritas, como a partir da necessidade de legalidade das centros. Em uma nação republicana como a brasileira, aqueles que dominaram a máquina política, pareciam utilizar a legalidade como principal estratégia de impelir os umbandistas para os limites periféricos da sociedade, conferindo-lhes certa imoralidade.

---

<sup>73</sup> *Ibid.*

Durante o Estado Novo de Getúlio Vargas (1937-1945), que se aproximara de um modelo ditatorial de governo, as perseguições religiosas aconteciam não de maneira tão transparente, pois o povo acreditava no populismo e nacionalismo pregados pelo então presidente. O período ditatorial empreendido por Vargas confundia os umbandistas. Ao mesmo tempo em que havia as perseguições religiosas – mesmo que de forma velada – o então chefe de Estado apoiava toda e qualquer ação que defendesse os valores culturais do povo brasileiro. Além de querer sua legitimação enquanto doutrina e religião, os umbandistas buscavam apoio nos governos para que a Umbanda se tornasse uma prática libertária e não fosse confundida com nenhuma “seita” ou “charlatanismo” (Nogueira, 2022).

Rubem Braga (1913-1990) - que no início da faculdade de direito atuou como advogado defensor de Zélio durante o pedido de revogação das eleições de 1929 - vai citar na sua coluna “Trivial Vago” (1965), escrita no Jornal do Brasil (RJ) o culto a Iemanjá e a Umbanda como manifestações culturais do Estado do Rio de Janeiro, ressaltando que a perseguição a essas manifestações empreendidas pela ditadura (1964-1988), era culpa de Getúlio Vargas:

o carnaval, tal como é hoje praticado, e seu irmão gêmeo, como manifestação coletiva, o culto a Iemanjá. Este culto é apontado pelo O Estado [jornal] como manifestação de corrupção e degradação religiosa e aprendemos que a macumba e a umbanda são outras tantas mistificações com que os desregramentos da ditadura a seus serviços tentaram distrair a atenção da nacionalidade dos seus verdadeiros deveres. Culpa portanto, do finado Vargas<sup>74</sup>.

A crônica de Rubem Braga partia dos escritores de São Paulo que questionaram o título de “Capital Cultural”, dado pelo Governador Carlos Lacerda (1960-1965) ao estado do Rio de Janeiro. Usando de ironia, o cronista afirma que o jornal, O Estado, pesa a balança em favor de São Paulo ao tratar os dois aspectos da vida carioca - que seriam as religiosidades “macumba” e “umbanda”- como um fenômeno de “regressão social”, além de promover olhar depreciativo sobre o culto a Iemanjá, nas praias do Rio.

Em resposta as perseguições empreendidas pela elite científica e política de São Gonçalo contra os cultos populares, passou a ser elaborado pelos umbandistas e suas lideranças diferentes concepções acerca de um passado mitológico, que associava o surgimento da religião ao nascimento da República, e formação do município de São Gonçalo. As narrativas em torno do “mito de origem” da umbanda, difundidas na segunda metade do século XX, evidenciam certa aproximação com que foi produzido pela

<sup>74</sup> Ver: <https://rubi.casarui Barbosa.gov.br/bitstream/handle/20.500.11997/5686/Jornal%20do%20Brasil%20-%20DE-%2019641965.pdf?sequence=1>. Acesso maio de 2024.

intelectualidade fluminense nos primeiros anos de República. Essas narrativas vão se ajustar as necessidades de luta em períodos específicos, trazendo diferentes imagens de Zélio e das linhas de umbanda fundadas por ele.

Para melhor compreender os elementos simbólicos eleitos pelos umbandistas tanto nas narrativas em torno da origem mitológica da umbanda, quanto a partir de 2011, pretendemos apresentar brevemente o “mito de origem” da umbanda e a formação das linhas fundadas por Zélio, a partir de 1920.

## 1.2 A Umbanda de Zélio e a tentativa de construção de um símbolo nacional

As pesquisas de Brown (1985) realizadas na década de 1960 se debruçaram sobre os relatos dos primórdios das umbandas a partir de Zélio e de sua missão especial para fundar uma nova religião, caracterizando a narrativa do “mito de origem” da Umbanda, como apresentado no começo deste capítulo. A antropóloga menciona uma “estranha paralisia” sofrida pelo médium aos 17 anos. O “mito de origem” se inicia com a história de que Zélio, para tratar da doença repentina e das possessões que dizia sofrer, foi levado pelo seu pai consanguíneo, Joaquim Fernandino de Moraes, em 15 de novembro de 1908, a uma reunião da Federação Espírita de Niterói, presidida na época por José de Souza (Zeca)<sup>75</sup>.

A narrativa ressalta que, durante a sessão, diversos espíritos de negros escravizados e indígenas se manifestaram nos médiuns presentes, sendo esses espíritos convidados a se retirarem pelo dirigente Zeca, que os julgava atrasados do ponto de vista espiritual, cultural e moral. Em resposta a não aceitação das entidades como seres de luz pela Federação Espírita, e a tentativa de doutrinação e afastamento desses espíritos, o Caboclo das Sete Encruzilhadas, entidade manifestada naquele momento em Zélio, anunciou que daria início a um culto cujo objetivo seria o de conceder voz as mensagens dos espíritos marginalizados, julgados atrasados, como “pretos e índios” (Giumbelli, 2002, p.185)

Segundo o site oficial<sup>76</sup> da Tenda Espírita Nossa Senhora da Piedade (TENSP), neste momento da sessão, o Caboclo das Sete proferiu um discurso em defesa das entidades presentes que “estavam sendo discriminadas pela diferença de cor e classe social,

---

<sup>75</sup> Ver: <http://www.centroespiritaurubatan.com.br/estudos/historia-da-umbanda.html>. Acesso maio de 2024.

<sup>76</sup> Ver: <https://www.tensp.org/historia>. Acesso maio de 2024.

características dos espíritos enquanto encarnados vivendo sob os desígnios da sociedade terrena”.<sup>77</sup>

O “mito de origem” também ressalta que, no dia seguinte a anúncio da nova religião na Federação Espírita, na casa de Zélio, o Caboclo estabeleceu as normas em que se processaria o novo culto, onde os participantes deveriam estar uniformizados de branco, o atendimento seria gratuito, teria por base o Evangelho de Cristo, e como mestre supremo Jesus, as perguntas dos sacerdotes deveriam ser respondidas em latim e alemão, além de denominar o movimento religioso que se iniciava como “allabanda”, mas considerando que não soava bem, substituiu para “a umbanda” – que, segundo as informações da TENSP, é uma palavra de origem sânscrita que significa, “Deus ao nosso lado” ou “ao lado de Deus”<sup>78 79</sup>.

Zélio, em entrevista ao periódico O Jornal (RJ), de 1972<sup>80</sup>, afirma que foi o seu pai quem o incentivou a criar a primeira tenda, “Nossa Senhora da Piedade”, na rua Floriano Peixoto, número 30, no bairro de Neves, primeiro distrito de São Gonçalo. Como o médium era menor de idade – tinha apenas 17 anos – coube a Joaquim Fernandino de Moraes a presidência do lugar até que completasse a maioridade.

O mito de origem aponta que, dez anos após a fundação da Tenda, o Caboclo deu início a segunda parte da sua missão – criação de sete templos que seriam o núcleo do qual se propagaria a religião umbanda: Tenda Espírita Nossa Senhora da Conceição (1918); Tenda Espírita Nossa Senhora da Guia (1927); Tenda Espírita Santa Bárbara (1933); Tenda Espírita São Pedro (1935); Tenda Espírita São Jorge e Tenda Espírita São Jerônimo (1935); e Tenda Espírita Oxalá (1939). Segundo o site oficial da TENSP, algumas continuam em funcionamento.

Podemos observar o uso comum do termo “Espírita” e de nomes de santos católicos nas Tendões fundadas. Essas nomenclaturas foram utilizadas como subterfúgio diante da proibição de registrar o nome Umbanda no período de fundação (Sá Junior, 2004). O nome

<sup>77</sup> Ver: <https://www.tensp.org/historia>. Acesso maio de 2024.

<sup>78</sup> TEMPLO ESPIRITUALISTA ARUANDA. Diálogos sobre Umbanda (Edição Especial): Os 132 anos de Zélio Fernandino de Mores. YouTube. 2024. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=au1BPM\\_8Lyk&t=839s](https://www.youtube.com/watch?v=au1BPM_8Lyk&t=839s). Acesso maio de 2024.

<sup>79</sup> Contrapondo o informado pela família do médium, o pesquisador Ortiz (1978) ressalta que a nomenclatura dada pelo Caboclo foi “aum-bandhã” (ombandã), que é uma palavra considerada sagrada na Índia. Por outro lado, segundo Ortiz, a vertente mais africana da umbanda, defendida pela Federação Umbandista de Cultos Afro-Brasileiros, diferente da fundada por Zélio, considera a palavra “umbanda” derivada de dialetos africanos.

<sup>80</sup> HÁ 64 ANOS ZÉLIO RECEBIA O ESPÍRITO DE SETE ENCRUZILHADAS E FUNDAVA A UMBANDA. O Jornal, 30 nov. 1972. Ideia Nova, p. 20. Disponível em: [http://memoria.bn.gov.br/DocReader/110523\\_06/108046](http://memoria.bn.gov.br/DocReader/110523_06/108046). Acesso em: 4 mai. 2024.

dado à casa de culto foi o de Tenda Nossa Senhora da Piedade para sinalizar que “da mesma forma que Maria ampara nos braços o filho querido, também serão amparados os que se socorrem da UMBANDA”. Quanto ao nome dos santos, era uma maneira de estabelecer um ponto de referência para fiéis da religião católica, então em grande maioria.

A nomenclatura “Tenda”, por sua vez, seria justificada porque remete a uma casa humilde, enquanto “Igreja”, “Templo” e “Loja” dão um aspecto de superioridade (Sá Junior, p.67): Diante deste contexto e na tentativa de institucionalizar as casas, a umbanda de Zélio, mesmo tendo muitos elementos da “macumba”, acaba por se identificar com elementos do catolicismo, mas também como uma nova variante do espiritismo kardecista (Giumbelli, 2002, p. 203).

O texto publicado pela família consanguínea do médium na página online da TENSPP destaca que “considerada a diversidade das práticas umbandistas atualmente observadas, em grande medida marcadas por diversos graus de sincretismo com outras práticas religiosas (sobretudo o candomblé)”, mas nas ritualísticas da TENSPP “não são observadas práticas comuns a outras agremiações umbandistas”, como o uso de atabaques, palmas, danças ou sessões dirigidas por Exus.

Na imagem abaixo podemos observar um dos rituais da TENSPP, denominado “Mesa de Descarga”. A composição dos membros, expressão corporal, disposição perante a mesa branca, colocação dos objetos ritualísticos, entre outros, se assemelha a ritualística Kardecista. Outro fato que nos chama a atenção na imagem, foi mencionado por Brown (1985, p.11) e remete a composição dos membros. A antropóloga ressalta que, os integrantes das linhas fundadas por Zélio eram “homens e quase todos brancos”.

Figura 1 – Sessão de Caridade na Mesa de Descarga, TENSPP



Fonte: Tenda Espírita Nossa Senhora da Piedade<sup>81</sup>.

---

<sup>81</sup> Sessão de Caridade na Mesa de Descarga. TENSPP, 2024. Ver: <https://www.tenspp.org/fotografias-historicas>. Acesso maio de 2024.

Contudo, durante os trabalhos da Tenda, também são firmados no chão os “Pontos Riscados” com giz de pomba, velas, flores e bebidas específicas de cada uma das linhas de trabalho, ecoando no ambiente as vozes dos presentes e os pontos cantados. Conforme podemos observar na fotografia que retrata o “Ponto do Caboclo das Sete Encruzilhadas”, durante trabalho mediúnico de Zélia de Moares, filha carnal de Zélio:

Figura 2 – Zélia de Moraes no Ponto do Chefe



Fonte: Tenda Espírita Nossa Senhora da Piedade<sup>82</sup>.

A partir das informações dispostas na página online da TENSP, somos informados que o ritual estabelecido pelo Caboclo, materialmente, era bem simples, com cânticos baixos e harmoniosos, vestimenta branca, proibição de sacrifício de animais, dispensa de atabaques e palmas. O uso de capacetes, espadas, vestimentas coloridas, rendas e lamês também não seriam aceitos. As guias usadas seriam apenas aquelas que determinassem a entidade que se manifestasse. Os banhos de ervas, os amacis, as concentrações nos ambientes vibratórios da natureza, a par do ensinamento doutrinário na base do Evangelho, constituiriam os principais elementos de preparação do médium.

Na imagem a seguir, podemos observar com mais detalhes uma reunião presidida por Zélio na TENSP:

---

<sup>82</sup> ZÉLIA DE MORAES EM TRABALHO MEDIÚNICO DIANTE DO PONTO CABOCLO DAS SETE ENCRUZILHADAS. Tenda Espírita Nossa Senhora da Piedade (TENSP). Ver: [https://www.tensp.org/fotografias-historicas?lightbox=image\\_1fdk](https://www.tensp.org/fotografias-historicas?lightbox=image_1fdk). Acesso maio de 2024.

Figura 3 – Reunião da Diretoria

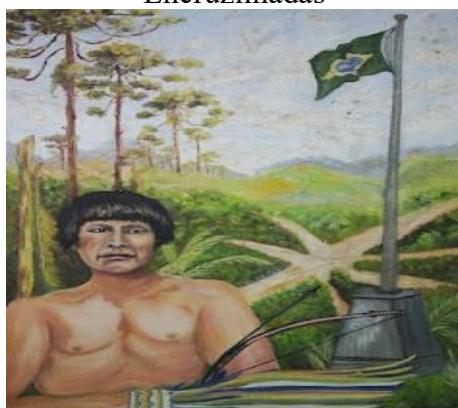


Fonte: Tenda Espírita Nossa Senhora da Piedade<sup>83</sup>.

Atrás de Zélio identificamos o congá<sup>84</sup>, ornamentado com representações de santos católicos; a direita do médium está localizada a ilustração de um preto-velho, remetendo a entidade Pai Antônio; e no canto esquerdo, encontramos a imagem do Caboclo das Sete Encruzilhadas.

A ilustração a seguir, que é uma representação ampliada do quadro que ficava atrás e à esquerda de Zélio durante as sessões da TENSP, exhibe o Caboclo das Sete Encruzilhadas em meio ao verde da flora brasileira, sustentando com enormes mãos a bandeira nacional no que parece ser um esforço em unir a Umbanda à simbologia oficial:

Figura 4 – O Caboclo das Sete Encruzilhadas



Fonte: Tenda de Umbanda Caboclo Tubinambá e Vó Catarina<sup>85</sup>.

<sup>83</sup> REUNIÃO DA DIRETORIA. Tenda Espírita Nossa Senhora da Piedade (TENSP). Ver: <https://www.tensp.org/fotografias-historicas>. Acesso maio de 2024.

<sup>84</sup> Congá ou Gongá- termo usado na umbanda e em cultos afro-indígenas para designar o lugar onde ficam as imagens dos santos católicos sincretizados com orixás, estatuetas de Caboclos e Pretos Velhos, velas, flores, copo com água, dentre outros objetos. (Cacciatore, 1988).

<sup>85</sup> O NASCIEMNTO DA UMBANDA. Tenda De Umbanda Caboclo Tubinambá e Vó Catarina (TUCTVC). Ver: <https://4.bp.blogspot.com/->

Segundo Cumino (2010), quando presente em Zélio, o Caboclo das Sete Encruzilhadas assumia a postura de um “índio bruto, corajoso, veloz e sagaz, que parecia conhecer todos os segredos da natureza, os animais e as plantas”. Tendo como contexto vivido por Zélio, o período inicial da República, esta representação da entidade parece remeter ao imaginário do que seria um “caboclo brasileiro”, onde a sua forma física de “sagaz, ágil”, o aproxima do modelo indígena, desenvolvido por autores como José de Alencar (1829–1877), em seus romances indianistas (Sá Júnior, 2004, p.68).

Sobre as tentativas de integração e assimilação dos povos indígenas ao padrão nacional, a preocupação com o elemento indígena no Brasil sempre esteve marcado por nuances políticas (Coutinho, 2023). Então, partiu dos intelectuais brasileiros diferenciarem em duas coordenadas, onde a primeira seria mais centrada na observação empírica, voltada para a política e defesa de proteção do ameríndio, que foi designada “Indigenismo”. Já a segunda teria um caráter mais literário e forte sentido nacionalista, expressa por uma visão tendente ao legendário e mítico, que alcançou sua maior expressão no período romântico e entrou para a historiografia brasileira como “Indianismo”.

No Indianismo, sob a forma de nacionalismo, o indígena passa a ser o termo diferenciador por excelência da identidade brasileira em oposição ao elemento adventício “o português e o africano”, e se ergue como uma espécie de símbolo, o elemento nacional *avant tout* (Coutinho, 2023, p.85). Logo, ao tratar da cosmologia umbandista presente na linhagem de Zélio, Sá Junior (2004) nos chama a atenção para o Caboclo das Sete Encruzilhadas por este não aparentar ser um “caboclo qualquer”, mas sim o que recebeu o “privilégio de nascer como um caboclo brasileiro”, ressaltando certa identidade nacional.

Sá Junior também ressalta que o Caboclo das Sete não deve ser associado a um primitivo aborígine, uma vez que, usando o “recurso reencarnatório”, próprio do espiritismo kardecista, ele ganha um passado intelectualizado. Para o autor, vai ser através da sua anterior encarnação, na figura do Padre Gabriel Malagrida (1689–1761), que o Caboclo brasileiro tem um lugar no mundo branco e intelectual. Mundo este que Zélio conhecia bem.

De acordo com Zélio, Malagrida seria uma das vidas passadas do Caboclo das Sete. O Padre jesuíta italiano, realizou missões pelo Brasil catequizando indígenas e, mais tarde, acusado de bruxaria e heresia, foi morto pela fogueira da Inquisição em Lisboa. Segundo a narrativa de Zélio, na “última existência física”, Deus teria concedido a Malagrida “o privilégio de nascer como caboclo brasileiro” (Sá Junior, 2004, p.66).

Sá Junior explica que durante a consulta realizada pelo jovem Zélio na Federação Espírita do Estado do Rio de Janeiro, aconteceram diálogos entre o médium e um membro da federação, Sr. José de Souza (Zeca), no momento em que o Caboclo se apresentou:

Sr. José: Quem é você que ocupa o corpo deste jovem?

O Espírito: Eu? Eu sou apenas um caboclo brasileiro.

Sr José: Você se identifica como caboclo, mas eu vejo em você restos de vestes clericais.

O Espírito: O que você vê em mim são restos de uma existência anterior. Fui padre, meu

nome era Gabriel Malagrida e, acusado de bruxaria, fui sacrificado na fogueira da Inquisição por haver previsto o terremoto que destruiu Lisboa em 1755. Mas, em minha última existência física, Deus concedeu-me o privilégio de nascer como caboclo brasileiro. (Sá Junior, p.65).

O surgimento de Malagrida reforça o discurso que aponta como o Caboclo das Sete Encruzilhadas, desenhado pelo olhar do homem branco foi marcado por forte contradição: de um lado o caboclo é exaltado as proporções nunca atingidas nas letras nacionais por ser símbolo da terra brasílica em contraposição europeia, enquanto é quase todo concebido com os valores da cultura a que se opõe (Coutinho, 2023, p.86). Zélio pertence ao mundo da ordem, com formação familiar composta por intelectuais, políticos, médicos e padre, configurando uma família branca e aristocrática. O médium é definido como “‘um sinhozinho’ da casa grande de Freyre” (Sá Junior, 2004, p.68).

Da mesma forma que reconstrói e hierarquiza o arquétipo do Caboclo presente na “macumba”, o preto-velho vai ser representado por Zélio de maneira caricatural, “com erros crassos da língua portuguesa” e falas que misturam “o português e reminiscências de dialetos africanos simbolizando uma forma de falar dos escravos brasileiros” (Sá Junior, p.68).

O pesquisador ressalta que a aparição de entidades já presentes na macumba, como a do preto-velho e caboclo, contribuem para manter uma identidade capaz de tornar Zélio reconhecido no “*continuum* religioso” ao mesmo tempo, em que o uso de credenciais aristocráticos funciona para ressaltar o pertencimento do médium a um mundo elitista. Enquanto demonstrava afastamento em relação ao “curandeirismo” e a “magia negra”, as estruturas religiosas determinadas Zélio pareciam dialogar com os valores cristão defendidos por médicos e políticos que perseguiram essas práticas, no início do século XX. Assim, Zélio garantia o afastamento entre a sua prática umbandista e o mundo negro e analfabeto.

A figura do Padre Gabriel Malagrida (1689–1761) merece destaque não apenas pela característica que denota a Zélio e a umbanda certo pertencimento a um *ethos* branco, cristão

e aristocrático, mas também pelo constante uso que a elite intelectual fluminense vai fazer da figura do jesuíta durante as primeiras décadas da República. Malagrida daria ao “espiritismo de linha” de Zélio a legitimidade cristã que precisava para melhor ser aceita nos círculos eugênicos de poder, formados durante a Primeira República.

Como ressaltado anteriormente, no período inicial da República, a intelectualidade fluminense buscava no passado personagens que pudessem servir como modelo de inspiração cívico-moral para a construção de uma memória local e formação do que seria um “povo republicado”. A fim de inculcar no passado valores que desejam exaltar no presente, essa elite política-intelectual-cristã, contemporânea a Zélio, vai reelaborar a imagem de Malagrida como representação do “herói”, “propagador da fé cristã”, “verdadeiro médium”, “perseguido”.

Nos periódicos consultados no acervo da Biblioteca Nacional, relativos ao Rio de Janeiro, entre 1900 e 1930, encontramos alocações que narram histórias do “santo missionário” na Companhia do Grão-Pará e Maranhão, em um colégio homônimo a cidade de São Gonçalo, auxiliando na propagação da religião cristã e do ensino. Porém, diante da perseguição empreendida pelo Marques Pombal aos jesuítas, os registros dos poderes mediúnicos de cura de Malagrida serviram de acusação na condenação por bruxaria e seus discursos de enfrentamento a administração pombalina foram julgadas como traição ao rei de Portugal.

A presença constante desses discursos de exaltação aos feitos de Malagrida em periódicos e elaborados por políticos e professores atuantes nas principais escolas fluminenses na recém-república, fez com que Zélio se deparasse frequentemente com essa representação desde a sua formação escolar. Assim, já na vida adulta e diante da narrativa de anunciação da umbanda, Zélio parece recorrer à imagem de Malagrida na busca por reafirmar a nova religião diante dos grupos cristãos (católicos, kardecistas e protestantes).

Em síntese, o tópico seguinte visa mapear brevemente a atuação do Padre no século XVII, e refletir como a posterior reconstrução da sua imagem, elaborada pelos intelectuais memorialistas contemporâneos a Zélio, a partir de frequentes exaltações e homenagens em jornais de circulação fluminense, foram possivelmente apreendidas pelo médium, influenciando na narrativa que visa legitimar a fundação da umbanda. A ênfase de Zélio à figura de Malagrida pode indicar não só que tentava passar certa identidade branca e elitizada para as linhas fundadas por ele, como também estabelecia diálogos com a nova elite cristã que se propunha a perseguir o “curandeirismo” e a “umbanda”, ao estabelecer disputa sobre os símbolos exaltados pelos memorialistas cristãos, na década de 1920.

### 1.2.1 O Herói Malagrida e as disputas em torno do seu simbolismo

O Padre Gabriel Malagrida, de origem italiana e pai médico, teve atuação missionária no Brasil Colonial na primeira metade do século XVIII, pela Companhia de Jesus<sup>86</sup>. A partir das suas atuações na Companhia, Malagrida se destaca enquanto “missionário, professor, pregador e, também, como rebelde”. Devido ao antijesuitismo e as perseguições contra a Companhia empreendidas pela administração do Marquês de Pombal (1750–1777), a vida de Malagrida chega ao fim. Após apor-se ao governante, o padre fora queimado na fogueira inquisitorial, em Lisboa, com toda a Companhia de Jesus (Medeiros, 2017, p.103).

No final do século XIX, diversos periódicos apontavam a popularidade que Malagrida passava adquirir diante da separação entre Estado-Igrejas, contida na Constituição de 1891. Segundo Giumbelli (2008), foi no interior da ordem jurídica, realizada por um Estado comprometido com os princípios da laicidade, que certas formas de presença da religião ocorreram.

Vemos, como apontado por Giumbelli, o “Secular” e “religioso” constituindo pares indissociáveis na modernidade a partir da reestruturação católica empreendida em periódicos e instituições culturais fluminenses nas duas primeiras décadas do século XX. Assim como aponta as pesquisas especializada no tema, observamos como os jornais fluminense tentavam assegurar a “re Cristianização” do estado brasileiro (Almeida, 2016, p.332).

Com intuito de exaltação dos heróis e criação de mitos cristãos, Malagrida era propagado nos jornais locais de finais do século XIX e início do XX, como o “propagador da fé cristã” que foi perseguido injustamente por um intolerante e má administrador. O exemplar cristão, teria reencarnado a partir de Zélio como anunciador da umbanda, “da religião republicana”, “uma religião brasileira acolhedora de todos os excluídos” (Sá Junior, 2004, p.69). Sendo assim, Zélio estaria indicando que, contestar a umbanda seria se opor ao herói cristão e se igualar ao “malfeitor social” que foi Pombal.

---

<sup>86</sup> Nas terras recém-conquistadas na América, a Assistência Portuguesa da Companhia de Jesus tinha por objetivo estabelecer a difusão da fé católica e a consolidação da conquista por meio da catequização dos nativos. Ao mesmo tempo, empenhou-se na fundação de colégios na tradição inaciana que formariam, em grau inferior (correspondente ao ensino básico atualmente), os rebentos da fidalguia e os futuros quadros sacerdotais da colônia, com a criação dos seminários. (Medeiros, 2017, p.5)

O jornal, “O Apostolo: Periódico religioso, moral e doutrinário, consagrado aos interesses da religião e da sociedade (RJ)”<sup>87</sup> (1896–1901), faz 15 menções sobre a venda do livro que conta a história do padre jesuíta, pela Livraria Católica, sob tradução de P. Mony. Já o “Boletim do Grande Oriente do Brasil: Jornal Official da Maçonaria Brasileira (RJ)”, tem uma menção, em 1895, abordando a morte de Malagrida. Segundo o Boletim, o padre, aos 72 anos, se encontrando em completo estado de alucinação, foi a última vítima queimada pela inquisição em Lisboa, mas seu nome ainda era recordado no Brasil em gratidão pelos serviços prestados como missionário em Pernambuco.

No jornal “Gazeta de Notícias (RJ)” (1900–1919) encontramos cinco aparições referente ao nome de Malagrida. Todas estavam presentes na sessão “FOLHETIM”, onde eram publicadas parte do livro escrito por Antônio de Campos Junior (1882), que tinha como tema principal a atuação do Marques de Pombal no Brasil. Os fragmentos do livro traziam a reflexão do leitor para um governante que despertou paixões e ódios, num período marcante da história de Portugal. O livro foi publicado originalmente para comemorações do Centenário de Pombal, em 1882, onde o autor critica o Marquês, relacionando a sua administração com a má gestão da dinastia de Bragança. Por outro lado, o jornal exalta Malagrida como, “Glorioso Padre”; “Santo Malagrida”; “santo missionário”.

Em 1902, o então periódico traz junto ao texto uma imagem que retrata Malagrida e alguns devotos, cantando homenagens em forma de poesias para uma representação em marfim de Jesus:

Figura 5 – Malagrida e devotos



Fonte: Gazeta de Notícias, 1902<sup>88</sup>.

<sup>87</sup> A Inquisição: Sua Influência em Pernambuco. GRANDE ORIENTE DO BRASIL, Rio de Janeiro, ano 20, n. 8, 1 out. 1895. Jornal Official da Maçonaria Brasileira, Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/709441/8614>. Acesso em: 4 mai. 2024.

<sup>88</sup> JUNIOR, Antonio de Campos. O Marquez De Pombal: A campanha de Jesus. GAZETA DE NOTÍCIAS, Rio de Janeiro, n. D00073, 14 mar. 1902. FOLHETIM, p. 3. Disponível em: [http://memoria.bn.gov.br/docreader/103730\\_04/3713](http://memoria.bn.gov.br/docreader/103730_04/3713). Acesso em: 4 mai. 2024.

Sobre o título “Devoções”, a imagem ilustra uma história em que Malagrida teria narrado para a Marquesa D. Leonor, que recém-chegada de Lisboa foi procurar o “glorioso padre” na busca de lhe confessar algum mistério. Malagrida contou a Marquesa sobre milagres que ocorreram no Brasil a partir do seu intermédio, como “dera fala a um mudo” e a “cura milagrosa de uma filha de Antônio do Amaral Sarmiento”. Destacando assim o seu próprio poder milagroso.

Em 1922, o periódico A UNIÃO<sup>89</sup> divulga uma carta assinada pelo Dr. José Geraldo Bezerra de Menezes<sup>90</sup>, morador do Gragoatá, região de Niterói. A carta foi destinada ao Dr. Felício. No texto, o autor se coloca em defesa dos jesuítas e ressalta que foram estes que introduziram a devoção no Brasil, sendo o Pe. Gabriel Malagrida, “venerável mártir de Pombal”, quem fundou com Gaspar Lourenço e outros, o Convento e Igreja do S.S. Coração de Jesus das Ursulinas da Solenidade, em Sergipe.

Malagrida era considerado, pelos seus escritos, um exemplo de tradição para o futuro ao propagar a fé cristã católica e ao realizar, nas suas missões, a conversão e auxílio de nativos. Bezerra de Menezes também exaltará as façanhas de Malagrida ao destacar o sucesso da conversão indígena realizada pela Companhia que fazia parte o padre jesuíta. Segundo o autor, Gaspar Lourenço, indígena de São Paulo, foi o primeiro nativo a entrar para a Companhia, trabalhando posteriormente com o padre.

Os intelectuais e religiosos que escreviam os textos publicados nos periódicos eram contemporâneos a Zélio e pareciam tentar construir uma memória coletiva em torno de Malagrida, exaltando valores como catequização dos nativos, criação de escolas e defesa da liberdade religiosa aos católicos e maçons, perseguidos por Pombal, que, por sua vez, foi apresentado nas narrativas como “tirano”, “mau administrador” e “manipulador do rei D. João VI”.

Assim, questionar o simbolismo de Malagrida seria se colocar a favor de pombal. Perseguir a liberdade religiosa, seria ir de encontro aos intelectuais e políticos do período e seus simbolismos cristãos eleitos para tentar construir na história local, os valores

---

<sup>89</sup> A Devoção do S.S. Coração de Jesus. A UNIÃO, Rio de Janeiro, ano XIII, n. 00062, 3 ago. 1922. p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/799670/4725>. Acesso em: 4 mai. 2024.

<sup>90</sup> José Geraldo Bezerra de Menezes, de tradicional sobrenome cearense, foi um intelectual que se dedicou a História política e a História religiosa do Brasil. Tendo-se tornado em sua época uma referência nos estudos sobre os indígenas brasileiros, privou da amizade de intelectuais da Renascença Fluminense, como Everardo Backheuser e Francisco de Oliveira Vianna. Foi membro da segunda geração da Academia Brasileira de Letras. Ver [https://www.aquinate.com.br/wp-content/uploads/2016/11/Atualidade-3-Personalidade.15.pp\\_.166-169.pdf](https://www.aquinate.com.br/wp-content/uploads/2016/11/Atualidade-3-Personalidade.15.pp_.166-169.pdf). Acesso maio de 2024.

republicanos. O entendimento que encontramos acerca do padre jesuíta parece materializar os valores exaltados pelos intelectuais fluminenses de 1920.

No entanto, ao surgir na umbanda, a partir de Zélio, os valores depositados em Malagrida pela intelectualidade entram em disputas. Ao utilizar o jesuíta como anunciador da nova religião, Zélio parecia sinalizar que, ao perseguir a umbanda, essa nova elite fluminense estaria assumindo um papel similar daquele que perseguiu os ícones católicos, por considerar os seus dons mediúnicos uma afronta ao governo. Deste modo, Malagrida atuaria como peça fundamental para entendermos mais a fundo a disputa simbólica travada pelas elites fluminenses no campo político-religioso de 1920.

Em um bate-papo *online* em comemoração aos 132 anos de nascimento de Zélio, organizado pelo representante do Templo Espiritualista Aruanda, Pai Filipi Brasil, o bisneto de Zélio, Leonardo Cunha, comenta que na sua interpretação, Malagrida tinha “reencarnado no estrato inferior da sociedade”, um caboclo, como parte de um processo de redenção espiritual, mas não como um castigo<sup>91</sup>.

Outro participante presente na Live comemorativa, Pai Noberto, questiona Leonardo Cunha sobre a proximidade entre as entidades manifestadas em Zélio, como o preto velho Pai Antônio e o Caboclo das Sete. Respondendo à indagação de Pai Noberto sobre a proximidade das entidades de Zélio, Leonardo afirma que o Caboclo das Sete era uma das encarnações de Malagrida e que ambos escolheram o médium como parte de reparar seus erros discriminatórios e na busca de evolução, porém não poderia afirmar a narrativa que associa Pai Antônio a uma das encarnações do Marques de Pombal.

Entretanto, o bisneto de Zélio diz que não duvida que em alguma encarnação, Pai Antônio tenha participado do processo inquisitorial de Malagrida, estabelecendo contato a partir dos saberes curativos do dia a dia, ou captura do Jesuíta, ou durante seu enforcamento e incineração do corpo na fogueira da Inquisição.

Segundo Leonardo, Zélio contava que Pai Antonio teria passado por uma encarnação anterior, por volta de 1700, em que teria assumido a profissão de médico, com o mesmo nome do preto velho, e curiosamente seu sobrenome era Cunha Cubas. O bisneto do médium afirma que essa história também é narrada em um dos livros de Leal de Souza, e que, assim como Pai Antônio, o médico contava com alto poder de cura, sendo famoso por suas atuações no centro da cidade.

---

<sup>91</sup> TEMPLO ESPIRITUALISTA ARUANDA. Diálogos sobre Umbanda (Edição Especial): Os 132 anos de Zélio Fernandino de Mores. YouTube. 2024. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=au1BPM\\_8Lyk&t=839s](https://www.youtube.com/watch?v=au1BPM_8Lyk&t=839s). Acesso maio de 2024.

Na narrativa sobre a atuação do missionário, também podemos encontrar ligação entre Malagrida e o nome “São Gonçalo”, o que reforça a ideia de que a escolha do “herói cristão” feita pelos intelectuais, não foi alheia a tentativa de elaborar certa proximidade entre o mito católico e o município fluminense. Malagrida atuou com protagonismo na Capitania da Paraíba do Norte a partir da construção do Seminário Jesuíta para formação de sacerdotes, anexo ao Colégio São Gonçalo, em 1746, encerrando suas atividades inacianas na região, no ano de 1759. A escassez de sacerdotes e de um colégio que instrísse os filhos dos colonos locais, no final do século XVII e na primeira metade do século XVIII, foram condições necessárias para que os inacianos se fixassem na capitania, atuassem nas missões, fundassem um colégio e, posteriormente, o seminário, atendendo aos pedidos dos moradores (Medeiros, 2017).

A carência de um sistema de ensino favoreceu o crescimento progressivo dos colégios jesuítas, tornando esses estabelecimentos fundamentais para a formação da nobreza e preservação da fé católica, em detrimento dos movimentos questionadores que se espalhavam pelo ocidente (Assunção, 2013, p. 36–37). O Colégio de São Gonçalo foi um dos equipamentos pioneiros que visavam à instrução e doutrinação dos colonos paraibanos mais abastados. Nesta região, o trabalho dos jesuítas resultou no conjunto arquitetônico que compreendeu o convento, a igreja e o colégio sob a invocação do beato português São Gonçalo (Medeiros, 2017, p.51).

Também em homenagem ao Beato São Gonçalo, foi fundado o município que nos debruçamos nesta pesquisa, localizado no Estado do Rio de Janeiro. O frade dominicano que dá o nome a essas regiões, tem devoção ao seu culto desde o século XVI, em Portugal, associado aos mareantes do Douro, a proteção contra o mau tempo, contra a tempestade. Transplantados para o Brasil no período colonial, o culto amarantino manteve aqui as influências pagãs e islâmicas que o caracterizavam, assimilando também elementos da influência africana (Fernandes, 2004, p.63).

O culto ao bem-aventurado português foi difundido em suas possessões ultramarinas no período posterior à expansão marítima lusitana. Consta que a devoção amarantina no Brasil-Colônia tem como referência mais antiga a construção de uma capela próxima à baía de Guanabara, posterior a 1579, quando Gonçalo Gonçalves, o Velho, a mandou erguer em sua recém-adquirida sesmaria, atual município de São Gonçalo. Sua popularidade atingiu o clímax, no entanto, no século XVIII, quando, no Rio de Janeiro, D. Antônio de Guadalupe fundou a irmandade de São Gonçalo, na igreja de São Pedro.

Duas imagens são atribuídas ao bem-aventurado: a de “santo violeiro”, que demonstra ser uma tradição do folclore nordestino, onde o Beato era retratado como “fino violeiro”, que usava música para evangelização; e a outra era de “casamenteiro das velhas e das solteiras em geral”, característica que lhe conferia popularidade, ajudando a prosperar no Brasil o culto popular que por vezes ligava o santo a sexualidade, atributos afrodisíacos e procriadores (Fernandes, 2004, p.72).

A importância do culto aos santos que tinham como atributo o “amor humano” era explicada por haver necessidade de gente para a obra colonizadora portuguesa. Por outro lado, a necessidade de atender a escassez do contingente humano para povoação do reino e colonização ultramarina quebrava a ortodoxia da moral católica e trazia elementos da poligamia islâmica, promovendo assim características peculiares a religiosidade popular. Mas, no século XIX, a popularidade do beato entra em decadência por proibição dos cônegos que alegavam a tentativa de formação de um Estado Nacional nos padrões europeus (Fernandes, p.82). E diferente de Niterói, que permaneceu com a sua denominação nativa, a escolha do nome São Gonçalo sobre “Guaxindiba” marcava a vitória dos portugueses sobre os povos nativos da região<sup>92</sup>.

A figura do Caboclo das Sete Encruzilhadas ou Padre Malagrida, revela o passado da igreja católica medieval e moderna, que no período inquisitorial e das fogueiras se destaca pela perseguição feita aos que eram considerados atrasados, bárbaros e incivilizados (SÁ JUNIOR, 2004). Características essas, imputadas aos “curandeiros” e “umbandistas” pela elite política cristã contemporânea a Zélio. Nesse sentido, a partir de Malagrida “O perseguido de ontem vem acolher os perseguidos e excluídos de hoje” (Sá Junior, p. 69). A figura de Pai Antônio, através dos seus dons curativos e a justificativa de encarnação passada na área das ciências médicas, também indicava desejo do médium em estabelecer diálogos com a atuação das elites políticas contemporâneas e fuga dos estigmas negativos.

---

<sup>92</sup> O município de São Gonçalo era denominado inicialmente como “Guaxindiba”, nome indígena que faz menção ao rio de grande extensão da região. Diferente de Niterói, que manteve a sua alcunha nativa devido à dada manutenção dos povos originários na região, o território gonçalense não permaneceu com aldeamento indígena. Com o término da França Antártica, houve o progressivo extermínio, escravização e expulsão dos Tamoios da região para o interior da então capitania e litoral norte (Cabo-Frio). A diminuição da influência indígena na região colabora para uma não valorização dessa tradição no momento de reação lusófoba e idealização romântica (Fernandes, 2004, pp.150–151).

### 1.3 O crescimento pentecostal e as mudanças no campo político-religioso de São Gonçalo

As exaltações de Palmier e sua relação com Zélio, assim como o contexto político-religioso do período, foram ressaltados a fim de mapear a formação do campo político-umbandista de São Gonçalo, ao longo da Primeira República (1889–1930). Destacamos os diálogos estabelecidos entre as elites influentes do período, com intuito de compreender as movimentações locais que contribuíram para o deslocamento de narrativas que apresentava o “Zélio político” para a sua transformação no que seria “o mito fundador da umbanda”, a partir da segunda metade do século XX (Giumbelli, 2002).

Observamos que a formação do campo político-umbandista na cidade ocorre a partir de 1920, concomitante a atuação da nova elite emergente que, partindo do cientificismo, exalta com mais ênfase suas filosofias cristãs — católicas, protestantes e espíritas kardecistas — nos projetos educacionais e memorialistas elaborados para São Gonçalo, na tentativa de promover o desmantelamento político-moral da elite tradicional rival ao alavancar a “guerra ao curandeirismo”.

Uma das formas de alcançar o sucesso político desses homens atuantes em São Gonçalo era manipular o imaginário popular. Destacamos como a cultura orienta comportamentos e relações sociais (Geertz, 1978). Assim, ao analisar os seus símbolos presentes na estruturação das linhas de umbanda fundadas por Zélio, podemos identificar o código cultural comum ao contexto histórico, para enfim serem entendidos e decifrados. As representações contidas nas imagens escolhidas pelo médium dão sentido à vivência coletiva, carregam valores e julgamentos (Chartier, 1988).

Ao propor certa “limpeza eugênica” contra as demais religiosidades consideradas de “baixo espiritismo”, “curandeirismo”, “magia negra” e “umbanda” - entre outros termos direcionados as práticas mágico-religiosas de possessão advindas de uma parcela não letrada, negra ou indígena - os médicos sanitaristas, como Luiz Palmier, contribuíam para reafirmar a base cultural-científica dos benefícios das religiões cristãs, ao mesmo tempo que buscava desmoralizar politicamente as figuras históricas, como Zélio, que partilhavam das religiosidades populares acusadas de promoverem desequilíbrios mentais.

Partindo do início do século XX, podemos observar como Zélio tentava adequar as práticas religiosas umbandistas ao ideário da época. A trajetória política e religiosa do médium parece indicar o que a bibliografia especializada no tema já apontava: não apenas o panteão umbandista, suas práticas e costumes foram pensados e pormenorizados, mas também

seus horários e obrigações, buscando conciliar a dinâmica dos terreiros com a sociedade urbana industrial nascente no Brasil (Cavalli Junior, 2020, p.29).

Com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, a partir da Revolução de 1930, ocorre o segundo significativo dismantelamento político no município, e dessa vez os grupos formados por memorialistas fluminense e a elite política-cientificista, liderados por Feliciano Sodré, também sofrem a perda de seus cargos eleitos. Entretanto, ao longo do governo varguista, personalidades não alinhadas diretamente com a antiga política oligárquica consegue se reestruturar e voltam a exercer influências administrativas na região fluminense, a exemplo de Palmier. Enquanto isso, o campo político-religioso segue super aquecido, alimentado pela repressão do Estado, alicerçado no apoio católico e kardecista contra, principalmente, a concorrência das diferentes vertentes umbandistas e suas práticas populares.

Dessa forma, nossas observações concordam com Brown (1985) quando esta afirma que a fundação e expansão da Umbanda ocorreu “durante o período de 1925–1970, tendo como quadro de referências o contexto mais amplo de mudanças sócio-políticas registradas durante o período” (Brown, p.9). Consideramos, assim como a autora, que as políticas da Era Vargas - destinadas à ampliação dos direitos e da oferta dos benefícios da assistência social aos trabalhadores - como um esforço do governo para atrair apoio popular urbano que contribuíram para mascarar o autoritarismo do governo, sobretudo a partir da criação do Estado Novo, em 1937.

Contudo, destacamos que “a escolha dos símbolos nacionalistas, representados pelos principais espíritos da Umbanda”, influenciado pelo nacionalismo do regime de Vargas, já se encontravam exaltados e remodelados pela elite memorialista fluminense no início da República. Ressaltando os interesses próprios dos “Modernos Fluminenses”<sup>93</sup>, que influenciados pela elite letrada de finais do século XIX, via na educação e ocupação do espaço público o planejamento ideal para a formação de um povo republicano. Esses modernos eram percussores do Movimento Modernista de 1922 (Fernandes, 2009).

Não encontramos fontes que reforçam a afirmação de Brown sobre Zélio ter se tornando “um político varguista ao nível local” (Brown, 1985, p.13), mas mesmo que tenha ocorrido, observamos, a partir da análise dos periódicos locais, que foi no governo de Vargas, a partir de 1930, que Zélio e seus partidários experimentaram o auge do dismantelamento

---

<sup>93</sup> No modernismo fluminense, a jovem intelectualidade firmou a interpretação de que os estudos regionais deveriam levar à compreensão dos laços identitários nacionais. Então, quando o Movimento Modernista de 1922 destacou a necessidade de se conhecer as especificidades regionais, os movimentos literários niteroienses já vinham propondo, desde o século XIX, a construção de um novo estado embebidos pelos ideais modernistas. Um modernismo próximo daquele defendido pelos cariocas em que se valorizava o antigo, a tradição, a história (Fernandes, p.91).

político que já vinha se desenhando desde o falecimento de Nilo Peçanha, em 1924. Com a chegada de Vargas ao poder, parece que os divergentes grupos locais não viram outra saída senão seguir o roteiro político de sempre, e se alinharem ao governo federal, a exemplo de Palmier (Brown, 1985).

Recorrendo à burocracia crescente em uma “democracia representativa” como a brasileira, os mecanismos de repressão religioso são legitimados pelo funcionamento orgânico do Estado, a partir da perseguição as práticas mágicas que não se enquadram no reconhecimento do aparato burocrático e seus agentes. Assim, a Igreja Católica evidencia como permaneceu oficialmente enquanto denominação influente no município com valores de laicidade<sup>94</sup>. Preponderância essa que vai sentir certo abalo a partir de 1980, com o crescimento da influência dos evangélicos-pentecostais em São Gonçalo, a partir dos dois mandatos da ex-prefeita Aparecida Panisset (2005–2012) e suas ações voltadas a valorização do “povo evangélico”.

Em fins dos anos 1970 e na primeira metade de 1980, o pluralismo de cultos intensificou a competição religiosa graças ao acelerado crescimento pentecostal e seu ingresso tanto midiático quanto na política partidária. A democratização do sistema político de finais dos anos 80 e a estagnação dos adeptos do catolicismo, contribuíram para que outras religiões, que não a majoritária, tivessem a possibilidade de expressar politicamente as suas demandas, abrindo-lhes espaço (Giumbelli, 2008).

Neste período, os dados oficiais do país (IBGE) contabilizavam o avanço numérico das denominações evangélicas, principalmente nas regiões metropolitanas (Freston, 1993). São Gonçalo, enfrentava um declínio socioeconômico e, diante do cenário de intensificação da pobreza local, a atuação evangélica aumentava no município conseguindo, até certo ponto, garantir aos indivíduos marginalizados pelo Estado “redes e laços de proteção” (Vital da Cunha, 2009). Evidenciando que o acirramento da disputa entre grupos religiosos e entre religiosos e laicos que ocorriam na cidade refletiam as que já estava em curso em todo o país (Giumbelli, 2008).

Diante do crescimento pentecostal e a estagnação numérica dos católicos, em 1990, na comemoração do primeiro centenário de emancipação política de São Gonçalo em relação à Niterói, os historiadores gonçalenses buscaram criar um mito fundador para a cidade. Era importante ressaltar uma história mais longa, então se reportaram ao nome do município

---

<sup>94</sup> Segundo Vital da Cunha (2021) uma série de trabalhos argumenta que as religiões, em especial a Igreja Católica, são coprodutoras do Estado Laico no Brasil, produzindo formas de legitimação do religioso no espaço público nacional.

visando apresentar não apenas o centenário, mas também certa “tradição histórica” (Fernandes, 2004).

Os memorialistas desejavam construir a autoestima da população local frente ao estigma negativo de “cidade-dormitório”, com diversos problemas estruturais. Então resgataram as tradições locais partindo de uma abordagem interpretativa da figura do santo que dá o nome ao município de São Gonçalo, reforçando o poderio católico na região desde o início da ocupação portuguesa, no século XVII. Neste sentido, o viés memorialista e católico dos historiadores locais buscou manter a ideia de tradição religiosa como ponto-chave para tratar da história do município, perpetuando um olhar pouco crítico na reafirmação da construção da cidade em torno de um simbolismo cristão. Afinal, uma cidade forjada por trabalhadores denotaria menos encanto.

Observamos que a evolução do pentecostalismo em São Gonçalo também está relacionada ao processo institucional da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) e, conseqüentemente, aumento dos casos de disputa religiosa entre os afro-brasileiros e os que se autodenominam cristãos (Gomes, 2004). Os templos da IURD — tanto o construído no principal bairro comercial do município, Alcântara, nos anos 2000<sup>95</sup>, quanto o edificado próximo ao centro, no bairro Camarão, mesmo local em que funcionava a maior casa de show da cidade, i9Music, em 2008 - evidenciam como o mercado religioso local se mostrou favorável a consolidação desta denominação na região.

Gomes (2004) afirma que, ao mesmo tempo, em que a IURD apresenta uma íntima relação com o candomblé e a umbanda, como a possessão e presença de divindades do panteão afro-brasileiro em seus cultos, a partir das construções das catedrais, ela marca o início de uma “era” em que busca se diferenciar dessas religiões. Nas Igrejas iurdianas, por meio de uma linguagem mais distante dos referenciais encontrados nos terreiros, as divindades afro-brasileiras serão caracterizadas pelo aspecto maléfico em rituais de exorcismos. Assim, os candomblés e as umbandas serão incorporados no cotidiano da IURD como seres malignos, representando a constante luta entre o “bem” e o “mal”, “deus” e “demônios” (Gomes, 2004, p.170).

Jornais online e lideranças de terreiro marcam o ano de 2011, como o ponto crucial na “guerra religiosa” com a prefeitura de São Gonçalo. Como abordado na Introdução, no período final do segundo mandato de Panisset (2008-2012), a casa histórica que pertenceu ao

---

<sup>95</sup> UNIVERSAL ALCÂNTARA (RJ). Instagram: @universalalcantara. Disponível em: <https://www.instagram.com/universalalcantara/>. Acesso maio de 2024.

médium, e de estruturação da umbanda como conta o “mito de origem” foi demolida<sup>96</sup> (Aguiar, 2018). Diversas lideranças de terreiro buscaram intervir junto aos órgãos públicos e autoridades competentes para evitar a demolição do que entendiam ser um patrimônio histórico para a religião. Mas o intento não obteve sucesso, a casa foi demolida e com ela parte da história da Umbanda. Essas lideranças acusam Panisset de “racismo religioso institucional” por não mover esforços para tombar a residência ou tomar outra medida para evitar a demolição (Aguiar, 2018).

No contexto da derrubada da antiga casa de Zélio, Panisset já passava por acusações de recorrer à sua posição enquanto chefia do cargo máximo do executivo nacional e propiciar interferências religiosas no espaço público da cidade, como a demolição da Praça Chico Mendes para a construção da Praça da Bíblia (2011); desapropriação do Centro Espírita Caboclo Pena de Ouro (2011); promoção de festejos públicos da prefeitura com *show gospel*; inauguração de obras do PAC para “o povo evangélico”; não coleta de lixo e falta de calçamento nas ruas onde estavam localizados os terreiros<sup>97</sup>; entre outros (Aguiar, 2018).

A partir do governo de Panisset, os interlocutores desta pesquisa ressaltam que quando as atividades religiosas, como festas aos orixás, cortejos e outros, eram realizadas em lugares públicos da cidade - praias, matas, cachoeiras, ruas, e afins - ficavam mais expostos aos ataques, que poderiam acontecer desde a simples distribuição de panfletos contra esses cultos<sup>98</sup>, até a tentativa de interrupção forçada dos rituais. Outro fator de concorrência entre pentecostais e as religiões afro é a “incorporação” de práticas comuns encontradas nos terreiros a determinadas atividades evangélicas, como o acarajé e a capoeira<sup>99</sup>, e a dissociação das suas relações com as religiões afro-brasileiras - (Silva, 2007, p. 218).

---

<sup>96</sup> Como apontamos ao longo desta pesquisa, o mito de origem da umbanda a partir de Zélio Fernandino de Moraes não é unânime, e sua centralidade em Zélio é uma construção posterior ao início da década de 1960 (Giumbelli, 2002).

<sup>97</sup> O enfrentamento voltou a acontecer em 2024 quando as lideranças religiosas acusaram a prefeitura, então administrada no executivo máximo pelo Capitão Nelson (2020), de intolerância religiosa por seus terreiros receberem negativas no recolhimento do lixo, por parte da empresa e funcionários responsáveis pela coleta. Ver: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2024/05/14/fieis-candomble-sao-goncalo-denunciam-intolerancia-religiosa.ghtml>. Acesso maio de 2024.

<sup>98</sup> No processo eleitoral de 2004, Panisset teve como principal adversária uma colega da ALERJ, Graça Matos (PMDB), que contava com o apoio da ex-governadora Rosângela Matheus e do presidente estadual do partido, Anthony Garotinho. À época, jornais com fotos da candidata em rituais de umbanda foram distribuídos, numa tentativa de confundir os eleitores evangélicos no município de São Gonçalo. Panisset garantiu 51,95% dos votos no primeiro turno do pleito (Machado, 2006, p. 142) (Bahia, Aguilar, 2022). Voltaremos a essa disputa no Capítulo 2.

<sup>99</sup> As pesquisas que se debruçam sobre o tema indicam que os grupos de capoeira quando possuem mestres evangélicos acabam não reforçando em sua prática determinados aspectos ligados aos cultos afro-brasileiros (Cid, 2017). A modificação estrutural de algumas cantigas para adaptá-las à religião evangélica descaracteriza

As intolerâncias vividas pelos umbandistas na década de 1920, e ganham ênfase a partir de 2011, encontram em Zélio o elemento simbólico para a construção de narrativas que visam resistência religiosa por meio de um “fazer política” próprio dos terreiros (Miranda, 2021, p.19). Lideranças de candomblé e umbanda passaram a manifestar cada vez mais as reivindicações de reconhecimento de seus direitos de forma pública e, até certo ponto, coletiva. A imagem construída do médium como fundador, parece funcionar ao possibilitar que essas lideranças de terreiro e seus objetivos políticos adentrem nos espaços burocráticos do município. Espaços esses preenchidos com concepções cristãs, intensificadas pela política pentecostal, aumentando os casos de denúncias que permeiam “intolerância religiosa” e “racismo religioso”.

### 1.3.1 O aumento dos ataques religiosos contra os terreiros e o retorno da imagem de Zélio na cena política municipal

As investidas pentecostais aparecem para os religiosos de axé como alerta para a necessidade destes se defenderem, e buscarem articulações para superar as divergências existentes entre o candomblé e umbanda, e demais cultos que existem a partir da matrizes afro (Silva, 2007, p. 223). Assim, destacamos que, em 2009, dois anos antes da derrubada da antiga casa de Zélio, candomblecistas do município iniciavam a estruturação de destacados projetos culturais para a região. Temos como exemplo as iniciativas de Márcia D’Oxum e Bianca D’Xangô que passaram a organizar festejos e projetos sociais no combate as intolerâncias religiosas que aconteciam no município, como a famosa “Festa de Iemanjá”, na Praia das Pedrinhas, e o Projeto Cardume, no bairro Rocha, respectivamente (Aguiar, 2018).

No ano da derrubada da antiga casa de Zélio (2011), Márcia D’Oxum teve um papel importante na articulação entre os terreiros, uma vez que utilizou de sua influência para aproximar as mídias de diferentes impactados de divulgação e os espaços litúrgicos que passavam por dificuldades de reconhecimento e investidas de desapropriação perante a prefeitura. Nesse momento, os terreiros passaram a identificar certa eficácia nas denúncias

---

os fatos históricos quando retira da letra seus ensinamentos, e não permite mais acessar os códigos simbólicos afro-brasileiros. Nesse complexo jogo de “esquecimentos e lembranças”, os evangélicos capoeiristas aparecem como parte da tensão que disputa definir as identidades, ocupar no presente ou no futuro lugares sociais e conquistar fiéis, podendo resultar “na instauração de um ambiente religioso fortemente tensionado, e mesmo violento” (Reinhardt, 2007, p. 73).

realizadas de forma midiática. Já os meios de comunicação enfatizavam a narrativa em torno do “mito de origem” para atrair o apelo do público.

A partir de 2018, os umbandistas Waguinho Macumba e Fernando Torres ganham destaque na cena política municipal, ao entoar discursos que negam a eficácia das ações dos terreiros contra as diversas investidas intolerantes na cidade, pautadas apenas pela via culturalista<sup>100</sup>, ou restritas a apelos midiáticos. Os umbandistas defendem que no município este viés de mobilização não se mostrou suficiente para proteger os terreiros. Na visão desses zeladores, era preciso atuar também de dentro das instâncias burocráticas do município.

Tanto Waguinho quanto Fernando irão reverberar o efetivo apelo midiático em torno da imagem de Zélio, reforçando a imagem do médium como símbolo de resistência dos povos de axé, e a derrubada da sua antiga casa (2011) seria um exemplo daquilo que não deveria mais ocorrer com os demais terreiros de São Gonçalo. Contudo, esses umbandistas vão buscar reestruturar as lutas dos pais e mães de santo do município partindo de articulações diretas com o meio político-partidário.

Entendendo que a demarcação do espaço público pela umbanda deveria ser para além da cidade, Waguinho e Fernando defendem publicamente que a umbanda é uma religião que “nasceu em São Gonçalo”, mas que congrega características culturais do povo brasileiro, como resultado da relação do negro, indígena e o elemento branco. Porém, a simbologia do médium tido como “o fundador da umbanda” não agrada a todos os afroreligiosos, gerando discordâncias e conflitos entre as lideranças de terreiro ao longo da aplicação dos projetos.

Ao resgatar a imagem de Zélio na política de São Gonçalo, os umbandistas da cidade também reproduzem e reforçam os simbolismos contidos no mito de origem para dar sentido às suas lutas no presente. A figura do Caboclo é uma delas. O candidato às eleições de 2020 para a câmara dos vereadores, Waguinho Macumba, por exemplo, utiliza a figura de Zélio como espelho de atuação.

Waguinho, na disputa ao pleito, reafirma constantemente que os umbandistas são políticos desde a sistematização da religião, uma vez que o seu fundador (Zélio) foi importante vereador do município. Assim, não caberia aos umbandistas o discurso que, para ele, prevalece nos terreiros da cidade, “religião e política não se misturam!”. Na visão do

---

<sup>100</sup> Bahia e Nogueira (2023) assinalam que a presença pública das religiões afro-brasileiras é apresentada pelas principais bibliografias que se debruçam no tema a partir do seu viés “cultural”. Entretanto, os autores afirmam que a entrada da umbanda para a política, a partir da criação do “Colegiado Espiritualista do Cruzeiro do Sul”, evidenciou que nem sempre os representantes umbandistas vão fazer uso apenas da via culturalista. Os pesquisadores ressaltam que o Colegiado, criado em 1956, com funcionalidade até os fins da década de 1960, visou unificar algumas federações de umbanda do Rio de Janeiro não apenas em busca de legitimidade para a religião, mas com o intuito de garantir liberdade religiosa (Bahia; Nogueira, p. 109).

candidato, a umbanda é política, e a política municipal foi formada com a umbanda. Assim, ao escolher o número da sua candidatura, Waguiinho aposta no numeral sete.

O número sete é um número absorvido pelos praticantes da macumba<sup>101</sup>, possivelmente oriundo de uma tradição europeia, e a palavra encruzilhada se refere a um espaço de cruzamento de duas estradas ou ruas, em forma de cruz, onde os adeptos deixam algumas oferendas a Exu (Sá Junior, 2004, p. 69). Assim, o numeral está relacionado ao Caboclo das Sete Encruzilhadas que teria “anunciado a umbanda”, tanto quanto a representação de Exu, como falaremos no Capítulo seguinte.

Outros simbolismos, como o 15 de novembro, ressaltado pelo mito de origem, também serão reavivados pelos umbandistas da cidade. Essa data é de extrema importância histórica por se tratar do mesmo dia e mês em que se comemora a Proclamação da República no Brasil, e, a cada ano, é lembrada nas escolas, em cerimônias produzidas pelo governo e outros tipos de eventos. Para Sá Junior (2004), é por demais significativo que o mito de fundação da “alva nação umbandista” tenha a mesma referência que o marco histórico nacional.

Essa associação de eventos liga a fundação da Umbanda ao nascimento da República e a um período em que fervilhavam as mudanças sociais, políticas e culturais, caracterizado pelos umbandistas como “o momento propício para o plano astral superior imprimir uma mudança aos ditos cultos miscigenados, pois era inevitável e extremamente oportuno” (Rivas Neto, 1991, p. 25; Sá Junior, 2004, p.72).

Tendo como base o “mito de origem”, o 15 de novembro ganha vultos nacionais para a umbanda quando, em 2012, a Lei n.º 12.644, sancionada pela presidente Dilma Rousseff, oficializa a data como o Dia da Umbanda no país. O relator do até então Projeto de Lei 5687/05, deputado Mendes Ribeiro Filho (PMDB-RS), defendeu a aprovação da matéria com base no pressuposto de que, no Brasil, a Constituição garante a liberdade de consciência e de crença, assegurado o livre exercício dos cultos religiosos<sup>102</sup>.

Assim, partindo da memória de Zélio como mito fundador da umbanda e a aprovação da Lei Nacional que reforça o 15 de novembro, os umbandistas de São Gonçalo vão movimentar candidaturas dentro dos seus círculos religiosos e promover a ocupação do espaço público. Essas lideranças conseguiram que, em janeiro de 2020, a câmara dos

---

<sup>101</sup> Ver nota 37.

<sup>102</sup> Ver: <https://www.camara.leg.br/noticias/115041-dia-nacional-da-umbanda-e-aprovado-pela-camara/>. Acesso maio de 2024.

vereadores do município aprovasse a Lei n.º 1121/2020<sup>103</sup>, assegurando a comemoração da Semana da Umbanda em São Gonçalo, entre os dias 11 e 17 de novembro, e desde então propõem “a criação de eventos que tragam visibilidade, respeitabilidade e reconhecimento a essa religião na cidade”, como diz a lei orgânica.

Mas, como veremos nos capítulos seguintes, ao problematizarmos a candidatura de Waguinho Macumba (2020) e a tentativa de construção do MuseUmbanda, por Fernando Torres (2021), essas articulações em torno de Zélio não estão livres de disputas e controvérsias (Montero, 2012) entre os próprios umbandistas. Para entender como o médium, a partir de 2011, retorna as disputas políticas como símbolo de resistência religiosa entre lideranças que não cultuam as práticas umbandistas difundidas por ele, fez-se necessário traçar a sua trajetória em São Gonçalo. Já os usos, disputas e controvérsias em torno da imagem de Zélio pelas lideranças religiosas do município, serão aprofundadas nos capítulos subsequentes.

---

<sup>103</sup> Ver: <https://cmsg.processo legislativo.com.br/areapublica/documento/? Lei/1121/1>. Acesso maio de 2024.

## 2 WAGUINHO MACUMBA: O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DE UM CANDIDATO NEGRO E UMBANDISTA

Este capítulo se debruça sobre a construção da candidatura de Waguinho Macumba<sup>104</sup> nas eleições para a câmara legislativa de São Gonçalo (RJ), em 2020. A disputa se deu diante de um contexto estadual onde o município se destacava como o terceiro em número de ocorrências de ataques com motivações religiosas, tendo os afroreligiosos liderado como vítimas (2023)<sup>105</sup>. A cidade integra a região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, ocupando a 18ª colocação entre as mais populosas do Brasil (IBGE, 2022). O município é marcado por uma intensa desigualdade socioespacial, sérios problemas de infraestrutura e mobilidade urbana, falta de equipamentos coletivos, baixo desenvolvimento econômico e altos índices de violência.

Conforme as últimas estimativas do Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil (2017), a população de São Gonçalo é composta, em sua maioria, por mulheres e negros, correspondendo a 52,46% e 55,96%, respectivamente<sup>106</sup>. Somado a esse dado, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, destaca a cidade como a quarta do Brasil com o maior índice de negros mortos pela polícia (Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2021)<sup>107</sup>. Diante deste contexto, o então candidato optou por investir tanto no discurso religioso, quanto nas temáticas de cunho racial, em geral, com intuito de atrair eleitores e arranjos políticos partidários que fossem satisfatórios ao pleito.

---

<sup>104</sup> Wagner Machado nasceu no dia 12 de maio de 1986, em São Gonçalo, bairro Mutuá. Atualmente mora no bairro Boa Vista, tem três filhos, divorciado, e exerce a função de guarda de trânsito do município de Magé. Waguinho é líder do terreiro de umbanda “Centro Espírita Xangô das Almas”, fundado por seu pai consanguíneo, Enilton Machado, em 1994. O terreiro toca “Umbanda Popular”, pois cultuam caboclos e pretos-velhos, bem como orixás. O candidato informa que alcunha “Macumba” escolhida para concorrer às eleições de 2020 é uma homenagem ao seu pai consanguíneo, pois este era conhecido na localidade como “Enilton Macumba”. Também apontamos a possibilidade do termo “Macumba” ser utilizado pelo candidato para unir diversas matrizes afro que assim são denominadas pela ótica generalizante e racista presente no senso comum.

<sup>105</sup> Ver: <https://www1.unicap.br/observatorio2/wp-content/uploads/2023/01/II-relatorio-de-intolerancia-religiosa-Rio.pdf>. Acesso maio de 2024.

<sup>106</sup> AtlasBR. ATLAS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL, São Gonçalo, Rio de Janeiro, População. Indicadores Demográficos, 2017. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/perfil/municipio/330490#sec-demografia>. Acesso maio de 2024.

<sup>107</sup> Ver: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/items/2e5e66c1-655e-4751-b7fd-d29017d6b1d1>. Acesso maio de 2024.

A disputa para o cargo de vereador (2020), empreendidas por Waguinho, fora marcada não só pelas ondas pandêmicas de COVID-19 e suas implicações, como pela potencialidade que os temas raciais adquiriram a partir do movimento estadunidense “*Black Lives Matter*”<sup>108</sup>. Utilizando como base os conhecimentos acadêmicos do seu irmão consanguíneo sobre raça e política<sup>109</sup>, o candidato participou de entrevistas e *lives* intermunicipais, estaduais e internacionais, chegando a ser apontado como símbolo do crescimento das candidaturas afroreligiosas no Brasil<sup>110</sup>.

Esta pesquisa identifica as violências sofridas por Waguinho como mais uma entre tantos outros casos constantes de ataques religiosos que ocorrem nos espaços públicos do país e, foco desta pesquisa, São Gonçalo. A candidatura do umbandista contribuiu para ressaltar os enfrentamentos que aconteciam nas ruas da cidade, com ataques direcionados a sua religiosidade, e que tinham como protagonistas de investida os grupos cristãos (evangélicos e católicos), além de fornecer novas interpretações sobre a ênfase que determinados grupos umbandistas direcionavam a figura de Zélio de Moraes.

Waguinho afirmava que os confrontos contra sua candidatura ficavam restritos as ruas da cidade e não ocorriam outros embates quando se lançava nos espaços religiosos, pois havia encontrado certa facilidade ao adentrar as casas de axé do município para divulgar sua proposição, não se deparando com “nenhuma resistência marcante ao seu nome por parte dos terreiros de São Gonçalo”. Todavia, a aceitação da sua candidatura pelos representantes dos segmentos de axé não se mostrou tão fraternal como este expunha.

Diante da dificuldade de alavancar a candidatura e obter reconhecimentos perante os terreiros da cidade, Waguinho reforçou a narrativa do “mito de origem”. O postulante destacava o médium enquanto político e umbandista, ressaltando a importância deste como ícone histórico do município. Conseguindo assim, finalmente adentrar na câmara dos vereadores com as pautas religiosas de campanha. Não obstante, se basear numa ideia de racialidade para pensar a candidatura, Waguinho se fundamenta politicamente em uma origem da umbanda ligada a figura política de Zélio de Moraes, chamada de “umbanda branca” pelos demais segmentos religiosos. Deste modo, algumas lideranças de axé indicavam divergências

---

<sup>108</sup> Ver Introdução, nota 28.

<sup>109</sup> Víctor Hugo exerce o cargo de ogã, sendo descrito pelo candidato como “sempre atuante nos afazeres religiosos”, além de ter desenvolvido importantes análises que visavam elaborar o discurso político e racial de Waguinho. Víctor é formado em Geografia, licenciatura, pela Faculdade Universo, São Gonçalo.

<sup>110</sup> PRADO, Bruna. Um evangélico segura uma Bíblia enquanto grita sobre a vinda de Jesus, 2020. 1 fotografia. 1024×710 Pixels. Disponível em: <<https://www.seattletimes.com/nation-world/world/ap-photos-afro-brazilian-religious-leaders-run-for-office/>>. Julho de 2023.

com a narrativa resgatada pelo candidato, justificando que esta apontava o nascimento da umbanda por um médium de “linha branca”, hierarquizando as diversas umbandas do município.

Esses religiosos, divergentes a Waguinho, também afirmavam que, ao mesclar determinadas concepções de religiosidade e racialidade nos projetos políticos, o postulante atraía ainda mais opositores e desentendimentos entre o povo de axé. Nem todos que eram vistos por Waguinho como “possíveis eleitores” concordavam com ele, ou até mesmo entre si, sobre propostas políticas que permeavam “o que é ser negro”, “as necessidades básicas do eleitor negro gonçalense” e “as possíveis prioridades de um cidadão oriundo de terreiro, mas que não se entende racialmente como negro”, entre outros.

Isto posto, o Capítulo em questão tem por objetivo principal compreender as questões suscitadas a partir da disputa de Waguinho Macumba ao cargo de vereador, em 2020, destacando as ferramentas político-religiosas desenvolvidas em torno das tentativas de se construir como um “legítimo representante das religiões afro-brasileiras no município”, ressaltando também as “controvérsias” (Miranda; Correa; Almeida, 2017) em torno dos seus discursos e projetos políticos.

Consideramos que as pautas raciais e a narrativa do mito de origem contribuíram para dispersar possíveis votos entre umbandistas e candomblecistas, uma vez que estes levantaram questões problemáticas acerca de suas construções identitárias, assim como questionaram as escolhas partidárias (PDT e PSDB) realizadas pelo candidato durante a disputa política. Entretanto, veremos mais adiante que a narrativa que reforça a atuação religiosa do médium em São Gonçalo, mostrou ser eficiente na concretização de algumas propostas de campanha, mesmo que o candidato não tenha vencido o pleito e assumido o cargo de vereador.

Na perspectiva de Waguinho, ninguém melhor para “abrir os caminhos” políticos da umbanda do que um candidato que, no âmbito simbólico, traz no nome a “Macumba” e na legenda o sete<sup>111</sup>; e no concreto, sempre confrontou as consequências do crescimento da violência local, como o assassinato do seu pai consanguíneo e espiritual (2017)<sup>112</sup>; as ameaças

---

<sup>111</sup> O número de campanha de Waguinho (45.777) e o jingle produzido por sua equipe destacavam o número sete e se assemelhava a uma paródia produzida a partir de pontos cantados na umbanda para essa entidade: “Sete vezes eu caí/ Sete vezes levantei/ E sete vezes para o povo de axé eu falei:/ WAGUINHO MACUMBA 45777/ Com fé, vamos muito mais além”. Disponível em: <https://www.facebook.com/waguinhomacumba/videos/808321699966078>. Acesso junho de 2023.

<sup>112</sup> Em 2017, Enilton Macumba foi assassinado em decorrência de um assalto no bairro onde moravam, em São Gonçalo.

de criminosos que portavam arma de fogo, exigindo o fechamento do seu centro (2018)<sup>113</sup>; além das constantes discriminações raciais, ditas enfrentadas desde o seu nascimento, por ser um homem negro e umbandista.

Waguinho conseguiu, durante e após a disputa de 2020, com outras lideranças religiosas, apoio de vereadores para a aprovação da Semana da Umbanda no calendário municipal de São Gonçalo (2020)<sup>114</sup>; nomeação da primeira praça da cidade com o nome de Zélio (2020)<sup>115</sup>; hastear, nas festividades que ocupavam o espaço-público do município, a bandeira da umbanda ao lado das bandeiras nacional, estadual e municipal (2023)<sup>116</sup>; realizar festividades nos edifícios da prefeitura, recorrendo a atabaques, danças e indumentárias das umbandas; realizar a exposição “Pelos Caminhos da Umbanda” não só na câmara dos vereadores do município, como na Prefeitura do Rio de Janeiro (2023)<sup>117</sup>; entre outros movimentos que carregavam a imagem do médium, mas eram liderados e pensados por umbandistas que, ao adentrarem nesses espaços, aplicavam o seu ordenamento religioso, evidenciando práticas de diversas linhas de umbanda.

Identificamos que Waguinho utilizava da “semiótica racial” ao projetar a imagem de Zélio sempre em primeiro plano, como elemento branqueador, objetivando unir todas as umbandas de forma superficial, como fazem as práticas racistas e intolerantes ao tentar igualar toda a dimensão dos candomblés e umbandas. Assim, o candidato conseguia com mais facilidade dialogar com o imaginário dos agentes de poder, e, deste modo, ter as demandas dos terreiros reconhecidas pelo poder público enquanto movimentos não só de iniciativa religiosa como de “valorização cultural”, de “tradição fluminense e gonçalense”. Observamos como a imagem política de Zélio e a narrativa do “mito de origem”, de certa forma,

---

<sup>113</sup> Em 2018, Waguinho e sua família receberam ordens do poder local para não transitar na rua com adornos religiosos, além da proibição de realizar os rituais. O candidato conta que, essas pessoas que afirmaram não querer “macumba” na comunidade, chegaram a intimidar sua mãe, armados, no portão de casa: “Ô tia, ô tia, chega aqui que eu quero falar com a senhora!”. Waguinho destaca que sua mãe, ainda passando pelos traumas resultantes do assassinato de Enilton, teve receio em atender os homens em questão e ficar vulnerável a outras violências, mas eles foram diretos e entoavam as ordens que proibiam “uso de roupa de santo na rua, e no terreno do lado!”, referindo-se ao espaço no qual os membros do seu centro realizavam os rituais e festas esporadicamente.

<sup>114</sup> Ver: <https://leismunicipais.com.br/a/rj/s/sao-goncalo/lei-ordinaria/2020/113/1121/lei-ordinaria-n-1121-2020-dispoe-sobre-a-criacao-da-semana-da-umbanda-no-calendario-oficial-da-cidade-de-sao-goncalo>. Acesso junho de 2023.

<sup>115</sup> Ver: <https://leismunicipais.com.br/a/rj/s/sao-goncalo/lei-ordinaria/2020/107/1068/lei-ordinaria-n-1068-2020-dispoe-sobre-a-alteracao-do-nome-de-logradouro-e-da-outras-providencias>. Acesso junho de 2023.

<sup>116</sup> Ver: <https://www.saogoncalo.rj.gov.br/semana-da-umbanda-tem-evento-de-encerramento/>. Acesso junho de 2023.

<sup>117</sup> Ver: <https://www.icmu-rj.com.br/c%C3%B3pia-videoteca-1>. Acesso maio de 2024.

contribuíram para que as umbandas pudessem adentrar nos espaços institucionais de São Gonçalo, apesar de conflituosas entre os umbandistas.

Denominamos a estratégia do candidato — de recorrer ao imaginário racista que generaliza as práticas religiosas ligadas aos negros, para enfim intervir nas instituições municipais — de “semiótica racial” por partirmos das observações levantadas em torno da teoria da “semiótica antirracista”<sup>118</sup> (Rocha; Santana, 2020). Compreendemos o uso das ferramentas analíticas da semiótica como uma das estratégias de respostas as questões historicamente denunciadas pelos movimentos negros e antirracistas. Essas análises consideram que as nossas relações simbólicas e materiais estão estruturadas pelo racismo que se mostrou efetivo ao longo de todo o processo histórico brasileiro, por meio da produção midiática e hegemônica que operou com signos racistas, principalmente ao recorrer à “democracia racial” (Rocha; Santana, 2020, p.2).

As estratégias de Waguinho em relação ao “mito de origem” se propunham a recordar o passado e resgatar a atuação de Zélio enquanto vereador, eleito pelo povo para ingressar nas primeiras formações da câmara municipal, e defensor da educação primária. Para o postulante, em determinados momentos a imagem política do médium poderia mudar certos paradigmas da umbanda, como quando é entendida pelo senso comum como “religião atrasada”, “sem relação com a política” e de “essência imutável periférica”. A redefinição do simbolismo de Zélio enquanto “umbandista e político” — características que nas falas de Waguinho eram indissociáveis do médium — buscava estabelecer negociações com as instâncias de poder municipal. Essas instancias indicavam reproduzir a pertinente homogeneidade religiosa nas tentativas de desviar a atenção ou criar desculpas para o impacto opressor da histórica supremacia cristã no contexto municipal (Hooks, 2019).

Entretanto, nas atividades propostas por Waguinho, a dança que os afroreligiosos realizavam nos espaços de poder do legislativo de São Gonçalo, quem rodava era Oxóssi, caboclas e pompas-giras; os elementos escolhidos para a exposição realizada no prédio oficial das prefeituras, contavam com as diversidades ciganas e de exus no saguão principal; as indumentárias variavam em cores e estilos; a orquestra municipal era constantemente

---

<sup>118</sup> Utilizamos a “semiótica” enquanto ciência que tem por objeto de investigação todas as linguagens possíveis, e por objetivo se dedica ao “exame dos modos de constituição de todo e qualquer fenômeno como fenômeno de produção de significação e de sentido” (Santaella, 1983). Já as linguagens, por sua vez, expressam, ou melhor “materializam” os fenômenos ideológicos e as representações simbólicas contidos na consciência (Bakhtin, 1981). Sobre as diversas formas de linguagem que nos comunicamos, Santaella (1983), destaca que, “nos comunicamos e nos orientamos através de imagens, gráficos, sinais, setas, números, luzes... Através de objetos, sons musicais, gestos, expressões, cheiro e tato, através do olhar, do sentir e do apalpar”. Para a autora, somos uma espécie animal tão complexa “quanto são complexas e plurais as linguagens que nos constituem como seres simbólicos, isto é, seres de linguagem” (Santaella, p.2).

substituída por atabaques; os fios de conta dos participantes evidenciavam a presença da diversidade dos deuses representados; as falas denunciavam as práticas do racismo religioso no município; pediam movimentos efetivos contra as violências sofridas, instruções para legalização das casas, saneamento básico na localidade dos centros, entre outros. Assim, o discurso umbandista que adentra nas instâncias de poder municipal é o das lideranças negras, pobres e periféricas, mesmo que no primeiro momento utilizem da imagem de Zélio.

Isto posto, faz-se necessário evidenciar brevemente o contexto político em que Waguiño buscava apoio entre religiosos, engendrava as articulações partidárias e lançava os seus projetos políticos.

## 2.1 Waguiño Macumba e as articulações partidárias

A disputa para a presidência da República, em 2018, foi marcada pela polarização política entre candidatos e eleitores do PT, sob o forte simbolismo de Lula, e os que simpatizavam com as ideias bolsonaristas, impactando também os subsequentes pleitos para cargos municipais (Reis, *et al.*, 2020). Já nas eleições municipais de 2020, o acirramento político presente na esfera federal<sup>119</sup> foi acrescido de eventos transnacionais, como a pandemia de Covid-19 e os amplos debates raciais derivados do movimento *Black Lives Matter*.

Ao analisar a votação de Jair Bolsonaro (PSL) para a presidência da República, em 2018, e o impacto deste pleito nas votações obtidas por candidatos às prefeituras, em 2020, destacamos dois aspectos presentes na movimentação eleitoral: o “efeito *coattail*”<sup>120</sup> (DE SOUZA, 2022), existente quando um candidato a um cargo executivo atua como um “puxador

<sup>119</sup> Na eleição para o cargo executivo nacional (2018), no primeiro turno, Jair Bolsonaro (PSL) liderava com expressivo número de votos (59,62%), contra Fernando Haddad (PT) (17,34%). Já no segundo turno Bolsonaro venceu com 67,35% dos votos, enquanto 32,65% escolheram o candidato petista, sem contar as abstenções. Ressaltamos nessas disputas, as articulações religiosas em torno dos candidatos, tendo Bolsonaro movimentado uma gama de denominações e eleitores cristãos, a partir da “onda conservadora” que parte em defesa de uma concepção de “família tradicional”, contra movimentos LGBTQI+, a prática do aborto e outros (Almeida, 2019). Nessa disputa, Bolsonaro venceu Haddad em todas as sessões da cidade, cravando 67,35% (307.577) de votos válidos, contra 32,65% (149.075) (De Oliveira, 2022, p. 109).

<sup>120</sup> Segundo De Souza (2022), o “efeito *coattail*” ou “efeito rabo de cascata” foi definido pela primeira vez pelo professor de ciência política da UNB, André Borges, na obra “Razões da Fragmentação”, lançada em 2019. O autor aponta que, ao vencer eleições locais, como as prefeituras, são produzidos efeitos de “rabo de cascata reversos”, proporcionando aos membros do partido nacional ganhos mecânicos de informação e maior capacidade de coordenação eleitoral nos pleitos aos executivos e legislativos estaduais e em nível nacional (De Souza, p.25).

de voto” para seus candidatos correligionários nas sub-regiões do território; e o crescimento da pauta religiosa na vida política<sup>121</sup> (Mariano, 1999; Camurça, 2020). Nos municípios onde Bolsonaro obteve boas votações no primeiro turno de 2018, os candidatos às câmaras municipais pelos partidos da “direita confessional”<sup>122</sup> também conquistaram bons resultados em 2020.

Cunha (2019) também ressalta o fenômeno da midiaticização das religiões, especificamente que envolve a fé evangélica no Brasil, onde a potencialização desse fenômeno provoca o surgimento do ativismo político digital evangélico. A pesquisadora apresenta como os evangélicos se colocam na arena como um bloco organicamente articulado, “fortalecido como parcela social que tem suas próprias reivindicações e pode eleger seus próprios representantes para os espaços de poder público” (Cunha, 2019, p.14).

Já os partidos de esquerda conquistaram prefeituras onde a votação de Bolsonaro foi mais modesta (Marengo; Cate, 2021). Comparativamente, os partidos de “centro-direita histórica”<sup>123</sup> deram-se melhor em localidades onde o ex-presidente obteve mais votos. Os pesquisadores também relacionam o resultado do pleito ao quantitativo de eleitores locais. Segundo eles, em cidades de porte pequeno e médio (15 a 500 mil habitantes) a votação no ex-presidente parecia não ter afetado os resultados para os cargos municipais. Apenas nos grandes municípios, como São Gonçalo, observa-se um alinhamento moderado entre prefeituras e o tamanho do eleitorado bolsonarista (Marengo; Cate, 2021, p.32).

Diante desse alinhamento nacional, entre as eleições municipais e federais, no pleito de 2020, os candidatos a prefeito de São Gonçalo — Dimas Gadelha<sup>124</sup> (PT) e Capitão Nelson

---

<sup>121</sup> Estudos apontam que a intensificação da pauta religiosa na vida política vem ocorrendo desde o apoio à campanha de Fernando Collor à presidência, em 1989, e a consequente demonização das candidaturas de esquerda, como a de Lula na referida eleição (Mariano, 1999; Camurça, 2020).

<sup>122</sup> Entendemos por “direita confessional” brasileira partidos com pautas religiosas, em outros termos, aqueles que baseiam a sua ideologia ou programa explicitamente religioso e/ou estão ligados a igrejas e a movimentos com forte apelo conservador (“pró-vida”, “pró-família”, etc.), destacadas as legendas: Patriota, PL, Republicanos, PSC e DC (De Souza, 2022, p.77).

<sup>123</sup> Para visualizar tendências partidárias no quadro produzido pelas eleições 2020, os partidos de centro-direita histórica, formada por MDB, PSDB e DEM, são traduzidos pela bibliografia especializada no tema como partidos alinhados ao liberalismo econômico, constitucionalismo e histórico de participação em governos federais pretéritos (Marengo; Cate, 2021).

<sup>124</sup> Nas disputas eleitorais de 2024, Gadelha (PT) volta a concorrer para o cargo de prefeito contra Capitão Nelson, mas dessa vez conta com apoio tanto da ex-mandatária Panisset, como vice-prefeita, quanto de Graça Matos. Na sua página oficial no *Instagram*, publicou no Dia Internacional das Mulheres uma foto ao lado das duas, com a seguinte mensagem: “Neste Dia das Mulheres tive a honra de receber num evento em meu gabinete, duas guerreiras que ajudaram a escrever a história da nossa querida São Gonçalo: @aparecidapanissetoficial e @graca1803. Amigas, muito obrigado pelo carinho e apoio! Juntos vamos voltar a reviver dias de crescimento para a cidade e de mais qualidade de vida para o nosso povo”. Aparentando

(Avante) — empataram no primeiro turno. Já no segundo turno, com apoio declarado de Bolsonaro, assim como do pastor Silas Malafaia (De Oliveira, 2022)<sup>125</sup> e integrando a coligação “Avança São Gonçalo” (AVANTE, PL e PSDB), Capitão Nelson conquistou uma apertada vitória, de 50,79% votos, enquanto Dimas recebeu 49,21%<sup>126</sup>. Evidenciando assim, como o município aparece mais uma vez como uma amostra das movimentações políticas que acontecem em âmbito nacional.

No que tange as movimentações locais, as gestões municipais de Niterói e Maricá, na representação de Rodrigo Neves (PDT) e Fabiano Horta (PT), respectivamente, interferiram diretamente nas candidaturas de São Gonçalo<sup>127</sup>. Essas prefeituras estabelecem impacto considerável no município devido à migração populacional, oferta de trabalho, atração estudantil, IDHM<sup>128</sup>, e outros fatores decorrentes da proximidade geográfica. As prefeituras lideradas por Neves e Horta estabeleciam alianças entre si contra candidatos aliados a Bolsonaro, contribuindo, em parte, que o PT mantivesse seu candidato entre os mais votados, diante da crescente pulverização de legendas articuladas com o bolsonarismo<sup>129</sup> e propagação dos valores religiosos conservadores (Luna, 2023).

Dimas contava com o apoio direto das gestões municipais circundantes e de importantes políticos, a exemplo do ex-Deputado Estadual Waldeck Carneiro (PT)<sup>130</sup>, mas

---

assim o desejo de atrair não só o eleitorado evangélico, ou vínculos antigos de Graça e Ezequiel Matos, como o público feminino do município, em geral. Mas o candidato se mantém na rejeição dos eleitores, evidenciando a perda política do PT e de prestígio de Panisset, assim como o poder do atual prefeito ainda associado a figura de Bolsonaro e a sua representação enquanto “Capitão”. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/C4Q1hZeREbA/>. Acesso maio de 2024.

<sup>125</sup> Marcio Luiz Notícias e Informações. YouTube. Disponível em: <https://www.youtube.com/shorts/HTHnG3AopcU>. Acesso junho 2022.

<sup>126</sup> Globo.com. Rio de Janeiro. Eleições 2020 no Rio de Janeiro. 29/11/2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/eleicoes/2020/resultado-das-apuracoes/sao-goncalo.ghtml>. Acesso jun. 2022.

<sup>127</sup> Ver: <https://odia.ig.com.br/sao-goncalo/2020/11/6031387-segundo-turno-em-sg-dimas-gadelha-pt-tera-13-prioridades-no-governo.html>. Acesso maio de 2024.

<sup>128</sup> O Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios (IDHM) utilizada informações socioeconômicas sobre os municípios e estados do país e Distrito Federal. Ver: <https://www.undp.org/pt/brazil/desenvolvimento-humano/painel-idhm#:~:text=%C3%8Dndice%20de%20Desenvolvimento%20Humano%20Municipal,-O%20IDHM%20%C3%A9&text=O%20valor%20do%20IDHM%20do,varia%C3%A7%C3%A3o%20de%20%2C7%25>. Acesso maio de 2024.

<sup>129</sup> Entendemos por “bolsonarismo”, conjunto de propostas e valores associados à ascensão política de Jair Bolsonaro ao governo da República brasileira, entretanto, seus aspectos essenciais evidenciam que não é um fenômeno apenas brasileiro. Insere-se em um contexto internacional de reação a mudanças percebidas como ameaças mortais a tradições, valores e costumes (Reis, 2020).

<sup>130</sup> Waldeck Carneiro é professor da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense, da qual foi

não foi suficiente para alcançar o pleito, perdendo para o Capitão Nelson. O postulante de “centro-direita” arrendou aliados não só entre os cristãos-conservadores, como também entre os eleitores de Bolsonaro no geral, como alguns afroreligiosos que destinavam severas críticas ao PT, como as que decorriam das ações da Lava-Jato<sup>131</sup>.

Contabilizando os votos para o legislativo do município, em 2020, observamos que as cinco legendas mais votadas foram: AVANTE (8,52%), CIDADANIA (8,33%), PL (6,59%), PT (5,78%) e REPUBLICANOS (5,47%). Notamos que partidos entendidos pelo eleitorado local como de “centro-esquerda” e que historicamente conseguiam eleger seus representantes com facilidade, como o PDT, haviam perdido força para as legendas apreendidas como de “centro-direita”.

Os fatores que indicavam a vitória do bolsonarismo em São Gonçalo, tanto em 2018 quanto em 2020<sup>132</sup>, não se limitavam ao perfil socioeconômico da maioria do eleitorado, mas também englobava a popularização da Lava-Jata; a polarização pulsante no contexto político nacional; o crescimento da mentalidade bélica presente no cotidiano do município, a partir do aumento dos casos de violências e das disputas religiosas (Aguiar, 2018)<sup>133</sup> (Reis *et al.*, 2020), além do fortalecimento do “fundamentalismos político-religiosos” (Cunha, 2022)

O município se mostrou um campo interessante para observar como as disputas religiosas aconteciam também nos espaços públicos, sejam institucionais ou privados, conduzindo o processo eleitoral desde o governo de Aparecida Panisset (2005–2012). Mas em

---

Diretor eleito e reeleito (1999–2004) e do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFF (Mestrado e Doutorado), desde 1998. Doutor em Ciências da Educação (área de Sociologia da Educação) pela Universidade Paris V (Sorbonne). É autor de várias publicações, principalmente na área de política educacional. Foi eleito para deputado estadual recebendo maioria dos votos em Niterói e São Gonçalo. Ver: <https://www.alerj.rj.gov.br/Deputados/PerfilDeputado/397?Legislatura=19>. Acesso maio de 2024.

<sup>131</sup> A operação Lava-Jato iniciou em 2014, quando a Polícia Federal foi às ruas com 81 mandados de busca e apreensão com objetivo de desarticular um grupo suspeito de lavagem de dinheiro. A operação atuou, por meio de sua capacidade de formatação, “traçando um enredo com heróis e vilões”, demandando ação contra a corrupção específica, alegadamente causada pelo Partido dos Trabalhadores (PT), ao mesmo tempo que impulsionava a candidatura de Jair Bolsonaro (Bello; Capela; Keller, 2021, p. 1646).

<sup>132</sup> A vitória do bolsonarismo no município se manteve em 2022. No fim da votação do primeiro turno, Jair Bolsonaro (PL) teve 50,09% dos votos para a Presidência (246.578 votos), enquanto Lula (PT) foi a escolha de 42,40% dos eleitores (208.703 votos). Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2022/10/03/eleicoes-em-sao-goncalo-rj-veja-como-foi-a-votacao-no-1o-turno.ghtml>. Acesso out. 2022.

<sup>133</sup> Os dados apresentados pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), levam-nos à reflexão de que o uso das identidades religiosas, principalmente entre os cristãos evangélicos, funciona como estratégia eficiente desde as primeiras eleições para a Constituinte de 1986, mas alcançaram seu ápice nas disputas de 2018, subordinadas à eleição de Bolsonaro (Damé, 2018). As informações levantadas pelo Diap indicam que, ao adotar uma identidade religiosa evangélica no pleito, os candidatos identificavam-se com valores característicos de determinado tipo de cristianismo conservador.

2020, as eleições municipais colocaram ainda mais em evidência candidaturas que viram a necessidade de expressar suas pertenças devocionais nas escolhas dos nomes políticos.

As informações levantadas pelo Instituto de Estudos da Religião- Iser (Reis; Abreu; Pestana, 2020) evidenciam como a dinâmica de São Gonçalo corrobora com a nacional ao trazer informações sobre o crescimento das candidaturas ligadas ao universo religioso. Em âmbito federal, segundo os dados do Instituto, de 2016 a 2020, em todo o Brasil cresceu em 24% o número de candidatos que passaram a concorrer às eleições utilizando o nome religioso, como “irmão, pastor, missionário, bispa, padre”, entre outros.

No caso das candidaturas do estado do Rio de Janeiro, dos 12.759 postulantes que utilizaram nomes religiosos, 4.938 apresentaram designações cristãs, como “pastor”, “pastora” ou “padre”, e apenas 312 se remeteram às religiões de matriz africana. Para os pesquisadores, a baixa utilização da nomenclatura de axé por seus representantes indica que esses candidatos aparentam receio de preconceito ao reivindicarem a religião nas urnas (REIS, et al., 2020).

Ao analisar as articulações da umbanda e do candomblé nas eleições de 2020, em São Gonçalo, observamos que alguns candidatos afroreligiosos passaram a apresentar suas pertenças religiosas de maneira mais explícita. Esses postulantes recorriam a nomes ou roupas que se referiam a suas posições como sacerdotes, a exemplo de Pai Gunata (PV), Mãe Marta (PTB) e Waguinho Macumba (PSDB). Os resultados que os postulantes obtiveram no pleito corroboram com as análises ao passo que atraíram baixo quantitativo de eleitores, obtendo 24, 33 e 174 votos, respectivamente.

Sabendo que a sua pertença religiosa não era suficiente para atração de votos e conquista do cargo legislativo, desde o início, Waguinho anunciava que era preciso superar os desafios e prerrogativas de ser um novo nome na política municipal, marcada pelo crescimento evangélico pentecostal. Para ele, a defesa da nomenclatura “Macumba” e a representatividade afroreligiosa contida em seu projeto de candidatura ressaltavam a necessidade de arranjos políticos específicos diante da demanda municipal. O postulante tinha como referência política o umbandista Átila Nunes Filho<sup>134</sup> e suas atuações como representante do Estado do Rio de Janeiro.

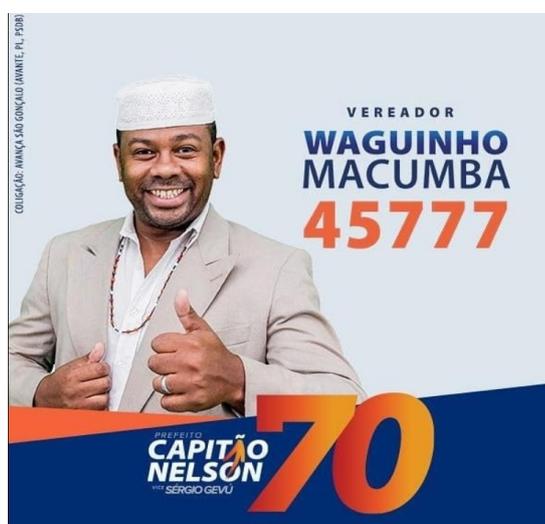
---

<sup>134</sup> Átila Nunes e seu filho, Átila Alexandre Nunes, são dois parlamentares do Rio de Janeiro que se destacam em relação às demandas de terreiro. Átila Nunes é filho do primeiro político umbandista eleito a Deputado Estadual no Rio de Janeiro (1960), o radialista Átila Nunes Pereira. O parlamentar participou, nos últimos anos, de alguns debates e deliberações que tiveram repercussões diante das demandas de cidadania de grupos afro-brasileiros (Morais, 2018, p. 7).

Contudo, tanto nas eleições anteriores (2018) quanto nas posteriores (2022) a sua disputa ao pleito (2020), Waguinho indicou apoio as legendas partidárias que no primeiro momento pareciam defender ideias opostas as da sua candidatura, com pautas cristãs-conservadoras e esvaziamento das discussões importantes para os movimentos sociais (Queiroz, 2019). Waguinho afirma que os partidos entendidos como de “centro-direita” não foram a sua primeira escolha, nem eram os que mais corroboravam com a sua concepção política. Entretanto, esses conseguiam aglutinar com maior conforto nomes como o seu, devido à predominância que conquistaram na esfera federal, estadual e municipal, decorrente das vitórias que obtiveram no pleito de 2018.

Questionado sobre o seu voto para a presidência da república, em 2018, o candidato afirmou que publicamente não declarou apoio político a nenhum dos que disputavam o cargo. Nas eleições de 2022, Waguinho mais uma vez não tornou público o seu candidato na disputa pela chefia do executivo nacional, mesmo que na confidencialidade tenha se firmado contra Bolsonaro (PL), e um possível voto a Lula (PT). As suas postagens indicavam apoio somente aos postulantes a deputado estadual, Douglas Ruas, e ao deputado federal, Altineu Cortes. Ambos os candidatos, assim como o então prefeito, Capitão Nelson, eram da mesma legenda que apoiou Bolsonaro nas eleições de 2018, o Partido Liberal (PL).

Figura 6 - Panfleto de campanha Waguinho Macumba



Fonte: Waguinho Macumba, 2020<sup>135</sup>.

<sup>135</sup> Ver: <https://www.facebook.com/waguinhomacumba/photos/pb.100045511824817.-2207520000./2752515361702758/?type=3>. Acesso maio de 2024.

Deste modo, observamos como a estratégia apresentada por Waguinho de consolidar vínculos partidários e compor a coligação “Avança São Gonçalo”<sup>136</sup>, formada por partidos com expressões cristãs-conservadoras, parecia assinalar que pautas identitárias voltadas apenas ao eleitorado negro e oriundo de terreiros não eram suficientes para vencer as eleições. As articulações políticas do candidato indicavam que era preciso expandir os números e conquistar não só os que se aproximavam das suas propostas de identificação racial e religiosa, mas também os eleitores que apoiavam o bolsonarismo no município.

Visando elucidar as estratégias controversas de Waguinho para angariar votos de eleitores até mesmo divergentes entre si, apresentaremos brevemente o caminho traçado por ele nas escolhas partidárias. Evidenciamos a sua primeira negociação e efêmera passagem pelo PDT, e então partiremos para a sua efetivação no PSDB e posterior não eleição. Deste modo, visamos analisar como tais partidos lidaram com a candidatura de um proponente negro, advindo da periferia, que traz a alcunha “Macumba”.

### 2.1.2 Macumba e o PDT-Axé

A fim de receber apoio para a disputa ao pleito, Waguinho relatou aproximação com alguns partidos. No primeiro momento teve interesse em se vincular ao PDT, na ala AXÉ, mas alega que as articulações com a legenda não fluíram como desejado, encontrando falta de incentivos econômicos para o desenvolvimento da campanha.

Desde a sua fundação, o PDT foi o partido que mais elegeu representantes políticos na cidade. De 1980 até 2020, São Gonçalo teve um montante de 12 representantes do poder executivo eleitos em sufrágio universal, ou seja, quando o cidadão tem direito ao voto, independente das suas condições econômicas, acadêmicas, profissionais ou étnicas (Paes, 2019). Desses eleitos, por cinco vezes quase que consecutivas, foram vitoriosos os representantes pedetistas<sup>137</sup>.

Diferente das demais legendas que passaram a atuar no cenário político brasileiro após o processo de transição democrática, em 1979, a fundação do PDT se dá em um contexto particular. Durante o exílio em Portugal, as lideranças do partido, que também eram principais opositores ao regime militar brasileiro (1964–1985), se propuseram a concentrar as estratégias

---

<sup>136</sup>

<sup>137</sup> Em 2020, a coligação “Avança São Gonçalo” era formada pelos partidos AVANTE, PL e PSDB:

de projeto político nos discursos de bem-estar social, se afastando cada vez mais do debate sobre luta de classes, atribuindo novos significados a temas como democracia, trabalhismo e direitos humanos (Marques, 2016).

Assim, o Partido Democrático Trabalhista (PDT) foi fundado em Lisboa, por Leonel Brizola, com objetivo de reavivar o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), criado por Getúlio Vargas, presidido por João Goulart e suprimido pelo Golpe de 1964. O novo trabalhismo afirmava “contemplar a propriedade privada, condicionando seu uso às exigências do bem-estar social, autonomias sindicais e uma sociedade socialista e democrática”<sup>138</sup>.

Com essa formação inicial, o PDT encontrou em São Gonçalo um campo fértil para seus discursos de resgate da antiga “*Manchester Fluminense*”, agora detentora de cada vez menos operários e cada vez mais desempregados, trabalhadores informais e subempregados. A consolidação e formação do partido no município estão atrelados ao cenário econômico e social dos anos 1980, quando a cidade passava pelo impacto do esvaziamento industrial e pelas consequências da crise mundial do petróleo que afetaram as ofertas de emprego no setor das indústrias (Martins, 2019, p.31).

As eleições de 1988 aconteceram em um clima de crise econômica, tanto no nível municipal quanto federal. O ano foi marcado pelo aumento do descontentamento com o governo de José Sarney (1985–1990), que fracassara em dois planos de estabilização econômica e governava com altas taxas de inflação. Os partidos de oposição, como o PDT e o PT, foram beneficiados por essa conjuntura política e saíram-se bem nas eleições.

O PDT alcançou expressivos resultados em cidades importantes do estado do Rio de Janeiro, conquistando as prefeituras de Niterói, São Gonçalo, Campos, Resende, Nova Iguaçu, e no Rio o candidato pedetista Marcelo Alencar (1925–2014) ganhou com facilidade a disputa. No plano nacional, a legenda conquistou outras três prefeituras de capitais, entre elas Curitiba, com Jaime Lerner; João Pessoa, com Wilson Braga; e Natal, com Vilma Maia. Mais de duzentos prefeitos foram eleitos pelo partido em todo o Brasil, além de 2.300 vereadores<sup>139</sup>.

O primeiro chefe do executivo eleito em São Gonçalo pelo PDT foi Edson Ezequiel de Matos, em 1988. Ezequiel lançava sua candidatura a prefeito tendo Brizola como cabo eleitoral. O ex-mandatário recorria à política brizolista, fortalecendo as associações de bairros, implementando políticas públicas de apoio ao funcionalismo público (MARTINS, 2019,

---

<sup>138</sup> PDT. História-Fundação. Disponível em: <https://www.pdt.org.br/index.php/o-pdt/historia/>. Acesso out. 2022.

<sup>139</sup> Ver: <https://atlas.fgv.br/verbete/6101>. Acesso maio de 2024.

p.32). Ezequiel foi um importante político e na atualidade seu nome segue em popularidade no município, sendo frequentemente reavivado pelas disputas políticas empreendidas por sua esposa, Graça Matos.

Brizola inovou fazendo do PDT o primeiro partido a utilizar a cadeia nacional de rádio e televisão para difundir suas ideias, atingindo com maior alcance os mais distintos rincões do país. Ezequiel, durante seus mandatos, também fazia constantes aparições nos meios de comunicação e demais esferas públicas voltadas para a cidade. A partir de 1994 se tornou “porta-voz do GRES do Porto da Pedra”, sendo mencionado como um “grande amigo da escola de samba e comunidade em tempos difíceis” (Souza, 2017).

A aproximação entre o poder público local e a escola de samba pode ser entendida como proveitosa para ambos os lados, já que o Grêmio Recreativo buscava parceiros políticos para sua reestruturação. Ezequiel, por sua vez, mantinha considerável proximidade com os moradores do município fazendo da quadra da Porto da Pedra o “salão de festas de São Gonçalo” (Souza, p.125).

Segundo o atual vereador Romário Regis (PDT-2020), apesar de ser apelidado de “Uísquiel”, – alcunha popularizada em decorrência de um suposto consumo excessivo de bebidas alcoólicas — o ex-prefeito tinha um perfil acadêmico memorável, contando com a formação em Engenharia pela UFF, Mestre em Ciências pela Universidade de Minnesota (EUA), e integrante do Programa Internacional de Administração Pública Comparada pela Universidade de Nova York, entre outros<sup>140</sup>. Fortalecendo o PDT em São Gonçalo, Ezequiel marcou o início da onda brizolista no município, garantindo sua vitória nas eleições municipais de 1988, 1996 e 2000, além de conseguir eleger seu sucessor, João Barbosa Bravo<sup>141</sup>, também dos democratas, em 1992.

---

<sup>140</sup> Ver: <https://simsaogoncalo.com.br/ezequiel-uisquiel-e-universidade-de-minnesota/>. Acesso maio de 2024.

<sup>141</sup> Em 2021, Bravo filiou-se ao Democracia Cristã (DC) de São Gonçalo. No ano seguinte, foi anunciado na chapa do partido como candidato à vice-presidente do Brasil juntamente com José Maria Eymael. A chapa formada por Eymael e Bravo conquistou 16.604 votos no primeiro turno. Dentre as onze postulações, foi a candidatura menos votada durante a eleição presidencial de 2022. Após a derrota no primeiro turno, Bravo não declarou apoio a candidatura de Lula (PT) ou de Bolsonaro (PL). Já Eymael criticou o uso de denominações evangélicas para atrair votos. O postulante afirmou que o seu partido, Democracia Cristã, difere dessas ações religiosas porque não defende rótulos “evangélicos” ou “afroreligiosos”, mas reúne os valores do Cristianismo presente no povo brasileiro que contribuíram para formar uma nação Cristã, defendendo a palavra de Cristo e os princípios que ele apresentou para a humanidade. Entre as posições defendidas pelo candidato em 2018, está a manutenção da criminalização do aborto e das drogas, e a volta da disciplina "Educação Moral e Cívica" às escolas. Ver: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/noticia/2018/10/09/partido-de-eymael-decide-liberar-militantes-para-votar-conforme-seu-entendimento-no-segundo-turno.ghtml>. Acesso maio de 2024.

Diferente de Ezequiel, Bravo (1992–1994) foi um prefeito de fraca expressão política no município. Sobre tal gestão encontramos pouquíssima fonte documental, e sua vitória ao pleito estava muito mais associada à figura de seu antecessor e ao fenômeno nacional brizolista do que a sua capacidade individual de atração de votos (Martins, 2019, p.33). A partir do seu mandato, observamos que São Gonçalo entrou na lógica de não reeleição de prefeitos, com exceção de Aparecida Panisset (2005–2012).

Desde a formação da cidade, Panisset ainda é a única mulher eleita para o cargo máximo do executivo municipal, e, diferente dos demais mandatários pós-Ezequiel, conquistou consecutivamente as disputas para a prefeitura. Passado seus dois governos, foi reaberta a temporada de sucessões de mandatos “solos” até o momento. Apesar da subsequente vitória, a ex-prefeita não conseguiu eleger o sucessor de seu segundo mandato em 2012, além de permanecer inelegível (Marins, p.35).

Assim como empreendido por Ezequiel, a gestão de Panisset também evidencia como os grupos hegemônicos no município de São Gonçalo se articulam e rearrumam o quadro das coligações. Porém, o ex-prefeito foi eleito no final da década de 1980 pela união que abrangia nove partidos, além do PDT, considerados a época de “esquerda” e “centro-esquerda” (PPS, PV, PSB, PTB, PST, PSD, PRN, PSL, PR). Já Panisset venceu o pleito 2004 representando o antigo PFL<sup>142</sup>, partido político brasileiro de “centro-direita”. Na reeleição, em 2008, Panisset integrava a coligação "Trabalhando muito para fazer mais" (PSDC, PSDB, PDT, PV, DEM, PSC e PPS).

Panisset sai do PFL e entra no PDT ainda no final de seu primeiro mandato, em 2007. Como o PDT era base aliada do Governo Federal, parecia ser mais acessível para a ex-prefeita captar recursos para cidade pela legenda de Brizola que pela de César Maia (Martins, 2019, p.41). As movimentações da ex-prefeita evidenciam articulações políticas além das concepções de “esquerda” e “direita”, uma vez que buscava englobar personagens das esferas municipal, estadual e federal no acerca dos “Grandes Projetos” do governo Lula (2003–2011).

143

Com Panisset, o PDT seguiu o histórico de representantes que fazem uso de frequentes aparições em mídias e eventos públicos, além dos tradicionais discursos de desenvolvimento

---

<sup>142</sup> PFL foi fundado em 1985. Em 2007 passou a ser DEM. Em 2021, o DEM se fundiu com o Partido Social Liberal (PSL) para formar o União Brasil (UNIÃO).

<sup>143</sup> Panisset, frente à elevada aprovação do então presidente da República, articulou sua imagem à de Lula com objetivo de angariar mais prestígio e votos. Porém, um de seus adversários na disputa a reeleição, em 2008, Altineu Cortes, reafirmou-se como indicação do PT, e denunciou a ex-prefeita por propaganda irregular. Panisset foi proibida pela Justiça Eleitoral de usar a imagem do então presidente em seu programa, com determinação de multa diária de R\$ 50 mil em caso de descumprimento (Aguiar, 2022).

urbano para São Gonçalo. No entanto, diferente dos prefeitos pedetistas anteriores, o governo de Panisset foi marcado pela destacada presença de interesses evangélicos e acusações de perseguição a religiões de matriz africana, sendo apontada por jornais locais e por algumas lideranças de terreiro como o principal motor para reação e politização do povo de axé do município (Aguiar, 2018).

Nas campanhas eleitorais para a prefeitura de São Gonçalo, em 2004, ainda filiada ao PFL, Panisset foi acusada pelos adversários de usar contra eles argumentos religiosos. A então candidata teve como principal adversária uma colega da Alerj (Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro), Graça Matos (PMDB), que contava com o apoio do ex-prefeito e cônjuge, Ezequiel, da ex-governadora Rosângela Matheus (2003–2007) e do presidente estadual do partido, Anthony Garotinho. À época, jornais com fotos da candidata em rituais de umbanda foram distribuídos, numa tentativa de confundir os eleitores evangélicos no município (Santana; Fogaça, 2024, p.66).

Apesar de a sua autoria não ser comprovada, a página *online* do Jornal Extra se referia à Panisset como “a prefeita que adora uma Guerra Santa”. Somando as obras sociais implementadas e o reforço na divulgação de notícias que configuravam intolerância religiosa, a ex-prefeita garantiu 51,95% dos votos no primeiro turno do pleito (Aguiar, 2018).

Já na reeleição, em 2008, representando o PDT, Panisset ganhou a disputa com 56% dos votos, correspondendo a 170 mil a mais que sua concorrente direta e, novamente, segunda colocada, Graça Matos. Nesta disputa, destacamos o discurso de vitória de Panisset, uma vez que, no dia da apuração, comemorou ao lado dos pastores do município e demais correligionário, entoando o quanto o povo evangélico contribuiu para a “guerra” contra os demais candidatos e a importante participação dos pastores ao mobilizar e cativar eleitores<sup>144</sup>

Panisset fazia alusão a uma “guerra religiosa”, se aproximando da linguagem bélica presente no livro escrito pelo fundador da IURD, Edir Macedo (Orixás, Caboclos e Guias: Deuses ou Demônios, 1993). Esta obra é um importante exemplo de incitação aos fiéis contra um inimigo declarado, onde o líder religioso explica aos seus leitores o dever de “vestir a armadura”, “lutar em nome do Senhor” e assim, garantir um lugar no céu antes que seja arruinado por “exu, caboclo ou demônios semelhantes” (Macedo, 1993, p.18).

Assim, observamos como a atuação do PDT no município é caracterizada por representantes que tem forte discurso de bem-estar social, mas desde os anos 2000 a

---

<sup>144</sup> PANISSET, Aparecida. Discurso de comemoração da vitória nas eleições de 2009. YouTube, 2008. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=mjeOZ8enU8E&t=5s>. Acesso em: 10 maio 2018.

configuração partidária passou a apresentar certa mudança na sua identificação. Na virada do século XX para o XXI, identificamos a partir da candidatura e gestão de Panisset, maior aproximação do partido junto a igrejas evangélicas do município (Aguiar, 2018).

Porém, é importante mencionar que, apesar de observarmos em São Gonçalo essa articulação política-religiosa do PDT mais explícita a partir do governo de Panisset, Mariano e Pierucci (1992) apontam que, já no final da década de 1980, visitas eram realizadas pelo próprio Brizola e outros políticos, como Ulysses Guimarães (PMDB) e Paulo Maluf (PDS), à Assembleia de Deus, nas sedes dos ministérios de Madureira, Rio de Janeiro, e em São Paulo. Os autores ressaltam que as visitas tinham por objetivo “apresentar” os políticos aos fiéis nos cultos, com engajamento ativo dos líderes religiosos nas suas campanhas (Bahia; Aguiar, 2023).

Desde os anos 1980, o PDT integra a composição dos partidos de representatividade evangélica no nosso legislativo federal (Mariano, Pierucci, 1992). Na Assembleia Nacional Constituinte (ANC) de 1987–1988, a “esquerda evangélica” teve um papel atuante com Lysâneas Maciel<sup>145</sup> (PDT-RJ), que tentou “imprimir à bancada maior preocupação com questões sociais e econômicas e menos com questões morais e comportamentais”, ao mesmo tempo que afirmava a necessidade de o bloco evangélico ter uma “atuação política, voltada para o social”, e que a distorção das diretrizes bíblicas que conduzia os evangélicos a se ausentarem dos debates sobre os “problemas do mundo” (Melo Junior, 2021, p. 198).

No período de 2007 a 2010 – recorte em que Panisset era prefeita de São Gonçalo — as duas legendas com maior candidaturas evangélicas entre os deputados federais foram, o PSB (27) e o PDT (24) (Borges, 2007). Em 2015, o partido também ganhou destaque com a atuação do então Deputado Federal, Marcos Rogério<sup>146</sup> (PDT/RO), membro da Assembleia de Deus e integrante da Frente Parlamentar Evangélica<sup>147</sup>. O deputado é aliado as pautas conservadoras, como a defesa de armas e contra ações pró-diversidade.

---

<sup>145</sup> Lysâneas Maciel (1926 –1999) foi um advogado e político brasileiro. Atuou a favor da redemocratização do Brasil e pelas eleições diretas em todos os níveis. Ver: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/lisnias-dias-maciel>. Acesso maio de 2024.

<sup>146</sup> Marcos Rogério da Silva Brito (PL) é atualmente senador da República, eleito em 2018 pelo Estado de Rondônia. É jornalista, bacharel em direito, mestre em Administração Pública e doutorando em Direito Constitucional. Foi deputado federal por dois mandatos e vereador. Antes de ingressar na carreira política, atuou como jornalista por 12 anos. Disponível em: [https://br.linkedin.com/in/marcosrogeriosenador?origin0al\\_referer=https%3A%2F%2Fwww.google.com%2F](https://br.linkedin.com/in/marcosrogeriosenador?origin0al_referer=https%3A%2F%2Fwww.google.com%2F) Acesso junho 2023.

<sup>147</sup> Frente Parlamentar Evangélica (FPE), chamada de bancada evangélica pela mídia, pela literatura científica,

Em contraponto a esse crescente apoio evangélico na política partidária, o PDT inaugura a ala voltada às religiões afro-brasileiras. Segundo a sua página oficial, o PDT-Axé<sup>148</sup> informa que foi criado em 2017 e oficializado em 2019, no Rio de Janeiro, para “atuar em favor dos povos tradicionais de matrizes africanas, fomentando mais oportunidades para suas candidaturas”.

Figura 7 – Emblema PDT-AXÉ



Fonte: PDT, 2020<sup>149</sup>.

Em 2020, o movimento Axé, dentro da legenda pedetista, contava com Marcelo Monteiro<sup>150</sup> como presidente nacional, além de nove comissões regionais provisórias. Monteiro afirma que o PDT-Axé é diferente do movimento negro, pois destina-se a agir em pautas que envolvam quaisquer atores identificados com a cultura de matriz africana, os povos de Axé, não exclusivamente em defesa da população negra no país.

Buscando atrair os votos de axé e dos simpatizantes do movimento negro, Waguinho afirma que viu no PDT a possibilidade de se candidatar sob a imagem de um partido conhecido historicamente, das ações brizolistas e junto aos movimentos sociais, indicando

---

pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap) e por seus próprios membros, é formada por parlamentares atuantes no Congresso Nacional que se colocam em defesa de temas conservadores religiosos e temas morais comuns, como proibição do aborto e ilegalidade da união civil de casais homossexuais, existindo nela uma concepção do uso da política como uma via de afirmação da moral cristã sobre costumes privados (Prandi; Santos, 2017).

<sup>148</sup> A arte de divulgação da ala é apresentada em três cores monocromáticas — azul, verde e vermelho — que subscrevem uma mão segurando uma rosa vermelha, seguindo a identificação visual oficial do partido — abaixo contém as siglas que correspondem a legenda seguidas da palavra “Axé”. A imagem é toda circundada por figuras de búzios, o que nos remete a um colar de expressão afrorreligiosa.

<sup>149</sup> Ver: <https://pdt.org.br/index.php/pdt-axe-e-o-primeiro-movimento-partidario-voltado-aos-povos-tradicionais-de-matriz-africana/>. Acesso maio de 2024.

<sup>150</sup> Marcelo Monteiro é presidente nacional e um dos fundadores do PDT-Axé. É também fundador do Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos e do Partido Popular de Liberdade de Expressão Afro-Brasileira (PPLE). Atua como presidente do Centro de Tradições Afro-brasileiras (CETRAB). Além de ser Ogã e Babalawô de um terreiro de Ifá localizado na Zona Norte do Rio de Janeiro, entre outras atividades.

desconhecer o crescimento evangélico no partido e ignorar a marcante passagem de Panisset pela legenda.

O candidato destaca a dificuldade que encontrou ao tentar construir uma campanha sem recurso partidário, uma vez que a sua equipe não contava com capital monetário suficiente para movimentar sozinha a primeira disputa eleitoral, com pautas políticas de pouca atração econômica, focando nas reivindicações para uma parcela da população negra e oriunda de terreiro, que ocupa majoritariamente a posição periférica da cidade e que desconhecia o seu nome.

Diante do contexto de crescimento de candidatura evangélicas - e ainda sob o forte simbolismo da imagem de Panisset tanto no PDT, quanto na política municipal em geral - o candidato afirma que algumas personalidades políticas da legenda acreditavam que o nome “Macumba” iria atrair apenas o eleitorado que se interessava nas questões de terreiro, o que levaria a um problema central: conseguir certa união dos povos de axé que fosse capaz de somar votos suficientes para garantir o pleito. Insistindo no epíteto “Macumba”, Waguinho alega que não conseguiu se manter no partido, tendo que migrar para uma legenda que oferecesse o mínimo de apoio para a disputa.

Reforçando as impressões do postulante, Marcelo Monteiro (2022), ressalta os impasses sofridos pelos afroreligiosos nos partidos. Ao ser questionado sobre as candidaturas negras e de axé do PDT, o presidente nacional da ala afirma:

ao mesmo tempo que eles [representantes políticos] querem abocanhar uma parcela desse nicho, eles também não querem fortalecer esse nicho. É o axé! É bonito! O axé ajuda, fortalece porque era um anseio do Brizola, mas é o axé. O próprio Lupi, diz que é espírita, kardecista. O que é mais chique. O kardecista é mas aceito na sociedade. É diferente dele ser de tradição de matriz africana [...] As pessoas não querem serem vistas como um fortalecedor daquilo que é mal visto pela sociedade. Infelizmente é mal visto pela sociedade. E olha que esperteza... o que me deixa mais triste é que a gente não consegue convencer o nosso povo. Eu não consigo demonstrar as pessoas aonde é que nós estamos errando. Onde é que estamos pecando?

O discurso de Marcelo nos remete a proximidade que Brizola buscava construir, principalmente a partir da década de 1990, com as pautas raciais. O Instituto de Pesquisa e Estudos Afro-Brasileiros (IPEAFRO)<sup>151</sup> contém em seu acervo digital *online* o vídeo em que Brizola, no ato de campanha para o governo do Estado do Rio de Janeiro (1990), discursa junto a ala do Movimento Negro dentro do PDT. O IPEAFRO descreve o líder pedetista como

<sup>151</sup> IPEAFRO. PDT E O MOVIMENTO NEGRO, 1990. Acervo Digital. Disponível em: <https://ipeafro.org.br/acervo-digital/videos/pdt-e-o-movimento-negro-1990/>. Acesso em: mar. 2023.

“o primeiro político de destaque nacional a compreender a necessidade de políticas públicas de combate às desigualdades raciais e que agiu politicamente para criar e implantar ações executivas”, como a nomeação de “pessoas negras para exercer cargos no primeiro escalão da administração pública”<sup>152</sup>.

Ainda que a relevante aproximação de Leonel Brizola com as pautas do Movimento Negro seja reconhecida tanto pelo presidente da ala Axé, quanto por militâncias negras, a fala de Marcelo também ressalta os impasses que as candidaturas de axé ainda encontram no partido para serem vistas como potencial político capaz de vencerem eleições, ultrapassando os estigmas negativos destinados aos terreiros.

O presidente da ala destaca que, dentro do PDT, até mesmo um segmento reconhecido como o Axé, com estatuto próprio e autonomia, é utilizada pelo executivo do partido como núcleo de atração de votos para outros candidatos, às vezes evangélicos. Um exemplo observado por Marcelo foi o que aconteceu durante o lançamento das candidaturas partidárias para o Senado, em 2022.

O líder do PDT-Axé afirma que o babalorixá Ivanir dos Santos já estava com a candidatura lançada quando o presidente nacional do partido, Carlos Lupi, indicou Cabo Daciolo para o cargo no Senado, rebaixando o balalorixá a 1º suplente. Marcelo ressalta a indignação com a executiva Carlos Lupi e os candidatos Ciro Nogueira (a presidência) e Rodrigo Neves (a governador do Rio de Janeiro) por terem apoiado a candidatura de Daciolo em detrimento de Ivanir<sup>153</sup>:

Eu fiz um vídeo e disse para o Lupi, a candidatura do Ivanir no Rio de Janeiro não significava a candidatura do Ivanir, e sim a candidatura do movimento negro e do movimento de axé. Eu andei 24 estados para a construção do partido, hegemonicamente para a construção do nosso povo, então eu tenho compromisso

<sup>152</sup> Segundo o IPEAFRO, quando eleito governador, em 1991, Brizola criou o primeiro órgão executivo estadual de políticas públicas para a questão racial, a Secretaria Extraordinária de Defesa e Promoção das Populações Negras (SEDEPRON), mais tarde denominada Secretaria Extraordinária de Defesa e Promoção das Populações Afro-Brasileiras (SEAFRO), e nomeou Abdias Nascimento titular da pasta.

<sup>153</sup> No início de agosto de 2022, o Babalawô Ivanir dos Santos, emitiu uma nota oficial lamentando a escolha do PDT-RJ em lançar Cabo Daciolo em seu lugar como candidato ao Senado. Daciolo tem carreira como bombeiro militar e pastor da Igreja Evangélica Assembleia de Deus. Ficou nacionalmente conhecido por ter participado da eleição presidencial brasileira de 2018, passando boa parte da campanha eleitoral no Monte das Oliveiras, em Campo Grande. Daciolo obteve 1.348.229 de votos, ocupando 6º lugar, à frente de nomes experientes como Henrique Meirelles (MDB), Marina Silva (Rede) e Álvaro Dias (Podemos), votação expressiva que contribuiu para conquistar uma vaga no senado, em 2022, pelo Rio de Janeiro. Para o Babalorixá, a escolha do partido em apoiar Daciolo em detrimento de sua candidatura, fez com que o Rio e o Brasil perdessem a oportunidade de discutir temas como democracia, diversidade, pluralidade, tolerância religiosa, luta antirracista e o cuidado com os vulneráveis. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/eleicoes/2022/08/6460565-ivanir-dos-santos-lamenta-escolha-de-cabo-daciolo-para-candidato-ao-senado.html>. Acesso agosto 2022

com o nosso povo. Eu não vou ficar devendo ao meu povo. Quem tem que pagar isso é o PDT, e quem vai pagar isso é o Ciro Gomes e o Rodrigo Neves. E está aí, nem o Ciro e nem o Rodrigo Neves conseguiram nada. Então hoje eu não sei se estou disposto a dar continuidade a essa luta dentro do PDT, porque hoje principalmente o PDT sabe que eu não tenho cabresto do presidente do partido.

Segundo Marcelo, Daciolo era uma indicação da ala evangélica do partido, e foi o movimento Cristão que trouxe o candidato, “pegaram ele no aeroporto, filiaram para fazer frente ao Ivanir dos Santos. Ivanir já era o nosso candidato do Senado. Eles filiaram Daciolo em cima da bucha”. Para o presidente do PDT-Axé, as ações efetivas do partido evidenciaram não se diferenciar de outras legendas, pois “não valorizava o capital político afrorreligioso”.

Marcelo ressalta que também existe embates entre a executiva nacional do PDT e a ala das mulheres, porém as candidaturas femininas são mais respeitadas devido à Emenda Constitucional nº 117 (originária da PEC 18/21), que obriga os partidos políticos a destinar, no mínimo, 30% dos recursos públicos para campanha eleitoral das candidaturas femininas. A cota vale tanto para o Fundo Especial de Financiamento de Campanha, o chamado fundo eleitoral, quanto para os recursos do fundo partidário direcionados a campanhas. A emenda acaba por condicionar aos partidos a reserva da mesma porcentagem para o tempo de propaganda gratuita das mulheres no rádio e na televisão (Câmara dos Deputados, 2022)<sup>154</sup>.

Diferente do que acontece com as candidaturas femininas, portanto, que implicam o condicionante da regra percentual, os concorrentes de axé acabam disputando com outros candidatos uma parte do fundo eleitoral, ficando à mercê da executiva do partido (Bahia; Aguiar, 2023). Ao ser questionado sobre a relação entre o PDT e os postulantes que usam a denominação de axé, a exemplo de Waguinho, Marcelo afirma que candidaturas como essa precisam entrar nos partidos sem contar com o fundo eleitoral, “procurar uma organização financeira”.

Segundo Marcelo, os movimentos negro e de axé precisam criar um fundo próprio, sem depender da executiva atual de nenhuma legenda:

[...] você tem que usar o partido... Não o partido te usar. Nós estamos sendo usados pelos partidos para levar votos para eles. Chega! Vamos usar o partido! [...] Ou a gente faz uma discussão seria dessa natureza, ou a gente vai continuar dependente do partido [...]. E eles [candidatos de axé] entram contando com o dinheiro do partido. Não entram com dinheiro. Aham que o partido vai ajudar eles. As vezes o partido transfere isso em papel. O fundo eleitoral não vem pra gente, e se vem, é uma migalha. Não conseguimos eleger ninguém. Estávamos muito recentes.

---

<sup>154</sup> Ver: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2018/Maio/fundo-eleitoral-e-tempo-de-radio-e-tv-devem-reservar-o-minimo-de-30-para-candidaturas-femininas-afirma-tse>. Acesso maio de 2024.

Entre os integrantes das religiões de axé também encontramos divergências de como entender a real representatividade do PDT perante as suas necessidades. Há aqueles que ainda veem o partido como na sua construção inicial, marcado pelas atuações brizolistas de aproximação com os movimentos sociais. Ao mesmo tempo, a legenda é apontada por outros afrorreligiosos do município como um partido que “não atende as demandas dos terreiros”, mesmo dentro da ala PDT-Axé (Isis, 2021).

Alguns umbandistas de São Gonçalo, ao serem questionados sobre a saída de Waguinho do PDT, afirmaram perceber a fragilidade do partido em se renovar, fortalecer e melhor articular as bandeiras raciais e religiosas. Em conversa realizada com Isis Melo<sup>155</sup> (Mello, 2021), integrante de uma vertente da umbanda pouco conhecida no município, o banto-ameríndio, encontramos tal afirmação:

O PDT não é um partido que está se renovando. É um partido tradicional. Não é uma bandeira que ele defenda. A legenda do partido é a educação. Realmente ele teve que mudar por conta de verba. Há partidos que se renovam e conseguem melhor articular as questões. A massa não se liga muito no partido. Se liga no candidato. É diferente de uma outra eleição para vereador, prefeito... Vereança é o candidato. O candidato tem que estar ali para o povo!

A fala de Isis ressalta o personalismo dos eleitores do município na hora de escolher seus representantes, como a dificuldade de articulação entre o PDT-São Gonçalo e os terreiros. Também podemos perceber como a presença evangélica no governo ampliou o interesse dos terreiros pela participação democrática, ainda que, entre evangélicos e católicos, são os afrorreligiosos que detém menor presença na política nacional (Oro, 2005). Percepção essa que parece se repetir em São Gonçalo.

Mesmo com propostas para atrair candidatos de terreiro a partir da ala Axé, o PDT continua evidenciar falta de assistências direcionadas a candidaturas de terreiro, como a de Waguinho. Candidatos evangélicos que apresentaram pouco capital político se mantiveram no partido pedetista durante a disputa aos pleitos, apesar da pouca expressão nas urnas, em 2020, como a Missionária Sabrinna Nazareth, Pastora Mônica Lopes e André Abençoado. Todos os postulantes citados apresentaram candidatura cristã-evangélica e não foram eleitos, contabilizando 72, 120 e 392 votos válidos, respectivamente.

---

<sup>155</sup> Seu terreiro tem 20 anos de existência e foi fundado na Praia da Luz, em São Gonçalo. Sua mãe de santo, Susimere de Nanã, é originária de uma casa em Magé. A prática de seu terreiro inclui uma filosofia indígena de ancestralidade de sangue. Segundo ela, os ritos em seu terreiro não têm matança, “é tudo com vela e copo d’água”. Ela não forneceu mais detalhes sobre seu terreiro e alega escassa bibliografia sobre o tema (Bahia; Aguiar; Nogueira, 2022, p. 94).

Esses fatores indicam que, a permanência dos candidatos evangélicos no PDT pode estar atrelada a menor dependência destes ao investimento monetário do partido, além de suas pertencas projetarem, ao menos inicialmente, maior capacidade de atração de votos confessionais ou não. Também não encontramos indicativos de que o PDT tenha depositado capital monetário nas candidaturas evangélicas, em detrimento das oriundas do axé.

Pesquisadores que analisam a atuação dos povos de terreiro na política ressaltam que não há notícias de alguém que, pautando sua campanha apenas na identidade afrorreligiosa, tenha sido eleito para o Congresso Nacional, com raras exceções para as Assembleias Legislativas Estaduais, assim como para as Câmaras Municipais (Oro, 2005, p. 211). O que explica parte do enfraquecido apoio do PDT a alcunha de Waguinho, e as preocupações que encontramos entre os umbandistas sobre a sua candidatura, uma vez que parte da sua construção enquanto “legítimo representante dos terreiros de São Gonçalo”.

Ao ser questionada sobre o nome “Macumba”, Isis afirma:

É totalmente um problema. Quem está na academia ou tem acesso às pessoas que estão, sabe o que quer dizer “macumba”. Outras pessoas atribuem ao lado negativo, pensam que é algo ruim, magia negra. A macumba em si traz um peso do espiritismo que não é muito bem aceito pelas outras pessoas. Ele [Waguinho] pode muito bem fazer um belo trabalho na comunidade, ser um cara que está ali acolhendo, mas o nome “Waguinho Macumba” é para ficar na bolha, na bolha da macumba. Por outro lado, as pessoas da macumba estão estudando, se esclarecendo, e não querem quem defenda só o lado religioso. Somos cidadãos, precisamos de tudo, não só do amparo religioso. São Gonçalo é uma roça e as pessoas têm a mentalidade que se você não for de Deus você não presta. O que vai trazer votos para ele é estar inserido na comunidade de forma ativa, vendo as necessidades, anotando, buscando as necessidades daquele povo.

A fala de Isis conduz a reflexão sobre como os próprios afrorreligiosos encararam com receio o nome “Macumba”, pois aparentam não querer ficar restritos politicamente às necessidades religiosas. Isis reconhece que o povo de axé do município vem desenvolvendo a ideia de maior participação cidadã por meio da religiosidade, mas na sua fala, essa cidadania é entendida como um exercício de direitos que cobre uma vasta gama de carências e necessidades que fazem parte do universo negro periférico de São Gonçalo, de um modo geral, como cursos profissionalizantes.

Isis evidencia que ficar restrito à religiosidade não atende toda a necessidade do povo afro. Na opinião da umbandista, o destacado percentual de eleitores pentecostais, e o crescimento da intolerância religiosa contra os terreiros do município, também tornam ineficiente a bandeira afrorreligiosa na cooptação de votos válidos para pleitear a eleição, “o nosso povo é pequeno, tem que trazer outras bandeiras”, destaca a umbandista.

Observamos que a ala dos partidos voltada para candidatos de axé pode ter força enquanto está unida a ala negra, mas, quando ambas se separam, ficam enfraquecidas e dividem votos. O segmento racial do partido, porém, consegue se manter no jogo eleitoral por mais tempo que a ala de axé, uma vez que obtém a união de candidatos evangélicos, como demonstrou o apoio do movimento negro do PDT/RJ à candidatura do Daciolo, em 2022 (Neto, 2022). Já a ala de axé não alcança a mesma eficácia de convergência com os demais grupos.

Apesar disso, o segmento de axé pode encontrar nas candidaturas das mulheres de terreiro a chance de atrair maior apoio dentro dos partidos, em decorrência da Emenda que assegura recursos e tempo de propaganda a candidaturas femininas, como é o caso de Mãe Beth de Oxum, candidata a vereadora de Olinda pelo Pcdob, Maria Janielly e Letícia Carvalho, candidatas ao legislativo de Jaboatão, Pernambuco, pelo PSOL. Assim, diante dessas disputas entre os povos de axé, partidos como PDT acabam por investir em candidatos que apresentam mais resultado na captação de votos, como os evangélicos pentecostais, ou em mulheres de terreiro, como se deflagrou nas eleições de 2022 (Martins; Pitombol; Padua, 2022).

Deixando de lado a atuação no PDT, e sem proposta de financiamento, Waguinho decide buscar outros apoios partidários que possam aceitar o nome “Macumba”. Segundo o postulante, sua busca seguia para contrapor os partidos que pareciam “temer a alcunha de terreiro em um município de destacado eleitorado evangélico”. Assim, o tópico seguinte tem por finalidade apresentar brevemente o Tucanafro, evidenciando as problematizações em torno das articulações de Waguinho dentro da ala do PSDB, em São Gonçalo.

### 2.1.3 Macumba e o PSDB- Tucanafro

Criado em 2006, o Tucanafro<sup>156</sup> se apresenta como um marco para a inclusão de questões raciais no programa partidário do PSDB. Na página oficial, a ala afirma o objetivo de garantir que militantes disputem cargos eletivos como forma de ampliar a representação política de negras e negros nas instâncias municipal, estadual e federal. O movimento ganha

---

<sup>156</sup> Ver: <https://www.psdb.org.br/conheca/segmentos/tucanafro-psdb>. Acesso maio de 2024.

força nacional com a efetivação do secretariado, em 2013, próximo da disputa presidencial acirrada entre Dilma Rousseff (PT) e Aécio Neves (PSDB)<sup>157</sup>.

Em 2014, as vésperas das eleições presidenciais, o então senador, candidato à presidência e líder nacional do PSDB, Aécio Neves, afirma que a partir da ala Axé, a legenda se comprometia com a implementação de políticas contra intolerância religiosa:

com o reconhecimento das práticas religiosas de matriz africana e de outras etnias, e com o estabelecimento de cotas de 30% em concursos nas três esferas de governo e na iniciativa privada, para o acesso de afrodescendentes e indígenas. Também será estabelecida uma agenda comum entre os movimentos negros, LGBT e indígenas<sup>158</sup>

Nessa disputa ao pleito, o próprio Aécio Neves protagonizou polêmicas em relação a sua identidade racial. Em uma das reuniões com o presidente do Tucanafro Brasil, Juvenal Araújo<sup>159</sup>, o candidato à presidência aparece vestido com a camisa “Moreno não, sou negro”<sup>160</sup>, gerando críticas por parte dos eleitores que não concordaram com a identidade racial declarada por ele.

Na campanha contra Dilma, Aécio buscava atrair votos a partir do engajamento junto a movimentos sociais e apostou nos discursos em torno do negro na sociedade, como o apoio que buscou, e acabou recebendo do líder do AfroReggae<sup>161</sup>, José Junior. Por outro lado, o candidato passava por duras críticas em reação ao seu vice, Aloysio Nunes (PSDB-SP), que é autor da Proposta de Emenda Constitucional que visava estabelecer a maioria penal para jovens de 16 anos em casos de crimes hediondos. A Proposta de Emenda causava conflitos entre a base aliada de Aécio, advinda dos movimentos identitários<sup>162</sup>.

<sup>157</sup> No período de criação da ala Tucanafro (2013), Aécio Neves, disputava as eleições e atuava como presidente nacional do PSDB.

<sup>158</sup> Ver: <https://www.psd.org.br/acompanhe/aecio-neves-assume-compromisso-com-igualdade-racial>. Acesso maio de 2024.

<sup>159</sup> Ver: <https://www.rfi.fr/pt/brasil/20141022-com-tucanafro-psdb-quer-dar-visibilidade-militantes-negros-do-partido>. Acesso maio de 2024.

<sup>160</sup> Ver: <https://www.psd.org.br/tucanafro/aecio-neves-adere-a-campanha-do-tucanafro-brasil-moreno-nao-sou-negro/>. Acesso maio de 2024.

<sup>161</sup> O AfroReggae é uma organização brasileira fundada em 1993 por José Junior com uma missão de reduzir o uso de drogas, doenças e criminalidade nas favelas por meio da educação artística. Ver: <https://www.instagram.com/afroreggaeaudiovisual/>. Acesso maio de 2024.

<sup>162</sup> Ver: <https://www.cartacapital.com.br/politica/aecio-nao-e-de-direita-diz-jose-junior-coordenador-do-afroreggae-1780/>. Acesso maio de 2024.

O *slogan*<sup>163</sup> da ala partidária nos remete ao “mito da democracia racial” (Domingues, 2005) na medida em que tira do negro o protagonismo na luta por igualdade representativa, e reforça a sua inviabilidade perante as necessidades políticas.

Figura 8 – Emblema TUCANAFRO



Fonte: Tucanafro, 2020<sup>164</sup>.

Ao generalizar que “a luta não é do negro”, o Tucanafro parece não reconhecer a importância do protagonismo dessa parcela da sociedade nas ações que buscam implementar políticas compensatórias em benefício dos ex-escravizados e seus descendentes como forma de reparo às atrocidades causadas pelo regime escravista. Apesar das tentativas de se afirmar como “um movimento capaz de dar voz a população afro-brasileira”, a ala conta com lideranças brancas que parecem reproduzir os mesmos mecanismos de opressão colonial.

Segundo a presidente do Tucanafro de Roraima, Cândida Bentes, “a ala surge para mostrar que o PSDB não é um partido de elite, e sim de todos” e completa afirmando que o “PSDB não negligencia o negro, o indígena, o favelado, etc.”<sup>165</sup>. Cândida, que é delegada de polícia, possui cor da pele clara e se apresenta com os cabelos loiros. A partidária recebeu diversas críticas e questionamentos por ocupar um cargo de representatividade negra.

Ao defender a escolha de Cândida para a gerência da ala negra, o então presidente do Tucanafro, nacional e estadual de São Paulo, Juvenal Araújo, afirmava que:

Cândida, como Presidente do Tucanafro RR, simboliza o nosso próprio lema: a luta não é do negro, é de todos. Não desejamos, de forma alguma, disputar espaço com os brancos. Queremos eles como aliados. Ficamos imensamente felizes quando trazemos para nossa campanha pessoas que entendem a causa mesmo não sendo negras. Se nosso sonho é ter igualdade, não há porquê incentivar essa disputa. Entre todos nós, do Tucanafro, os brancos serão sempre bem-vindos, desde que

<sup>163</sup> No logotipo da ala podemos ver o azul, a cor predominante do partido; o símbolo da legenda, a ave tucano, incrementada com uma touca com as cores da Jamaica; e, abaixo, o slogan, “A Luta Não é do Negro, é Nossa”.

<sup>164</sup> Ver: [https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/d/d7/Logomarca\\_TucanAFRO.png](https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/d/d7/Logomarca_TucanAFRO.png). Acesso setembro de 2024.

<sup>165</sup> Ver: <https://www.psdb.org.br/tucanafro/entrevista-com-a-presidente-do-tucanafro-roraima-candida-bentes/>. Acesso setembro de 2024.

compartilhem do mesmo sonho que nós: viver em um mundo que respeite as diferenças (Araujo, 2014)<sup>166</sup>.

Araújo reforça no histórico do PSDB a luta por igualdade racial ao afirmar que “Fernando Henrique Cardoso foi o presidente que mais fez pelo negro no Brasil. O PSDB, através do Aécio em Minas, também promoveu a igualdade racial. O PSDB tem tudo a ver com o negro. O PSDB tem a igualdade racial no seu DNA”.

Para Monteiro (2015), a questão da representatividade racial levantada pelo PSDB via Tucanafro é questionável, pois não articula de fato a política de presença e de ideias em um núcleo que propõe dialogar com as causas negras, mas faz uso de representantes brancos. A pesquisadora ressalta que a própria escolha do *slogan*, “A Luta Não é do Negro, é Nossa”, evidencia tentativa de esvaziamento do discurso que visa garantir de fato a implementação de políticas específicas para os negros, e expõe a fragilidade do partido na temática racial.

O vice-presidente do Tucanafro (RJ), Eduardo Sol<sup>167</sup>, explica que a primeira chapa do movimento tinha a presença de advogados, de gestores e de professores, ou seja, de negros que tiveram uma emergência social e um destaque do ponto de vista intelectual. Mas, com o crescimento que tiveram em 2013, a ala passou a inserir candidatos mais diversos. Mesmo com essa pluralidade, o segmento ainda não venceu nenhuma disputa eleitoral desde a sua criação até o momento.

Ao afirmar que o PSDB buscou fugir da camada elitizada e buscar novos militantes em comunidades carentes, onde desejava “mostrar uma nova cara” e assim obter “um diálogo maior com as classes menos favorecidas”, Eduardo afirma que o Tucanafro planeja realizar uma série de “*blitz* pelo Brasil”<sup>168</sup> para conversar com os jovens negros sobre os problemas que enfrentam no cotidiano. O nome “*blitz*”, escolhido por um membro da diretoria do movimento para caracterizar a mobilização política direcionada aos jovens negros no Rio de Janeiro, ganha destaque quando analisamos a sua aplicação pelos agentes de segurança pública do estado e os dados acerca do seu resultado. Segundo análise do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC), na maioria dos casos, os abordados são homens, negros,

---

<sup>166</sup> ARAUJO, Juvenal. Nota de Esclarecimento do Tucanafro Brasil. 2014. Disponível em: <http://www.psdb.org.br/tucanafro/notade-esclarecimento-do-tucanafro-brasil/>. Acesso em: 08 nov. 2014.

<sup>167</sup> Ver: <https://www.rfi.fr/pt/brasil/20141022-com-tucanafro-psdb-quer-dar-visibilidade-militantes-negros-do-partido>. Acesso em maio de 2024.

<sup>168</sup> *Blitz* é um termo histórico que faz referência as campanhas de bombardeamentos estratégicos realizados pela força aérea nazista alemã contra o Reino Unido, na Segunda Guerra Mundial, entre 1940 e 1941. Mas atualmente, no Brasil, o termo passou a designar um estilo de operação policial rápida e inesperada, a fim de inspecionar e interditar estabelecimentos ou apreender pessoas, veículos ou recolher papéis, etc., suspeitos de infringir as normas e a ordem pública.

de no máximo 40 anos, moradores de favelas e da periferia, com renda de até três salários mínimos<sup>169</sup>.

Nesse contexto de disputa racial, somada as tentativas engendradas pelo Tucanafro de fugir do estigma elitista do partido e promoção de ações que pudessem atrair eleitores autodeclarados negros, de diferentes classes sociais, que Waguinho consegue alavancar a sua campanha dentro do PSDB. Victor, irmão mais novo do candidato, elucida como a legenda se tornou uma estratégia para que o postulante ocupasse o espaço político do município e, caso fosse eleito, dentro da câmara pudesse se articular “de acordo com os interesses do povo negro de terreiro”.

Victor elaborava como proposta para o povo de terreiro abandonar ideias que centralizem as suas expectativas políticas “em um único partido” ou “numa só figura”, desistindo da crença de que “só assim irão conseguir pleitear uma vaga no legislativo do município”. Para o irmão de Waguinho, os “grupos dominantes” conseguem ocupar o poder e “comandar a máquina política do país” porque não operam com a lógica de se agarrarem apenas as representações ideológicas partidárias, conquistando assim mais apoios.

No seu entender, ser fluido e saber abraçar as oportunidades dentro dos partidos é uma estratégia política mais eficiente para que o povo de terreiro consiga ocupar espaços importantes de decisão e negociação na sociedade. Na concepção de Victor, se Waguinho optasse em ser um candidato engessado a um partido devido à ideologia política, ele não teria a chance de conseguir apoio para concorrer às eleições, e então a sua candidatura não aconteceria:

É preciso rediscutir essa visão careta que a gente tem de política. De cristalizar essa questão das nossas demandas somente para que o movimento encare como algo de esquerda. Até porque essa concepção do que é esquerda e o que é direita precisa ser muito discutida, principalmente nessa nossa dinâmica social brasileira. Então hoje eu posso dizer que é uma posição estratégica. É um meio para se discutir um fim. A gente não está aqui desconsiderando um passado que o PSDB teve. A gente não está desconsiderando isso. Mas a gente tá aqui pra dizer “a gente precisa ocupar esse espaço”.

---

<sup>169</sup> Analisando o ano de 2022, o Centro de Estudos de Segurança Pública e Cidadania mostra que 63% das abordagens policiais na cidade do Rio de Janeiro, as famosas blitzes, tiveram como alvo pessoas negras, enquanto apenas 25% dos brancos são parados pela polícia nas mesmas circunstâncias. Os dados destacam que um quinto (17%) dessas pessoas negras já foi abordada pelos agentes de segurança mais de 10 vezes. Para a coordenadora do estudo, a socióloga Silvia Ramos, os resultados da pesquisa revelam o caráter racista como centro da atividade policial do estado do Rio de Janeiro a partir da blitz. Apesar dos dados públicos, os responsáveis pelo Tucanafro julgaram o termo adequado para configurar as ações desenvolvidas pela ala e direcionadas aos negros periféricos.

Victor ressalta que, em um município onde destacado número de eleitores se denominam evangélicos, receber apoio do PSDB, base aliada do bolsonarismo na cidade, é mais importante que a premissa de “gente de matriz africana só pode se candidatar por partido de esquerda”. Para ele, limitar a oportunidade de acesso das candidaturas políticas de lideranças de terreiro a apoios que podem ou não ser oferecidos dentro da lógica esquerda-partidária é “falácia disseminada pelo senso comum para que os afroreligiosos se mantenham fora do poder”.

Já Silvio Henrique<sup>170</sup>, liderança negra de São Gonçalo, acredita que dentro do PSDB Waguinho possivelmente não teria apoio para construção de ações voltadas aos afroreligiosos do município. Silvio considera a ida do candidato para o partido “um tiro no pé” na construção de políticas públicas para o povo de axé, e que “quando ele [Waguinho] se associa a esses caras [PSDB], a mensagem que ele passa é de que está querendo vender os seus”. Segundo Silvio, Waguinho não teve a campanha abraçada pelos afroreligiosos porque “pecou” ao se inserir em um partido que não atende às necessidades dos terreiros, com histórico de perseguições aos movimentos negros e as religiosidades de matrizes africanas.

Isis, por sua vez, destaca que, em São Gonçalo, o PDT é visto como um partido de discurso mais educacional do que uma legenda que atende às bandeiras de identidade negra e afroreligiosa, enquanto o PSDB está atrelado as discriminações raciais:

O PDT não é um partido que está se renovando. É um partido tradicional. A legenda do partido é a educação. Realmente ele [Waguinho] teve que mudar por conta de verba. Porém, pessoas que são pretas e sofrem toda discriminação não vão se sentir acolhidas por essa candidatura no PSDB.

A forma como Silvio Henrique e Isis entendem o PSDB reafirma as análises publicadas pelas pesquisas recentes que se debruçam sobre a identificação partidária no Brasil a partir das eleições presidenciais de 2018. Ao indicarem que o PSDB é percebido pelos eleitores de São Gonçalo como um partido que “não vai levar as políticas dos afroreligiosos a frente”, pois “historicamente não atende às necessidades dessa população”, Silvio e Isis corroboram com análises que problematizam o perfil do voto no Brasil. Esses estudos indicam que a única característica que prevê identificação do eleitor com o PSDB é a influência de raça.

---

<sup>170</sup> Silvio Henrique é presidente e fundador da União de Negros pela Igualdade (Unegro), em São Gonçalo, secretário estadual da Unegro, diretor da Comissão de Direitos Humanos da Câmara de Vereadores, membro do Conselho De Igualdade Racial. Atua como conselheiro tutelar em São Gonçalo, na região de Alcântara. Faz parte do Movimento Ocupa, que é um movimento de valorização da cultura da cidade, no qual são feitos trabalhos de reconhecimento histórico.

Segundo Guedes-Neto (2020), a afinidade com o PSDB não é influenciada por classe, como parte da literatura sugeriu acontecer a partir dos anos 1990, quando esta legenda polarizou com o PT em eleições presidenciais. Para o pesquisador, a única característica que prevê identificação, com significância de 0,05, é a cor branca, demonstrando que há, sim, um poder preditivo em raça que é independente de classe. O autor ressalta ainda que, o eleitor branco médio tende a se dividir entre o PSL e o PSDB (Guedes-Neto, 2020, p.441). Assim, ao cruzar temas como “identificação racial” e “escolha dos eleitores”, a análise de Guedes-Neto entra em consonância com as nossas observações sobre o campo político de São Gonçalo, em 2020.

Porém, Waguinho acreditava que as críticas a sua escolha pelo PSDB vinham apenas em razão da direção política que a legenda poderia representar aos eleitores. Para o candidato, as pessoas criticavam a sua entrada no partido porque possivelmente vinculavam a legenda a pautas da direita e, conseqüentemente, provável ineficiência para atender as demandas do povo negro e de axé do município<sup>171</sup>.

Já Silvio Henrique evidencia que o PSDB é percebido por algumas lideranças de terreiro e do movimento negro de São Gonçalo, como um partido de identidade branca, e destina críticas severas a legenda:

O PSDB nunca vai fazer uma política que valorize as religiões de matriz africana, ao povo negro. Eles nunca vão fazer isso, eles defendem o inverso disso. Dito isso, vê a votação que ele [Waguinho] teve. A população negra não abraçou. Os centros [terreiros] não abraçaram a sua campanha. Essa é a realidade.

Por compor maioria em diferentes análises sobre privações de direitos desde a formação do Brasil, o negro é usualmente associado as pautas dos partidos e movimentos sociais de esquerda. Havendo quase que uma simbiose entre “ser negro” e “ser de esquerda” no consenso popular nacional. Assim, a literatura ancorada em pesquisas empíricas de intenção de votos aponta que os negros, mais que os brancos, apoiam os líderes trabalhistas e populistas, e que o voto negro se concentra em políticos populistas, ao menos no que se refere ao período republicano (Guimarães, 2021, p.127). Porém, as eleições de 2020 e 2022 evidenciaram que os partidos onde mais elegeram deputados federais autodeclarados negros são de direita, como PL, Republicanos e União<sup>172</sup>.

---

<sup>171</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/10/partidos-que-mais-elegeram-deputados-federais-negros-sao-de-direita.shtml>. Acesso maio de 2024.

<sup>172</sup> Ver: <https://www.gazetadopovo.com.br/eleicoes/2022/partidos-de-direita-elegem-mais-deputados-federais-negros-do-que-a-esquerda/>. Acesso maio de 2024.

Assim, mesmo que no âmbito quantitativo os partidos de direita estivessem atraindo mais candidatos negros que as legendas de esquerda, os questionamentos dos povos de axé sobre a eficácia do PSDB em atender as necessidades afroreligiosas persistiram. Oriundos de terreiros e vinculados a movimentos de temática racial, como Isis e Silvio, os possíveis eleitores de Waguinho viam no PSDB um partido cujo histórico atende a classe média branca, ao mesmo tempo que apontavam para os partidos de esquerda como os que melhor atendem a população negra e de terreiro. Na opinião de Silvio, “quando ele se diz candidato e representante de uma categoria religiosa como a nossa, que sofre ataques e execuções, você precisa estar inserido dentro de um partido que respeite a individualidade das pessoas [...] Os centros não abraçaram a sua campanha”.

A partir das falas de Isis e Silvio, podemos observar como a imagem do PSDB parece contradizer os próprios projetos de Waguinho, que visam melhorias para “o povo negro de axé” de São Gonçalo. Os discursos ressaltados demonstram como a temática étnica-religiosa gera diversos confrontos até mesmo entre os adeptos do candomblé e umbanda.

Partindo em concordância com seu irmão mais novo, Waguinho se lança no PSDB e passa a elaborar discursos estimulando a resistência do povo de axé ao cerco que sofre pela intolerância religiosa, mas não contava ser surpreendido pelas dificuldades impostas em um contexto mundial pandêmico. A Covid-19 surge nessa pesquisa como um dos fatores de considerável influência na escolha da representatividade dos eleitores no mercado de trabalho, em ocupações exercidas por maioria negra, além de mudanças em relação às ações de enfrentamento ao racismo.

As análises sobre o crescimento das candidaturas ligadas ao universo religioso nas eleições de 2020 estão entrelaçadas às complexidades advindas deste contexto mundial, onde personagens políticos encaram limitações físicas e a busca por novas urgências virtuais. Na investida para compreender o comportamento dos afroreligiosos durante as disputas políticas que ocorreram na internet, faz-se necessário apresentar brevemente o desenrolar *online* da construção política de Waguinho. A estratégias do candidato ganharam novos contornos a partir do bombardeamento de informações advindas das redes sociais. Sua equipe focava tanto em assuntos religiosos quanto em enquetes dos mais variados temas, encontros ao vivo, postagens com vídeos no terreiro, alternadas com *layout* de campanha, rezas e informações políticas.

## 2.2 A construção da campanha *Online*

Para garantir o distanciamento social indicado, as Organizações Mundiais da Saúde (OMS-2020) sugeriram a suspensão de diversas atividades comuns ao período eleitoral, enquanto foram criadas algumas deliberações sanitárias para evitar o contágio da doença como, restrição as caminhadas, aparições “corpo a corpo” e demais atos de rua<sup>173</sup> (Vital da Cunha, 2021). O período previsto para a campanha foi limitado a 50 dias, iniciado em 26 de setembro e finalizado em 15 de novembro, com a realização do primeiro turno das eleições

Esse curto tempo pode ter favorecido candidatos que já dispunham do controle de estruturas governamentais locais e compunham o perfil evangélico, aliado as pautas conservadoras e ao bolsonarismo (Marenco; Cate, 2021, p.26).

No contexto de Covid-19, em que se desenvolveu as eleições de 2020, as tradições de matriz africana recorreram a Omolu e Obaluaê<sup>174</sup> para manter seu bem-estar e integridade física, uma vez que estes são entendidos como orixás da doença e da cura, cultuados especialmente no mês de agosto. Em diversos momentos, Waguinho mencionava Olabuaê para se referir a sua posição dual de dor e combate; determinar seu código moral, ao passo que se constrói enquanto personagem político em contexto pandêmico; se apresentar, perante os demais religiosos, como uma liderança de terreiro projetada a partir da herança deixada pelo seu pai consanguíneo; além de legitimar a relação entre o “profano e o sagrado”<sup>175</sup>, a partir da sua relação com a política partidária.

As redes sociais se apresentavam como um possível território para movimentações de Waguinho, proporcionando, neste momento inicial, novos desafios também para os pesquisadores da religião. O postulante construiu uma identidade pública a partir de mídias, em diferentes redes sociais, se tornando um produtor relevante de conteúdo para a sua

---

<sup>173</sup> Ver: <https://www.gazetadopovo.com.br/eleicoes/2020/curitiba-pr/menos-comicio-e-corpo-a-corpo-qual-impacto-pandemia-campanhas-eleitorais/>. Acesso abril de 2024.

<sup>174</sup> Orixá também conhecido como Omolu, Omulu, Obaluaê, Obaluaíê, entre outros nomes. Ele é o responsável pela terra, pelo fogo e pela morte, por causa do seu poder. É temido pelos humanos pois é o responsável pelo óbito já que rege a terra e é dela que tudo nasce e tem seu fim. Mas, por outro lado, Omolu é o protetor dos doentes pobres, pois ele conhece o sofrimento de carregar uma enfermidade e não quer que ninguém passe por essa dor, assim ele está associado também a cura. Disponível em: <https://www.casaafribrasil.com.br/tudo-sobre-obaluaie-o-orixa-da-terra-do-fogo-e-da-morte/>. Acesso julho 2022.

<sup>175</sup> Partimos das explicações da pesquisadora Contins (2005), quando esta evidencia que as crenças religiosas podem ser definidas como representações que expressam a natureza das coisas sagradas e as relações que elas mantêm umas com as outras ou com as coisas profanas. E a vida social se caracteriza sempre um ato de complementaridade entre ambas.

religião, elaborando movimentos em torno das necessidades dos povos de terreiro, como o “Curimba *Online*”, canal no *YouTube* em que discutia diversos temas voltados ao sagrado para o candomblé e umbanda. As *Lives* eram realizadas com pesquisadores universitários sobre intolerância religiosa, contando com a elaboração de vínculos religiosos, por onde buscava também fortalecer sua imagem política, à exemplo do apoio que sua candidatura recebeu do Babalorixá Ivanir dos Santos.

Os vídeos publicados por Waguinho eram inicialmente postados ou gravados ao vivo pelo *YouTube* e, posteriormente, publicado no *Facebook*, *Instagram* e, em menor escala, no *Twitter*. Todas essas plataformas eram vinculadas entre si e produzidas com uma marca própria. As publicações eram diversas, mas todos os vídeos contavam com convidados que tivessem certa ligação com a religiosidade afro, seja um pesquisador, liderança de terreiro, ogã, entre outros. As postagens eram divididas por tema e apresentavam nomes de acordo com o conteúdo abordado.

No “Momento de Prosa”, por exemplo, Waguinho fazia uso de uma linguagem mais direta sobre as necessidades dos terreiros de São Gonçalo e o quanto esses espaços de culto precisavam de amparos políticos e sociais; Já na chamada “Histórias de Terreiro” os temas pontuavam afirmações como antiguidade e legitimidade dos afroreligiosos, destacando algumas casas de axé e suas importâncias para a localidade onde estavam inseridas. Além dessas postagens ressaltadas, identificamos vídeos soltos que eram voltados a devoção aos orixás, com orações e pedidos, como “Oração ao Pai Obaluaiê” e “Pai Oxóssi: Fartura, Prosperidade e Sabedoria”.

Já as postagens oficiais de campanha eram compostas por uma sequência de 10 curtas onde Waguinho apresentava parcialmente as suas propostas políticas. Diferentes dos demais vídeos, esses eram montados com a mesma padronização que estamos acostumados a ver na TV aberta, com a programação obrigatória do horário eleitoral, sem espaços para improvisos, e com organização e roteiro próprios.

As propostas de governo de Waguinho eram apresentadas nas suas redes sociais na versão crua, sem o tratamento e o corte de apenas sete segundos que o audiovisual finalizado receberia para o horário eleitoral nas TVs abertas. Esses vídeos tinham o corte de 60 segundos, apresentavam apenas o chroma-key verde ao fundo, como se o candidato estivesse ainda nos bastidores, e sempre compondo a mesma vestimenta, que corresponde ao uso de um Eketé, guia e roupas claras. Independente da comunicação verbal, a identidade visual conseguia transmitir que se tratava de um religioso e estava se candidatando.

No *Facebook* de Waguinho, esses vídeos de campanha recebiam entre 15 e 64 visualizações, exceto a publicação onde candidato apresentou o Projeto “Meu Sagrado Legal”<sup>176</sup>, em que divulgava parte do seu projeto de governo, focando na legalização das casas de umbanda e candomblé de São Gonçalo. Este vídeo atingia, em média, 130 visualizações, indicando que até as principais propostas do postulante, mesmo aquelas que eram destinadas a temática que mais atraía os que frequentavam as suas redes sociais, tinham baixo engajamento.

Na descrição do vídeo, encontramos a definição do Projeto “Meu Sagrado Legal”:

Uma das primeiras propostas que falo do plano é o MEU SAGRADO LEGAL - Base de minha campanha que compõe:

- ✓ A busca pela diversidade religiosa ( luta com foco no equilíbrio e respeito sobre todas as religiões ); Emprego/ renda / cultura São partes desse processo.
- ✓ SINAPIR - Proposta para incluir São Gonçalo no sistema nacional de igualdade racial. Trazendo recursos do governo federal para promoção de ações a igualdade racial, no município.’
- ✓ Legalização de terreiros - Diminuindo todo o processo burocrático para legalizar as casas e o impacto financeiro para sua manutenção.

A postagem “Meu Sagrado Legal” teve alcance superior em relação as demais publicações que focavam em apresentar formalmente as propostas de governo. Entretanto, as reações dos seguidores de Waguinho indicavam mais engajamento nos vídeos espontâneos do que nessa formatação concisa e direta. O público que Waguinho atingia nas redes sociais parecia se identificar com as interações cotidianas realizadas pelo candidato, que não continham um direcionamento direto sobre temas políticos.

Essa relação ente Waguinho e o público, exposta a partir da interação provocada por suas redes sociais, pode explicitar o quanto o candidato ainda estava restrito internautas que se identificavam com a sua imagem enquanto liderança de axé, e evidenciavam pouco interesse na sua atuação como representante político, assim pouco interagiam com suas propostas. Os curtas realizados em praias e cachoeiras, por exemplo, tinham em torno de 159 visualizações<sup>177</sup>,

As publicações que apresentavam maior interação com os seguidores de Waguinho eram as realizadas nos terreiros, abordavam temáticas religiosas e continham convidados de outras casas de axé. Já as “*Lives* de Curimba” apresentavam ainda mais interações. O

<sup>176</sup> Disponível em: <https://www.facebook.com/waguinhomacumba/videos/2724770221143939>. Acesso junho de 2023.

<sup>177</sup> Ver: <https://www.facebook.com/waguinhomacumba/videos/394681361936693>. Acesso março de 2024.

encontro de Curimbeiros, realizadas no seu programa “Curimba *Online*”<sup>178</sup>, chegou a bater 3.500 visualizações<sup>179</sup> ao vivo. Considerando que o programa foi o que chegou mais perto de atingir as expectativas de engajamento de Waguinho, vamos nos debruçar sobre ele a fim de apresentar brevemente as suas características e entender as interações com o seu público-alvo.

### 2.2.1 “Curimba Online”<sup>180</sup>

O “Curimba *Online*” fazia parte do catálogo de *Lives* realizadas ao vivo através do *YouTube* e, posteriormente, publicados no *Facebook*. A partir dessas interações, o candidato, junto de outros ogãs, realizava homenagens as divindades do candomblé e da umbanda. Esses vídeos produzidos em período de pandemia pareciam servir para encurtar as distâncias entre o terreiro de Waguinho e os filhos de santo, além de fortalecer a sua imagem política, ao passo que também promovia as propostas de governo. Logo após o resultado das eleições, Waguinho excluiu este tópico do *YouTube*, mas ainda podemos encontrá-lo no *Facebook*, através do canal oficial “Waguinho Macumba” com os nomes “Live de Curimba” ou “Encontro de Curimbeiros”.

Devido a densidade de informações e seus diversos subtemas que se repetiam, nos limitamos a apresentar dois vídeos distintos entre as sequencias do programa “Curimba *Online*”. Os curtas selecionados para breve observação são: “Homenagem ao Povo Cigano”<sup>181</sup> e “Tamborzão da Revolta”<sup>182</sup>. Ainda que os títulos pudessem remeter a temáticas diferentes, ambos seguem a mesma lógica de intenção, que é a de propagar a imagem de Waguinho

<sup>178</sup> A palavra Curimba, significa “cânticos religiosos dos cultos afro-brasileiros, para honrar e chamar as divindades ou as entidades espirituais” (Cacciatore, 1888, p.95).

<sup>179</sup> Ver: <https://www.facebook.com/waguinhomacumba/videos/385243725784821>. Acesso maio de 2024.

<sup>180</sup> Disponível em: [https://www.facebook.com/watch/live/?ref=watch\\_permalink&v=706154183494703](https://www.facebook.com/watch/live/?ref=watch_permalink&v=706154183494703). Acesso julho 2022.

<sup>181</sup> A *Live* foi direcionada a homenagear o povo cigano, em razão do dia 24 de maio, Dia Nacional do Cigano. O vídeo contou com a participação especial do presidente da Central do Ogãs de Niterói, Mauro Passeri. Disponível em: <https://www.facebook.com/waguinhomacumba/videos/706154183494703/>. Acesso junho de 2023.

<sup>182</sup> Vídeo em que Waguinho anuncia adesão ao movimento nacional #tamborzãodarevolta. A *hashtag* foi uma manifestação *online* iniciada em junho de 2020 pelos povos de terreiro do Brasil em resposta ao movimento iniciado nos Estados Unidos, “Vidas Negras Importam”. O #tamborzãodarevolta se afirmava contra toda forma de discriminação e racismo destinada aos negros e aos povos de terreiro em geral. Disponível em: <https://www.facebook.com/waguinhomacumba/videos/244661480157573>. Acesso junho de 2023.

associada à sua representatividade religiosa e militância racial. Partindo dessa observação, apresentaremos as duas postagens, afim de melhor compreender a apresentação política-midiática do candidato.

Nos dois vídeos, Waguinho, junto de alguns membros do seu terreiro, convidava outros irmãos de axé para realizar cultos e homenagens às divindades da umbanda. Em média eram cinco ou seis participantes diante das câmeras, tocavam atabaques, cantavam e dialogavam com o público que comentava ao vivo através dos *chats* das plataformas.

A sua esposa na época, coordenava os aspectos estruturais, como câmeras, interações com o público *online*, elaboração dos assuntos abordados, cronograma e as danças nas cantigas ciganas. O seu irmão consanguíneo, Victor, também tocava, cantava e dançava junto de Waguinho, além de participar discursando em prol da religião e politização do povo de axé. Os dois vídeos selecionados para análise foram postados em junho de 2020, e somam aproximadamente três horas de interação *online* entre os “curimbeiros” e o público que estava assistindo.

As duas publicações começavam com Waguinho ao microfone, seu irmão Victor e dois ogãs, que pertenciam à sua casa de axé, no atabaque, e um ou dois convidados de outro terreiro no segmento dos cânticos, como podemos observar na imagem abaixo:

Figura 9 - *Live* em Homenagem ao Povo Cigano



Fonte: Waguinho Macumba, 2020<sup>183</sup>.

Esta gravação contou com os ogãs Jair<sup>184</sup> e Mauro Passeri como convidados. Waguinho, logo de início, tratou de anunciar que era um ano eleitoral e as pessoas precisavam

<sup>183</sup> Ver: [https://www.facebook.com/watch/live/?ref=watch\\_permalink&v=706154183494703](https://www.facebook.com/watch/live/?ref=watch_permalink&v=706154183494703). Acesso maio de 2024.

estar atentas às movimentações e às efetivas representações políticas. O candidato se colocava como parte de uma coletividade que “precisava de maior representação eleitoral”, e declarava fazer um trabalho de conscientização política para que as pessoas pudessem eleger representantes que imprimissem o verdadeiro cotidiano do povo de axé, ou seja, que saibam cantar os pontos, pisar descalço nos terreiros, usar fio de conta, entre outros aspectos. Waguinho, em seu discurso, chamava atenção da audiência para a falta de representatividade afrorreligiosa nos âmbitos estatal, municipal, ou federal.

Em um momento, o candidato termina a cantiga, se dirige a um dos integrantes da *Live*, ogã Jair, para anunciar o lançamento do seu programa de governo para a câmara municipal de São Gonçalo, e declara que, como pré-candidato a vereador do município, pretende lutar contra as intolerâncias religiosas. Então, o convidado Jair manifesta apoio ao postulante, e discursa insistindo para que os povos de terreiro tenham “conscientização política já e sempre!”.

Waguinho se dirige ao outro ogã presente no vídeo, Mauro Passeri que também confirma seu apoio a Waguinho, alegando que esta candidatura seria um importante contraponto não só ao crescimento da bancada evangélica no município, como em relação a negativa dos terreiros sobre a politização das suas lideranças religiosas.

Durante a *Live* analisada os participantes entoaram discursos a favor da preservação dos povos tradicionais em geral e do meio ambiente. Observamos como Waguinho mesclava assuntos religioso e políticos nas suas publicações na tentativa de promover certa simbiose entre essas esferas que eram concebidas de maneira divergente pelos frequentadores do axé, compondo diferentes lugares no universo mágico e do cotidiano, gerando a distinção entre o que era entendido como “sagrado e profano”, respectivamente. E ao provocar certa naturalidade na junção dos temas religiosos e anseios político, o candidato buscava educar o público das lives para que pudessem atuar politicamente a partir das suas pertencas religiosas, além de tentar legitimar a sua imagem como representante dos terreiros do município.

---

<sup>184</sup> Ogã Jair será citado mais adiante como Jair Ribeiro. Jair Ribeiro, é suboficial reserva do corpo de bombeiros, em Niterói. Em 2013, indo para a reserva, passou a trabalhar na defesa civil municipal de Niterói. Se apresenta como artista da cidade, pois atua no grupo Ás de Ouro, em que Waguinho também participa. Foi rei momo da cidade de Niterói, de 2008 a 2014, representando o carnaval local para todo o Brasil. Em 2020 passou a ser um dos representantes do Conselho de Cultura da cidade, se dedicando a temáticas como, capoeira, comunidades quilombolas, de pescadores e diversidade étnica. É presidente da União Espiritualista de Umbanda do Brasil. Em 21 de agosto de 2021 foi eleito coordenador do Movimento Negro Unificado de Niterói. Representa, no cargo de diretor social, a União das Escolas de Sampa de Niterói e a União dos Blocos Carnavalescos do Rio de Janeiro. É ogã e dirige a cabana Vovó Ana, centro de Niterói. Jair é o único entre os entrevistados que não representa diretamente um terreiro de São Gonçalo, mas suas atuações envolvem diversos terreiros do município, como de Waguinho.

As *Lives* também serviam para o candidato se posicionar politicamente sobre as determinações governamentais em pandemia, expondo a relação das medidas criadas por políticos para regularizar certas práticas religiosas e a real necessidade dos povos de axé. Waguinho interrompe as cantigas e informa sobre a existência de decretos, na esfera legislativa estadual, que possibilitam algumas religiões abrirem as portas dos seus templos, ignorando as informações das OMS que pediam distanciamento e ressaltavam o crescimento dos casos de morte por Covid-19. O candidato informa aos seus seguidores que esses decretos iam de encontro às determinações dessas organizações, pois impediam o afastamento social necessário para o controle da contaminação viral.

Waguinho se referia ao decreto de Lei<sup>185</sup> feito por Samuel Malafaia (PL)<sup>186</sup> junto com André Ceciliano (PT)<sup>187</sup> que permitia a abertura dos templos religiosos, seguindo uma série de regulamentações que, na sua visão, não contemplavam as religiões de matrizes africanas. Para o candidato, “diferente de certas denominações cristãs, a nossa casa e a nossa religião, são energias de transpiração e de contato, então tem que manter o distanciamento, o isolamento”.

No entendimento de Waguinho, o uso de máscaras e o distanciamento obrigatório não eram práticas comuns aos terreiros, necessitando muitas vezes do consentimento de guias e orixás. Assim, a própria dinâmica das casas de axé dificultava a implementação de medidas que pudessem diminuir a proliferação do vírus. No seu entender, apoiar esse Projeto de Lei, seria corroborar com práticas que não são aprovadas tanto pelas OMS, quanto pelos guias e orixás.

Dessa forma, o candidato reafirma que a sua atuação na internet seria “para cantar, louvar ao orixá, mas também para transmitir informação”, uma vez que, manter o povo de terreiro politicamente consciente parecia ser a sua missão nas redes sociais. Ao finalizar a *Live* “Homenagem ao Povo Cigano”, Waguinho faz a seguinte declaração:

Finalizo essa *Live* com muito amor no coração, mas eu preciso trazer esse assunto à tona novamente, irmão de fé, irmão de axé, não esqueça, muita atenção muito carinho: esse ano é um ano eleitoral, vamos nos envolver politicamente. A gente

---

<sup>185</sup> RIO DE JANEIRO. Ementa: Autoriza O Poder Executivo A Liberar As Atividades Das Organizações Religiosas De Todas As Confissões, Durante o Período de Pandemia Do COVID-19, De Acordo Com Critérios A Serem Seguidos Rigorosamente, E Da Outras Providências. ALERJ. 2020. Disponível em: <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro1923.nsf/0c5bf5cde95601f903256caa0023131b/764667971344db980325856d005917ed?OpenDocument&ExpandView&Highlight=0,20200302660>. Acesso Janeiro de 2021.

<sup>186</sup> Samuel Malafaia é deputado estadual pelo Rio de Janeiro filiado ao Partido Liberal (PL). Atualmente é pastor auxiliar na Assembleia de Deus Vitória em Cristo, presidida por Silas Malafaia, seu irmão consanguíneo.

<sup>187</sup> André Ceciliano (PT) é deputado estadual e presidente da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj) desde 2019.

precisa pensar no nosso futuro. Vamos nos organizar! Olho vivo e faro firme. Dizem que a gente é desunido. Dizem que a gente não é capaz de se organizar politicamente. Eu tenho absoluta certeza que o povo de axé se levantou. Que o povo de axé acordou para eleger os seus representantes legítimos. Lanço nessa *Live* a pré-candidatura do Waguinho Macumba<sup>188</sup>.

Já na *Live* “Tamborzão da Revolta”, Waguinho aparece tocando tambor junto com seu irmão Victor. Estão apenas os dois no mesmo cenário da imagem anterior, que corresponde a sua casa de axé, o Centro Espírita Xangô das Almas. O vídeo foi publicado no dia 8 de julho de 2020, tem 30 minutos ao total, e é iniciado ao som do atabaque como uma forma de saudar os curimbeiros que estão assistindo.

Waguinho explica que a publicação se tratava de uma ação em conjunta com os curimbeiros do Brasil para manifestar união dos terreiros em apoio ao “Movimento Vidas Negras Importam, que se colocava coletivamente contra toda forma de racismo, a exemplo do religioso”. O candidato e seu irmão afirmam que, é nessa linguagem - tocando atabaque - que eles, enquanto representantes de axé, buscavam união “contra a matança e genocídio do povo negro”.

Assim como no vídeo “Homenagem ao Povo Cigano”, a publicação “Tamborzão da Revolta” também traz falas que projetavam certa união dos povos de axé, além de evidenciar como Waguinho e sua equipe tentavam enfrentar o desafio de dar visibilidade e reconhecimento a religiosidade afro-brasileira. Ambos também evidenciam como, partir dos engajamentos, os circuitos virtuais criados pelo candidato transbordavam as fronteiras do religioso, e se conectavam com o processo de formação e mapeamento da campanha que aconteciam no momento, a cada dia, a cada fato.

Ressaltamos que as “*Lives* de Curimba” eram utilizadas por Waguinho para informar aos possíveis eleitores sobre a sua atuação religiosa, destacar seus conhecimentos de cantigas na umbanda e de povos ciganos, habilidade de discussões políticas, exibir uso adequado da indumentária religiosa, além de manter constante interação ao vivo, aproximando os internautas e reforçando a ideia de que ele “é o representante legítimo do povo de axé” de São Gonçalo.

As *lives* produziam o que alguns pesquisadores chamam de “espelho midiático”, ou seja, os vídeos do “Curimba *Online*” não mostravam ser simples cópia, reprodução ou reflexo do que estava sendo produzido *online*, mas podemos considerar como uma nova forma de viver e interagir com um novo espaço, gerando outras formas de coletividade de indivíduos e

<sup>188</sup> Live de Curimba do Waguinho Macumba- “Homenagem ao Povo Cigano”. Participação do Presidente da Central do Ogãs, Mauro Passeri. Instagram: Waguinho Macumba. 01 de junho de 2020. Disponível em: [https://www.facebook.com/watch/live/?ref=watch\\_permalink&v=706154183494703](https://www.facebook.com/watch/live/?ref=watch_permalink&v=706154183494703)

constituições de identidades pessoais (Miklos, 2015). Entendemos que essa nova forma de viver e agir nas redes sociais não pode ser analisada separadamente do seu contexto cultural contemporâneo, e as reflexões acerca dos sagrados nas redes virtuais são de suma importância para compreendermos certas atuações políticas de personalidades advindas do axé (Trivinho, 2009).

Assim, durante a análise de campo, percebemos que Waguinho objetivava encontrar novas formas de comunicação dentro do espaço público digital. O candidato negava a sua invisibilidade ao mesmo tempo que produzia tentativas de maior interação política e religiosa com os possíveis votantes, mesmo que as pautas abordadas fossem de encontro ao perfil político evangélico-conservador predominantemente presente entre os eleitores e principais candidatos do município (Cunha, 2009).

Percebemos, a partir do “Curimba *Online*”, que representantes das religiões afro-brasileiras também estão fazendo uso cada vez mais de estratégias de apropriação e recontextualização de certos elementos políticos e midiáticos neopentecostais, como as expressões presentes nas falas de Waguinho, “voto de axé” e “meus queridos irmãos e irmãs de axé” (Machado; Mariz, 2004, p.34). O candidato buscou construir a conexão pública e midiática entre religiosidade e política, assim como seus concorrentes publicavam utilizavam a mídia para exclamar em nome dos “irmãos evangélicos”, a exemplo de Aparecida Panisset (Aguiar, 2022).

Dessa forma, contando com limitados recursos financeiros, Waguinho fez do espaço público digital um lugar para levar a religião além de suas fronteiras institucionais e simbólicas, permitindo que o “outro-religioso” e o “não religioso” interagissem na vivência dos terreiros (Cunha, 2009). Além de realizar *Lives* com integrantes de outros terreiros, Waguinho também produziu conteúdo ao vivo com diferentes personagens a fim de desenvolver temas como intolerância religiosa, racismo e infraestrutura para a população negra, como a realizada com Roberta Duarte, psicóloga jurídica que se declara negra e evangélica; Emerson Sena, antropólogo e professor da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)<sup>189</sup>; o Babalorixá Ivanir dos Santos<sup>190</sup>; entre outros.

Porém, as postagens de Waguinho atingiam maior engajamento entre o público que era atraído mais pelas apresentações religiosas e culturais do que pelas possíveis candidaturas e suas elucidações política. O público alcançado por suas redes sociais, marcado quase que

---

<sup>189</sup> Ver: <https://www.instagram.com/p/CFyEcP8HpBo/>. Acesso março de 2024.

<sup>190</sup> Ver: <https://www.instagram.com/p/CCW3Aw4nDEq/>. Acesso março de 2024.

majoritariamente por negros e frequentadores de terreiro, não se mostrou sensível as pautas defendidas pelo candidato. Partindo dessa observação, Waguinho decidiu investir com mais ênfase em projetos que já iniciados em 2019, que visavam a ocupação física do espaço público, como criação de lugares de memória voltados para a umbanda no município, como o “Marco Zero Umbanda” (2020).

### **2.3 Marco Zero da Umbanda: memórias, disputas e controvérsias**

O Marco Zero, projeto político de Waguinho Macumba, se destinava a construção de um espaço de memória para a umbanda no município de São Gonçalo, e as “controvérsias” (Montero, 2022) em torno dos vários segmentos dessa religiosidade na elaboração de uma identificação étnico-racial e como parte de uma estratégia de luta contra o racismo religioso, em face das adversidades resultantes das atitudes intolerantes tanto do mandato da ex-prefeita Aparecida Panisset (2005-2012), quanto do atual governo, Capitão Nelson (2020).

O projeto tem por objetivo demarcar a antiga “Praça de Neves” como um espaço de memória voltado à celebração do nascimento da umbanda fundada por Zélio Fernandino de Moraes, no bairro de Neves, São Gonçalo. Dessa forma o Marco Zero da Umbanda é contado a partir da primeira manifestação do Caboclo das Sete Encruzilhadas, remontando ao “mito de origem” da religião (Brown, 1985).

A Praça era identificada nos registros oficiais da prefeitura apenas com o nome do bairro em que era se encontra, sem indicar nenhum patrono ou homenagens. No entanto, o local é considerado uma das mais tradicionais praças de São Gonçalo e o portal de boas-vindas ao Município para quem parte de Niterói. Nos seus arredores funciona a famosa “Feira de Neves” aos domingos, com a venda de refeições típicas desse tipo de exposição no Rio de Janeiro, como pasteis e caldo de cana, além de alimentos e vegetais orgânicos, grãos, e objetos diversificados. A praça é um importante local para os transeuntes que utilizam do transporte público, pois integra dois pontos de ônibus na sua proximidade que atuam são só a uma vasta gama de bairros da cidade, como atendem a demandas intermunicipais.

A praça se destaca pela grande quantidade de pessoas circulando por suas demarcações. Praticamente no interior desta área encontramos o prédio da 73ª Delegacia de Polícia de Neves; Atrás nos deparamos com o Detran e um polo de ensino do IFRJ (SG), e alunos de diferentes faixas-etárias que circulam nos três turnos; A 280 metros identificamos a



preces a Exu Marabô a fim de conquistar tal objetivo. Para Waguinho essa fala lhe despertou atenção, uma vez que essa falange de exu era a mesma do seu pai Enilton.

Waguinho conta que ao chegar em seu centro, foi até a casa, espaço reservado, de Exu Marabô e lá exclamou seu desejo pelo Projeto ser concretizado em novembro. Dias depois Waguinho afirma que foi atendido pela entidade, porque “milagrosamente” o Marco Zero foi agendado para ser pauta de votação, em 5 de novembro. Entretanto, no dia da votação, todos os projetos foram lidos menos o da umbanda, suscitando uma comoção de alguns que estavam presentes, e indicavam que o Projeto era pauta do dia, por isso deveria ser ao menos mencionado para encaminhamento.

Waguinho informa que o Projeto foi finalmente encontrado, e antes de entrar em votação o vereador Mariola (PODEMOS) pediu a palavra e discursou afirmando que era dever da Câmara e dos vereadores presentes aprovarem o Marco Zero, uma vez que este era uma oportunidade de a prefeitura reparar as perseguições históricas realizadas contra os afroreligiosos, assim como as ações realizadas pela antiga gestão (se referindo as intolerâncias religiosas sinalizadas pelos afros no governo de Panisset).

Diante deste cenário, o projeto foi aprovado em 5 de novembro, a praça foi inaugurada dias depois, na Semana da Umbanda(11 a 17 de novembro), mas até o presente momento o Marco Zero encontra dificuldades de finalizar todos os seus objetivos. Waguinho afirma que a prefeitura se mostrou eficiente no andamento do projeto quando este carregava o nome de Zélio, e ainda se mostra solícita quanto ao desejo de um busto que retrate o médium, mas não evidencial igual interesse em demarcar o espaço com representações das outras umbandas, como imagens de caboclo, preto velho e Exus. O candidato informa que chegou a ouvir de pessoas atuantes na prefeitura que “conseguem colocar o busto do Zélio, mas outras imagens fica difícil”.

No entendimento de Waguinho, ainda é preciso fazer uso de imagens e elementos brancos para poder adentrar nos espaços e ter os projetos aceitos, assim “como os negros escravizados faziam no passado, ao usar as imagens dos santos católicos para cultuarem suas divindades”, algumas originárias de África. Para o candidato, o sincretismo religioso realizado pelos africanos no Brasil foi a maior “engenharia cultural de resistência” já feita pelas sociedades, tão importante que ainda hoje ele precisa realizar essa estratégia para enfim ser aceito e ter as suas demandas religiosas atendidas.

Como foi dito, em 2019, o ex-vereador de São Gonçalo, Claudio Rocha (PSDB), levou o Marco Zero da Umbanda para discussão na Câmara Municipal. No mesmo ano, o Projeto foi votado em plenário, aprovado e sancionado pelo prefeito José Luiz Nanci (Cidadania).

Segundo Waguinho, no dia 15 de novembro de 2019, cerca de 300 pessoas, entre elas representantes do Conselho Nacional de Umbanda, da União Espiritualista de Umbanda e Afro-brasileiro do Estado do Rio de Janeiro, do Movimento Negro Unificado, do Conselho Municipal de Igualdade Racial de São Gonçalo e de diversos terreiros de umbanda e candomblé, estiveram presentes na homenagem pelos 111 anos da umbanda e inauguração da Praça Zélio Fernandino de Moraes, a “Praça da Umbanda”<sup>191</sup>.

A foto da inauguração também evidencia a presença do irmão mais novo de Waguinho, Victor Hugo, a sua direita; e a esquerda o bisneto de Zélio, Leonardo Cunha, e o vereador Claudio Rocha, respectivamente.

Figura 11 - Discurso de Inauguração do Marco Zero, SG<sup>192</sup>



Fonte: Icapra, 2020<sup>193</sup>.

O candidato, assim como outras personalidades envolvidas no Projeto, discursou no momento associando a inauguração do projeto ao “mito de origem” da umbanda, em São Gonçalo. Para Waguinho, a data em que o Marco Zero da Umbanda se torna lei municipal

<sup>191</sup> Disponível em: [https://issuu.com/viviana.assuncao/docs/icapra\\_125\\_](https://issuu.com/viviana.assuncao/docs/icapra_125_). Acesso em: 22 de set. 2021.

<sup>192</sup> Waguinho Macumba ao lado seu irmão consanguíneo, Victor Hugo, do Bisneto de Zélio, Leonardo Cunha e do então vereador de São Gonçalo, Claudio Rocha (2016-2020/PSDB). In: Waguinho Macumba. MARCO ZERO DA UMBANDA EM SÃO GONÇALO: Discurso de Abertura. Publicado em 4 de abr. de 2020. Disponível: <https://waguinhomacumba.wixsite.com/website/post/marco-zero-em-s%C3%A3o-gon%C3%A7alo>. Acesso nov. 2022.

<sup>193</sup> Waguinho Macumba ao lado seu irmão consanguíneo, Victor Hugo, do Bisneto de Zélio, Leonardo Cunha e do então vereador de São Gonçalo, Claudio Rocha (2016-2020/PSDB). In: Waguinho Macumba. MARCO ZERO DA UMBANDA EM SÃO GONÇALO: Discurso de Abertura. Publicado em 4 de abr. de 2020. Disponível: <https://waguinhomacumba.wixsite.com/website/post/marco-zero-em-s%C3%A3o-gon%C3%A7alo>. Acesso nov. 2022.

estabelece uma ligação com o registro da fundação da umbanda por Zélio, em 15 de novembro de 1908.

O candidato afirma que apesar da aprovação do Projeto, o Marco Zero foi inaugurado na praça aberta, sob chuva, com uma estrutura mínima doada pela prefeitura que contabilizava duas tendas, um som e dois banheiros químicos. Waguinho também explica que o evento foi prestigiado pela família de Zélio, que entoou palavras sobre o momento, mas teve que assistir a manifestação das diversas umbandas, com danças de exus e toques de atabaque.

Waguinho evidenciava em seu discurso que, a partir das etapas desse Projeto, pretendia construir uma memória religiosa municipal e atrair notoriedade política vinculada à sua fé, destacando que será o candidato que vai lutar pelo reconhecimento histórico que o povo de terreiro tem não só no município, mas na formação nacional. Leonardo Mattos<sup>194</sup>, um dos idealizados do projeto e membro do núcleo e da campanha de Waguinho, afirmava que o Marco Zero da Umbanda é uma referência ao Marco Zero de Recife, de São Paulo e de outros lugares, sendo o início da município, o ponto onde a cidade foi fundada, sua origem.

Para o candidato, o Marco Zero é o início da umbanda, a origem da religião e, conseqüentemente, onde começaria São Gonçalo. Assim, o Projeto visa estabelecer um espaço-tempo que demarque o início de “uma religião brasileira”, em contraponto ao discurso memorialista que enfatiza a presença histórica do catolicismo na cidade. Leonardo também afirmava que a umbanda deveria ser entendida como um patrimônio de todos os brasileiros, não só de umbandistas e praticantes de religiões de matriz africana, mas do Brasil, de toda a África e a humanidade<sup>195</sup>.

[...] uma memória que se concretiza para formar a nossa identidade. Imagina a gente sem o nosso passado. Quem somos nós? Quem são os nossos pais? E o que nos forma enquanto sociedade é a memória coletiva, que se transmuta em patrimônio, e esse patrimônio aí foi perdido, foi silenciado, foi nos tirado. Um momento muito ruim para a sociedade brasileira, não só para nós umbandistas.

Para Leonardo, ao materializar uma memória, o Projeto propõe que nunca mais se esqueça o patrimônio, ressaltando que “a umbanda não é do Waguinho, não é do Conselho Nacional de Umbanda, não é do Zélio, mas sim de todos nós”, e de São Gonçalo. Para ele, a

---

<sup>194</sup> Leonardo Mattos é professor de geografia, formado pela Universidade Federal Fluminense (UFF), com especialidade em políticas urbanas. É responsável pela pasta de Ciência e Tecnologia do Conselho Nacional de Umbanda e atuou como um dos articuladores principais da campanha eleitoral de Waguinho Macumba.

<sup>195</sup> Informações retiradas do Canal de Waguinho Macumba no *YouTube*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=83TOSoNhZ5Y&t=84s>. Acesso em: 14 set. 2021.

umbanda “é a religião brasileira que junta todas as confissões de fé e o povo de terreiro em rituais e cultos de amor ao pai maior, Oxalá, Jesus Cristo”.

Ainda Leonardo afirma que, além de a umbanda ser uma religião genuinamente brasileira, ao articular o indígena, os ex-escravizados, negros, boiadeiros, ciganos e outras tradições e costumes, ela extrapola os limites da confissão e torna-se promotora de ensinamentos para a vida. Para o geógrafo, em um terreiro podem ser praticados valores úteis à vida em sociedade, como coletividade, caridade, amor, doação e fé. Assim, ao resgatar a memória da casa de Zélio e a trajetória de vida desta umbanda, os idealizadores do Marco Zero também consolidam valores morais que acreditam ser importantes para o bom convívio de qualquer sociedade. Leonardo toma o terreiro como parte dessa identidade de compartilhamento e de convívio social, algo próprio do universo afroreligioso, comum entre várias doutrinas, no seu entender, é no terreiro que se formam identidades religiosas, sejam elas negras ou não.

Waguinho defende que a umbanda nasce em São Gonçalo, mas não fica restrita ao município, pois atualmente pode ser encontrada em várias partes do mundo e como “é obrigação de todo adepto desta religião propagar a bandeira de Oxalá”, estabelecer o Marco Zero na cidade foi uma das formas que encontrou para cumprir essa obrigação, já que “foi nesse local que Zélio de Moraes manifestou o Caboclo das Sete Encruzilhadas e anunciou uma nova religião, na qual os espíritos de antigos escravos e indígenas poderiam vir à Terra como espaço da caridade”. O candidato ressalta que foi através da manifestação deste Caboclo que São Gonçalo ganha destaque como o local onde a umbanda, que hoje está em diversos países, deu seu primeiro grito de liberdade, “o grito de independência da umbanda”.

Waguinho destaca o apoio que recebeu do bisneto de Zélio, Leonardo Cunha, no evento de inauguração do Marco Zero da Umbanda, ocasião em que ele agradeceu e parabenizou a iniciativa do Projeto, e do Instituto Cultural de Apoio e Pesquisa das Religiões Afro, cujo editor responsável é Marcelo Fritz.

Jair Ribeiro (Ogã Jair), representante do Movimento Negro Unificado (MNU) de Niterói, também presente no evento, define o Marco Zero como um movimento de reparação histórica, que se iniciou a partir da derrubada da antiga casa de Zélio durante o governo de Aparecida Panisset, em 2011. Mesmo direcionando críticas às escolhas partidárias de Waguinho, Jair afirma que a movimentação em prol deste projeto acontece como um ponto de garantia de um revisionismo perante o atual contexto de intolerâncias em que as religiões afro-brasileiras têm vivido desde o mandato da referida prefeita.

Não obstante, Jair declara ter pleno conhecimento das umbandas praticadas em São Gonçalo, ele lembra que a vertente de Zélio “trouxe uma repercussão consistente para a religião, uma vez que, com a entrada dele na política municipal, a sua umbanda teve visibilidade”<sup>196</sup>. Para o líder do MNU de Niterói, quando há uma intensificação da intolerância religiosa no município, é importante lembrar que o médium é uma referência, podendo ser um ponto de partida nessa luta<sup>197</sup>. Em seu depoimento, Jair também enfatiza a dificuldade de diálogo com a Fundação Palmares durante o governo Bolsonaro, período em que a maioria dos projetos oriundos da militância negra foi sistematicamente vetada, e as demandas desses movimentos sociais, negadas.

Por outro lado, encontramos lideranças do município que contestam o Marco Zero como uma proposta que visa defender o nascimento da umbanda em São Gonçalo a partir da fundação de Zélio. Para essas lideranças, o problema está no projeto pôr em destaque uma linha considerada “branca” e assim sobrepôr a dimensão religiosa sobre a racial, hierarquizando as umbandas, como afirma Isis:

Essa Umbanda do Zélio é mais política. Foi a linha de Umbanda que trouxe mais adeptos por ser uma umbanda de um lado mais branco, sem atabaque, sem corte, sem oferenda para o guia [...]. Todo esse movimento feito pelo Zélio foi extremamente importante pra legitimar a umbanda. Não para a prática da umbanda. A prática da umbanda não é essa. A umbanda que é praticada hoje pela maioria dos adeptos, em São Gonçalo, é a umbanda do Tancredo. É a umbanda que é mais próxima do orixá, umbanda preta.

Para Isis, terreiro de umbanda banto-ameríndio, a importância do Marco Zero está em demarcar uma religião afro-brasileira no espaço-público de um município que apresenta diversos casos de intolerância religiosa, mas que “não tem representatividade alguma sobre a diversidade de práticas umbandistas existentes na região”. Para ela, o Projeto não alcança o que é a realidade da religião, “a umbanda do Zélio é política”. Nesse sentido, a vertente de Zélio trouxe mais adeptos por ser mais branca, sem atabaque, sem corte, sem oferenda para o guia, ao contrário da umbanda praticada hoje pela maioria dos adeptos de São Gonçalo, que é

---

<sup>196</sup> Sabemos que não apenas Zélio de Moraes, mas vários umbandistas se candidataram a cargos públicos, porém essa correlação entre política e campo afroreligioso ainda é pouco estudada.

<sup>197</sup> A estratégia de entrada para a política na umbanda é antiga, pois, ao longo dos anos de 1950, o campo religioso umbandista passaria por transformações em suas esferas de representação política. No campo da política, temos Átila Nunes, criador do programa de rádio *Melodias de terreiro*, de 1947, que se elegeu vereador em 1958 pelo Partido Social Progressista (PSP), no Rio de Janeiro, e foi o primeiro umbandista declarado a tornar-se deputado estadual pelo Rio, em 1966, pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), em 1966, graças ao apoio de eleitores umbandistas (BROWN, 1985, p. 26). Desde pelo menos 1958, há algumas reportagens no “Jornal de Umbanda” que abordam candidaturas espíritas e umbandistas, no Rio de Janeiro e São Paulo.

a linha “Umbanda Popular”, com forte sincretismo dos santos católicos com os Orixás, associados a um conjunto de práticas místicas e religiosas de diversas origens adotadas pela população em geral, como: rezas, benzimentos, simpatias, uso de cristais<sup>198</sup>.

Isis vem de um terreiro banto-ameríndio, tratando-se de uma umbanda que não corresponde nem à de Zélio, nem à de Tancredo. Para ela há muitas formas de praticar a umbanda, por isso acredita que o que poderia atrair votos para Waguinho era estar inserido na comunidade de forma ativa, vendo as necessidades do povo de santo como um todo, e não na defesa de projetos que destacam o “mito de origem” e a hierarquização das umbandas. Para o enfrentamento do racismo religioso na cidade, Isis acredita que não serão monumentos que ocuparão de fato o espaço público. Ela acredita que monumentos são “coisas de acadêmicos” e que não dialogam com as necessidades diretas dos praticantes religiosos.

Nesse sentido, Isis imagina que os adeptos da religião afro precisam entrar no cenário político municipal de outra forma, faz-se necessário abrir outras frentes de luta, uma vez que só vai às reuniões sobre os assuntos de terreiro quem é do meio, sendo um grupo muito pequeno. Ela afirma que “o povo de axé precisa ter outra visão, levando em consideração que é um município majoritariamente evangélico”.

Tanto para Silvio Henrique quanto para Ísis, no primeiro mandato de Panisset não estava tão clara sua ofensiva às religiões afro-brasileiras, bem como a expansão pentecostal para os quadros da prefeitura e menos ainda a prática de cultos em espaços públicos e relacionados à política local. Mas quando ações como essas se tornaram recorrentes, as religiões afro eram as mais atacadas, sendo constantemente demonizadas nesses espaços.

A fala de Isis evidencia as “controvérsias” (Miranda; Correa; Almeida, 2017, p.11) geradas pelas lideranças de terreiro em torno da racialidade dos marcos e símbolos projetados para o município. Ao mesmo tempo que Waguinho defende o nascimento da umbanda em São Gonçalo, exaltando Zélio de Moraes, algumas lideranças de terreiro contestam a negritude desta vertente ligada ao Zélio, pois consideram essa uma “umbanda branca” e afirmam que na cidade prevalece a “umbanda negra”.

Mesmo que o discurso racial seja a principal bandeira de mobilização e união entre os terreiros de São Gonçalo, os símbolos elaborados por Waguinho evidenciam que a sua retórica identitária não está livre de questionamentos, hierarquizações e conflitos de poder dentro das próprias organizações promovidas pelo povo de santo, como podemos observar nas

---

<sup>198</sup> A “Umbanda Popular” foi descrita na Introdução do Capítulo 1 desta Tese. Para mais informações ver: <https://templopanteranegra.com.br/umbanda-omoloko/as-umbandas-dentro-da-umbanda/>. Acesso agosto de 2024.

imagens coletadas de quatro eventos realizados em conjunto com a Câmara dos vereadores do município de São Gonçalo e a Carta Magna da Umbanda<sup>199</sup>: Relançamento da Carta Magna da Umbanda, na câmara dos vereadores, em novembro de 2022; Esteiraço do Axé, em janeiro de 2023; Pelos caminhos da Umbanda, novembro de 2023; Lançamento do Encontro Nacional da Umbanda, abril de 2024.

#### 2.4 Waguinho Macumba e a ocupação dos espaços públicos

Waguinho não venceu as eleições, mas teve seu Projeto de lei aprovado, criou monumentos, dinamizou a cibercultura voltada para o campo político-religioso local. Seu nome foi homenageado diversas vezes na câmara municipal de São Gonçalo, Niterói e Rio de Janeiro, assim como na ALERJ e em circuitos religiosos de São Paulo. O candidato permeou, e continua até o presente momento, espaços burocráticos, estruturados pelo perfil branco-evangélico-conservador utilizando do nome de Zélio de Moraes, mas reforçando a “Macumba” não só na alcunha.

A partir das imagens coletadas tanto do trabalho de campo presencial e das postagens realizadas por Waguinho nas suas redes sociais, podemos observar como o candidato utilizava a figura de Zélio para legitimar sua entrada nos ambientes institucionais de poder, assim como seus projetos políticos e permitir disputar com as religiões cristãs determinados espaços do município. Ao conquistar esses espaços, Waguinho põem em prática uma liturgia umbandista diferente da praticada pelas linhas fundadas pelo médium, uma vez que, fazia uso de atabaques, pontos ritmados com palmas, danças ou sessões dirigidas por Exus<sup>200</sup>.

Foi observado desde o nosso primeiro contato com o candidato, que a produção dos eventos contava com objetos mais comuns na “Umbanda popular” que na de Zélio, porém, às restrições provocadas pela pandemia adiaram a nossa observação em relação a interação real que Waguinho pretendia construir no espaço público da cidade. Assim, ficamos restringidos apenas as publicações *online* e nas redes sociais. Mas, no decorrer de 2021, com a diminuição dos casos de Covid e a subsequente abertura dos espaços públicos da cidade, e dos eventos na

<sup>199</sup> Instituição que agrega parcela de umbandistas que acreditam representar os princípios e os valores essenciais da umbanda, a partir do “mito de fundação” de Zélio de Moraes, em 1908. Ver: <https://institutocartamagnaumbanda.com.br/carta-magna/>. Acesso maio de 2024.

<sup>200</sup> No Capítulo 1 ressaltamos que ao fundar as linhas de umbanda, Zélio buscou se diferenciar da prática da macumba, ao estabelecer que os ritos não trabalhavam com Exus e atabaques, por exemplo.

câmara municipal, podemos finalmente observar como o candidato e seus colaboradores transpassavam para esses espaços institucionais as suas práticas de umbanda.

#### 2.4.1 Relançamento da Carta Magna da Umbanda, novembro de 2022

Waguinho propôs o relançamento da Carta Magna, que havia sido lançada em São Paulo, sob a liderança do umbandista Ortiz Bello<sup>201</sup>, e na sua versão revisada e ampliada. A sessão solene aconteceu na Câmara municipal de São Gonçalo RJ, e contou com a participação das delegações do Instituto da Carta Magna da Umbanda (ICMU) de São Paulo (SP) e Cuiabá (MT). Presidindo a sessão solene e no centro da imagem, o vereador Jorge Mariola (PDT). Após a mesa de abertura finalizar as suas falas, iniciaram as homenagens e danças de orixás, e demais entidades, ao som dos atabaques, com o irmão de Waguinho, Victor, ao microfone. O evento foi realizado em parceria com o ICMU, Prefeitura de São Gonçalo e Companhia As de Ouro.

Figura 12 - Dança de Oxossi e Cabocla



Fonte: Camilla Fogaça, 2022<sup>202</sup>.

<sup>201</sup> Ortiz Bello é fundador e presidente nacional do Instituto Carta Magna da Umbanda (ICMU). A instituição é filantrópica, sem fins lucrativos, e tem por objetivo promover a umbanda no Brasil e no mundo a partir de uma Carta reguladora da religião, que tem as linhas fundadas por Zélio como diretrizes norteadoras.

<sup>202</sup> Foto realizada no trabalho de campo. Dança de Oxossi e Cabocla. Câmara Legislativa de São Gonçalo, 2022.

Figura 13 - A Companhia As de Ouro dança sob o crucifixo da Câmara



Fonte: Camilla Fogaça, 2022<sup>203</sup>.

#### 2.4.2 Esteiraço do Axé, janeiro de 2023

Na primeira edição do Esteiraço do Axé, Waguinho atraiu representantes de diversos segmentos religiosos que realizaram um debate a partir do tema, “Intolerância e Preconceito, como combater?”. A esteira continha amostras dos artefatos litúrgicos, foi organizada pelos umbandistas presentes no evento, assim como os objetos sagrados depositados advinham das suas respectivas casas religiosas. O evento foi realizado em parceria com as Coordenadorias de Promoção da Igualdade Racial (CPIR) e de Assuntos Religiosos de São Gonçalo (COMAR), e o ICMU. O encontro contou com a participação do GRES Porto da Pedra, apresentações performáticas sobre Exu e cantigas de malandro.

---

<sup>203</sup> FOGAÇA, Camilla. A Companhia As de Ouro dança sob o crucifixo da Câmara. Câmara Legislativa de São Gonçalo, 2022.

Figura 14 - Esteira com as diversas umbandas



Fonte: Camilla Fogaça, 2022<sup>204</sup>.

Figura 15 - Caracterização para Exu



Fonte: Camilla Fogaça, 2022<sup>205</sup>.

<sup>204</sup> FOGAÇA, Camilla. Esteiraço do Axé. São Gonçalo, 2023.

Figura 16 - Exposição do Sacerdote de Ifá



Fonte: Camilla Fogaça, 2022<sup>206</sup>.

#### 2.4.3 Pelos caminhos da Umbanda, novembro de 2023

Em comemoração aos 115 anos da Umbanda, Waguinho e Marcelo D’Xangô<sup>207</sup>, promoveram parceria entre o ICMU (RJ) e a prefeitura de São Gonçalo para a realização da mostra “Pelos Caminhos da Umbanda”, durante a semana da Umbanda no município. A exposição, que foi montada no *hall* principal da Câmara Municipal, teve por objetivo apresentar a construção da religião brasileira de matrizes africanas e indígenas, a partir de suas práticas, ritos, territórios e historicidade. Nas imagens buscamos evidenciar a disposição de um *Banner* com a representação de Zélio, direcionando os transeuntes para a exposição, porém, atrás do objeto, iniciando a exposição, estavam dispostos itens que remetiam a Exus e Malandros.

<sup>205</sup> *Ibid.*

<sup>206</sup> *Ibid.*

<sup>207</sup> Marcelo D’Xangô é uma liderança umbandista de Magé, município do Rio de Janeiro. Atualmente é o atual presidente do ICMU (2024/RJ).

Figura 17 – Banner de apresentação



Fonte: Camilla Fogaça, 2023<sup>208</sup>.

Figura 18 - Homenagem a Exus abre a exposição



Fonte: Camilla Fogaça, 2023<sup>209</sup>.

<sup>208</sup> FOGAÇA, Camilla. Exposição “Pelos Caminhos da Umbanda”. São Gonçalo, 2023.

<sup>209</sup> *Ibid.*

#### 2.4.4 O Encontro Nacional da Umbanda (ENU), abril de 2024

A liderança de terreiro umbandista e presidente estadual do ICMU, Marcelo D’Xangô, atua ao lado de Waguinho na idealização e concretização de diversos eventos, a exemplo do Encontro Nacional da Umbanda (ENU)<sup>210</sup>, que aconteceu em julho de 2024, nas cidades do Rio de Janeiro, São Gonçalo e Magé, em parceria com as prefeituras dessas localidades. O documento norteador das discussões do evento foi a Carta Magna da Umbanda. O ENU recebeu diversas críticas dos religiosos que não concordam com o “mito de fundação” e nem com a hierarquização das casas que dizem sofrer a partir das linhas de Zélio. O lançamento do ENU foi realizado no auditório do Museu Histórico Nacional, e contou com a participação dos representantes municipais das três regiões que abrigaram o evento, além de diversas casas religiosas do Estado do Rio de Janeiro.

Entre os espaços das três cidades, o evento ocupou os auditórios da UERJ- Maracanã, lotou o Teatro Cecília Meirelles, na Lapa, e ocupou a Praça Marco Zero da Umbanda. Por contar com o presidente do ICMU em sua diretoria, o Encontro Nacional apresentou um caráter mais institucional e acadêmico, evidenciando maior representatividade voltada para as linhas de umbanda fundadas por Zélio. O ENU se mostrou, entre os eventos realizados por Waguinho desde 2020, o de maior proporção e reconhecimento midiático, porém também foi o mais acusado de embranquecimento e hierarquização das umbandas, tanto por alguns participantes quanto por colaboradores religiosos. Alguns coordenadores criticaram o fato de o evento não abarcar todas as umbandas, como a falta de elementos da vertente boiadeiros.

Figura 19 - Mesas de debate na UERJ



Fonte: ICMU, 2024<sup>211</sup>.

<sup>210</sup> Ver: <https://www.icmu-rj.com.br/encontro-nacional-umbanda>. Acesso Maio de 2024.

<sup>211</sup> INSTITUTO CARTA MAGNA DA UMBANDA. Eventos. Encontro Nacional da Umbanda. Disponível em: <https://www.icmu-rj.com.br/>. Acesso agosto de 2024.

Figura 20 - Apresentação Menina Mojubá, Sala Cecília Meireles



Fonte: ICMU, 2024.

Figura 21 - Mesa de Debates, Praça Marco Zero



Fonte: ICMU, 2024.

## 2.5 Breve reflexão sobre as atuações de Waguinho Macumba

A partir das observações suscitadas, entendemos que não existiu em torno da imagem de Waguinho uma ideia contínua de união. O candidato buscou contrapor as afirmações que indicam que, apesar do controle grupal exercido pelos terreiros, “a perspectiva individualista predominante na sociedade os penetra e determina tentativas sempre dispersas e isoladas de resolução dos problemas” (Negrão, 1996, p. 89). Observamos os diversos questionamentos e controvérsias (Montero, 2012) direcionadas ao postulante, assim como verificamos as suas próprias formulações de união, a exemplo de organizações realizadas em torno das diferentes concepções identitárias entre lideranças afroreligiosas que também desejavam demarcar os espaços públicos, negociar com a política local, receber apoio, mesmo que ainda precário, para eventos religiosos, se alinhar a institutos religiosos, entre outras.

As estratégias de atuação político-religiosa de Waguinho em um município de expoente crescimento das influências evangélicas-pentecostais e marcante presença católica, se assemelha as análises que se debruçam sobre as táticas de sobrevivência transnacional e translacional, adotadas por indígenas e africanos que realizaram o processo translatório e seus descendentes. Baseado nas observações de Bhabha (1994), Romão (2018) destaca como o arquétipos das divindades existentes em África foram traduzidos pelos africanos e seus descendentes para o entendimento mais próximo do catolicismo empregado no Brasil pelos colonizadores, como um “afã por sobrevivência”. Segundo o autor, ao empregar o sincretismo religioso, esses escravizados “lançaram mão, consciente ou inconscientemente, de um refinado estratagema para driblar a vigilância de seus senhores e poder professar seus cultos originais”. (Romão, p.359).

Apesar das contraditórias estratégias apresentadas para concorrer a uma vaga na câmara municipal, de uma cidade que demonstra crescimento e influência “fundamentalista”<sup>212</sup> (Cunha, 22) Em diversas áreas do espaço público, as práticas políticas realizadas por Waguinho parecem estar longe de “ausência de uma ótica social mais ampla” ou “distantes de quaisquer práticas coletivas” (Negrão, 1996, p. 89). Ao longo do processo político de 2020, e suas movimentações posteriores, evidenciaram o crescimento das suas influências na formalização de parcerias com instituições sociais, políticas e religiosas, como Instituto Pretos Novos (IPN); Museu da História e da Cultura Afro-brasileira (MUHCAB);

---

<sup>212</sup> Ver nota 20.

Secretarias de Cultura, Turismo, Meio Ambiente, Étnico-racial, do Rio e Janeiro, Magé, São Gonçalo e Niterói; ICMU; entre outras.

Assim, questionamos até que ponto a não eleição significou igualmente insucesso político do postulante entre os terreiros e no desenvolvimento de pautas políticas comuns, uma vez que, o candidato parece caminhar no sentido contrário às teorias que defendem que as religiões afro-brasileiras estão na “inércia” perante aos ataques religiosos que recebem. Evidenciando o que já foi analisado por Miranda (2021) em suas pesquisas, que a relação entre religião e política resulta em diferentes matizes para os processos de desnaturalização dos conflitos, onde os religiosos, principalmente da umbanda e do candomblé, buscam estratégias de apresentação pública, como sujeitos plenos na esfera pública, agregando em fóruns de luta coletiva, “contrariando a ideia de que esses grupos religiosos não se unem” (Miranda, p.21).

Contudo, Waguiinho não é o único umbandista da cidade a receber destaque de atuação com projetos sociais que visam responder as intolerâncias a partir de demarcações do espaço público. Concomitante ao Projeto Marco Zero, o Capítulo seguinte aponta uma outra intenção, a criação de um Museu em São Gonçalo voltado para as Umbandas. Ao defender a construção do MuseUmbanda, Fernando Torres também conduz as religiões afro e o governo municipal para o ponto central nos conflitos religiosos do município.

### 3 MUSEUMBANDA: INICIATIVA DE PATRIMONIALIZAÇÃO DA UMBANDA

Este capítulo analisa as articulações em torno da construção de um museu para a umbanda, em São Gonçalo, o MuseUmbanda, idealizado pelo umbandista Fernando Torres<sup>213</sup>. A partir deste projeto observamos os conflitos suscitados em torno das diversas concepções política-religiosas dos povos de axé, e entre eles e a atual prefeitura de São Gonçalo, representada no executivo pelo Capitão Nelson (PL). Destacamos também o crescimento dos fundamentalismos e do conservadorismo religioso e político entre os segmentos evangélicos (Cunha, 2022), como também entre os católicos, na disputa pelo espaço-público municipal.

Entendemos o contexto de idealização do MuseUmbanda, em 2018, e posteriormente, o seu lançamento *online*, em 2021, como o de aprofundamento nos debates sobre a reafirmação da função social dos museus, especialmente em países como o Brasil, que passa pelo recrudescimento das intolerâncias e constantes ataques à democracia. Tal contexto de crise fora agravado pela pandemia de Covid-19, que “escancarou as dificuldades já existentes nas sociedades”, ao mesmo tempo que se verificou engajamentos acerca da possibilidade de revisão dos museus, em relação as suas missões e objetivos, focando na relação com “as experiências locais, a estreitar laços com as suas comunidades e a se organizar em torno de suas necessidades” (Almeida, 2019; Marziale, 2021, p.23).

Fernando se coloca diante do desafio de apresentar um museu afroreligioso como um espaço no sentido crítico, não formal, com motivação educacional para promoção de mudanças de atitude perante ao crescimento das intolerâncias e racismos no município de São Gonçalo. Entretanto, partindo das análises do MuseUmbanda *online*, percebemos como as propostas do museu e a apresentação religiosa do projeto, se colocam distanciadas das práticas religiosas dos umbandistas de São Gonçalo, e até mesmo do próprio Fernando.

Fernando Torres se apresenta como um homem branco - tanto a partir da leitura social do meio que está inserido, quanto por sua descendência - ao mesmo tempo em que reforça participação nas militâncias antirracistas e movimentos de esquerda. O religioso atua desde

---

<sup>213</sup> Fernando, ou Fernando D'Oxum (nome sacerdotal), nasceu em São Gonçalo, no bairro Zé Garoto, em 1972, é formado em Direito, pela Cândido Mendes, e atualmente é membro da Comissão de Convivência Religiosa e Respeitosa da Secretaria de Segurança do Estado do Rio, pelo mandato do Deputado Estadual Prof. Josemar (PSOL).

2016 como liderança e herdeiro da Tenda Espírita São Lázaro (TESL)<sup>214</sup>, no bairro Pita, em São Gonçalo.

O Templo foi fundado por sua mãe, Maria Helena D’Obaluaê, em 1994, e soma quase 50 membros atuantes. Em 2023, chegou a realizar de forma gratuita para a comunidade 1.200 consultas com Pretos Velhos e Exus. O terreiro segue a linha de “umbanda omolocô”<sup>215216</sup>, e oferece curso de Reiki, Benzimentos, Cristais, Magia Cigana, Plantas Medicinais, Apometria, Pêndulos, Aromaterapia, Metafísica da Saúde, entre outros, além das festividades, rituais e rezas de orixás.

Figura 22 - A Cruz de São Lázaro e a TESL



Fonte: Tenda Espírita São Lázado, 2023.

Nas imagens publicadas pela TESL, no *Instagram*, destacamos para breve análise o símbolo oficial da Tenda. Segundo Fernando, a concepção do símbolo se deu a partir de um sonho que retratava uma espécie de Cruz, mas não sabia o significado até buscar informações

<sup>214</sup> Nas eleições para o Conselho Municipal de Cultura de 2024, a TESL, recebeu a maioria dos votos, sendo eleita como instituição representante da sociedade civil, mas até o momento não tem previsão para tomar posse da função. Entretanto, até o presente momento não ocorreu a nomeação ao cargo.

<sup>215</sup> Como apontado no Primeiro Capítulo, a vertente de umbanda omolocô, cultua caboclos e pretos-velhos, bem como orixás, em yoruba e angola. Entre as linhas de umbanda, é considerada uma das mais africanizadas (Bahia, Nogueira, 2018, p.62).

<sup>216</sup> Em um dos nossos encontros, Fernando apresentou com orgulho o livro “Yaô” - lançado pela editora Espiritualista, em 1975 - de autoria, e assinado com dedicatória, de Tata Tancredo.

e consultar outras imagens, descobrindo que se tratava da cruz da Ordem de São Lázaro<sup>217</sup>. O religioso decidiu “roubar a cruz de São Lázaro”, e adaptar o símbolo ao terreiro, acrescentando as nomenclaturas da Tenda.

Fernando conta que seu terreiro já respondeu por diversas intimidações de vizinhos que se auto intitulam “evangélicos”, e que tentavam impedir o funcionamento da TESL recorrendo aos agentes de segurança pública com denúncias e solicitações de fechamento da Tenda. Segundo o pai de santo, em 2012, foi instaurado, junto ao Ministério Público, uma denúncia sobre inadequação de ruídos contra o seu terreiro. Para Fernando, mesmo que o delegado responsável pela investigação tenha indicando dúvidas sobre a natureza penal do fato, a promotora instruiu ao GAP (Grupo de Apoio Pró-Polícia Civil) que fosse realizada uma investigação sonora no local. Entretanto, o religioso afirma que, indicando improcedência dos fatos, o relatório culminou no arquivamento.

Em 2015 foi realizada outra denúncia contra a TESL, mas de forma anônima, apesar de Fernando afirmar ter identificado o autor pelos traços pessoais da narrativa. Nesta foi relatada que a Tenda, “faz batucadas até a hora que achar por bem”, acusando-o também do “sequestro do Direito de Ir e Vir”, uma vez que o denunciante indicava que era impedido de entrar e sair de sua residência quando as festividades aconteciam, devido a quantidade de carros que paravam na porta de sua residência. Segundo Fernando, os relatos não correspondem à verdade, pois a casa funciona aos sábados de 15 em 15 dias, e as sessões acontecem pontualmente de 19:00 as 21:30, no máximo às 22:00.

Sobre a alegação que as religiões afro-brasileiras, com seus atabaques causam “perturbação do sossego” e “poluição sonora”, pesquisas que se debruçam sobre os direitos dos povos de terreiro, sinalizam que muitos precisam passar por exigências de adaptações impossíveis para a realidade de suas comunidades religiosas, como, por exemplo, isolamento acústico. Assim, partindo das denúncias que são levadas às delegacias e acolhidas pelo poder público municipal sobre a “égide do Estado Democrático de Direito”, diversos são os terreiros do país que estão sendo fechados. Guimarães (2019, p.150) ressalta que, em muitos dos casos, não há a medição dos decibéis para comprovação das acusações e a abordagem policial e dos agentes públicos ocorre de forma violenta, simplesmente interrompendo os cultos e apreendendo os atabaques. A pesquisadora aponta também imposições de multas altíssimas, não permitindo ao menos que as casas se defendam.

---

<sup>217</sup> A Ordem de Lázaro foi um dos ordenamentos das Cruzadas na Terra Santa, direcionada para a defesa e proteção das rotas cristãs de peregrinação e dos lugares sagrados do Cristianismo (Tinoco, 2014)

Para Fernando, a ideia de demarcar o espaço público de São Gonçalo com a construção de um Museu, nasce em resposta à necessidade latente dos terreiros de melhor dialogar com a comunidade, e promover a valorização da cultura afro religiosa. O pai de santo entende que as medidas de cunho pedagógica podem contribuir para diminuir os casos de perseguição e ataques aos terreiros e seus adeptos, que, na sua perspectiva, só aumentaram nos últimos anos.

O religioso alega que, apesar de ter origem religiosa na vertente de umbanda omolocô, é necessário pensar na articulação da umbanda a partir de Zélio de Moraes. Para Fernando, “nós só conhecemos a umbanda em 2021 porque Zélio foi capaz de defender ela em 1940, criando a primeira federação umbandista do Brasil”. Assim, esta pesquisa considera a construção do Museu da Umbanda como um outro viés de resposta às intolerâncias e racismos destinados aos povos de axé do município, que busca no “mito de origem” representações para as suas demandas do presente.

Destacamos a semelhança do Marco Zero, idealizado por Waguinho Macumba, com o Museu da Umbanda, de Fernando Torres, na tentativa de ocupar o espaço público engendrando a narrativa do mito fundador da umbanda, a partir de Zélio de Moraes, entrelaçada a certa construção histórica do município. Ambos os projetos partem do desejo de “territorialização” (Reis, 2021) da umbanda como tentativa de demarcar o espaço público contra os ataques religiosos que os afro acusam sofrer (Aguiar, 2018)

Por outro lado, os projetos parecem se distinguir quando observamos que Waguinho tem atuação a partir de legendas partidárias que sofrem questionamentos das lideranças de terreiro e do Movimento Negro. O candidato consolida suas movimentações políticas dentro do PSDB e demais partidos de apoio ao Bolsonaro, obtém aprovação do projeto na câmara municipal e a concretização da troca do nome da rua para Zélio Fernandino de Moraes, mesmo que não tenha alcançado votos significativos para pleitear o cargo de vereador, em 2020. Já Fernando, parece limitar a participação de outras lideranças de terreiro e selecionar vínculos partidários de esquerda, como sua aproximação com a prefeitura de Niterói, representada pelo prefeito Axel Schmidt Graef (PDT) e o Subsecretário de Projetos Educacionais Transversais, Thiago Risso (PT), além do vereador de São Gonçalo, Romário Regis (PSB)<sup>218</sup> e do deputado estadual Professor Josemar (PSOL)<sup>219</sup>.

---

<sup>218</sup> O vereador Romário Regis, disputa as eleições em 2020 e assume o pleito em 2021 sob a legenda do PCdoB, mas em 2023 migra para o PSB. Neste mesmo ano há discordâncias e certo afastamento entre Fernando e o vereador, decorrentes da realização da Semana da Umbanda. Em São Gonçalo, na corrida para as eleições de 2024, o PSB fechou acordo em apoio ao candidato a prefeito do PT, Dimas Gadelha, que soma apoio também de figuras políticas importantes para o município, como Graça Matos, que tem o potencial de atrair eleitores

Então, mesmo buscando diversos apoios para a elaboração do MuseUmbanda, como do artista plástico Philipe Kaoká<sup>220</sup>, Leonardo Cunha, bisneto de Zélio de Moraes, e Joyce Gravano<sup>221</sup>, que auxilia mulheres negras periféricas em situação de vulnerabilidade, entre outras. A escolha por não aproximação com os discursos e políticos de direita e centro-direita do município, parece contribuir para que Fernando encontre maiores resistências para aprovar os projetos que envolvam o MuseUmbanda, em São Gonçalo. Temos como o exemplo, o escândalo em torno da distribuição de verbas para os museus católicos, evangélicos e da umbanda, onde esta última vertente iria receber apenas 1% do montante que seria destinado para cada um dos espaços cristãos<sup>222</sup>.

Para melhor compreendermos as problemáticas em torno do projeto de museu para as umbandas, a partir do discurso de necessidade de entender a presença da religião afro em São Gonçalo frente ao crescimento de ataques destinados as matrizes afro, faz-se necessário apresentar brevemente a idealização do MuseuUmbanda, a partir das propostas desenhadas por Fernando.

### 3.1 Apresentação do MuseUmbanda

---

simpatizantes com o histórico do seu marido e ex-prefeito Edson Ezequiel de Matos; e Aparecida Panisset, que volta à cena municipal trazendo ao candidato petista maior articulação com as igrejas evangélicas, de um modo geral. Diante de tal cenário, o vereador Romário indica caminhar para maior aproximação com candidatos cristãos e distanciamento dos movimentos advindos dos terreiros, algumas lideranças de axé acusam o vereador de não atuar de forma efetiva em favor das necessidades dos terreiros.

<sup>219</sup> Professor Josemar venceu as eleições para vereador de São Gonçalo em 2021, mas em 2022 conquistou a vaga para deputado estadual do Rio de Janeiro, e desde a sua posse atua na ALERJ. Para as eleições de 2024, Josemar vem mais uma vez sob a legenda do PSOL, mas disputando vaga para a chefia do executivo municipal, atuando em concorrência política com o seu antigo companheiro de pautas na câmara da cidade, Romário Regis, que apoia o candidato do PT. Atualmente, o deputado estadual é candidato à prefeitura de São Gonçalo, também pelo PSOL.

<sup>220</sup> Artista plástico, morador de São Gonçalo, se apresenta como umbandista e estudante de Ciências Sociais, pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Kaoká reproduz nas suas artes o cotidiano dos Orixás e Encantados nos terreiros de Umbanda na feira da Glória, e em outros espaços.

<sup>221</sup> Criou no município, o “Espaço de Aprendizagem Joyce Gravano”, destinado ao reforço escolar e preparatório para concursos, além de atender mulheres em vulnerabilidade. Em 2020, com o advento da pandemia da COVID-19, Gravano ampliou suas ações instaurando o “Comitê Popular de São Gonçalo”, onde arrecada alimentos e materiais de limpeza para pessoas em situação de vulnerabilidade na cidade.

<sup>222</sup> Ver: <https://www.youtube.com/watch?v=pN1wGRD-Qok>. Acesso março de 2022

Fernando afirma que a ideia inicial do projeto MuseUmbanda surgiu a partir da leitura de uma matéria que abordava a derrubada da antiga casa de Zélio de Moraes, no município<sup>223</sup>. Ao tomar conhecimento sobre a venda do terreno e destruição das estruturas onde um dia foi a casa do médium, o religioso diz ter sentido a necessidade de um “ponto referencial” para a Umbanda em São Gonçalo:

O museu da umbanda surge de uma necessidade nossa, e quando eu falo nossa, eu não falo do Fernando, eu falo do mundo da espiritualidade, do mundo, da História, da Antropologia, da cadeira científica de museologia, ou seja, de tudo que precisaria de uma resposta sobre “o por que, de São Gonçalo ser o berço de uma das religiões brasileiras, talvez uma das mais representativas para as religiões de matrizes africanas, e não faz referência histórica a esse dado dentro do próprio município?” (Torres, 2022).

Fernando defende a umbanda enquanto religião brasileira formada a partir das três matrizes que são pilares da formação brasileira: europeia, indígena e africana. Além de construir enredos a partir do “mito de origem”, em 1908, o projeto idealizado por ele vai entrelaçar o surgimento da umbanda com o desenvolvimento da cidade de São Gonçalo, e a formação da sociedade brasileira republicana:

A cidade de São Gonçalo se torna um dos marcos importantes para a organização política e oficialização de uma Religião Brasileira. Em São Gonçalo nasce a história de Zélio Fernandino de Moraes e do Caboclo das Sete Encruzilhadas [...] mal imaginava o jovem Zélio, que a história pessoal de sua espiritualidade, e o local onde se manifestou, se tornaria tão importante para a criação, legitimação, oficialização e legalização de uma Religião Brasileira, a qual naquele momento não tinha ainda nem forma ou nome<sup>224</sup>.

Após idealizar o projeto, Fernando reitera que procurou o historiador Jorge Santana<sup>225</sup> devido a repercussão do movimento “Respeita Nosso Sagrado”<sup>226</sup>. Segundo Fernando, o

---

<sup>223</sup> BARRETO FILHO, Herculano. Construção que registrou o surgimento da umbanda está sendo demolida por novo dono. O GLOBO. Publicado em 04/10/2011. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/construcao-que-registrou-surgimento-da-umbanda-esta-sendo-demolida-por-novo-dono-2744073#ixzz1Zu1nZ5B4>. Acesso em : 10 jul. 2018.

<sup>224</sup> Ver: <https://museumbanda.mus.br/about/>. Acesso maio de 2024.

<sup>225</sup> Jorge Amilcar de Castro Santana é historiador e Doutor em Ciências Sociais, pela UERJ, tem experiência de pesquisa com as temáticas: educação, racismo, futebol e candomblé. Sua biografia foi melhor apresentada na Introdução desta Tese.

<sup>226</sup> Produzido pela **Quiprocó Filmes**, em parceria com o Museu da República, o curta documentário “Respeita Nosso Sagrado” trata do acervo com objetos sagrados que foram apreendidos entre 1891 e 1946, período em que o Candomblé e a Umbanda eram oficialmente criminalizados pelo Estado brasileiro. O Documentário é resultado do movimento “Liberte Nosso Sagrado”, que tinha como propósito realocar os objetos sagrados das

pesquisador prontamente aceitou o convite que inicialmente visava apenas atrelar a importância do nascimento da umbanda a São Gonçalo. Para a liderança religiosa, o historiador foi peça fundamental no desenvolvimento da proposta, além de conferir legitimidade histórica ao que estava sendo idealizado. Fernando alega que foi a partir das conversas com Jorge que melhor organizou suas idealizações sobre a necessidade de elaborar para a umbanda um resgate público da história desta religião em São Gonçalo.

Segundo Fernando, um museu para a umbanda seria o caminho para movimentações e possibilidades em prol da liberdade religiosa na cidade, a partir dos diálogos com as diferentes ciências:

pensamos na criação do museu, mas acima de tudo que ele não fosse uma instituição confessional religiosa, que ele fosse uma instituição acadêmica. Que nós realmente pudéssemos trabalhar a museologia dentro do campo da história e dentro do campo da própria museologia, mas também abarcar outras culturas que seriam a música, a dança, a exposição, teatro, literatura. Isso contribuiu mais ainda para a perspectiva de que o museu seria uma porta aberta para que nós pudéssemos tratar de um assunto tão necessário que é a intolerância religiosa no município de São Gonçalo.

Jorge conta que após ser procurado e entender o objetivo proposto por Fernando, buscou estruturar o Museu em cinco exposições: A primeira iria apresentar a religiosidade e política de Zélio de Moraes, entrelaçando com a história da “gênese do primeiro terreiro de umbanda do Brasil”; O segundo bloco de exposição iria abordar o racismo religioso e a história das perseguições às religiões afro-brasileiras no país; A terceira estaria destinada às questões ritualísticas de um espaço afro religioso, “para as pessoas que não conhecem a umbanda”, explicando o que é um congá<sup>227</sup> e outros; No quarto espaço trabalhariam com a pluralidade da umbanda, “outras umbandas” como a “omolocô”, o que ele caracterizou como “outros tipos de umbanda, que são religiões sincréticas, mas recebem nome de umbanda”; E por último, a quinta exposição seria um jardim na parte externa do museu, com plantas sagradas utilizadas na umbanda, caracterizando o que chamou de um “lugar onde as pessoas pudessem ter uma experiência sensorial com essas plantas”.

O texto do projeto oficial do museu contém o planejamento didático apresentado com a seguinte disposição:

---

religiões afro-brasileiras que se encontram no Museu da Polícia Civil do Rio de Janeiro. Ver: [https://www.facebook.com/nossosagradofilme/?locale=pt\\_Br](https://www.facebook.com/nossosagradofilme/?locale=pt_Br). Acesso em maio de 2024.

<sup>227</sup> Congá- palavra de origem africana utilizada na Umbanda Sagrada para denominar o altar onde ficam as imagens dos caboclos, pretos-velhos, santos católicos e outros elementos presentes nas crenças umbandistas (Cacciatore, 1988, p.135).

O MuseUmbanda será formado por cinco exposições permanentes: “Zélio e o Nascimento da Umbanda”; “Intolerância religiosa”; “O que é Umbanda”; “Outras Umbandas”; e “Plantas que curam e protegem”; O projeto pretende criar um espaço para exposições temporárias que tenham como temática negritude, religiões afro-brasileiras, história de São Gonçalo, religiões indígenas e intolerância religiosa, além de fomentar oficinas fixas com artesanato, música, teatro, dança e saberes ancestrais. O espaço visa abranger uma biblioteca dedicada a cultura das matrizes africanas, com autores clássicos e contemporâneos da umbanda, buscando por todas as formas e meios possíveis a aplicação da lei nº 10.639, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira". Por último, o MuseUmbanda pretende implantar uma sala que será oferecida a ampliação da Delegacia de Crimes Raciais e Delitos de Intolerância a ser instalada em São Gonçalo e ser também uma instituição parceira do Ministério Público para receber, processar e destinar as denúncias de Intolerância Religiosa que venham ao nosso conhecimento.

Tanto a fala de Jorge quanto o texto oficial do projeto apresentado na página *online* do Museu, destacam a formação histórica da religião a partir de Zélio de Moraes, e a estruturação das umbandas a partir das linhas fundadas pelo médium. Demarcando assim, a importância dada pelos idealizadores do projeto para se criar uma instituição dedicada a preservar e promover a umbanda a partir do “mito de anunciação” (Brown, 1985).

Este desenho do projeto se somou a perspectiva de que o espaço pudesse tratar das violências sofridas pelo povo de axé no município, como as ações junto a Delegacia de Crimes Raciais e Delitos de Intolerância (DECRADI)<sup>228</sup>. Para Fernando, a especializada vem fazendo um grande avanço ao abrir novas delegacias nos interiores do Estado, contribuindo no combate aos crimes de racismo e homofobia, preconceito e intolerância, sobretudo religiosa contra as religiões de matriz africana<sup>229</sup>.

Em novembro de 2019, durante a Semana da Umbanda<sup>230</sup> e data em que a religião estava completando 110 anos, o projeto que visava a criação de Museu para a religião foi anunciado por Fernando, assim como o objetivo de seus idealizadores de territorializar a

<sup>228</sup> No Rio de Janeiro, a Lei 5931/11 criou a Delegacia de Crimes Raciais e Delitos de Intolerância (DECRADI) é de autoria do deputado estadual Átila Nunes. A especializada tem como finalidade combater todos os crimes praticados contra pessoas, entidades e patrimônios públicos ou privados, cuja motivação seja o preconceito ou a intolerância. No Rio, a Delegacia de Crimes Raciais e Delitos de Intolerância é subordinada ao Departamento Geral de Polícia Especializada da Polícia Civil e está inserida no programa Delegacia Legal. Ver: <https://www.facebook.com/decradi/>. Acesso em setembro de 2022.

<sup>229</sup> Segundo o delegado Gilbert Stivanello, titular da Decradi, de 2018 até setembro de 2020, cerca de 25% dos casos registrados na Delegacia foram relacionados a crimes de intolerância religiosa, sendo a maioria das denúncias oriundas de praticantes de religiões de matrizes africanas.

<sup>230</sup> Evento criado em 2021 pela Secretaria de Turismo e Cultura da Prefeitura de São Gonçalo, em que um grupo de adeptos da religião elaboram diversas atividades abertas para a participação da população. Na programação, mesas de debates, apresentações culturais, solenidades, estudos científicos, entre outras ações. Disponível em: <https://www.saogoncalo.rj.gov.br/sao-goncalo-divulga-programacao-da-1a-semana-da-umbanda/>. Acesso em março de 2022.

Umbanda em São Gonçalo, “construir a história do seu nascimento servindo no combate aos inúmeros casos de intolerância religiosa, desenvolvendo exposições e conhecimento cultural nos campos da arte, música, literatura, dança, etc.”.

Há exatos, dois anos após a anúncio do projeto, em novembro de 2021, Fernando lançava o seu site oficial do museu. Segue apresentação visual da página:

Figura 23 - MuseUmbanda



Fonte: MUSEUMBANDA, 2023

A apresentação gráfica do Museu está acompanhada de um texto que defende a construção do Museu em reparação a destruição do antigo patrimônio de Zélio, recorrendo mais uma vez ao apelo midiático que essa notícia vem atraindo desde 2011:

O Patrimônio Histórico faz parte da identidade de uma sociedade, com suas características, costumes, comportamentos, além de ser um registro fundamental para seus sucessores. A preservação deste Patrimônio é fundamental para a construção do “eu” coletivo e da formação de uma sociedade, preservando novos olhares sobre todas as coisas. É observando o passado que entendemos o futuro e como precisamos nos salvar de apagamentos históricos e consequentemente da possibilidade de deixarmos de existir como povo e cultura. O MuseUmbanda nasce exatamente de um inconformismo de não termos mais um patrimônio histórico, que foi o primeiro centro de Umbanda da história da humanidade, o imóvel que ficava na Rua Floriano Peixoto nº 30 e que serviu de base a anúncio da Umbanda em 1908

No segmento “Missão”<sup>231</sup>, encontramos a seguinte composição da página:

<sup>231</sup> Ver: <https://museumbanda.mus.br/about/>. Acesso maio de 2024.

Figura 24 - A Missão do MuseUmbanda

## Missão



### Nossos objetivos

O objetivo do museUmbanda é promover e valorizar o patrimônio cultural brasileiro, umbandista e afro-brasileiro e sua presença na cultura nacional.

#### Valores

- ÉTICA
- TRANSPARÊNCIA
- COMPROMISSO
- RESPEITO
- JUSTIÇA
- CIDADANIA
- INCLUSÃO



Fonte: MUSEUMBANDA, 2023

A escolha do logotipo, do texto, e demais ilustrações reforçam a imagem de Zélio e as linhas de umbanda fundada por ele, como discurso base que sustenta toda a elaboração do Museu. Nos recursos visuais ressaltados que não identificamos a presença do que seria a influência afro-brasileira, como roupas coloridas, atabaques, e simbologias a orixás, mas sim uma caracterização religiosa muito mais presente na descrição das linhas fundadas pelo médium<sup>232</sup>, do que contemplando a “reunião de todas as culturas que fundaram a umbanda”. Segundo o documento, “Projeto MuseUmbanda”, que está disponível no site oficial da instituição, o Museu pretende apresentar “muito mais que uma estrutura física”, na medida em que visa resgatar “a cultura, e os saberes da umbanda dentro do Estado do Rio de Janeiro a partir do médium anunciador”.

Para Fernando, o Museu é uma necessidade não só do mundo espiritual, mas também por demandas históricas de se construir em São Gonçalo diferentes olhares que ressaltam a importância do município como “berço da umbanda”. No entender da liderança religiosa, não se trata apenas de trazer o resgate público dessa memória, e nem atrelar a identidade do

<sup>232</sup> Texto descrição das linhas fundadas por Zélio está na página *online* da Tenda Espírita Nossa Senhora da Piedade (TENSP). Ver: <https://www.tensp.org/>. Acesso maio de 2024.

Museu a uma instituição confessional religiosa, mas sim uma instituição com identidade mais científica-acadêmica:

O MuseUmbanda é um museu que pretende ser um resgate do patrimônio histórico que foi destruído em uma gestão intolerante e racista religiosa que houve em São Gonçalo, em 2011. Vamos trabalhar para reunir documentos históricos e dados de todas as culturas que criaram a Umbanda. Nossa missão, porém, é ir além disso, a proposta é ser um museu vivo, com desenvolvimento de cursos, oficinas de teatro, música, arte, artesanato e, claro, trazer para a sociedade de São Gonçalo um novo aparelho cultural<sup>233</sup>.

Fernando acredita que, ao deslocar o foco da religião e direcioná-lo para uma proposta museológica no campo da história, enquanto ciência, traria mais visibilidade ao abarcar outras culturas e seus diferentes campos artísticos, como música, dança, exposições, teatro, literatura, entre outros (Bahia, Aguiar, Nogueira, 2022, p.14).

Entre as diretrizes pensadas, a organização do MuseUmbanda prevê, além da construção histórica da umbanda no município, a criação de uma identidade visual; elaboração de um site oficial, além das mídias sociais, como *Instagram* e *Facebook*; atuar na realização da Semana da Umbanda; inclusão do Projeto na Lei Diretrizes Orçamentárias da Câmara Municipal de São Gonçalo; e a aprovação da honraria destinada às lideranças religiosas que se destacam no município, e que levaria o nome de Medalha Zélio Fernandino de Moraes<sup>234</sup>, em 2021.

Entre os planos futuros, estão a abertura e registro dos documentos da Associação Cultural e do Patrimônio Histórico MuseUmbanda de São Gonçalo, junto a Cartórios e Ministério da Fazenda, assim como a criação do seu CNPJ; buscar parcerias com o ensino superior; e a realização para a construção física do museu, e sua possível inauguração em 20 de novembro de 2024<sup>235</sup>(Bahia, Aguiar, Nogueira, 2022).

Partindo das análises sobre o MuseUmbanda podemos mais uma vez observar como o projeto gera divergências entre os afroreligiosos e suas diferentes concepções sobre o “mito de origem” da umbanda. Assim como os projetos desenvolvidos por Waguinho, que tinham como elemento legitimador para demarcação do espaço público de São Gonçalo, Zélio de

<sup>233</sup> Ver: [www.museumbanda.mus.br](http://www.museumbanda.mus.br). Acesso maio de 2024.

<sup>234</sup> A Medalha Mediúnica Zélio Fernandino de Moraes foi sancionada pela câmara de São Gonçalo, em dezembro de 2021, de autoria do vereador Romário Regis (PDT). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=db3TVCQ4JR0>. Acesso maio de 2024.

<sup>235</sup> Nas eleições de 2022, Fernando fez campanha nas suas redes sociais para o candidato a deputado Federal, Waldeck Carneiro (PSB-RJ), afirmando que receberia apoio para a construção do Museu Umbanda: “está chegando a hora de agradecermos com nosso voto ao nosso apoiador Deputado Federal Waldeck Carneiro, para tirarmos esse museu do sonho para a realidade”. Via *WhatsApp*, 02 de outubro de 2022.

Moraes, Fernando vai utilizar a história religiosa criada em torno do médium, a partir de 1908, para nortear as ações e diretrizes do MuseUmbanda.

Contudo, diferente do “Marco Zero” desenvolvido por Waguinho, o Museu elaborado por Fernando apresenta maior preocupação com o sua apresentação formal, produzindo mais textos explicativos, debates, site e redes sociais oficiais, evidenciando a construção de projeto mais institucionalizado, com equipe de organização definida, contando com advogados, historiadores, museólogos, entre outros. Assim, ao mesmo tempo que denota um perfil mais organizado ao museu, a apresentação também expõe e delimita com mais clareza o reconhecimento de Zélio enquanto fundador da umbanda, atraindo críticas mais severas daqueles que não compartilham desse entendimento.

Desta forma, no tópico seguinte iremos apresentar brevemente como o Museu retoma a imagem de Zélio, em 2024. Quais as interpretações que estão sendo reforçadas em torno do médium e como parte dos umbandistas reagem a reconstrução dessa memória religiosa realizada tanto por Fernando quanto pelos descendentes diretos de Zélio. O bisneto do médium, Leonardo Cunha, vai ter atuação constante na elaboração e propaganda do Museu, compondo reuniões e eventos como elemento principal, e não só marcando presença com discursos de abertura, como acontecia no “Marco Zero” elaborado por Waguinho.

### 3.2 O MuseUmbanda e Zélio de Moraes

Os discursos proferidos por Fernando indicam a importância de conhecer tanto a cultura umbandista desenvolvida a partir da religiosidade de Zélio quanto às demais vertentes da Umbanda que existem. O idealizador do MuseUmbanda, ressalta que o projeto não deve ser uma instituição religiosa e nem promover qualquer forma de proselitismo, menos ainda um modelo de “umbanda branca”, como a do médium anunciador.

Na página *online* do Museu, encontramos as seguintes informações que reforçam o discurso de Fernando:

Nossos sonhos vão muito além de um espaço virtual, mas seguindo a tendência mundial de vários museus no Brasil e pelo mundo, estamos hoje dia 20 de novembro de 2021, dando o passo inicial para a criação do espaço virtual do nosso Museu da Umbanda. Muito trabalho teremos pela frente, resgatar as macumbas cariocas, entender a mistura entre espiritismos e africanismos, garimpar documentos históricos, desnudar mitos e vestir saberes.

O religioso assevera que o bisneto de Zélio, Leonardo Cunha, também apoia o Museu, e entende que a umbanda não pertence ao médium e a sua família. Fernando afirma que tanto ele quanto Leonardo defendem que “a umbanda não é única”, negam a narrativa de “uma só umbanda” a partir de Zélio, para reconhecerem “as umbandas” com seus diversos ritos e narrativas espalhadas pelo país. Entretanto, a compreensão de Fernando em torno da importância de Zélio para a religião, e o destaque que o projeto denota ao médium, não dão a certeza desejada para os umbandistas acerca da pretensão do Museu, em “desnudar mitos”, suscitando conflitos em torno do projeto, principalmente entre os religiosos atuantes nos movimentos afro.

No que tange ao pensamento de Leonardo sobre as linhas de umbanda fundadas pelo seu bisavô, temos como análise os discursos do mesmo, proferido em 2024, durante uma *Live* no *Youtube* destinada a comemoração dos 132 anos de nascimento de Zélio<sup>236</sup>. O encontro *online* teve por título “Diálogos Sobre Umbanda”, e foi divulgado por Fernando no grupo do MuseUmbanda, no *WhatsApp*. A ocasião contou com três personalidades religiosas umbandistas, além de Leonardo, como: Filipi Brasil, da Tenda Espiritualista Aruanda (Maricá-RJ)<sup>237</sup>; Caetano Oxóssi, do Templo de Umbanda Luz, Amor e Paz<sup>238</sup>; e Noberto Peixoto, do Grupo Umbanda Triângulo da Fraternidade (Porto Alegre-RS)<sup>239</sup>.

Na *Live*, Leonardo afirma que a família de Zélio nunca teve a pretensão de achar que foi com o médium que se iniciou a manifestação de espíritos e caboclos, mas sim a “formatação”, “estruturação” daquilo que hoje é conhecido como umbanda, e no passado era identificado como “culto aos espíritos”. O bisneto de Zélio destaca que, aos 17 anos, o médium começou a apresentar situações em que lhe faltava o controle sobre o corpo, não conseguindo andar, e a família, católica, levou-o a padres, e a médicos que eram parentes - um exercia a função de psiquiatra e o outro de clínico geral - mas não foi encontrado nada. E antes de comparecer a Federação Espírita, Zélio foi levado a uma rezadeira de Niterói:

Ele foi levado uma rezadeira aqui de Niterói. Uma senhora preta chamada Candida. Essa senhora recebia um preto velho chamado tio Antônio. Ela, nesse momento, disse que Zélio não tinha nenhum problema de saúde, tranquilizando sua mãe. Posteriormente disse ainda, na mesma consulta, que ele teria uma missão para

<sup>236</sup> Ver: [https://www.youtube.com/watch?v=au1BPM\\_8Lyk&t=839s](https://www.youtube.com/watch?v=au1BPM_8Lyk&t=839s). Acesso maio de 2024.

<sup>237</sup> Para mais informações, ver: <https://www.instagram.com/tearuanda/>. Acesso maio de 2024.

<sup>238</sup> Para mais informações, ver: <https://www.tulap.com.br/>. Acesso maio de 2024.

<sup>239</sup> Para mais informações, ver: [https://www.facebook.com/photo.php?fbid=2084939081684637&id=300567340121829&set=a.300572216788008&locale=pt\\_BR](https://www.facebook.com/photo.php?fbid=2084939081684637&id=300567340121829&set=a.300572216788008&locale=pt_BR). Acesso em maio de 2024.

cumprir. Aí a gente acredita que essa fala dela, onde ela disse que o problema que ele vinha apresentando na verdade era decorrente da sua mediunidade, que a família procurou, através de contatos pessoais, levar a Federação Espírita do Estado do Rio.

O bisneto de Zélio reforça que ao estruturar a umbanda, Zélio ainda era um garoto, sem conhecimento das demais religiões, criticando assim aqueles que afirmam que o médium reuniu conscientemente ritualísticas já existentes no Rio de Janeiro:

Vou chamar atenção para alguns pontos. Tem aqueles que afirmam que Zélio juntou coisas do candomblé, coisas do espiritismo, coisas do catolicismo popular e formou uma amálgama que descambou na Umbanda. Não gente! Foi um espírito que se manifestou num garoto. Mesmo sabendo que existe uma diferença, que as pessoas casavam muito cedo naquela época, como aconteceu com meu avô, a gente tem noção que aos 16 anos ninguém fazia périplos por centros diversos, nem de macumba carioca e nem de espiritismo. Sem contar que o meu bisavô, como é fato conhecido, estava se preparando para entrar na marinha, então a vida dele era de um estudante que estava se preparando de forma muito rígida para conseguir entrar num concurso que desse acesso a ele, que pudesse seguir numa vida como oficial de marinha. Então as ações dos espíritos que tem uma longa vivência no mundo espiritual, que se manifestaram através do garoto, definem as principais bases daquilo que a gente depois de um tempo passou a chamar de umbanda.

Leonardo afirma que quando os espíritos se manifestaram no dia 16 de novembro, houve, naquele momento, o propósito de estruturar essa religião ou rito, pois vários espíritos também emissários do plano astral, com o Caboclo das Sete, se espalharam pelo país como um todo para propagar essa missão. Na visão do bisneto de Zélio, a “nova religião” que começava a ser estruturada não colocaria como elemento principal o uso do atabaque ou manifestação de malandros, para definir os ritos de umbanda, mas sim “humildade, amor e a caridade” defendidas pelo Caboclo:

o Caboclo das Sete Encruzilhadas deixou foi a lógica de três palavrinhas que seguiram ao nome umbanda ajudando na sua definição, Que é “humildade, amor e caridade”. A gente sabe que o amor e a caridade já eram expressões muito usadas no espiritismo kardecista, mas ele [Caboclo] fazia questão de explicar que sem humildade verdadeira você não fazia as outras coisas. De verdade, quem ajuda os outros se achando melhor talvez não esteja necessariamente praticando a caridade talvez esteja mais massageando seu ego. Esse discurso chancela todo o rito que é feito independente se tem atabaque, ou se não tem atabaque. Você tem manifestações dos espíritos como a gente chama da sétima linha ou seja, os eixos: malandros e todos os aqueles usados com essa faixa vibratória? Não é isso que define a umbanda! O que define a umbanda é que o espírito que se manifesta para caridade, fazer isso de forma gratuita. Vamos dizer assim, praticar o bem porque ninguém fala de caridade para fazer o mal.

Sobre as sete linhas fundadas pelo Caboclo das Sete Encruzilhadas... quando ele determinava quem seria o dirigente, ao visitar a casa, ele não alvorava como líder ou passava por cima daquele espírito que ele definiu como responsável por capitanear uma outra casa. Ele se colocava numa posição de visitante. Ele entendia que a partir daquele momento você tinha uma espiritualidade comandando a casa, ela que vai entender melhor a egrégora que se forma, os filhos que estão ali trabalhando, a

cabeça do dirigente. Isso que vai definir como que o trabalho deve ser feito e não se tem atabaque se deixa de ter atabaque. [...]

A gente sabe, de maneira geral, que os centros de alguma forma se alinham com aquilo que foi deixado pelo Caboclo das Sete Encruzilhadas, e ainda funciona mais ou menos da mesma forma. Começa normalmente com um tipo de oração de prece, elevação para espiritualidade superior com defumador, que pode vir antes ou depois dos pontos de invocação dos guias que comandam a casa; Os guias dos espíritos que vemos se manifestar para trabalhar começa mais para fim da sessão; Seguem os pontos de limpeza e do espaço em função dos trabalhos que foram feitos e pontos de finalização do rito, com uma oração, uma frase no final. De maneira geral, a maioria das casas de umbanda que eu conheço funciona mais ou menos dessa forma.

Se o espírito está trabalhando ou se está deixando de trabalhar e coisa e tal, e se tem atabaque, se não tem isso, para nós é secundário. Já ouvi os espíritos se manifestarem na nossa casa dizer que, toda a casa que se propõe a manifestação do espírito para caridade haverá sempre um emissário, um enviado do Caboclo das Sete Encruzilhadas atuando junto à egrégora que se forma.

Ao responder sobre as críticas que Zélio recebe daqueles que não o consideram o anunciador da Umbanda e por ser apontado como fundador de uma “Umbanda branca”, o bisneto do médium afirma:

É muito interessante a opinião das pessoas sobre o papel do meu avô no que se refere ao embranquecimento da umbanda. O que é o embranquecimento da umbanda? Claro que as pessoas que quiserem podem investigar sobre os tipos de práticas religiosas dos escravizados trazidos da África e vocês vão ver que aqui no Brasil não se encontrava essa palavra [umbanda]. Então o nome foi apontado por alguém branco, ligado às religiões brancas, seja espiritismo de Kardec ou o catolicismo - na verdade ele [Zélio] vem de uma tradição ou católica - . Eu diria que Zélio, ao invés de branquear a umbanda, o que fez na verdade foi escurecer ou empretecer, usando essa palavra no sentido extremamente positivo.

No entendimento de Leonardo, Zélio na verdade “empreteceu” a umbanda, uma vez que, permitia que entidades representantes das camadas subjugadas da sociedade naquele período pudessem se manifestar livremente, a partir de uma lógica também cristã católica. Para ele, o catolicismo tinha em suas raízes uma formação não branca, pois era advindo de regiões árabes em contato constante com a África.

Uma coisa muito importante que eu quero trazer para reflexão de vocês é essa tradição judaico cristã. Ela é branca? Vamos parar para pensar naquilo que tem narrado na própria Bíblia: Moisés, um dos patriarcas do judaísmo, que é uma história que tem até um filme famoso, foi sensação nos cinemas, nasceu no cestinheiro no rio. Que rio era esse? Até onde eu me lembro era o Rio Nilo. Rio Nilo fica na Europa? No que eu aprendi, fica na África.

Depois desses povos quando fogem do Egito eles divagam 40 anos no deserto. Que deserto era isso? Sinai! Onde fica mesmo? Na África! Felipe, apóstolo de Cristo, vai pregar no século I na África. Enquanto a Europa perseguia os cristãos, no século II, já tinha um reino cristão onde hoje é a Etiópia.

Então, será que essa coisa de dizer que a tradição judaica cristã é branca não passa por alguma enganação? Zélio dizia que o espiritismo tinha os pés no cristianismo, uma religião que nasce no Oriente Médio, colada na África, com todo uma

interação direta e, inclusive, comercial. Então a gente tende a comprar algo que nos foi vendido como sendo branca e que na verdade nunca foi branca.

Segundo Leonardo, as linhas de umbanda fundadas por Zélio têm forte presença do catolicismo cristão, que, na sua visão, tem raiz tão negra quanto o atabaque e o turbante que se originam de religiões abraâmicas, também do Oriente Médio. Para o bisneto de Zélio, a cristandade estava presente em África antes mesmo do processo de diáspora para as Américas, resultado da proximidade cultural e fluxo comercial com os povos do oriente:

Eu vejo até [a umbanda] com alguma raiz preta, uma raiz negra. Zelio não tinha atabaque na casa dele então ele estava rejeitando o que era negro, será gente? Atabaque vem de onde? Para quem quiser explorar e procurar um pouco mais, atabaque é uma palavra de origem árabe, do mesmo Oriente Médio onde viveu Jesus. Até onde eu sei os turbantes também tem uma ascendência muçulmana, usado por povos que também eram religiões Abraâmicas. Esses povos tinham práticas religiosas, inclusive cristãs, antes mesmo de começar o processo de escravização mais intenso da diáspora africana na direção do Brasil. Já tinham reinos, inclusive, na região de Angola e do Congo que se assumiram como cristãos.

Para Leonardo, Zélio não utilizava de atabaques e turbantes por orientação das entidades, e não rejeitando o que era africano. Buscando responder aqueles que afirmam a rejeição da cultura negra nas linhas de Zélio, o bisneto do médium acredita que são afirmações baseadas na falta de conhecimento sobre a África:

Por que dizer que Zélio, por não ter nas suas casas atabaque e turbante, é necessariamente rejeição daquilo que é africano? Será que essas pessoas que falaram isso conhecem tradições bantos de canto sem tambores? Será que já ouviram falar de um tipo de música de trabalho, principalmente cantada pelos escravizados das regiões de Minas, eminentemente vocal, sem atabaques, porque eles estavam trabalhando e não tinham como batucar? Nós sempre tivemos colares que chamamos de guia, nós sempre tivemos os amacis. Nós sempre tivemos o branco como vestimenta que remete ao Raji muçulmano, caracterizando roupas simples para que você não oprima aqueles que tem menos que você. A gente usa o fumo, que é uma coisa de raiz ameríndia, como principal erva usada nos trabalhos.

Partindo da ótica de Leonardo, as críticas a Zélio não são recentes, pois desde sempre o seu bisavó era chamado de “macumbeiro”. O bisneto do médium ressalta que, em jornais da década de 20, afirmavam que a ascendência de Zélio a cargos dentro da câmara se devia ao fato dele ser macumbeiro. Para ele, Zélio sempre foi visto como alguém que estava fazendo alguma coisa negativa, quando, na verdade, “além de criar espaço para que essa religião fosse respeitada, ainda se propôs a organizar”.

Sobre os que questionam a missão de organizar e sistematizar a umbanda vir para um “médium branco”, Leonardo afirma que Zélio foi escolhido pela espiritualidade, por ser um garoto e ainda não carregar tantos preconceitos:

Para quem perguntar “mas por que é o branco fazer isso?”. Eu vou recomendar que procure olhar o jornal da época e ver como eles tratavam principalmente povo preto, já o povo índio era tão desconsiderado que nem havia muita notícia sobre eles. Mas os pretos, toda sua religiosidade era tratada como uma coisa de charlatão, de pessoas que querem passar a perna nos outros. Essa era a lógica de tudo aquilo que vinha daqueles povos, então, no meu entender, precisava sim de um espírito de um garoto, porque eu acho que queria um papel em branco, alguém sem tantos preconceitos por ser um garoto, para que ele pudesse fazer um trabalho em que a sociedade de uma maneira geral da época tratava como coisa de bandido. Então eu acho que o fato de ter escolhido um garoto branco para fazer e desempenhar esse papel tem a ver com essa busca não só da mediunidade, mas para permitir que outros membros dessa sociedade olhassem aquele tipo de prática religiosa com um pouquinho mais de abertura do que eles faziam em relação aos pobres pretos e aos povos originários. Então não tenho dúvida que Zélio foi um espírito muito bem trabalhado para que aos 16 anos, sem nenhum tipo de desenvolvimento, tirando aquele período que ele começou a ter aquelas manifestações que a família estranhava, tivesse arbítrio para desempenhar esse papel e para concluir a missão que foi passado. Então é nisso que eu acredito! Dele [Zélio] ter o dom de usar suas mãos para curar, psicografar, desempenhar a estruturação dessa umbanda.

Leonardo destaca que Zélio não usava o termo “umbanda branca”, quem usou pela primeira vez foi Leal de Souza, em 1933<sup>240</sup>. Para o bisneto do médium, a diferenciação entre “umbanda branca” e “umbanda negra” não está no sentido pejorativo atribuído a tudo que fosse advindo da parcela do povo negro e sua cosmogonia, mas sim em ressaltar que a “magia negra” era mais poderosa em falar com os mortos:

A gente está falando de umbanda branca como uma coisa associada aos brancos, mas, na época, chamavam de “magia negra” o que hoje a gente entende por imagem negativa. Eu já busquei as raízes etimológicas do por que de falar “imagem negra” e descobri que, muito provavelmente, na Idade Média ela era associada a necromancia ou a magia de falar com mortes. O “negro” deriva de “mortos”, depois passou a derivar “magia negra”.

Buscando negar a separação racial entre “umbanda branca” e a “umbanda negra”, e a fim de reafirmar o poder mágico advindo do povo negro, Leonardo afirma que Zélio, por ser um médium branco, tinha como entidades mais atuantes - no tocante a práticas de cura e magias - as que remetiam ao Preto Velho e ao orixá Malet.

Segundo Leonardo:

---

<sup>240</sup> Nesta passagem Leonardo estava se referindo ao livro “O Espiritismo, a magia e as Sete Linhas de Umbanda”, escrito por Leal de Souza entre os anos de 1932 e 1933.

Zélio falou que Pai Antônio teve um papel fundamental porque ele era o principal porta-voz do Caboclo das Sete Encruzilhadas que não se manifestava corriqueiramente. Quem se manifestava de forma corriqueira através do meu bisavô era pai Antônio, que muitas vezes vinha trazer ordens e mensagens do Caboclo das Sete Encruzilhadas, mas também do orixá Male, que pessoas não conhecem, mas era apresentado por Zélio como capitão de demanda [...]

Pai Antônio tinha chegado para mudar o jeito de falar, passando aquela fala mais comum de preto velho [...]

Zélio falava “Zé Encruzilhada precisava de um feiticeiro bom e eu era o melhor que tinha de ir e aí eu vim”. E ele [Zélio] também chamava orixá Malet para as demandas, mas a gente sabe que a afinidade maior de Pai Antônio era com curas, então ele [Zélio] respeitava muito, e fazia muitas curas.

O fato interessante nesta última fala de Leonado é a citação em que traz Pai Antônio se referindo ao Caboclo das Sete, como “Zé Encruzilhada”. O termo nos remete às variações de Exu nas religiões afro, a exemplo de Zé Pilintra, Zé Caveira. Nesse sentido, interpelamos Fernando sobre a linha de Zélio não cultuar Exus, mas o caboclo anunciador vir com o numeral sete em destaque e se chamar “Encruzilhada”<sup>241</sup>, além de se apresentar como a primeira entidade a incorporar no médium.

O pai de santo respondeu que não atrelar a fundação da umbanda a Exu é um problema. Para Fernando, na umbanda, a entidade que desce primeiro é Exu, logo é uma confusão religiosa trazer na narrativa de fundação da religião tantos elementos ligados a essa entidade, além de ter ciência que na ritualística da umbanda é ele quem “abre os trabalhos”, mas mesmo assim não a cultuar.

De um modo geral, as falas de Leonardo apontam para tentativas de responder as críticas destinadas às linhas de umbanda fundadas por Zélio, por aqueles que acusam o médium de embranquecimento da religião ao retirar dos rituais os elementos que remetem a cultura africana, como atabaques e cultos a Exus, além de hierarquizar as demais umbandas a partir do mito fundante. As afirmações de Leonardo buscam situar Zélio não como elemento hierarquizador da umbanda em torno da sua persona branca e aristocrática, mas evidenciar que ele era o jovem preparado pelas entidades para entoar os poderes mágicos daqueles que não eram aceitos pela sociedade da época, como caboclos e pretos velhos.

Leonardo ressalta que era bem definido o trabalho das entidades de Zélio, onde o Caboclo das Sete Encruzilhadas tinha um papel mais ligado à questão da doutrina, de trazer certa estrutura para a nova religião que começava. Já Pai Antônio, exercia a função fundamental na questão da cura, e dos obsediados, os que eram tidos como desequilibrados mentais. O orixá Malé, por sua vez, era conhecido como capitão de demanda por que,

---

<sup>241</sup> Todos os Exus são donos das encruzilhadas, onde devem ser depositadas as oferendas que lhe são dadas, mas também aqui existem tipos diferentes de encruzilhada que se referem a determinado Exu. (Lages, 2003, p.30)

segundo Leonardo, veio dele a condição principal de enfrentamento ao mal, lidando com boa parte dos trabalhos de maior densidade.

As falas de Leonardo parecem ir de encontro a sua intenção de negar as críticas raciais a Zélio, e reafirmam as tentativas de embranquecimento das linhas fundadas pelo médium. A partir de John Burdick (1998) chamamos a atenção para a diferenciação entre as interpretações dadas pelos médiuns brancos e negros as entidades. Para o autor, nas religiões afro-brasileiras, a negritude é construída a partir da ideia de feitiço, de modo que os discursos de batalha que conectam raça e espiritualidade são especialmente intensas entre negros. Burdick destaca que, dos centros que frequentou, percebeu que os negros claramente predominavam entre os médiuns.

Burdick afirma estar em desacordo com a Umbanda quando esta estipula uma hierarquia espiritual na qual o preto velho está ao fundo, seguido do caboclo e dos santos brancos católicos. Ao apresentar o africano como dócil e humilde, e o índio como orgulhoso e poderoso, segundo o pesquisador, a umbanda é normalmente interpretada como reiterando a pretensão da ideologia do embranquecimento. Além do mais, os exus são, nesta visão, perigosos e moralmente ambíguos porque correspondem a negros presunçosos “inconformados com seu quinhão de subordinação ao branco” (Burick, p.125).

Assim como podemos observar na interpretação dada por Zélio ao Caboclo das Sete como símbolo nacional, passivo e discreto, e ao preto velho Pai Antônio, como humilde e com “verdadeiros dons de cura”, Burdick ressalta que os médiuns brancos se contentam em atribuir à receptividade peculiar dos negros a sua humildade com a sabedoria nascida do sofrimento (Burdick, 1998, p.127). Segundo o autor, o discurso do embranquecimento idolatra os indígenas por sua resistência à escravatura, afirmando ser o nativo superior ao negro que supostamente se submeteu ao chicote. O pesquisador aponta que os manuais de Umbanda já publicados espiritualizam esta ideologia representando os caboclos (índios) como mais puros do que os preto velhos. O autor destaca que, tantos médiuns brancos quanto os negros articularam esta visão:

Como explicou o branco, “o caboclo é mais poderoso, é mais puro que o preto velho“. Esta maior “pureza”, acrescentou ele, seria derivado da ligação do caboclo com a floresta primitiva, longe das tentações da civilização. Também os médiuns negros dizem que os caboclos tem maior poder do que os pretos velhos, e pelo menos aí parece ter aceitado discurso dominante. (Burdick, p.128)

Analisando a fala de Leonardo, o “poder” que Zélio atribuía ao Caboclo anunciador estava na sua função de ajudar a sistematizar a nova religião, além de se encontrar em um

plano astral superior aos pretos velhos. Já Pai Antônio, tinha o poder místico, destinado à cura, assim como o orixá Mallet estava atribuído ao “feitiço contra forças do mal”. Malagrida, por sua vez, manifesta no plano astral evolução superior que os demais, sendo ele o responsável por todo o preparado para a fundação da umbanda, além da comunicação entre os médiuns e suas entidades. Evidenciando assim que as linhas fundadas por Zélio reforçam certa hierarquia espiritual com base na identidade racial e função atribuída às entidades em vida.

Para Burdick, o contraste entre as versões daqueles com pele clara e dos negros, com relação aos espíritos, surge também com relação aos exus. Segundo o pesquisador, repetindo a ortodoxia da literatura publicada, um médium de pele clara declarou que os exus são negros e que eram "marginais, aqueles que roubavam e tiravam a vida, pretos da favela. Ele tem raiva do mundo, dizem que ninguém gosta deles"(Burdick, p.128).

Burdick nos chama atenção também para o conflito existente entre os centros de umbanda a partir das suas interpretações sobre Zumbi dos Palmares e as noções de liberdade e escravidão negra. Segundo o pesquisador, nos centros de umbanda por toda a periferia urbana do Rio de Janeiro, no dia conhecido dos pretos velhos, lideranças de terreiro convidam todos os pretos velhos para que possam festejar a data com arroz, feijão preto, mingau de milho, galinha, vinho e cachaça.

O autor destaca que, aqueles que interpretam a umbanda como incorporando a ideologia do embranquecimento sugerem que a ritualista ação do culto é 13 de maio, o que legitima a alegação do Estado brasileiro de que abolição foi uma prova da benevolência dos brancos. Segundo Burdick, para os médiuns de pele mais clara, e para pelo menos alguns negros, a celebração realmente sacraliza a versão do Estado sobre abolição:

aquele que foi o dia em que a Isabel libertou os escravos”, explicou uma média de pele clara, “então os pretos velhos vêm chorando de alegria“. Uma médium branca também pode afirmar que “os pretos velhos estavam muito gratos neste dia, eles manifestam sua gratidão a Isabel que libertou sua raça (Burdick, p.131).

Os médiuns negros, entretanto, dizem que o 13 de maio é única data que o espírito de Zumbi desce para proteger o terreiro e transmite sua mensagem. Burdick destaca que as lideranças de terreiro narram que, quando o preto velho vem nesta data, não é para possuir ninguém, mas é com uma presença adejante, que instrui. O autor chama a atenção também para a presença da entidade de Zumbi nesta data, nos espaços litúrgicos, mas que devido a sua enorme força, não incorpora em médium algum. Segundo o pesquisador, sobre este aspecto

“nunca ouvi dizer que Zumbi tenha incorporado. Ele é forte demais, certamente mataria o cavalo” (Burdick, p. 132).

A força de Zumbi e a tristeza transformada em sabedoria pelos pretos velhos, aparecem nos discursos dos médiuns de “pele escura”, no 13 de maio, como afirmação do protagonismo racial do negro perante a narrativa hegemônica que tende a pacificar essas figuras também a partir do plano astral, como o título de “Redentora”, destinado a Princesa Isabel por assinar a Lei Abolicionista, em 1888.

Partindo em defesa do mito de origem e tendo o bisneto de Zélio como legitimação histórica ao projeto, Fernando acaba por reafirmar a associação entre as propostas do Museu e as interpretações religiosas defendidas por Leonardo. As movimentações em torno da imagem de Zélio, podem ser intuídas como estratégia que busca melhor negociação perante as diferentes instâncias de poder municipal, aparentando ser a umbanda uma religião organizada aos moldes cristãos. Entretanto, a constância da presença do bisneto do médium vai refletir na aceitação do projeto entre os umbandistas. Devido a maior articulação entre Fernando e Leonardo, observamos que as críticas ao Museu vão ser ainda mais enérgicas e em maior número se comparadas às que foram destinadas ao Marco Zero, idealizado por Waguinho durante a campanha.

### 3.2.1 Críticas ao MuseUmbanda

O site do Projeto conta com um manifesto que convoca lideranças religiosas, políticas e a sociedade em geral para a importância da criação desse aparelho cultural para São Gonçalo e para a história do Brasil, e afirma que “o MuseUmbada tem a proposta de ser um museu da memória, mas não um museu religioso. O MuseUmbanda propõe o desenvolvimento da cultura, saberes, oficinas, cursos e muito mais. Isso se chama Museu Vivo.” A petição conta, até a presente data, com 316 assinaturas.

Figura 25 - Petição Pública em Favor da Construção do MuseUmbanda

Apoie esta causa e assine o Abaixo-Assinado. Se nada fizer, nada mudará.

**MuseUmbanda um resgate necessário da história do Brasil**

Leia o texto [MuseUmbanda um resgate necessário da história do Brasil](#), preencha os dados e carregue no botão assinar abaixo-assinado para contribuir para a mudança.

Preencha o formulário automaticamente com o seu account de Facebook:

Continuar com o Facebook

ou preencha manualmente o formulário de assinatura:

Nome Completo (\*)

Email (\*)

Terreiro

Estado

Cidade

País

Comentário

(\*) - (campos obrigatórios)

Aceito que o Petição Pública Brasil me contacte para abaixo-assinados do mesmo gênero e para campanhas publicitárias deste ou de terceiros nos termos da nossa política de privacidade.

**Assinar Abaixo-Assinado**

Já assinaram este Abaixo-Assinado

**316** PESSOAS

“A internet é uma das ferramentas mais importantes da liberdade de expressão na sociedade de hoje. O direito de abaixo-assinado pode considerar-se como um dos mais antigos direitos fundamentais dos cidadãos e também dos mais antigos métodos da democracia.”  
— Petição Pública Brasil

“Os abaixo-assinados são uma das formas mais eficazes de nos fazermos ouvir.”  
— Camilla Cardoso

Assine o Abaixo-Assinado e mostre que apoia esta causa. Ao agirmos juntos teremos mais força e maior facilidade em sermos ouvidos.

Manifeste a sua opinião. Participe.

Fonte: MUSEUMBANDA, 2024<sup>242</sup>

Em resposta aos defensores do MuseUmbanda e as informações contidas em seu site oficial, a página no *Instagram* “Pensar Macumba” realizou, em janeiro de 2021, a postagem de uma imagem, com fundo preto e letras brancas, que continha as seguintes perguntas: “Por que não vou assinar a petição para a criação do MuseUmbanda?” e “O que é que o MuseUmbanda quer eternizar?”<sup>243</sup>. A publicação contou com centenas de curtidas mostrando concordância em contrapor as ideias defendidas pelo Museu.

A postagem também estava acompanhada de um texto que tece diversas críticas ao MuseUmbanda, e levanta reflexões em torno dos motivos que os afroreligiosos possuem para não assinarem a petição que visa a efetivação do projeto:

Fazendo uma rápida busca na ‘internet’ encontrei um site com algumas informações a respeito do referido museu e gostaria de compartilhá-las com vocês. O museu será formado por cinco exposições permanentes, sendo elas: “Zélio e o nascimento da umbanda”, “intolerância religiosa”, “o que é umbanda” “plantas que curam e protegem” e terão outras exposições temporárias, por exemplo, exposição sobre religiões afro-brasileiras.

Pois, bem! Todo o projeto do museu serve para reforçar que a umbanda é anunciada, criada ou institucionalizada por Zélio, o que evidência mais uma vez a tentativa de apagamento histórico daquilo que já era umbanda antes de 1908 (calundu). Outro ponto, não consigo entender como falar de intolerância religiosa dentro um museu

<sup>242</sup> Ver: <https://peticaopublica.com.br/psign.aspx?pi=BR120918>. Acesso em maio de 2024.

<sup>243</sup> Ver: <https://www.instagram.com/p/CSM0Z1SAfy/>. Acesso em maio de 2024.

sobre o Zélio, sendo que ele mesmo era intolerante em suas falas sobre o candomblé, será que ninguém nunca leu sequer uma reportagem ou entrevista com ele para ter esse mesmo pensamento?

Sob qual olhar o museu trará a exposição “o que é umbanda”? Provavelmente um olhar kardecista e cristão, já que estamos falando de um museu sobre Zélio, sendo assim, é mais uma forma de desvencilhar a umbanda daquilo que é negro (macumba) e isso vem acontecendo desde 1908 e não precisamos de mais uma forma para reduzir a umbanda aos valores kardecistas.

Um museu para reforçar uma umbanda que não condiz com aquilo que acreditamos e buscamos, é como construir mais uma estátua de um colonizador sob as memórias de Luzia Pinta, Juca Rosa, Pai Gavião entre outros.

Diante disso, questiono o que o MuseUmbanda quer eternizar?

Assim como demais perfis *online*, o “Pensar Macumba” acusa o projeto de apagamento histórico em relação as umbandas existentes antes de Zélio, e de encobrir as intolerâncias contra o candomblé, além de apontarem que ao ter como base o “mito de origem”, o projeto defende a hierarquização das casas de axé, subjungando as umbandas as linhas fundadas pelo médium.

O historiador inicial do projeto, Jorge Santana, conta que críticas como essa eram comuns já no início da formação do Museu, ele afirma que quando estava à frente das articulações em busca de apoio para firmar o projeto, encontrou resistência junto a coletivos e demais representações de terreiros. O pesquisador exemplifica ao narrar o encontro que estabeleceu com o KOBÁ<sup>244</sup> e seus integrantes, onde a empresa – com ações voltadas para a área de comunicações e religiões afro-brasileiras, com um coletivo de militância negra da umbanda - trouxe questionamentos sobre a figura do Zélio, pois acreditam que as linhas fundadas pelo médium “contam a história de uma religiosidade embranquecida”.

Jorge também ressalta que em reunião com o KOBÁ, o coletivo firmou negociações para que pudesse integrar a construção do museu, entre as exigências apresentadas pela direção, estaria a de tirar do projeto a narrativa que atribui importância central a Zélio:

A galera veio com muitas pedras nas mãos. Com uma crítica muito acertada sobre a história embranquecida da umbanda e tudo mais. A gente não poderia corroborar com essa crítica histórica. Depois a gente se reuniu e eles colocaram uma questão pétreia para continuar junto com o museu da umbanda: que se eliminasse a questão do Zélio como algo central no museu da umbanda. A gente também achou que isso era demais [...] sobre eliminar o Zélio, a gente defendeu que o Zélio é um marco, e esse marco não pode ser esquecido (Santana, 2022).

Jorge afirma que concordou com o KOBÁ em dois momentos: na necessidade de ter no Museu um espaço destinado às mulheres umbandistas; e no que tange ao

---

<sup>244</sup> KOBÁ é um coletivo de comunicação afroreligiosa, em Niterói. Ver: <https://www.facebook.com/kobaexu>. Acesso maio de 2024.

embranquecimento trazido pela figura de Zélio. No entanto, para ele, a retirada total do marco de Zélio para a umbanda não poderia acontecer, uma vez que, se tratava de uma questão prática de estratégia para atrair fomento junto a prefeitura de São Gonçalo e o Estado do Rio.

Jorge concorda com as críticas sobre a possibilidade de o Museu ser menos centrado na figura de Zélio, e na possibilidade de destinar, em igual proporção, um espaço para outras figuras umbandistas, como Tata Tancredo<sup>245</sup>. Porém, o historiador afirma que nem Fernando, nem o KOBÁ aceitaram a proposta. O pesquisador ressalta que o destaque destinado a figura de Zélio também o incomoda, uma vez que ele, “historiador e negro, não poderia reproduzir uma história embranquecida e vazia de críticas”.

Jorge conta sobre um momento de conflito entre ele, Fernando, o bisneto de Zélio, via *WhatsApp*, em maio de 2020, cujo a questão central era os diferentes pontos de vista sobre a presença de elementos que remetem a certa africanidade nas umbandas:

No grupo de *WhatsApp* de discussão do Museu enviaram uma imagem que foi feita por alguma sociedade da umbanda e tinha as cores que remetiam a África. O Leo [Leonardo Cunha, bisneto de Zélio] contestou as cores da África no logo da umbanda. Ele falava que a umbanda não tem nada de africano. E eu discuti com ele e saí do grupo. Depois as pessoas colocaram uns panos, Fernando também fez uma meia culpa porque também tinha criticado essa questão das cores da África (Santana, 2022).

Sobre a observação de Jorge, ter o bisneto de Zélio presente no andamento do projeto fortalecia os questionamentos em torno da origem de umbanda como branca. Na visão do historiador, Leonardo é resistente ao debate racial em torno da religião ao defender que a “umbanda não tem nada de África”<sup>246</sup>. Por outro lado, Jorge afirma que ter o nome de Leonardo, descendente direto do “fundador da umbanda”, associado ao Museu seria importante para fortalecer o discurso memorialista acerca do médium, e assim construir certa legitimidade história, para então denotar ao Museu algum destaque político, frente aos demais projetos concorrentes.

Jorge parecia entrar em desacordo também com as falas proferidas por Fernando que buscavam “diminuir todas as críticas destinadas ao projeto”. Para o historiador, o idealizador do Museu entendia que as contestações direcionadas a umbanda de Zélio eram fundamentadas a partir de uma “militância negra”. Na concepção de Jorge, essa colocação de Fernando

<sup>245</sup> Tancredo da Silva Pinto (10/08/1904 – 01/09/1979) passou a fundamentar, a partir de 1950, a umbanda omolocô, no Rio de Janeiro.

<sup>246</sup> O enfrentamento entre a Umbanda de Zélio de Moraes e a liderada por Tata Tancredo foi abordado no Capítulo 1.

reduzia a importância política das militâncias divergentes a um discurso apenas racial. Segundo o pesquisador, todos que compõem o projeto MuseUmbanda são militantes, inclusive ele, mas com produções acadêmicas importantes para o resgate histórico da umbanda que não podem ser negadas.

Jorge cita como exemplo do que denominou ser um “resgate histórico da umbanda”, as produções do umbandista Alexandre Cumino<sup>247</sup>. Entretanto, ressaltamos que as publicações realizadas por Cumino apresentam seus entendimentos em torno dos dogmas e ritualísticas da umbanda, sendo desprovidas de preocupações científicas que pudessem objetivar o resgate histórico da religião.

Jorge relata a aproximação entre os idealizadores do Museu e Cumino aconteceu em uma das reuniões para construir o perfil do Museu. Segundo o pesquisador, nesse encontro, Cumino falou para Fernando sobre a existência de uma mulher, possível moradora de São Gonçalo, negra, benzedeira, que orientava espiritualmente Zélio, mas, foi apagada pela história partir da década de 1970, enquanto a imagem do Zélio era reforçada como herói-fundador.

Interessante observar a posição de Cumino sobre o “mito de origem”, a partir das observações de Jorge, uma vez que ele, no vídeo de lançamento da Ata de Fundação do MuseUmbanda, também em 2021, aparece em defesa do projeto e discursa as seguintes palavras:

Gratidão Fernando da Oxum pela realização desse Museu da umbanda, enquanto uma obra colaborativa, criativa, por meio da qual muitas e muitas vertentes dessa diversidade. Essa pluralidade de umbanda possa se manifestar, se registrar e trazer os eu saberes, os seus conhecimentos, os seus fatos históricos, as presenças já conhecidas e reconhecidas e tantas outras que ainda aguardam junto a força do Caboclo, da simplicidade da preta velha, na alegria da criança, na energia dos nossos exus e pombas-gira, na presença dos orixás, das forças da natureza, do manto de maria, ou na máxima de amar ao próximo como a si mesmo. Que os umbandistas possam se reconhecer nessa obra e encontrar ali um pedacinho de cada uma dessas vertentes tão potentes desde uma manifestação visceral até a presença da alma de uma espiritualidade linda que é a umbanda em nossas vidas. Gratidão! Axé! Saravá! Awo!

---

<sup>247</sup> Alexandre Cumino é formado em ciência da religião, pela UNICLAR; médium de Umbanda atuante, sacerdote de Umbanda do Terreiro da Pombagira Maria Preta, responsável pelo Colégio de Umbanda Sagrada Pena Branca ([www.colegiopenabranca.com.br](http://www.colegiopenabranca.com.br)) onde ministra estes cursos: Desenvolvimento Mediúnico de Incorporação na Umbanda, Teologia de Umbanda Sagrada, Sacerdócio de Umbanda Sagrada, Curso de Exu – O Guardião da Luz – e Magia Divina. É autor dos livros História da Umbanda e Deus, Deuses, Divindades e Anjos, Umbanda Não é Macumba, ambos publicados pela Madras Editora. É editor do Jornal de Umbanda Sagrada e ministra também cursos virtuais. Ver: <https://www.terramystica.com.br/aumbandaeoumbandista>

Mas meses após esta publicação, ainda em 2021, Cumino aborda um olhar revisionista sobre o 15 de novembro e do médium anunciador. Em seu canal no *Youtube*<sup>248</sup>, que soma mais de 110 mil inscritos, o religioso publicou um vídeo<sup>249</sup>, que tinha por título “Origens da Umbanda”, e obteve quase 40 mil visualizações e mais de 170 comentários.

Na publicação, Cumino mostrava um posicionamento mais inclinado a questionar o “mito de origem”, do que demonstrou anteriormente por ocasião do lançamento do Museu:

dia 15 de novembro de 1908 é lindo, mas é uma história única e é uma história que está de acordo com o apagamento das nossas origens africanas e hoje a gente consegue olhar de frente o que é esse pagamento, o que é o preconceito racial, ou o racismo religioso que se dá com relação a nossa matriz africana, ou as nossas origens africanas. Por que é que muitos de nós sem se dar conta participou ou participa desse apagamento inclusive eu, que nesse momento estou reescrevendo parte do meu olhar sobre a história da umbanda.[...] Aquilo que nós chamamos umbanda hoje é o resultado de muitas tradições e não apenas uma pessoa, embora o trabalho desta pessoa - Zélio de Moraes e toda a comunidade em torno dele - é fundamental para compreender a história da umbanda. Nós somos resultado deste trabalho e também da macumba carioca. A macumba que acontece no Rio de Janeiro. O candomblé de caboclo ou candomblé congo-angola que acontece na Bahia.

Tanto Jorge quanto Cumino, evidenciam que aqueles que estavam envolvidos nos projetos que afirmam o nascimento da umbanda em 1908, tinham conhecimento sobre os problemas discursivos em torno do “mito de origem” imputado a Zélio. No entanto, enquanto os vínculos com a organização do Museu estavam estabelecidos, estes nem sempre dirigiam publicamente suas contraposições à narrativa mitológica.

As críticas pensadas pelos umbandistas que faziam parte dos projetos que reforçavam a história do Zélio enquanto fundador da umbanda, ficavam restritas a conversas interpessoais, nos bastidores dos encontros, circulava entre pessoas que viam a importância da demarcação religiosa para o município contra o crescimento das intolerâncias, sabiam que o mito de Zélio funcionava na mentalidade política-cristã municipal, e que não reconhecia a diversidade religiosa e a presença da macumba no surgimento do que viria a ser denominado Umbanda.

Fernando, por sua vez, insiste na importância de Zélio para a Umbanda, e cita uma reportagem da BBC News Brasil<sup>250</sup>, publicada em 2021, como exemplo do que classificou ser

<sup>248</sup> Ver: <https://www.youtube.com/@AlexandreCuminoUmbanda>. Acesso em maio de 2024.

<sup>249</sup> Ver: <https://youtu.be/wz8JksMIBqw?si=kuU46pKIogyDFQ0Z>. Acesso em maio de 2024.

<sup>250</sup> VEIGA, Edison. Zélio, o Caboclo das Sete Encruzilhadas: o 'fundador da umbanda' que não é bem aceito por umbandistas atuais. BBC News Brasil. 31 dezembro 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-59677047>. Acesso Set. 2022.

uma expressão do movimento “antizelismo”. Para o religioso, o texto publicado tendia para um “movimento de contracultura, que vem crescendo principalmente entre jovens que tentam desconectar a imagem de Zélio da umbanda”.

A matéria, que é apresentada pelo título “Zélio, o Caboclo das Sete Encruzilhadas: o 'fundador da umbanda' que não é bem aceito por umbandistas atuais”, critica as tentativas de criar uma espécie de mito da religião nacional por excelência a partir da imagem de Zélio. O conteúdo da matéria destaca que:

no transe vivido por Zélio, ele teria dialogado com espíritos de negros e indígenas e, por fim, incorporado um padre jesuíta italiano que havia pregado no Brasil colonial e que, em Portugal, mais tarde, foi acusado de bruxaria. Mais simbólico do sincretismo cultural, étnico e religioso do Brasil, impossível. Por outro lado, é esse o ponto que vem sendo revisto e muito criticado por pesquisadores contemporâneos da umbanda. Considerar Zélio o precursor dessa religião é também resultado de um processo de embranquecimento, é negar que a umbanda já vinha sendo praticada por negros oriundos da África e seus descendentes em solo brasileiro, é entregar a primazia da religião afro-brasileira a um homem branco.

Fernando afirma que esse movimento, caracterizado por ele como “antizelismo”, que “vem crescendo em São Paulo” e “se trata de discursos que visam ter lucros a partir de críticas ao médium”. Fernando aponta três umbandistas-pesquisadores envolvidos com a matéria publicada na BBC News, acusado por ele de serem os propulsores do “antizelismo”. Seriam esses, Lucas Fiorotti<sup>251</sup>; Guilherme Watanabe<sup>252</sup>; e David Dias<sup>253</sup>.

Essas lideranças umbandistas citadas por Fernando, são jovens dedicados a pensar a religião a partir dos debates acadêmicos suscitadas pela história e ciências sociais, preocupados em construir suas identidades religiosas mais africanizadas. Ressaltamos brevemente o que cada autor discorreu no texto que foi publicado pela BBC.

O sociólogo Lucas Fiorotti destaca as características dos terreiros de umbanda antes de 1908:

Os terreiros de umbanda antes de 1908 tinham uma estética muito mais umbandista do que a Tenda Espírita Nossa Senhora da Piedade. Terreiros que não disfarçavam

<sup>251</sup> Lucas de Lucena Fiorotti é autor da página “Abrindo a Gira”, no *Instagram*, e conta com mais de 11 mil seguidores. Disponível em: <https://www.instagram.com/abrindoagira/>. Acesso nov. 2022.

<sup>252</sup> Guilherme Watanabe, pai de santo do terreiro Urubatão da Guia, em São Paulo e membro fundador do Coletivo Navalha. Guilherme conta com mais de 6 mil seguidores no *Instagram*. Disponível em: <https://www.instagram.com/gui.watanabe/>. Acesso Nov de 2022.

<sup>253</sup> David Dias é pai de santo e mestre em ciência da religião na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). David possui mais de 35 mil seguidores no *Instagram*. Disponível em: <https://www.instagram.com/davidumbanda/>. Acesso Nov. 2022.

sua africanidade, que iniciavam as pessoas para divindades e espíritos [...] A história de Zélio é reflexo do Brasil da democracia racial e do luso-tropicalismo de Freyre, que disfarça o racismo e que quer ser Europa a todo momento.

Já o historiador Guilherme Watanabe alega entender a figura Zélio como “a representação de uma grande construção histórica”, do mito de fundação que, a partir dos anos 1960, começa a se fazer no Rio. Uma grande mentira”.

Por fim, David Dias, apresenta a história de Zélio sob duas óticas:

A primeira traz sua vida contada por meio dos manuais de umbanda e mantida pela sua família, a qual assegura sua memória até os dias de hoje. Já a segunda é contada por meio de um mito de criação onde cada um que conta aumenta uma ponta, deixando na história contada uma lenda de existência questionável.

Para Fernando, ao oferecer cursos pagos, propagando o “antizelismo”, esses religiosos tratam do médium como figura renegada e desconsideram a importância da primeira federação umbandista do Brasil, criada por Zélio, em 1940. O idealizador do MuseUmbanda sustenta que, o fato de o projeto destacar a atuação política de Zélio não anula o entendimento da umbanda enquanto religião diversa, uma vez que essa religiosidade não pode ser desconectada de todas as suas matrizes pretas. Neste sentido, a umbanda seria uma porta de entrada, primeiramente una, e depois diversa, em que poderia, a partir de sua legitimidade política e pública relacionada a história do município e das linhas fundadas por Zélio, entrar também outros modos tantos de pensar e praticar a umbanda, quanto outras religiosidades e culturas negras e afroreligiosas.

Identificamos que o movimento denominado por Fernando como “antizelismo” se trata de estudos acadêmicos que se debruçam a uma revisão histórica da umbanda e apontam a importância de outras lideranças umbandistas, contemporâneas a Zélio, mas que defendiam interpretações religiosas conflitantes com as apresentadas acerca da “anunciação da umbanda” e do “mito fundador” (Brown, 1985; Rohde, 2009; Giumbelli, 2002; Bahia; Nogueira, 2018; Simas, 2021).

As produções historiográficas que se debruçam a publicações revisionistas e tiram de Zélio o protagonismo único, questionando o mito fundante, não são oriundas exclusivamente de São Paulo, como aponta Fernando. As pesquisas especializadas no tema indicam a importância dos portos do Rio de Janeiro nos séculos XVII, XVIII e XIX, cuja a movimentação impactava a demografia da região mesmo após a proibição do tráfico de escravos (1850) e a consequente presença das experiências religiosas dos africanos e seus descendentes na cidade do Rio de Janeiro entre 1870 e 1940 (Gomes, 2012; Accioli, 2019).

Os autores questionam a “invenção africana” que guardaria em Salvador uma suposta única e mais importante África, uma vez que em 1879, o espaço religioso do Rio de Janeiro apresentava vinculação étnica com predomínio de africanos ocidentais (Conduru, 2010). Essas produções científicas buscam compreender as disputas em torno das construções narrativas sobre papel das religiões afro na formação da sociedade brasileira, e acabam impactando os sacerdotes umbandistas que estão em contato com as discussões acadêmicas e suas problemáticas (Santos; Santos, 2013).

Diante do contexto de favorecimento dos interessantes fundamentalismos político-religiosos (Cunha, 2022) e das severas críticas destinadas ao projeto, a conquista do espaço físico para a construção do MuseUmbanda não foi realizada. Atualmente, o projeto apenas finalizou a confecção do seu *website*, em que conta com um museu virtual<sup>254</sup>. A exposição virtual foi lançada em novembro de 2021, na semana da umbanda em São Gonçalo. No mesmo ano em que Fernando recebeu o título de “Louvor e Congratulações” da ALERJ, por iniciativa do Deputado Waldeck Carneiro (PSB), pela concepção do Museu. Outra premiação na Assembleia Legislativa aconteceu em 2023, quando o idealizador do projeto recebeu o título de “Moção e Aplausos” por iniciativa da Deputada Estadual Elika Takimoto (PT), também pela concepção do Museu.

Já a “Medalha Zélio Fernandino de Moraes”, enquanto título legislativo, idealizada por Fernando e defendida pelo vereador Romário Regis (PCdoB) na câmara de São Gonçalo, conseguiu aprovação em dezembro de 2021, com o seguinte discurso do autor<sup>255</sup>:

Criar a medalha Zélio Fernandino de Moraes aqui em São Gonçalo é uma reparação histórica. A umbanda é anunciada na cidade de São Gonçalo e o Zélio de Moraes é um vereador aqui nessa casa, então a gente está criando um título que dialoga tanto com a casa legislativa, quanto com a anunciação da umbanda, em um momento muito fundamental da cidade que é o momento em que se discute o Museu da umbanda. A gente tem aqui a possibilidade de fazer uma reparação e garantir que a memória de São Gonçalo seja registrada, isso em parceria com movimentos sociais, a prefeitura, a câmara, e o título que vai instituir a medalha do Zélio é uma questão central para a gente porque ele vai poder presentear as pessoas que contribuem com a cultura, com a memória e com a educação de São Gonçalo. Eu fico muito feliz que a casa tenha acolhido, dando uma resposta inclusive de que o Estado e o parlamento são laicos, e que a gente acolhe aqui todas as religiões e toda a história de São Gonçalo, seja a das igrejas, das capelas, seja a história da anunciação da umbanda que nasce em São Gonçalo e hoje está em todo o mundo. [...] Um abraço especial para o Pai Fernando, Pai Nando, que tem colaborado muito para isso e foi quem criou a argumentação para que a gente possa aprovar essa medalha aqui em São Gonçalo, rumo ao Museu da Umbanda, rumo a terminar a intolerância religiosa aqui em São Gonçalo.

<sup>254</sup> Ver: <https://museumbanda.mus.br/>. Acesso março de 2024.

<sup>255</sup> Ver: <https://www.youtube.com/watch?v=db3TVCQ4JR0>. Acesso maio de 2024.

A fala do vereador evidencia como a escolha do nome do Zélio permite que os umbandistas e representantes públicos que apoiam o projeto, possam unir três importantes componentes: A tentativa de demarcação territorial de uma religião que se espalha pelo mundo, mas que “nasceu” na cidade; a história política do médium ter contribuído para a formação inicial da própria câmara legislativa, que atualmente se vê na condição de julgar projetos que partem do nome de Zélio; e uma oportunidade dos membros da câmara legislativa se firmarem contra as acusações de intolerância religiosa destinadas ao poder municipal, desde o governo de Panisset.

Assim, juntando a narrativa de Fernando com a do vereador Romário, entendemos que, aprovar a honraria não seria apenas reconhecer a importância religiosa e cultural do Instituto MuseUmbanda, mas também seria a prova de que os vereadores, ao reconhecerem Zélio, honram o passado político que ajudou a construir a casa legislativa da cidade e que valorizava a educação e a cultura municipal; além de provar a laicidade da câmara e do atual governo ao fornecer a possibilidade de igualdade dos afro religiosos perante as outras denominações religiosas que recebem destacada atenção em São Gonçalo, a exemplo das denominações evangélicas e católicas, de um modo geral.

Em janeiro de 2023 o Museu foi reconhecido pela Secretaria de Cultura e Economia Criativa (SECEC-RJ) e pelo Sistema Estadual de Museus do Rio de Janeiro (SIM-RJ), passando a integrar o Cadastro Fluminense de Museus, que afirma ter por objetivo contribuir para os processos museológicos do estado do Rio de Janeiro.

Não obstante, o MuseUmbanda vir conquistando algumas de suas demandas, há ainda muitas barreiras religiosas a projetos e ações que advêm dos povos de terreiros. Para Fernando, “se o Museu tivesse apenas o intuito religioso, e concorresse a algum tipo de isenção, só por não carregar a alcunha de igreja, certamente teria mais resistências dentro do município”. Fernando e demais afroreligiosos apontam que, quando se trata da concessão de alvará das esferas públicas municipais para o funcionamento das igrejas pentecostais, essa concessão é mais fácil do que quando comparada à dificuldade que os terreiros de São Gonçalo possuem junto à burocracia municipal<sup>256</sup>. Evidenciando assim, como agentes e instituições, sejam de âmbito público ou privado, discriminaram abertamente os cultos espíritas e afro-brasileiros (Mariano, 2011, p.246).

---

<sup>256</sup> A burocracia pública impossibilita que algumas organizações tratem das demandas das populações tradicionais, como as religiões brasileiras de origem africana, uma vez que estas não possuem em seus terreiros uma lógica organizacional centralizada (Mariano, 2011). Como foi abordado no Capítulo 1, o próprio conceito de burocracia remete a exclusão e sobreposição contra aquele segmento que não possui ação racionalmente ordenada, ou seja, com regras, meios, fins e objetivos dominando sua posição (Faria; Meneghetti, 2011).

Mesmo diante de todos os empecilhos advindos também do governo municipal, Fernando buscou ajuda junto a diversos representantes da prefeitura. Segundo o umbandista, o principal tema que foi conversado em relação ao Museu, se tratava das acusações de intolerância religiosa que a prefeitura estava sofrendo por diversos religiosos, mídia e personalidades políticas. As acusações faziam menção ao Plano Plurianual do município, aprovado em 2021, que destinava para a construção do museu da umbanda 1% do que iria ser atribuído para aos museus cristãos. Em resumo: cerca de dois milhões e dez mil na previsão orçamentária, somente 10.000,00 seria destinado para o museu da umbanda.

### 3.3 MuseUmbanda e a prefeitura de São Gonçalo

Em 2021, a câmara legislativa da Prefeitura de São Gonçalo aprovou o orçamento para a construção de três museus religiosos. Os gastos fazem parte do Plano Plurianual que estabelece os objetivos e metas do município para os próximos quatro anos. O texto que foi aprovado em plenário destina para o espaço gospel e o centro católico, cada um, R\$ 1 milhão, entretanto a umbanda teria R\$10 mil. À diferença nos valores chamou a atenção de representantes das religiões de matriz africana, teve comoção midiática, e reação no Legislativo do Estado do Rio de Janeiro.

O Babalawô<sup>257</sup> Ivanir dos Santos, interlocutor da Comissão de Combate à Intolerância Religiosa (CCIR), afirma que essa discrepância em relação aos valores destinados aos espaços religiosos é exemplo claro de intolerância religiosa. O líder religioso ressalta que esse ocorrido expressa a forma de como o poder público trata as religiões: “Dá mais recursos em segmentos cristãos e quase nenhum recurso para os cultos afro-brasileiros. Isso demonstra o descaso que o poder público de São Gonçalo tem tido com a religião que nasceu justamente naquele município”<sup>258</sup>. Caso a câmara municipal não revertesse a decisão, Ivanir dos Santos, alertou a necessidade de recorrer ao ministério público.

---

<sup>257</sup> Babalorixá /babalaô / babalawô é o chefe masculino de terreiro, sacerdote que dirige um candomblé, popularmente denominado pai de santo (Cacciatore, 1988, p.59).

<sup>258</sup> Eliane Maria, Erick Rianelli e Jefferson Monteiro. São Gonçalo destina R\$ 1 milhão para museus católico e gospel e R\$ 10 mil para o da umbanda. G1, Rio de Janeiro. 26/11/2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/11/26/sao-goncalo-verba-museus-religioses.ghtml>. Acesso setembro 2022.

A diferença de valores para os projetos também causou reação do deputado estadual Átila Nunes (MDB) que apresentou uma denúncia ao Ministério Público do Rio por crime de preconceito religioso e improbidade administrativa. Em nota ao Jornal Extra o deputado critica o prefeito de São Gonçalo e compara suas ações as investidas religiosas de Crivella na prefeitura do Rio: “O prefeito Capitão Nelson só pode estar querendo se tornar um segundo Crivella<sup>259</sup>, a Câmara deveria abrir um processo de *impeachment*<sup>260</sup> pela prática de preconceito religioso e improbidade”<sup>261</sup>.

No decorrer do seu mandato, o prefeito do Rio de Janeiro, Marcelo Crivella (Republicanos/2017-2020) acumulou processos de improbidade administrativa e um quase *impeachment*, grande parte por conta das situações em que se vale da máquina administrativa em benefício do universo pentecostal. Isto é, ora os serviços do estado seriam mais diretamente disponibilizados ao universo de evangélicos, e em muitos casos ao próprio Partido Republicano, ora a Igreja Universal, através de ações sociais, entraria no universo escolar municipal, ou nas comunidades em que já atua se valendo de ações voltadas para assistência social. Nesse último caso, as fronteiras entre laicidade, secular e religioso estão embaralhadas, transpassadas em muitos momentos da sua atuação na prefeitura. Vejamos os processos do ministério público e o impeachment contra o prefeito (Bahia, Aguiar, 2022, p.765).

O seu processo de impeachment aberto em julho de 2018<sup>262</sup> foi em decorrência de uma “reunião secreta” com um grupo de pastores, no Palácio da Cidade, no qual indicou o acesso ilimitado a auxílios do governo municipal, como cirurgias de catarata e varizes, a grupos evangélicos<sup>263</sup>. Há um processo tramitando no Ministério Público sobre improbidade

---

<sup>259</sup> Marcelo Crivella, bispo da Igreja Universal do Reino de Deus, sobrinho de Edir Macedo, é eleito prefeito da cidade do Rio de Janeiro em 2016, iniciando seu mandato em janeiro de 2017. Sua trajetória está relacionada ao conglomerado Record-Universal-Republicanos14. A rede de televisão Record, e o Partido Republicanos, atualmente alinhado ao governo Jair Bolsonaro, estão sob a égide da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) (Bahia, Aguiar, 2022).

<sup>260</sup> Tratamos dessa questão na Introdução da Tese.

<sup>261</sup> <https://extra.globo.com/noticias/rio/apos-polemica-prefeitura-de-sao-goncalo-ira-rever-projeto-para-distribuir-verbos-para-criacao-de-museus-religiosos-25296929.html>

<sup>262</sup> Impeachment politicamente renegociado. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/2018/07/10/2272-crivella-faz-articulacoes-politicas-para-evitar-processo-de-impeachment>. Acesso em 18 de junho de 2020.

<sup>263</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/ministerio-publico-do-rio-com-acao-na-justica-contra-o-prefeito-marcelo-crivella.ghtml>. Acesso em 15 de junho de 2020.

administrativa e abuso de poder político<sup>264</sup>, uma vez que na citada reunião se encontravam pré-candidatos a deputados ligados às igrejas e promessas de benesses aos seus fiéis próximo ao período de campanha<sup>25</sup>. Neste mesmo processo, há outros casos de improbidade como violação à liberdade religiosa na Guarda Municipal do Rio, eventos da Igreja Universal do Reino de Deus dentro de escolas públicas<sup>265</sup>, e ainda perdão das dívidas de IPTU de pastores evangélicos (Bahia, Aguiar, 2022, p.765).

Apesar de em todo o seu mandato encontrarmos vários vetos aos projetos que valorizam os lugares e os ritos que constituem a memória negra carioca, durante o seminário internacional realizado no Museu de Arte do Rio de Janeiro, em 2018, Crivella recebeu o título de patrimônio mundial atribuído pela UNESCO ao Cais do Valongo<sup>266</sup>. O mesmo aconteceu com o mandato de Panisset, que sob alegação de obras públicas ela desapropriou o terreiro de Cristiano d'Oxalá, liderança de axé umbandista. E construiu um ambiente pentecostal em grande parte de seus eventos políticos, o que dificultou bastante à ação dos segmentos afroreligiosos contra seu governo intolerante (Aguiar, 2018).

Em resposta a discrepante distribuição das verbas para a construção dos espaços litúrgicos para a umbanda, católicos e cristãos, os vereadores da oposição, Professor Josemar (PSOL) e Romário Regis (PCdoB) propuseram uma emenda na lei orçamentária de 2022, com o objetivo de equiparar o valor do museu da umbanda com os outros. Para Romário Regis, “ter um investimento de apenas 10 mil reais para o museu da umbanda e um milhão para o católico, e evangélico, é um desequilíbrio muito grave, que, além da intolerância religiosa, também beira o racismo”<sup>267</sup>.

Em nota ao jornal Extra, Fernando expôs suas críticas e expectativas sobre o desenrolar das verbas para os espaços religiosos:

Minha expectativa é que a Prefeitura de São Gonçalo nos ajude com um terreno ou um espaço para que as verbas venham. Se eles falarem que o aporte vai ser de meio

<sup>264</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/ministerio-publico-do-rio-com-acao-na-justica-contra-o-prefeito-marcelo-crivella.ghtml>. Acesso em 15 de junho de 2020.

<sup>265</sup> Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2018/07/12/mp-acusa-crivella-de-usar-escolas-publicas-para-eventos-da-universal.htm>. Acesso em 15 de junho de 2020:

<sup>266</sup> Disponível em: <https://diariodoporto.com.br/cais-do-valongo-um-patrimonio-mundial-sob-risco/> <http://cultura.gov.br/unesco-entrega-titulo-de-patrimonio-mundial-para-o-cais-do-valongo-2/>. Acesso em 24/06/2020.

<sup>267</sup> Eliane Maria, Erick Rianelli e Jefferson Monteiro. São Gonçalo destina R\$ 1 milhão para museus católico e gospel e R\$ 10 mil para o da umbanda. G1, Rio de Janeiro. 26/11/2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/11/26/sao-goncalo-verba-museus-religioses.ghtml>. Acesso setembro 2022.

milhão, de R\$ 100 mil, dá esperança de isso acontecer. Mas R\$ 10 mil é uma coisa irrisória [...] uma vez que essa prefeitura foi capaz de organizar a Semana da Umbanda pela primeira vez em São Gonçalo, acho que não poderia ser acusada de intolerante. Mesmo que tenha ligações com os evangélicos. Estamos fazendo tudo para que isso seja resolvido da melhor maneira possível<sup>268</sup>.

Evitando caracterizar a prefeitura como “intolerante” e ressaltando a conquista da Semana da Umbanda em São Gonçalo, Fernando atua no jogo político com postura pública aberta a negociações, mesmo apontando preocupação com as atuações evangélicas perante o poder público local. O desejo de Fernando sobre a ajuda da prefeitura apenas com “terreno” e “espaço” também aponta para as suas estratégias de não quererem atrelar o museu a uma instância governamental, uma vez que este pode ficar subordinado aos desejos da política vigente.

Segundo Jorge Santana, foi a partir de uma conversa com Mário Chagas<sup>269</sup>, que Fernando ficou em alerta sobre a possibilidade, e decorrentes implicações, de o Museu estar suscetível aos desejos da prefeitura de São Gonçalo:

A gente ainda estava acreditando na ideia de um museu municipal, estava pensando em um projeto de lei que pudesse criar esse museu municipal. Mas a gente desistiu dessa ideia. Fernando foi conversar com as pessoas da museologia, conversar com Mário Chagas e tudo mais, e entendeu que a ideia de um Museu municipal ia ser muito ruim porque poderia ser mudado ou alterado a partir das indicações políticas de um prefeito, especialmente em São Gonçalo, de um prefeito evangélico. Então pensamos em um museu de associação, óbvio, com dinheiro e ajuda do Estado, mas que fosse um museu de associados como o museu da Maré, como são outros museus que não estão dependentes, presos ao Estado (Santana, 2022).

Assim como Fernando, Jorge resalta em sua fala que a iniciativa de construção de um museu municipal foi suspensa para dar lugar a um projeto que busque “emendas parlamentares de deputados federais que pudessem ser aplicadas para somar”, ou seja, os idealizadores do MuseUmbanda apontam para o desejo de conquistar auxílio da prefeitura, apenas para conseguir um espaço para a construção do museu, e depois utilizariam emendas e auxílios governamentais, além de outras possíveis oportunidades de editais municipais, como principal via de captação para a construção do museu. Jorge e Fernando afirmavam que não

<sup>268</sup> Ver: <https://extra.globo.com/noticias/rio/apos-polemica-prefeitura-de-sao-goncalo-ira-rever-projeto-para-distribuir-verbas-para-criacao-de-museus-religiosos-25296929.html>. Acesso maio de 2024.

<sup>269</sup> Mario Chagas é fundador da Revista Brasileira de Museus e Museologia - MUSAS e criador do Programa Editorial do IBRAM. Atualmente é diretor do Museu da República do Instituto Brasileiro de Museus, presidente do Movimento Internacional para uma Nova Museologia (MINOM). Ver <https://www.escavador.com/sobre/5632549/mario-de-souza-chagas>. Acesso maio de 2024.

poderiam correr o risco de deixarem o Museu totalmente suscetível a uma “prefeitura evangélica”.

Após as diversas acusações de intolerância religiosa e ser denunciado pelo deputado estadual Átila Nunes (MDB), por preconceito religioso e improbidade administrativa, o prefeito de São Gonçalo, Capitão Nelson, alegou rever a previsão orçamentária destinada ao apoio da construção de museus religiosos no município.

Em nota ao Jornal Extra<sup>270</sup>, a prefeitura explicou que voltou atrás e irá rever a previsão orçamentária, destinada ao apoio da construção de museus religiosos no município. Esclarece ainda, que a previsão destinada ao Museu da Umbanda, “culto afro-brasileiro que nasceu em São Gonçalo há 113 anos, mais precisamente no bairro de Neves”, não condiz com a importância histórica e cultural da religião. A prefeitura também ressaltou que o valor é uma previsão e que “não irá construir nenhum museu religioso, mas sim apoiar iniciativas da sociedade civil que desejam construir”.

A fim de encerrar a polêmica sobre a discrepância de valores entre os museus, e sair do estigma de uma prefeitura que reproduz a intolerância religiosa, foi criado, atrelada a Secretaria de Assistência Social, no segundo semestre de 2021, a Coordenadoria de Assuntos religiosos de São Gonçalo, cuja a chefia é desde então exercida por um pastor, que afirma ser amigo do prefeito da cidade.

### 3.3.1 A Coordenadoria de Assuntos Religiosos de São Gonçalo

A Coordenadoria de Assuntos Religiosos do município está diretamente subordinada à Secretaria de Assistência Social, vinculada a Subsecretaria de Proteção Especial e se apresenta como um espaço institucional, criado com o objetivo de dialogar com os assuntos relacionados às religiões presentes no município de São Gonçalo. O responsável pela coordenadoria é Carlos André Ferrugem, conhecido na câmara municipal como Pastor Ferrugem<sup>271</sup>.

---

<sup>270</sup> Ver: <https://extra.globo.com/noticias/rio/apos-polemica-prefeitura-de-sao-goncalo-ira-rever-projeto-para-distribuir-verbas-para-criacao-de-museus-religiosos-25296929.html>. Acesso maio de 2024.

<sup>271</sup> Pastor Ferrugem nasceu no bairro Mutuapira, em São Gonçalo, em 1971. A sua formação é nível técnico, atualmente está tentando uma formação acadêmica na área de gestão pública. É especialista na área de trânsito. Sua atual formação religiosa confessional é pentecostal, mas afirma que transita bem em outras matrizes, como a africana, uma vez que seus pais eram umbandistas. Até 1987, acompanhou seus pais

Pastor Ferrugem se apresenta como protestante de confissão evangélica. O coordenador afirma que, até outubro de 2020, frequentava a Igreja Batista Tradicional, que, segundo ele, integra a “Convenção Batista Brasileira (CBB)”<sup>272</sup>, mas tem peculiaridades que se assemelham às denominações pentecostais. Atualmente Ferrugem faz parte da denominação chamada “Brasas do Reino”, vertente da Assembleia de Deus, localizada no bairro Santa Luzia.

O pastor explica que sua igreja tem atuação com trabalhos sociais direcionados a pessoas em situação de rua do município, como “fazer churrasco com morador de rua”, por isso o nome “Brasas do Reino”. Nas redes sociais a denominação religiosa se apresenta com o lema “Justiça, Paz e Alegria”, e manifesta defesa ao Estado de Israel na guerra contra a palestina, intensificada pelos bombardeios de 2023<sup>273</sup>. Segundo Carranza, Machado & Mariz (2023), a simpatia dos evangélicos com os judeus e o empenho na defesa da nação e Estado de Israel são fenômenos relativamente novos no continente, e, no caso do Brasil, se constitui num marcador simbólico das campanhas à presidência de Jair Bolsonaro (2018-2022) e nos atos antidemocráticos ocorridos durante o governo bolsonarista.

Partindo desse contexto de atuação, o Pastor Ferrugem lidera a Coordenadoria de Assuntos Religiosos do município e afirma que esta é um espaço que tende a construir políticas públicas voltadas às crenças religiosas, focando nas possibilidades de diálogos e ações do poder público, na sua forma “ampla e igualitária”. A Coordenadoria realiza eventos religiosos dentro da câmara de São Gonçalo, como a solenidade “São Gonçalo segue em fé contra o preconceito e a intolerância religiosa”, realizada no Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa, em janeiro de 2022. Além desse evento, há cultos antes do expediente do legislativo<sup>274</sup>, mantendo o “*modus operandi*” que sobrepõe o púlpito e o palanque e contribui para a sacralização das ações dos agentes públicos no espaço da política (DUARTE, 2012).

---

em alguns cultos de matriz africana no terreiro que frequentavam no mesmo bairro que nasceu e ainda reside até hoje, e que quando não ia a sessão no terreiro, alguns cultos eram feitos na sua casa.

<sup>272</sup> Segundo o site oficial da CBB, a instituição se define como órgão máximo da denominação batista no Brasil, sendo a maior convenção batista da América Latina, representando cerca de 8753 igrejas, 4.944 Congregações e 1.706.003 fiéis. O texto institucional informa que, como instituição, existe desde 1907, servindo às Igrejas Batistas brasileiras com sua estrutura de integração e seu espaço de identidade, comunhão e cooperação, destacando que é a CCBB quem define o padrão doutrinário e unifica o esforço cooperativo dos Batistas do Brasil. Ver: [https://www.convencaobatista.com.br/site/pagina.php?MEN\\_ID=19](https://www.convencaobatista.com.br/site/pagina.php?MEN_ID=19). Acesso maio de 2024.

<sup>273</sup> Ver: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/internacional/audio/2023-12/retrospectiva-conflito-entre-israel-e-hamas-marca-tensao-no-mundo>. Acesso maio de 2024.

<sup>274</sup> Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CbCGaeWMV7R/>. Acesso março de 2022.

Em geral, estes eventos públicos retroalimentam o prestígio das lideranças fundamentalistas, favorecendo não só a identificação dos eleitores com candidaturas confessionais, como também a defesa dos interesses de determinadas instituições religiosas nos diferentes níveis de poder político (Machado, 2006, P.31; Camurça, Bahia Aguiar, 2021). O aumento dessa presença pública e da circularidade dos segmentos pentecostais no campo político, contribui para que seus espaços religiosos sejam vistos como espaços de “proteção material, emocional e espiritual”, fazendo com que o indivíduo disponha “de alguma sensação de segurança” (Machado, p.28).

Questionado sobre a discrepância da verba entre museus cristãos e o da umbanda, o Pastor diz acreditar que a foi “uma triste coincidência”, “um erro de digitação na planilha” que parte da peça orçamentária. Visando argumentar sobre a imparcialidade do executivo máximo do município em relação às denominações religiosas, Ferrugem cita os apoios que destinou aos projetos idealizados por Waguinho, como as ações em torno do Marco Zero da Umbanda:

eu acredito que você tem ali uma planilha, alguns códigos. Para mim, o erro foi ali. Eu não acredito que um político como o Capitão Nelson, que milita há tempo, ia deixar passar 10 mil e achar que isso ia passar despercebido assim. Eu acredito que foi um erro grosseiro de digitação. Eu acredito que foi uma triste coincidência, sem demagogia [...] você acha que se o cara [Capitão Nelson] fosse intolerante ele iria manter o Centro de Igualdade Racial? Ia abrir agora um diálogo com a Coordenadoria de Assuntos Religiosos e trazer um espírita para compor comigo? Pergunta qual é a relação de Waguinho comigo e a que eu tenho com ele! Não é só relação institucional não. Relação de respeito, de carinho. Eu ouvi de algumas pessoas que “nós não vamos para lá para fazer amigos, vamos para trabalhar”. Eu penso diferente [...] com boa relação, o trabalho sai muito melhor (Ferrugem, 2022).

Apesar de liderar uma coordenadoria que tem no cerne da sua criação as tensões religiosas, e a necessidade de dialogar com as diferentes matrizes devocionais existentes no município, Ferrugem alega que “é mais interessante destinar verbas e energia política para comprar uniforme escolar, alimentação das crianças na escola, dar condições para que a saúde melhore, por exemplo”. Segundo ele, se sentiria constrangido de pegar um milhão de reais e destinar para outras pautas, uma vez que, material e merenda escolar seriam questões mais relevantes para a cidade do que as verbas destinadas aos museus:

não é que eu não ache importante essas pautas, mas devem ser consideradas outras pautas no município também. Não vou dizer que essa deva ser preterida entre outras causas, mas vou dizer que entre uma outra pauta que não seja alimentação das crianças na escola, comprar uniforme escolar, dar condições para que a saúde melhore, melhorar com bônus o salário do servidor... a gente precisa repensar isso também. A questão é o museu? Então a gente precisa pensar de uma forma que não

implique no orçamento da saúde. Primeiro é reparar esse erro material [se referindo a discrepância de verbas para os espaços religiosos]. Hoje eu ficaria meio constrangido de pegar um milhão de reais e destinar pra outras pautas. Se eu pudesse escolher e destinar lá dentro do legislativo, eu faria o seguinte, mais verba para assistência social e pautas que buscassem erradicar a fome no município. Têm pessoas dentro de São Gonçalo, hoje, pensando no que vão comer. (...) Será que a gente não poderia empregar recursos para erradicar o analfabetismo no município, comprar material escolar de melhor qualidade? (Ferrugem, 2022)

É interessante observar como o representante de uma pasta municipal criada para pelo então prefeito, para estimular a “boa convivência entre religiosos” e “evitar possíveis conflitos”, classifica as demandas da própria coordenadoria como de “menor urgência” para o município, perante a demais medidas que caberiam a outros segmentos, como assuntos direcionados a secretaria municipal de educação. Ao esvaziar a função da própria pasta, o Pastor conseqüentemente diminui a importância da sua atuação na prefeitura, além de chamar a atenção para a relação existente entre as ações do mandato do Capitão Nelson e a educação pública municipal.

Em 2021, a Câmara de Vereadores de São Gonçalo aprovou a mensagem do prefeito, Capitão Nelson, que propôs modificação do Plano de Carreira da rede municipal, retirando uma série de direitos da categoria, como a não ascensão por tempo de serviço ou por formação. A votação não chegou a ser discutida pela Comissão de Constituição e Justiça e pela Comissão de Educação, além de não ter sido enviada com, pelo menos, 48 horas de antecedência, indo direto para o plenário (Rabibe, Volotão, 2023).

Destacamos também certa proximidade entre o discurso do Pastor e os proferidos por Crivella quando este não investiu no carnaval carioca durante seu mandato de prefeito da cidade, alegando não ter verba, e o pouco de dinheiro disponível pela prefeitura deveria ser direcionado para creches. Em ambos os casos há um cálculo político, em que outros segmentos, possíveis eleitores, que não necessariamente sejam pentecostais, mas sensíveis às questões assistenciais, possam ser mais bem considerados na esfera política destes candidatos (Vital da Cunha, Lopes, Lui, 2017). Demandas relacionadas a hospitais, creches, merendas e material escolar contemplam as classes trabalhadoras, pois saúde e escola são de fato considerados essenciais no cotidiano das camadas populares.

Essas pautas atingem de forma interessante as eleitoras, pois creches e universo escolar são preocupações também próximas ao universo feminino dessas camadas, em especial as trabalhadoras. Mesmo eleitores de outras religiões se veem atraídos para este tipo de retórica, o que amplia o quadro de possíveis eleitores fora do campo pentecostal, estratégia recorrente na campanha de Marcelo Crivella tanto para o senado quanto para a prefeitura do

Rio de Janeiro (Siuda-Ambroziak; Bahia, 2020). E ainda cabe lembrar que o aspecto cultural, sendo menos estratégico no campo político, no caso aqui analisado, o museu seria um investimento a ser facilmente cortado em períodos de crise, podendo ser preterido por algum projeto assistencialista.

Além disso, as trocas promovidas entre políticos e eleitores, tendo como moeda de troca as benesses do campo assistencialista e consequentemente os votos, são regras comuns e regulares, e conforme vimos garantem o funcionamento do jogo político não apenas nos períodos eleitorais (Machado, 2006, p.91). A importância da pertença religiosa e do engajamento dos políticos a projetos assistencialistas tem sido comprovada como sendo bastante eficaz nos períodos eleitorais ao serem acionadas como parte dos recursos eleitorais (Machado, 2006, p.92).

Após afirmar que não vê atitudes intolerantes por parte do Capitão Nelson, Ferrugem acredita que a cidade de São Gonçalo também não corrobora com análises que a enquadram dentro das características de um município intolerante. O pastor defende a imagem de um município que tem apenas “casos isolados de intolerância”, “casos pontuais”:

Não considero São Gonçalo um município intolerante não. Hoje estamos dialogando. Existem pautas no calendário religioso que contemplam evangélicos, católicos e espíritas. No Museu da umbanda, estamos dialogando com pai Fernando, e no Marco da umbanda lá em neves... Todos estão tendo acesso a mim, como responsável desta Coordenadoria. E eu tenho tratado a todos de forma responsável, laica e respeitosa. Nenhuma dessas pessoas que tem essa confissão de fé [umbanda e candomblé] tem sido tratada de forma desrespeitosa, ou preterida por outras religiões que no município tem mais adeptos [se referindo aos evangélicos]. Eu ouvi muito que existem pastores fundamentalistas e me senti um pouco atingido porque foi colocado todo mundo num bolo só. Existem sim algumas pessoas intolerantes e alguns casos de intolerâncias pontuais. E nós, dentro da nossa discussão, queremos mudar isso (Ferrugem, 2022).

Ferrugem afirma que a atual prefeitura desenvolve mais diálogo, e ressalta a existência de pautas no calendário religioso do município que contemplam “evangélicos, católicos e espíritas”. Entretanto a descaracterização que faz da intolerância, não como um fato social frequente e perturbador, e sim como caso isolado e individual, é parte presente também nos casos classificados pela polícia de um crime menor, comumente chamado de “feijoadá” e de difícil descrição, pois é compreendido como briga entre vizinhos ou picuinha (Miranda, 2010, p 140).

Ferrugem ressalta que tem tratado a todos de forma responsável, laica e respeitosa, e que nenhuma dessas pessoas que tem essa confissão de fé – afroreligiosa - tem sido tratada

de forma desrespeitosa, à exemplo cita a Festa de Iemanjá<sup>275</sup>, na praia das Pedrinhas, onde a sua Coordenadoria e o governo municipal deram condições materiais para que esse evento acontecesse.

Entretanto, Fernando destaca que as condições viabilizadas por parte do poder público municipal para que ocorresse a Festa de Iemanjá foram mínimas, “o mínimo, em que se faz politicamente, para que não seja acusado publicamente de intolerância religiosa”. Fernando também afirma que não vê medidas efetivas de participação dos representantes do poder público municipal, como acontece nos cultos das igrejas evangélicas no município. Os religiosos aponta que, em 2021 a prefeitura “apenas deu o toldo, o som e as cadeiras, mas não deram nem as caras” na Festa de Iemanjá.

Para Fernando, isso não é política inclusiva, é obrigação da prefeitura:

eles têm obrigação de entregar cadeira, som e toldo, mas eles têm que ir lá, patrocinar, dizer que está lá, dizer que é antirracista, que é anti-intolerante... senão não adianta nada você dar o dinheiro para fazer o evento, mas você não vai dizer o que as igrejas precisam dizer: Tem sangue na bíblia! (Torres, 2022)

Segundo o pai de santo, a participação nesses eventos é protocolar, mínima, feita para manter uma convivência, em que o limite do tolerar está posto, porém compatível com as regras da política, em que é necessário acionar a ideia de liberdade religiosa para dizer que respeita as diferenças, em atitudes calculadas e viáveis para a manutenção dos votos, e de uma certa aparência a ser reproduzida num campo social com forte presença pentecostal, porém com múltiplos segmentos religiosos em conflito<sup>276</sup>.

Os afroreligiosos chamam a atenção para a discrepância de verbas e presença atuante do poder municipal não só em relação ao debate que permeia a construção dos museus, como também a outras atividades cristãs que demarcam anualmente o espaço público, como a Marcha para Jesus<sup>277</sup>, realizado pelas igrejas evangélicas da cidade e o Tapete de Sal<sup>278</sup>,

<sup>275</sup> Festa de Iemanjá de São Gonçalo, é organizada por Mãe Márcia D’Oxum e ocorre desde 2009, na Praia das Pedrinhas (Aguiar, 2018).

<sup>276</sup> Crivella, em 2016, durante a sua campanha para prefeitura do Rio de Janeiro, se desculpou sobre as afirmativas que fez ao catolicismo, e para o tema da “homossexualidade”. O candidato se reuniu com representantes de religiões e de movimentos LGBT, chegando a assinar a “Carta-compromisso com os direitos humanos contra a violência, o racismo e a intolerância religiosa”, redigida pela Comissão de Combate à Intolerância Religiosa. (Camurça; Bahia; Aguilar, 2021, p.77).

<sup>277</sup> A Lei Municipal Nº 29 de 2005, que legaliza a Marcha para Jesus, tornando-a patrimônio público, cultural e religioso, além da viabilidade a partir de financiamentos municipais, foi aprovada no governo de Aparecida Panisset, em 2005. Ver: <http://leismunicipa.is/sckrg>. Acesso junho de 2024.

<sup>278</sup> Lei Municipal Nº 12, de 2005, que institui como patrimônio público cultural e religioso a procissão pelo dia

empreendido historicamente pela Igreja Católica, com a liderança da Igreja Matriz de São Gonçalo.

### 3.4 Cristãos e afrorreligiosos na disputa pelo espaço público municipal

Tanto a Marcha para Jesus quanto o Tapete de Sal foram instituídos como patrimônio público, cultural e religioso do município não só no primeiro mandato como também era o primeiro ano de exercício de Aparecida Panisset à frente do executivo, em 2005. O evento evangélico acontece desde 1997 na cidade. Em 2010, a Marcha contou com aproximadamente 50 mil fiéis e um helicóptero que derramou óleo ungido pelo município e pelos trios elétricos que faziam show gospel. Em um determinado momento, os fiéis pararam em frente à Prefeitura de São Gonçalo e a então mandatária destacou a importância de “clamar à Deus pela sede do governo, de onde são tomadas decisões importantes para melhorar a vida do povo”. Segundo os sites de notícia *online*, Panisset havia solicitado que “todos levantassem as mãos em direção à Prefeitura num ato profético, declarando que o Senhor Jesus é o Senhor dessa cidade”<sup>279</sup>.

Em 2011 a prefeitura de São Gonçalo se torna alvo de investigação do ministério público, por contratar uma empresa particular para organizar a Marcha do ano anterior, e despender gastos em torno de R\$79 mil com o evento evangélico. O contrato foi celebrado entre a empresa M. Vieira Produções e Eventos e a Fundação de Artes de São Gonçalo (Fasg), instituição criada em 2001 e vinculada à Secretaria municipal de Cultura, com o objetivo de incentivar, difundir e promover a prática e o desenvolvimento de atividades culturais e artísticas no município<sup>280</sup>. Segundo o então presidente da Fasg, Carlos Nery Ribeiro, “Importante destacar que a Marcha para Jesus é um evento que visa a fé e a paz. Não se trata de uma iniciativa para um público específico, servindo a católicos, evangélicos e a qualquer tipo de credo”<sup>281</sup>.

---

de Corpus Christi e a confecção do Tapete no município de São Gonçalo. Ver: <http://leismunicipa.is/skbrg>. Acesso junho de 2024.

<sup>279</sup> Ver: <https://admin.guiame.com.br/gospel/mundo-cristao/helicoptero-derrama-oleo-da-uncao-em-sao-goncalo-rj-durante-marcha-para-jesus.html> Acesso maio de 2024.

<sup>280</sup> Ver: <https://www.saogoncalo.rj.gov.br/fundacao-de-artes-esporte-e-lazer/instituicao/>. Acesso maio de 2024.

<sup>281</sup> Ver: <https://www.oabRJ.org.br/noticias/mp-investiga-evento-religioso-sao-goncalo>. Acesso maio de 2024.

Ressaltamos que, assim como a Marcha para Jesus, as atividades realizadas pelos católicos da cidade, como a procissão de *Corpus Christi*<sup>282</sup>, com a confecção do Tapete de Sal, contam com o apoio da Fundação de Artes de São Gonçalo (Fasg), que a partir de 2018 passou a denominar-se Fundação de Artes, Esporte e Lazer de São Gonçalo (Faesg).

A confecção do Tapete de sal com a procissão de *Corpus Christi*, acontece desde 1995, e em 2005 foi considerado pela mídia e religiosos como o maior da América Latina, atingindo cerca de dois quilômetros de extensão, contando com atuação de 27 paróquias e entidades governamentais que confeccionam em torno de 240 painéis. A Câmara é responsável pela confecção do tapete de sal desde 2017, a partir do governo de José Luiz Nanci (2017-2020). Para a organização do evento, além do padre responsável pela Igreja Matriz, estão envolvidos representantes das secretarias de Cultura, Infraestrutura e Saúde e também a guarda municipal, Cruz Vermelha, Polícia Militar, Defesa Civil e do legislativo da cidade<sup>283</sup>.

Nos chama a atenção os temas norteadores do evento católico em 2018 e 2019 que são apresentados no site oficial da prefeitura. Até 2017 o tapete apresentou os seguintes temas: “Eucaristia”, “Campanha da Fraternidade” e “Ano Mariano”. Em 2018, o tema foi “Vida Sim. Aborto não!”; Em 2019, foi “Fraternidade e Políticas Públicas”. Essas temáticas podem indicar certa proximidade católica com a adesão das pautas fundamentalistas (Cunha, 2022) que foram norteadoras das campanhas políticas bolsonaristas em âmbito federal (2018) e municipal (2020), como foi abordado nos capítulos anteriores.

Em 2020 e 2021, por conta da pandemia de Covid-19, o evento foi *online*, e os participantes mandavam fotos dos desenhos que faziam em casa, com o nome “Tapete Virtual”; Já em 2022, o retorno presencial contou com uma exposição realizada na Casa das Artes, que tinha por título “São Gonçalo – Território, história e fé”. O projeto foi realizado

---

<sup>282</sup> O dia de *Corpus Christi* é comemorado, sempre em uma quinta-feira, em alusão à Quinta-feira Santa, quando se deu a instituição do sacramento. Durante a última ceia de Jesus com seus apóstolos, Ele mandou que celebrassem sua lembrança, comendo o pão e bebendo o vinho, que se transformariam em Seu Corpo e Sangue.

<sup>283</sup> Segundo o site oficial da prefeitura de São Gonçalo, em 2024, o prefeito Capitão Nelson visitou os tapetes e conversou com alguns fiéis, afirmando que a celebração é uma tradição no município, e que todas as secretarias estavam envolvidas, contando com 600 servidores. Ver: <https://www.saogoncalo.rj.gov.br/celebracao-de-corpus-christi-inicia-com-a-presenca-de-milhares-de-pessoas/#:~:text=O%20tapete%20de%20sal%20de,do%20Clube%20Mau%C3%A1%2C%20no%20Centro.> Acesso maio de 2024.

entre representantes católicos e a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)<sup>284</sup>. Mais uma vez, observamos como a história, enquanto narrativa que busca um passado legitimador, é utilizada para costurar a formação do território municipal e a presença fundante católica, a partir da Igreja Matriz de São Gonçalo (Le Goff, 2003).

Em 2023, as proposições norteadoras para o evento foram “Fraternidade e Fome”, mas em 2024 os temas orientados foram: “Eucaristia – alimento da vida de oração”, “Ano da Oração” (caminho de preparação para o Ano Jubilar), “Sínodo”, partindo do tema da Campanha da Fraternidade (paz, reconciliação, encontro e ecologia), além dos tradicionais desenhos dos padroeiros das paróquias.

A fim de aprofundar o entendimento sobre a atuação da prefeitura frente as diferentes denominações religiosas, ressaltamos os artigos que norteiam a aplicação das Leis Ordinárias que estabelecem como patrimônio público cultural e religioso os três eventos aqui ressaltados, a Marcha para Jesus; a Procissão de *Corpus Christi* com a confecção do tapete de sal; e a Semana da Umbanda:

A Lei Nº29/2005 que orienta o evento evangélico possui seis artigos, entre eles destacamos o Art.2º que garante apoio do Poder Executivo para a sua realização; O Art.3º estabelece que os órgãos competentes do Poder Municipal deverão elaborar medidas que permitam aos Cristãos Evangélicos o direito de: I - Realizar passeata com carro de som, na Avenida Feliciano Sodré, entre a Praça Prof. Estephania de Carvalho e o Clube Mauá e II - Fixação de palco, com equipamento de som para a manifestação dos fiéis; o Art. 4º garante que a Semtran (Secretaria Municipal de Transito) poderá interditar para o bom andamento desta festa religiosa as ruas que forem necessárias à realização do evento, e deverá garantir a segurança dos visitantes; e no Art. 5º, o Poder Executivo poderá subvencionar a festa da Marchar Para Jesus toda vez que for solicitado pela coordenação do evento.

A orientações para o evento católico, de Lei Nº12/2005, contém sete artigos, onde ressaltamos o Art.2º, que delibera que a Igreja Católica Apostólica Romana deverá ter o apoio do Poder Executivo quando for necessário; o Art. 3º, assegura que Poder Municipal deverá elaborar medidas que permitam aos cristãos o direito de - Parágrafo Único - Confeccionar o tapete todos os anos, com o apoio da Guarda Municipal; o Art. 4º garante que a Guarda Municipal poderá interditar, para o bom andamento desta festa religiosa, as ruas que forem necessárias à realização do evento e deverá garantir a segurança dos visitantes; e no Art. 6º, o

---

<sup>284</sup> Ver: <https://www.saogoncalo.rj.gov.br/sao-goncalo-recebe-maior-tapete-de-sal-da-america-latina/#:~:text=Nos%20%C3%BAltimos%20dois%20anos%2C%20o,feira%2C%20a%20partir%20das%206h30Acesso maio de 2024.>

Poder Executivo poderá subvencionar a festa de *Corpus Christi* toda vez que for solicitado pela coordenação do evento.

Já a Lei Nº1.121/2020, que dispõe sobre a criação da semana da umbanda no calendário oficial da cidade, possui três artigos, onde apenas dois norteiam a montagem do evento: O art. 2º delibera que a semana da Umbanda será comemorada entre os dias 11 e 17 de novembro; E o Art.3º orienta que durante toda a semana em "Comemoração ao aniversário da Umbanda" serão realizadas sessões espirituais nos Terreiros de Umbanda. Serão realizadas ainda, palestras e eventos de propagação da religião em vários locais da cidade, a serem escolhidos por uma comissão de representantes da religião, Câmara Municipal e Prefeitura Municipal. O encerramento da comemoração da "Semana da Umbanda" será no dia 17 de Novembro, com uma "Feira Cultural" na Praça Zé Garoto e uma Sessão Solene na Câmara Municipal, homenageando as principais lideranças e destaques que lutam para manterem a cultura das religiões de matrizes africanas.

Como podemos observar, diferente das orientações presentes nas Leis que regulam os eventos cristãos, sejam católicos os evangélicos, a Semana da Umbanda não conta com deliberação direta vinculando a efetuação do evento ao poder Executivo, regulamentação para atuação dos agentes de trânsito, financiamento previsto por parte da prefeitura, segurança pública destinada aos participantes, ou a mesma liberdade para escolher a coordenação responsável pelo evento. Ao vincular a comissão da Semana da Umbanda a representantes tanto da religião quanto do poder público, a deliberação pode ocasionar desvirtuação das intenções umbandistas ou até mesmo subalternização dos interesses religiosos caso os seus anseios não estejam em consonância com as pretensões políticas dos demais coordenadores, como observamos em 2023.

Na Semana da Umbanda de 2023, o vereador Romário Regis e o sacerdote umbandista Fernando Torres, atuantes na Comissão do evento, entraram em discordâncias sobre a realização do mesmo. Um dos momentos mais calorosos foi a escolha, feita pelos religiosos, pelo músico também umbandista Altay Veloso<sup>285</sup>, para o encerramento da solenidade cujo o tema norteador era “Legalização e Justiça – Um caminho possível para o fim das violências contra os povos de terreiro”<sup>286</sup>. Não consultando os demais religiosos, o vereador achou pertinente utilizar o show do artista tanto para encerrar o evento da umbanda, como para

---

<sup>285</sup> Na sua rede social, Altay Veloso se apresenta como cantor, compositor, escritor e multinstrumentista da música popular brasileira (MPB), nascido em São Gonçalo, RJ. Ver: <https://www.instagram.com/altayveloso/>. Acesso junho de 2024.

<sup>286</sup> Ver: <https://www.saogoncalo.rj.gov.br/semana-da-umbanda-tem-inicio-em-sao-goncalo/>. Acesso julho de 2024.

comemorar os 50 anos da Faculdade de Formação de Professores (UERJ-FFP), que possui grande prestígio e estima dos gonçalenses.

Fernando e os demais religiosos não aceitaram a inclusão da festividade acadêmica no evento da umbanda por temer mais uma vez sofrerem invisibilidade se tratando da importância que a UERJ tem a nível não só local, como nacional, e por entenderem que a Semana da Umbanda é uma conquista para demarcar o espaço da cidade frente a concorrência com as demais religiosidades e os crescentes casos de intolerância e racismos religiosos. No entanto, dias antes do encerramento, em um dos eventos da Semana, Romário reafirmou a sua posição e ressaltou que o show aconteceria com financiamento municipal, por isso ele, enquanto representante do município, teria definido que também serviria para festejar os 50 anos na ocasião.

Veremos mais adiante que o incentivo municipal para que as festividades católicas e evangélicas, em discrepância com os eventos afro religiosos, fica evidente não só nos apontamentos de Fernando e nas ocorrências da Semana da Umbanda, como também nas contestações feitas por outras lideranças de terreiro do município. Observamos como a concorrência entre católicos e pentecostais extrapola o campo religioso e migra para as esferas de poder das cidades, onde os afro religiosos, por sua vez, expõem suas desvantagens sociais e econômicas frente ao catolicismo e ao pentecostalismo (Bortoleto, 2014).

#### 3.4.1 São Jorge em disputa: conflito entre Umbandistas e Católicos pela demarcação religiosa de São Gonçalo

O terreiro de Bianca<sup>287</sup> realiza, em todo feriado de São Jorge<sup>288</sup>, há 30 anos, uma procissão pelas ruas de São Gonçalo, no bairro do Rocha, com a imagem do santo, carros de som, devotos usando capa vermelha, fios de conta que simbolizam as cores do orixá Ogum e uma muda da planta conhecida como “espada de São Jorge” nas mãos, como observamos nas imagens abaixo:

---

<sup>287</sup> Bianca é ialaxé do candomblé, no bairro do Rocha, São Gonçalo. A religiosa foi apresentada na Introdução desta tese.

<sup>288</sup> LEI Nº 5198, DE 05 DE MARÇO DE 2008. INSTITUI FERIADO ESTADUAL, DIA 23 DE ABRIL, "DIA DE SÃO JORGE.". Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/rj/lei-ordinaria-n-5198-2008-rio-de-janeiro-institui-feriado-estadual-dia-23-de-abril-dia-de-sao-jorge>. Acesso junho de 2024

Figura 26 - Procissão de São Jorge em São Gonçalo, 1980



Fonte: Arquivo Pessoal Bianca Silva, 1980.

Figura 27 - Procissão de São Jorge, São Gonçalo, 2023



Fonte: Camilla Fogaça, 2023.

Figura 28 - Devotos de São Jorge nas ruas da cidade, São Gonçalo, 2023



Fonte: Camilla Fogaça, 2023.

Em uma das reuniões para a organização do Cortejo a São Jorge, que aconteceu no projeto social dirigido por Bianca, em 2023, foi debatido as dificuldades enfrentadas pelo terreiro da Ialaxé em conseguir apoio da prefeitura para a realização do evento, que estava previsto para ocorrer no domingo, dia 23 de abril. No encontro, a Igreja Católica foi citada diversas vezes, tanto por Bianca como por demais participantes, como uma entidade que “anda se fechando contra os afro religiosos” e “causando resistências aos mesmos”. Bianca disse não entender a posição da Igreja que “sempre disse estar ao lado dos que sofrem intolerância e contra as discriminações”, mas se recusaram a receber as os povos de terreiro que solicitaram a retirada de uma montagem que servia como impeditivo para o cortejo do santo disputado entre as religiões.

A ialaxé fazia menção a um palco que havia sido montado no meio da rua, próximo a Igreja São Judas Tadeu, para as festividades da Páscoa, realizada no início do mês de abril. Segundo Bianca, o palanque permanecia no local semanas depois, atrapalhando o planejamento do Cortejo para São Jorge, feito pelo seu terreiro. A sacerdotisa ressalta que membros da sua casa de axé tentaram conversar com os representantes da Igreja em questão, mas não foram atendidos por serem umbandistas.

Segundo Bianca, mesmo com o impeditivo do palco, o pedido para a realização do Cortejo havia sido entregue ao vereador Romário (PCdoB) e este tinha encaminhado para a secretaria de postura que, por sua vez, negou a realização do evento alegando que a presença

de palanque se encontrava interditando a rua, e estava destinado a festividade da Igreja Católica São Judas Tadeu.

Na reunião de planejamento, Bianca perguntou aos representantes do poder público presente, o vereador Mariola<sup>289</sup> (PODEMOS) e ao Pastor Ferrugem se a estrutura poderia ficar tanto tempo à disposição da Igreja e interditando uma via. Em resposta a Bianca, o vereador afirmou que nenhum palanque ou evento poderia interditar a rua por tanto tempo e que desconhecia aquela montagem. O Pastor Ferrugem, reafirmou o desconhecimento do palanque, e ressaltou que todas as religiões devem ser atendidas igualmente, e se colocou à disposição diante de qualquer impeditivo.

Na busca por mais informações sobre a Igreja Católica que estava sendo apontada por Bianca de manter o palanque na rua, e assim dificultar o cortejo a São Jorge, busquei inicialmente conversar com o Padre responsável pela Igreja, mas só obtivemos sucesso dois dias depois. Tanto o padre quanto a secretaria responsável pelo atendimento ao público se mostraram receosos em conversar sobre o Festejo a São Jorge, não só com os membros da umbanda. Iniciei aproximação com a Igreja a partir de uma amiga que é moradora do bairro e que frequenta o espaço religioso há mais de 20 anos, chegando a ser amiga de infância do padre Robson, responsável pela paróquia. Ao afirmar que nossa conversa se tratava do meu interesse em pesquisar os diferentes circuitos religiosos feitos no bairro para homenagear São Jorge, fui tratada com inicial rispidez, mas a desconfiança se manteve.

Assim que consegui uma reunião com o padre Robson, este negou qualquer tentativa empreendida por Bianca e outras pessoas de axé de conversar com ele sobre o palanque e o Festejo a São Jorge. O padre também afirmou desconhecer a construção do palanque para a sua Igreja, e qualquer cortejo de São Jorge que passasse pela região que não fosse da Igreja Católica de São Jorge, que fica há aproximadamente 15 minutos de distância da São Judas, e 10 minutos do terreiro de Bianca.

O desenrolar do evento programado por Bianca, e que aglutinava outros terreiros do município, ocorreu de forma planejada, sem a presença do palanque nas ruas demarcadas para a sua procissão. Enquanto o seu cortejo umbandista aconteceu a partir das 7h da manhã, a procissão católica se iniciou às 17h, culminando na Igreja de São Jorge, para a missa das 18h.

---

<sup>289</sup> Na reunião, o vereador Mariola diz ser católico, e que nasceu no mesmo dia dos festejos a São Jorge, 23 de abril. Para comemorar a data e prestar homenagem ao santo, o vereador afirma que em todo festejo carrega no cortejo católico, a imagem do santo nos ombros, pelas ruas de São Gonçalo.

Buscamos informações sobre a Igreja São Judas Tadeu, na sua página oficial, no *Instagram*<sup>290</sup>, destacamos a presença constante de interjeições para a proteção da “família tradicional”, como “a família tradicional anda ameaçada nos dias de hoje”. Na mesma rede social existe um drive<sup>291</sup> que disponibiliza duas páginas com orientações que destacam os principais pecados, assim como as medidas a serem realizadas caso haja arrependimento, e informativos sobre confissão.

Sob o título “Exame de Consciência” encontramos apenas a seleção de alguns dos dez mandamentos, e o enfoque dado a instituição a maneiras como o pecado se inscrevia na sociedade, entre outros atos: “ir ao Espiritismo, umbanda e benzedeiras” e “fazer abortos, aconselhar ou ajudar, de alguma forma, alguém a abortar”. Sobre essa última indicação, encontramos no topo da página a seguinte citação:

(\*) A Igreja considera o aborto provocado, qualquer que seja o método, um pecado gravíssimo. Sua pena é a excomunhão a quem realiza e a todos os que nele tomam parte, conscientemente (mulher, marido, amante, api, familiares, amigos, médicos, farmacêuticos, enfermeiros, parteiras, etc...)

Logo após a citação sobre o aborto vem a inscrição da passagem Bíblica Cf. João, 20: 19-23, que afirma que é por meio da confissão que o pecador receberá o perdão pelos pecados, “Jesus falou: ‘A quem vocês perdoarem os pecados, os pecados serão perdoados’”. Essas postagens evidenciam a existência de uma tradição conservadora no Brasil, presente no Catolicismo, em que vê a sociedade como um âmbito a ser orientada pela moral, a exemplo da Sociedade de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP) (Gama, 2024)<sup>292</sup>.

Segundo Gama (2024), uma das ideias que fundamenta as novas direitas e que encontra correspondência nas direitas católicas do século XX é a preferência pelas pautas morais, como “divórcio, casamento homossexual, aborto”. Gama ressalta que esses temas eram recorrentes da TFP, que, com o advento da Internet, encontrou espaço para a disseminação dessas ideias, nutrindo os “novos grupos das velhas direitas católicas”.

Camurça (2023) também ressalta que, nas eleições presidenciais de 2018, no segmento católico da população o candidato eleito Bolsonaro teve 29.795.232 num percentual de 51%, ao passo que Haddad do PT teve 29.630,786 num percentual de 49%, sendo a diferença entre

<sup>290</sup> Ver: <https://www.instagram.com/saojudasrocha/>. Acesso maio de 2024.

<sup>291</sup> Ver: <https://drive.google.com/file/d/1iMIDX6C0RHCA0sHcDXFvJxFyJUrb-mlC/view>. Acesso julho de 2023.

<sup>292</sup> Ver: <https://pp.nexojornal.com.br/opiniao/2024/03/06/direitas-catolicas-no-brasil-um-projeto-de-longa-duracao>. Acesso maio de 2024.

os dois de apenas 1.644,46 votos. Para o pesquisador, esses percentuais apontam que, entre católicos, houve praticamente um empate, encontrando-se este segmento religioso majoritário com 123 milhões de brasileiras e brasileiros, praticamente dividido no momento das últimas eleições presidenciais (Camurça, 210).

Assim, para o autor, não é correto dizer que desde o início do governo Bolsonaro houve um apoio maciço dos católicos, como no caso dos evangélicos, mas sim uma “correlação de forças”, tendo de um lado, “uma adesão ao governo por parte dos carismáticos e demais grupos conservadores e de outro, uma crescente crítica no caso da CNBB e de movimentos ditos progressistas” (Camurça, p.211).

Camurça destaca que forças religiosas conservadoras distintas se articulam nos em torno de temáticas comuns, como “o combate a uma legislação que consinta o aborto, o casamento gay, a redução de danos em uso de drogas, etc.”. Para o pesquisador, é neste ponto que as iniciativas extrapolam o campo católico, numa espécie de “ecumenismo de direita”, aglutinando tanto católicos quanto evangélicos conservadores (Camurça, 2023, p.2012).

### **3.5 Pensando o Museu enquanto tentativa de patrimonialização da Umbanda**

Identificamos no campo político de São Gonçalo, essa aproximação entre cristãos, evangélicos e católicos, a partir das temáticas morais e conservadores ressaltada por Camurça (2023). A partir dos desdobramentos da formação, instauração e disputas em torno do MuseUmbanda, encontramos acusações dos afro religiosos de que o catolicismo anda “enrijecendo” as negociações pelo acesso ao espaço público. Podemos identificar - tanto nos temas anuais que orientam a confecção do Tapete de Sal , quanto nas orientações e postagens da Igreja São Judas Tadeu (Rocha), a partir da liderança do Padre Robson – que as ações de representantes católicos que se colocam atuantes no espaço público da cidade se soma ao comportamento dos demais cristãos conservadores na disputa por concessões e manutenção dos privilégios.

Tendo como proposta de atuação o MuseUmbanda, Fernando vai buscar nas mídias sociais e jornais de grande circulação, assim como emissoras de impacto considerável no país<sup>293</sup>, responder às discrepâncias sofridas pela umbanda diante das disputas com os cristãos

---

<sup>293</sup>Ver: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2023/10/18/comissao-de-intolerancia-religiosa-da-alerj-notifica-a-prefeitura-de-sao-goncalo-por-descaso-com-semana-da-umbanda.ghtml>. Acesso maio de 2024.

conservadores por concepções, verbas, e demais acessos públicos a propostas que a umbanda possa contemplar.

As observações em torno do MeseUmbanda, chamam atenção para o envolvimento de Fernando e os meios de comunicação. O religioso buscava a mídia sempre que identificava práticas de “intolerância e racismo religioso” dirigidas ao seu Projeto. Em contrapartida, a cobertura midiática revelou um campo narrativo sobre as práticas de intolerância religiosa contidas nas formas de enunciação da problemática, a exemplo de nomear o fenômeno e suas categorias em uso (Miranda, *et. al.*, 2022).

Os debates suscitados a partir do MuseUmbanda também apontam que, uma sociedade moldada a partir de valores relacionados à cultura ocidental judaico-cristã, os museus têm classe, cor e gênero. A feição de nossos museus reflete uma sociedade marcada pela dominação, exclusão e silêncio, assim estão voltados para anular tudo aquilo que pudesse colocar em risco esta imagem ideal e desejada (Cunha, 2017, p.84).

A historiografia que se dedica a relação entre movimentos sociais e museologia destaca que, no Brasil o Estado tem sido o principal fomentador de ações de preservação em geral, fato que reforça a necessidade de os museus contemplarem o maior espectro possível de segmentos sociais em suas abordagens (Cunha, 2017). No quadro geral da configuração de nossos museus, há o privilégio de alguns enfoques em detrimento de outros, colocando à margem, ou mesmo excluindo, várias memórias que compõem o tecido das memórias nacionais (Cunha, p.82). Para Cunha, os museus tendem a refletir as sociedades às quais pertencem, ao tempo em que podem também influenciar e contribuir para a transformação das mesmas.

Segundo Bruno (2011) os museus são instituições do seu tempo, visíveis aos seus contemporâneos e sempre servindo a causas de sua época. A autora destaca que, foi a partir desses espaços que a técnica e a tecnologia passaram a ser encaradas como um legado, conferindo-lhes apoio para a preservação de suas referências. Para a museóloga, foram os museus que serviram de grande suporte no que tange à difusão das ciências e das artes, na medida em que as instituições museológicas se abriram para anseios comunitários, identitários e étnicos, e assim como têm viabilizado a valorização da arte contemporânea, têm denunciado a opressão política, além de desempenhar o papel de ícone urbano (Bruno, p.32).

Diversos historiadores e museólogos chamam a atenção para o fato de que os museus brasileiros foram criados em um contexto que colabora decisivamente com a divulgação das teorias raciais no país, com as regras de um progresso humano “único, linear e inquebrantável” como delinea o contexto do século XIX. Santos (2015) destaca que no

decorrer dos anos de 1920, a noção de raças humanas foi cedendo lugar a outras noções como a “higiene e cultura” ligada ao desenvolvimento urbano e a industrialização. Assim, a “Era dos museus etnográficos” foi substituída por outros modelos de instituição.

Entretanto a historiadora observa que essas “novas instituições” do século XX ainda carregavam certa olhar negativo, pois, no processo de musealização, os objetos produzidos pelos afro-brasileiros, por exemplo, continuavam a ser preteridos, em comparação a preservação da história dos grandes heróis e dos grandes feitos da história nacional. Assim, esses espaços garantiam a preservação da memória cultural do grupo social branco, representante da elite política e econômica brasileira. A pesquisadora aponta que, a partir da globalização, na década de 1970, ocorreu a ampliação do diálogo com os intelectuais orgânicos e os detentores de saberes, produtores de memórias e patrimônio material e imaterial. Essa ampliação ocorreu devido a criação dos museus afro-brasileiros no Brasil e a museologia contemporânea, que passaram a problematizar temáticas do cotidiano (Santos, 2015, p.288).

Cunha também explica que, em relação aos subtemas ligados às memórias africanas e afro-brasileiras há uma perspectiva genérica de tratar a questão, ainda que identifiquemos os temas escravidão, organizações sociais, resistência de negros e memória quilombola, distribuídos entre as instituições registradas. Nesse sentido, o pesquisador revela que o estado da Bahia se destaca pela quantidade de casas de memórias criadas por comunidades afro-religiosas, tendo sido registradas sete<sup>294</sup> delas no Guia de Museus, além de apresentar os dois únicos locais dedicados exclusivamente a culturas de países africanos. Já no Rio de Janeiro, encontramos registros relacionados a memórias de organizações urbanas afro-contemporâneas, denominadas de “favela” (Cunha, 2017, p.83).

Cunha (2017, p.84) destaca, que, ainda que muitas tenham sido as indicações para que os museus se tornem organismos dinâmicos no quadro das instituições culturais, e que busquem traduzir os anseios dos diversos grupos sociais, a tradicional ausência de determinadas questões sociais de nossas instituições museológicas, está relacionada ao fato de que esses espaços se apresentam, muitas vezes, exilados da vida, um local da idealização da realidade e protegido das tensões sociais.

O historiador alerta que os museus também precisam assumir o seu papel de destaque na busca pela redução das desigualdades sociais, que têm se refletido historicamente em nossas casas de memória, mas para que isso ocorra, esses espaços não podem ser espelhos

---

<sup>294</sup> Soma-se a este número um memorial sobre uma comunidade afro-católica (Cunha, 2017, p.83).

acríticos da sociedade, sem provocar reflexões e sem responder a demandas que a eles são feitas enquanto instituições sociais (Cunha, 2017, p.84).

Entendemos que o que é possível preservar, seja através da materialidade ou mesmo da imaterialidade, são indicadores de memórias, já que os fenômenos lembrados, assim como a memória, são fluidos, e em permanente processo de construção e desconstrução. Para o pesquisador, o que preservamos são suportes indicadores de memórias e de fenômenos que queremos “fazer lembrar”. Certamente alguns suportes são mais intrinsecamente relacionados a determinados fatos do que a outros, mas nossas memórias deslocam-se no tempo e no espaço, e somente com certo conhecimento do contexto rememorado, e de seus índices, que percebemos determinados nexos e vínculos entre materialidades patrimoniais, memórias e identidades a estas relacionadas (Cunha, 2017, p.79).

Entretanto, percebemos na construção do MuseUmbanda a necessidade de maior introdução de um sentido crítico nas suas intenções e promover a real relação que este espaço visa ter com os sujeitos que pretende representar. Assim como observamos no Marco Zero, desenvolvido por Waguinho, o desafio maior do projeto está em sobrepor a representatividade das umbandas que existem no município - com destaque para a presença das linhas mais africanizadas, por melhor transpor a realidade religiosa da cidade - a ótica racista estruturante e predominante no município.

Como desejar que a construção de uma instituição educacional - voltado a representar as umbandas, que tem em seu cerne narrativo o aprofundamento das mudanças de atitude frente a sociedade excludente - tenha reconhecimento dos demais frequentadores e terreiro, se este espaço se apresenta como mais um a enaltecer as práticas cristãs, em detrimento do reconhecimento das influência das macumbas, práticas africanas e indígenas, na formação religiosa do município?

Refletindo sobre as formas de patrimonialização das culturas africanas e afro-brasileiras, concordamos com Cunha (2008) quando este ressalta que, no Brasil, é perceptível no sistema de representações, incluindo os museus, a propagação de discursos sobre a presença de heranças negras na formação da chamada “cultura nacional” marcados por repetição de lugares comuns, conceitos e preconceitos, reduzindo e desqualificando a importância da presença de matrizes africanas. Assim como colocado pelo autor, espera-se que o museu busque constante atualização de seus discursos, lançando mão de uma infinidade de recursos expográficos, que em diálogo com os objetos expostos reforcem os sentidos dos temas tratados e colaborem para maior entendimento do que é apresentado (Cunha, p.163).

As observações levantadas nesse Capítulo mostram que uma das estratégias afro de ocupação do espaço público é a o viés culturalista (Giumbelli 2008), com ênfase na patrimonialização dos símbolos afro religiosos (Morais 2020), que neste caso seria o museu da umbanda. O projeto do museu é um movimento empreendido por diferentes agentes, tais como gestores do patrimônio, sacerdotes e sacerdotisas, intelectuais, artistas, políticos e militantes negros. Entretanto, , observamos como o MuseUmbanda não consegue manter diálogo constante com outros agentes que atuam no contexto que se convencionou chamar de “Atlântico Negro” e nem aborda a diversidade étnico religiosa do campo umbandista e do campo afro brasileiro em geral. Desta forma, atentamos para as reações que negam a narrativa fundante da umbanda a partir de Zélio, ressaltando as dificuldades encontradas por Fernando na busca por concretizar o Museu como um espaço sagrado, vinculado, a uma certa “encarnação de uma memória negra”, “estritamente ligada aos traumas da escravidão”.

Se por um lado temos a patrimonialização (Morais 2020) , por outro temos toda uma movimentação política dos segmentos afro religiosos na tentativa de construção de uma via política, mesmo problemática e complexa, acionando em muitos momentos a herança política da umbanda de Zélio de Moraes, presença marcante na história política do município (Bahia; Aguiar; Nogueira, 2022).

A preocupação no campo da política, não obstante, não se destacada em muitos estudos sobre religiões afro e ocupação do espaço público (Morais, 2020; Giumbelli, 2008), não significa que no campo umbandista essa questão não tenha se dado. Se por um lado as expressões culturais foram modus operandi de resistências e de constituição de identidades, por outro lado há episódios na cena afro-brasileira em que a política foi pensada como lugar para tratar das questões de intolerância religiosa (Bahia; Nogueira, 2023, p.109).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na análise apresentada buscamos compreender as formas como determinadas lideranças umbandistas de São Gonçalo articulam suas atuações político-religiosas no espaço-público da cidade, enquanto estratégia de reação ao crescimento do cristianismo conservador em diferentes esferas de poder, principalmente a partir da atuação da prefeita Aparecida Panisset (2005-2012) e do crescente fundamentalismos político-religiosos, decorrente da bolsonarismo (Cunha, 2022). Essas lideranças vão elaborar as suas atuações partindo de projetos que visam a nomeação de ruas, praças, eventos na câmara legislativa, construção de museu e resgate de carreatas aos santos populares. A partir das atuações umbandistas, ressaltadas nos Capítulos 2 e 3, chamamos a atenção para a reelaboração da imagem de Zélio de Moraes de acordo com as necessidades do presente, como tentativa de denotar certa legitimidade histórica para as suas atuações, ao mesmo tempo que as lideranças religiosas atraíam atenção midiática e suscitavam controvérsias (Miranda; Correa; Almeida, 2017).

As observações levantadas entram em concordância com autores (Siqueira, 1997) que destacam como as religiões de base africana, por meio de suas lideranças, buscam construir seus discursos com base no desejo de desempenhar uma função significativa de construção social por meio da resistência cultural e política do negro, configurando-se uma insubordinação de cunho étnico diante da imposição de outras culturas dominantes. Para Nagata (1982), a religião tanto pode ser apropriada de modo universal quanto particular pelos grupos étnicos. Em geral, ideias de nascimento comum, origem, ancestralidade e sangue são elementos recorrentes tanto na formulação de uma identidade étnica quanto na formação religiosa de uma coletividade. Nesse sentido, Waguinho se apropria dos indicadores de raça, identidade e religião e encontra na escravidão o papel fundamental na (re)construção de “certa alteridade negra”.

Waguinho e demais idealizadores do Marco Zero defendem uma umbanda única, que expressa diferentes aspectos presentes na formação cultural do Brasil, como indígenas, africanos, afro-brasileiros, ciganos, europeus etc. Assim, para eles, a umbanda é sincrética, expressão de diferentes grupos étnicos e sociais que formam o povo brasileiro. As ações de racismo religioso sofridas pelos adeptos da umbanda evidenciam como a imagem dessa vertente religiosa é indissociável do racismo, não obstante quantos projetos de umbanda existirem na prática. O mesmo problema se estende ao candomblé e às demais religiões afro-indígenas e suas diferenciações internas.

No caso do Museumbanda temos a ideia sugerida por seu idealizador de algo laico, cultural, um museu, “não um terreiro”, em que fosse uma entrada possível para se abarcar as múltiplas umbandas e outras religiosidades afro. Comidas, rituais e outros símbolos negros e afro religiosos fariam parte da programação cultural futura do projeto. Entretanto o nome umbanda no projeto não o torna puramente laico, mas também religioso numa fronteira fluida e ambígua. Advindo de uma religião que na sua memória histórica é brasileira, e reúne a todos, é parte de uma cultura nacional, porém com data e local de nascimento, e com toda a sua territorialidade seja local ou global, sendo reivindicada pelos vários grupos afrorreligiosos extrapolando as fronteiras municipais.

Neste sentido, não obstante o reconhecimento das múltiplas umbandas pelos grupos que apoiam o projeto do museu, a umbanda de Zélio marca a territorialidade gonçalense em contraposição a umbanda omolocô de Tancredo, do morro do Estácio e arredores da Pequena África (Bahia; Nogueira, 2018; Accioli, 2019; Nogueira, 2022). Não obstante a predominância do culto popular e omolocô em São Gonçalo, a umbanda do Zélio é fundada no seu mito de origem: o transe do caboclo e na sua entrada espiritual e civilizatória em Neves, São Gonçalo.

Mesmo sabendo dessas distinções, talvez seja estratégico para Fernando Torres tomar a umbanda - num sentido geral de projeto de fundação do museu - na sua concepção mais brasileira e sincrética, e depois incluir as demais identidades étnico-religiosas na programação e funcionamento do museu. Entretanto, chamamos a atenção para o fato de o maior contendor do povo afrorreligioso, o pentecostalismo, também ser uma religião de maioria negra, em que há “uma visão compartilhada entre os crentes de todas as identificações raciais de que os negros da Assembleia [de Deus] estão ‘mais próximos de Deus’ que qualquer outro” (Burdick, 1998, p.137).

Lembramos que tanto a Assembleia de Deus quanto a Igreja Universal do Reino de Deus aumentaram significativamente suas influências na arena política e nos espaços públicos do município (Camurça *et al.*, 2021). Burdick (1998) destaca que também podemos encontrar no pentecostalismo a interseção entre a retórica racial e a espiritual. Assim como as religiões afro-brasileiras, o pentecostalismo, de maneira peculiar, também estabelece uma conexão entre raça e espiritualidade, em que os negros conseguem cargos de destaque na religião pelo artifício de se considerarem mais “espirituais” que os de pele mais clara (Burdick, p.139).

Pelo lado dos afrorreligiosos, devemos considerar níveis de desacordo entre as lideranças de axé, de suas casas entre si, de sua relação com indivíduos que se querem portavozes do grupo. Tudo isso revela margens de liberdade e de coerção nas quais se constituem

as formas de solidariedade do povo de santo e sua projeção no espaço público (LEVI, 2006, p.182). Nesta tese, não buscamos apenas as características que privilegiam a coerência e a coesão do grupo, pois estaríamos subestimando sua constituição, sua amplitude, além de esvaziar as questões existentes entre os indivíduos e os coletivos.

Nesse sentido a “etnografia das controvérsias” (Montero, 2012) se mostrou uma ferramenta analítica de suma importância para problematizar como os discursos religiosos eram usados na esfera municipal, evidenciando como o espaço público de São Gonçalo é constituído por “fluxos discursivos”. Ressaltando assim, como os umbandistas em questão buscavam contribuir para a construção do espaço público a partir da reinvenção da própria religião, ao mesmo tempo que indicavam - o que já fora observado nas bibliografias especializadas no tema - que no Brasil contemporâneo, há “uma luta para ampliar a dimensão religiosa do espaço público e não por laicizá-lo” (Carvalho, 1999, p.16).

O mapeamento das controvérsias presentes nas formulações dos umbandistas, assim como nas dinâmicas movidas pela variedade de cristãos, nos permitiu observar as “manipulações de diversas formas discursivas por diferentes agentes sem a necessidade de supor que eles estão todos disputando no interior de um mesmo campo e que manejam visões de mundo de um só campo” (Montero, p.12). Partindo das movimentações empreendidas por Waguinho Macumba e Fernando Torres, nos propomos nesta pesquisa, compreender as dinâmicas presentes no campo religioso de São Gonçalo, e como essas lideranças articulam outros agentes e preposições em torno das narrativas que construíram a partir de Zélio e da formação política municipal.

Procuramos demonstrar como determinadas lideranças umbandistas entrelaçaram o “mito fundador da umbanda” (Brown, 1985) com a formação política-administrativa de São Gonçalo, recém emancipada de Niterói (1890), reelaborando a imagem de Zélio, nos anos 1920 também como um aristocrata, defensor da cultura e intelectualidade fluminense, e, principalmente, importante político, atuante na formação das primeiras instâncias representativas de governo na cidade, sendo um dos primeiros pleiteantes eleito de forma direta (1924 e 1927). Assim, o médium passou a ser apresentado por esses umbandistas como a figura política capaz de delinear uma imagem pública para a umbanda aproximando-a de um imaginário cristão, masculino, conservador, branco, aristocrático, demasiado difundido nas esferas de poder do município.

As lideranças de terreiro em questão buscaram fazer do médium a chave para estabelecer uma linguagem, até certo ponto eficiente, junto ao poder público, e assim negociar suas demandas, ter projetos atendidos e demais reconhecimentos, a exemplo da aprovação do

Marco Zero da Umbanda, com a nomeação de rua e da Praça de Neves em “Praça Zélio Fernandino de Moraes” (2020); instauração da Lei que estabelece a Semana da Umbanda (2020); Impeditivo da disparidade de fomento incluso na previsão orçamentária de 2022 para o MuseUmbanda (1%) em relação ao previsto para os museus cristãos (2021); Atuação cultural com danças de orixás no Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa, em 21 de Janeiro (2022); Implementação da exposição “Pelos Caminhos da Umbanda”, na câmara legislativa (2023); Criação e entrega da Medalha Zélio Fernandino de Moraes (2023); Reconhecimento do MuseUmbanda enquanto Ponto de Memória de São Gonçalo (IBRAM, 2023); entre outros.

No entanto, entre os umbandistas, as mesmas características que servem para dialogar com a semiótica racial presente no administrativo público municipal, causa questionamentos e negações entre religiosos que se opõem a narrativa de uma origem única para a umbanda e que tenha ocorrido em São Gonçalo, a partir de Zélio, mas sim com outros médiuns que já trabalhavam com entidades de caboclos e pretos velhos em seus rituais. Os religiosos que contestam o “mito de origem” (Brown, 1985) defendem que as linhas fundadas pelo médium provocam a hierarquização das diversas umbandas a partir das suas práticas e concepções brancas e cristãs.

Assim, entendemos que o fato de não estar plenamente assegurada uma total identificação da imagem de Zélio com a comunidade afroreligiosa de São Gonçalo, com distanciamentos e desconfianças, não inviabiliza suas propostas de representação, principalmente quando os casos de racismo religioso emergem. Consideramos que experimentos como a candidatura de Waguinho e a proposta do MuseUmbanda, além de outras congêneres, buscam superar a dificuldade diagnosticada por pesquisadores de que a desarticulação “os penetra e determina[,] [sendo] tentativas sempre dispersas e isoladas de resolução dos [seus] problemas”, e que, pela “ausência de uma ótica social mais ampla”, estão distantes “de quaisquer práticas coletivas” (Negrão, 1996, p.89). Por iniciativas como essa, podemos avaliar que as religiões afro-brasileiras não se encontram apenas em estado de inércia perante os ataques que recebem de evangélicos pentecostais.

O resultado das eleições de 2020 para a Câmara dos Vereadores de São Gonçalo, todavia, não confirmou a eleição do candidato Waguinho Macumba. Resultado similar ao de outras candidaturas afroreligiosas resenhadas por pesquisadores no Rio Grande do Sul, que também não obtiveram êxito, como a de Tony de Oxalá, líder da Federação Afroconesul, de Vera Soares, mãe de santo e militante do Movimento Negro há 25 anos, e do babalorixá Pedro de Oxum Docô (Mariano; Oro, 2010, p.18). Segundo os autores, a despeito da presença de

alguns deles “na mídia televisiva” e de “sua constante presença na internet”, suas votações foram insuficientes para assegurar a vitória na ocupação desses cargos. Como explicação para o insucesso, “obstáculos internos e externos” conjugam-se.

Do lado interno, a “histórica e endêmica rivalidade entre os líderes deste segmento religioso” (Mariano; Oro, p.19). Do lado externo, a proeminência evangélico-pentecostal no campo político e, sequencialmente, nos campos social e cultural, promovendo decretos legislativos de defesa dos animais e de limpeza urbana, que, aprovados, constroem práticas religiosas sacrificiais e cultuais das religiões afro-brasileiras e causam uma imagem desfavorável dessas religiões na sociedade.

Passando para o caso específico do insucesso eleitoral de Waguinho, a hipótese prévia que levantamos gira em torno do quanto a alcunha “Macumba” gerou preconceito no partido em que Waguinho hospedou sua candidatura. Além disso, do lado das lideranças afroreligiosas locais, elas não o viam como o único candidato capaz de representar os terreiros do município. Por fim, ao tentar, sob a bandeira da negritude, atrair votos negros da comunidade evangélica de São Gonçalo, sua origem no candomblé também produziu resistências de ambos os lados. Foi observado que, pesou consideravelmente o fato de o partido pelo qual Waguinho se candidatou, o PSDB, ser considerado, pelos grupos afroreligiosos locais, um partido que não defende, nacionalmente, os interesses dos negros. Para nós, parece que a candidatura de Waguinho Macumba pagou o preço de almejar articular muitas diferenças.

De todo esse, fica a constatação de que é dentro da dinâmica dos conflitos, das controvérsias e das diferenças entre o povo de axé e os pentecostais, mas também entre o povo de axé entre si, que se dão os arranjos e as articulações, expressando complexidades e contradições da presença pública das religiões afro-brasileiras. E, em uma primeira aproximação do caso de Waguinho Macumba, a apreciação que fazemos de sua campanha é de que esta parece apontar para a capacidade de resistência e reação do povo de axé contra assédios dos evangélico-pentecostais. Dentro dessa dinâmica, há potencialidades, como em outras candidaturas negras, em uma próxima eleição, de adquirir uma condição “proporcionalmente mais eficaz, a julgar por seu estado atual e crescimento numérico duradouro” (Silva, V. 2007, p.24).

A umbanda é uma religião sempre presente no espaço público. Isso pode ser observado a partir das diferentes controvérsias públicas que se formaram com diferentes concepções de religião, defendidas por seus intelectuais e líderes (Concone, 1987; Giumbelli, 2002; Nogueira, 2022). A busca de legitimidade também se constituiu em uma constante na

história da religião, conforme pudemos observar a partir dos diversos debates públicos que surgem entre seus líderes e seus projetos (Montero, 2012).

Em um momento político em que as subjetividades e suas diferenciações estão comprometidas por muita intolerância em sua realidade social, em que medida pode ser estratégico apoiar o negro subsumido em uma umbanda sincrética, mas que em sua história trouxe visibilidade política? Não obstante vários segmentos reconhecerem que o Projeto representa um espaço para pensar apenas um tipo de umbanda, ampla, universal, nacional, ele também pode abrir-se a um diálogo com aquilo que não se apresenta à primeira vista, mas que a constitui (negros, índios, brancos, ciganos, trabalhadores urbanos e outros tipos da sociedade nacional). Religião e identidade étnica estão ligadas ao poder, no sentido mais amplo, na extensão em que ambas podem ser acionadas em diferentes momentos (ou não) pelos interesses políticos e econômicos, que, por sua vez, também podem ser catalisadores para as causas religiosas e étnicas (Nagata, 1982).

Vemos o candidato a vereador Waguiinho Macumba associar-se a grupos políticos, ao mundo acadêmico e situar-se entre as leituras sobre negritude de seu irmão e as imagens da religiosidade afro-brasileira presentes em sua trajetória familiar, em especial da umbanda, em que ele constrói suas atitudes diante do mundo da política. Entretanto, ao mediar entre um campo pentecostal e afroreligioso, os modos de pensar e fazer políticas são atravessados, constituindo-se de modo paradoxal. Não obstante afirmar-se como candidato pobre, negro e afro-brasileiro, o *modus operandi* vigente em São Gonçalo, influenciado pela gramática de muitos anos de disputa eleitoral dos candidatos pentecostais, faz com que Waguiinho use uma linguagem política mais próxima a esse universo religioso e que tente circular entre distintos segmentos, a fim de obter mais votos. Porém, sua construção de negritude e de herança familiar e espiritual, pautada pelo léxico dos orixás, não atinge seu eleitorado, que ainda gravita em torno da presença pentecostal de longos anos na política local.

As análises sobre as movimentações empreendidas por Waguiinho nos aproxima das problemáticas levantadas por Bell Hooks (2019) quando esta destaca o progresso relativo dos afro-americanos para garantir algum controle sobre a forma como são representados, especialmente na mídia de massa, e as poucas mudanças que ocorreram nos domínios da representação. A autora ressalta que, “vivenciamos nossa crise coletiva como afro-americanos no domínio das imagens (Hooks, p.35)”.

Segundo Bell Hooks, nas disputas para ampliar as fronteiras da imagem, a descolonização como um processo político é sempre uma luta para nos definir internamente, e que “vai além do ato de resistência à dominação, estamos sempre no processo de recordar o

passado, mesmo enquanto criamos novas formas de imaginar e construir o futuro” (Hooks, 2019, p.33). Diante da necessidade da auto representação afro-americana, a autora destaca que é necessário, “abrir espaço para imagens transgressoras, para a visão rebelde fora da lei, é essencial em qualquer esforço para criar um contexto para a transformação”. Hooks também sinaliza que, “se houve pouco progresso, é porque nós transformamos as imagens sem alterar os paradigmas, sem mudar perspectivas e modos de ver” (Hooks, p.32).

Também observamos nos discursos dos umbandistas defensores de Zélio o que se aproxima da afirmação elucidada por Stuart Hall (1997, p.112), quando este ressalta que “as identidades são as posições que o sujeito é obrigado a assumir” em um determinado contexto político. Entendemos que a identidade que se pretende construir aparece quando analisamos a tentativa de articulação entre sujeitos e suas práticas discursivas. As observações aqui levantadas encontram consonância nos pensamentos de Stuart Hall (2017) e Michel Foucault (1999) quando estes afirmam a necessidade de “uma teoria da prática discursiva”, na medida em que propõem uma “reconceptualização do sujeito”, onde este é pensado em sua posição no paradigma. Para Hall, a abordagem discursiva vê a identificação como uma construção, como um processo nunca completado, e que pode ser sempre sustentada ou abandonada (Hall, p.106).

Isto posto, ressaltamos a necessidade de refletir sobre o que se esconde e se revela no patrimônio que os umbandistas de São Gonçalo lutam para preservar. Consideramos que “os referenciais implícitos e explícitos nas materialidades e imaterialidades são múltiplos e complexos, e que preservar é sempre uma ação política, com consequências que ultrapassam o ato de preservar em si” (Cunha, 2017, p.79).

Entendemos que a preservação é, ao mesmo tempo, paradoxalmente, uma necessidade – de evidenciar certa trajetória histórica – e um risco – já que nas escolhas sobre o que preservar, existe muito mais exclusão do que inclusão. Destacamos que o risco da exclusão “se agrava pela ação de quem detém o poder político de escolher o que vai ser preservado, pois esse processo pode levar a visões e ações hegemônicas sobre a memória e sua preservação patrimonializada” (Cunha, p.79).

As pesquisas voltadas para o perfil identitário dos museus brasileiros, por exemplo, apontam que os mesmos representam predominantemente o segmento masculino, branco, cristão, abastado, heterossexual e com educação formal baseada em valores ocidentais tradicionais (Cunha, p.84). Os mesmo estudos destacam a religião como um dos aspectos mais abordados nas exposições, no entanto, não percebemos um discurso que considere a sua importância como um sistema com lógicas próprias, que destaque a participação das suas

lideranças, sendo recorrente a ênfase no sincretismo religioso com o catolicismo, em uma perspectiva de subordinação das religiões de matriz africana aos elementos judaico-cristãos (Cunha, p.87).

Essas observações já indicadas no campo da museologia não são diferentes das críticas destinadas pelos umbandistas as patrimonializações que tem como Zélio o seu ícone legitimador e unificador. As contestações ecoam que, ao defender a patrimonialização e ocupações do espaço público a partir da umbanda de Zélio e não considerando as demais linhas, como a omolocô, os umbandistas entram em concordância com a operação violenta do Estado, que atuou em perseguição, sequestro e tortura na tentativa de alienar o indivíduo da sua identidade inicial, “obrigando-o a desligar-se dos laços culturais e históricos que apoiavam a sua existência”, contribuindo para a invisibilizar as resistências dos escravizados e deus descendentes ao longo dos cinco séculos (Cunha, 2017 p.87).

Ignorado as críticas destinadas a Zélio, enquanto “mito fundador da umbanda”, Waguinho e Fernando tentam enquadrar seus projetos na lógica das políticas de memória e patrimônio que são impulsionadas pelos grupos subalternizados como estratégia de mudança social. Nesse sentido, ressaltamos como o patrimônio pode ser apontado como um recurso político. No caso mais nítido, o MuseUmbanda, o discurso do seu idealizador se aproxima da tentativa de construir um “museu de território” (Reis, 2019), na medida em que é projetado como uma resposta aos museus tradicionais, baseando-se na musealização de um território, buscando dar ênfase às relações culturais e sociais homem/território, enquanto estratégia de administração da memória e instrumento de desenvolvimento social, a partir de um esforço de preservação, na tentativa de manter a informação contida no objeto e seu significado.

Os “museus territórios” surgem em locais estratégicos, como favelas, bairros periféricos das regiões metropolitanas, no interior, aldeias indígenas ou em demais áreas com a presença desses grupos. Também caracterizados enquanto “museus patrimônios”, esses espaços estão ligados a lutas pela cidadania, pelo direito de minorias, pelo reconhecimento de culturas marginais. Esses museus, embora aberto a um público amplo, visa a comunidade na qual ele está instalado, a fim de que ela se reconheça nele, e, portanto, seja valorizada por si mesmo, contribuindo para a manutenção de sua identidade. Geralmente os objetos em um museu de território permanecem em seu contexto original, são inventariados, mas continuam fazendo parte da vida das pessoas, servindo a elas (Reis, 2019, p.3).

Mas na prática, quando observamos o *layout* gráfico inicialmente exposto na página *online* oficial do MuseUmbanda, logo percebemos a ênfase dada a uma umbanda cristã, não aparentando imagens que reforçam as entidades e ritualísticas marginalizadas, corroborando

assim com a sobreposição da memória do Zélio perante as demais lideranças e linhas que são majoritariamente praticadas em São Gonçalo, até mesmo por Fernando e Waguiinho, assim como a invisibilidade da importante figura política-religiosa que foi Tata Tancredo. Deste modo, a tentativa de patrimonialização da umbanda evidencia como a memória é seletiva, passando por etapas de escolha, “com a discussão sobre o que deve e o que não deve ser lembrado” (Reis, 2019, p.7).

As análises apresentadas estão de acordo com Cunha (2017) quando este ressalta que um plano de preservação inclusiva deve se basear na busca por uma preservação de viés crítico, com olhar político, e não apenas de natureza histórica. O que o pesquisador chama de preservação histórica é a prática preservacionista que insiste em identificar, ressaltar e cristalizar determinados elementos a partir de visões já sacralizadas dos processos sócio culturais, confirmando aquilo que é convencional está dado. Por outro lado, compreendemos a preservação crítica como aquela que propõe novas ações, buscando preservar aquilo que não está implícito nos sistemas oficiais de memórias, agregando novos valores ao repertório patrimonial. Mas o autor ressalta que “tal atitude dependerá do aguçamento do olhar político” (Cunha, 2017, p. 80).

Por fim, ressaltamos como os umbandistas analisados, ao trazer a imagem de Zélio, buscaram construir certa identidade religiosa por meio da relação com aqueles que detêm os aparatos burocráticos de poder, evidenciando reconhecer aquilo que lhes falta perante o entendimento popular, como o aspecto organizacional político e a imagem cristã da umbanda. E no jogo da identificação, as identidades têm a capacidade de excluir, “deixar de fora”, algo que impede essa relação com o outro, e nos casos observados, são os símbolos que retratam os povos marginalizados que ficam na margem do tipo de umbanda exaltada inicialmente por Waguiinho e Fernando. E esta, ao menos inicial exclusão da cosmogonia afro e indígena, que constantemente desestabiliza os discursos de ambos.

No caso de São Gonçalo, com as iniciativas descritas, nos planos cultural e do patrimônio histórico, as lideranças religiosas ressaltadas vão “procurar produzir reações, alianças e elaborar discursos políticos que eram quase insignificantes há duas décadas e agora têm despontado” (Silva, V., 2007). Parece-nos que, em estado inicial, mas crescente, as lideranças afro-brasileiras em São Gonçalo e uma de suas expressões políticas, como a de Waguiinho Macumba, procuram avançar esse processo.

## REFERÊNCIAS

ACCIOLI, Nilma T.O sagrado e o profano: vivências negras no Rio de Janeiro. Curitiba: Appris, 2019. ISBN: 978-85-473-2661-6

AGUIAR, C. F. **Para Conhecer a sua História, Entender a sua Grandeza e Resistir na Guerra:** Ações do Projeto Cardume no Município de São Gonçalo. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ensino de Histórias e Culturas Africanas e Afro-brasileiras) – Instituto Federal do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2017

AGUIAR, Camilla Fogaça. **“Deus abençoe São Gonçalo!”:** uma prefeita na linha de frente da guerra santa. Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <http://www.bdtd.uerj.br/handle/1/13539>. Acesso em maio de 2024.

AGUIAR, Camilla Fogaça. **“Minha cabeça me salva ou me perde”:** povos de terreiro na guerra religiosa. - 1. ed. - Curitiba : Appris, 2022. 165 p. ISBN 978-65-250-3147-7.

ALMEIDA, Maria Inez Couto de. **Cultura Iorubá:** costumes e tradições, Ifatosin. – Rio de Janeiro: Dialogarts, 2006b. pp.12-99.

ALMEIDA, Ronaldo de. **A expansão pentecostal:** circulação e flexibilidade. In: TEIXEIRA, Faustino; MENEZES, Renata (Orgs.). As religiões no Brasil: continuidades e rupturas, p. 111-122. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

\_\_\_\_\_. Bolsonaro presidente: conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 185-213, jan./abr. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.25091/S01013300201900010010>. Acesso maio de 2024.

ALMEIDA, A. C. Aspectos das políticas indigenistas no Brasil. *Interações*, Campo Grande, v. 19, n. 3, p. 611–626, jul. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/inter/a/rQk3vztRBF6WNbwCdwPTPFQ/#>. Acesso em maio de 2024.

ALMEIDA, C. A.. EM PLENA GUERRA: IMPRENSA, CATOLICISMO E POLÍTICA NAS DUAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX. *Revista de História*, São Paulo, n.174, p. 327–359, jan. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rh/a/hvGtVkdWRPJM7W58JVJzV6Q/#>. Acesso em maio de 2024.

ANGROSINO, Michael. **Etnografia e observação participante.** Tradução José Fonseca; consultoria, supervisão e revisão desta edição Bernardo Lewgoy. Dados eletrônicos. Porto Alegre: Artmed, 2009. 138 p.

ARÓSTEGUI, J. **La Historia Vivida.** Sobre la historia del presente, Madrid, 2004.

ASSUNÇÃO, Paulo. **Os colégios jesuíticos e a produção e circulação do saber no Império colonial português.** In: TOLEDO, César de Alencar Arnaut de; RIBAS, Maria Aparecida de Araújo Barreto & SKALINSKI JR, Oriomar (orgs). *Origens da Educação Escolar no Brasil colonial*. Vol. II. Maringá. Eduem, 2013.

AVRITZER, L. O PÊNDULO DA DEMOCRACIA NO BRASIL: Uma análise da crise 2013-2018. **Novos estudos CEBRAP**, v. 37, n. 2, p. 273–289, maio 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/c3T5mk68ngn7PQ5chVkbhrS/?format=pdf>. Acesso em maio de 2024.

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich. **Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem**. Hucitec. 1981. ISBN: 852710041. Disponível em: <<https://ria.ufrn.br/jspui/handle/123456789/743>>. Acesso maio de 2024.

BAHIA, Joana; AGUIAR, Camilla. A CONSTRUÇÃO DAS INTOLERÂNCIAS NAS PREFEITURAS CARIOCAS: Interface entre religião e política no Estado do Rio de Janeiro, Brasil. In: FERREIRA, Maria; TEIXEIRA, Paula C. (org.). *Actas Completas da 3ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Cultura e Poder*. Porto: Editora Cravo, 2022. Disponível em: <https://www.jvipc.pt/wp-content/uploads/2024/07/Atas-completas-3a-JVIPC.pdf>. Acesso maio de 2024.

\_\_\_\_\_. O PDT em São Gonçalo: disputando fiéis no quarto município mais evangélico do Rio de Janeiro. **Antropolítica - Revista Contemporânea de Antropologia**, 2 ago. 2023. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/antropolitica/article/view/56469>. Acesso maio de 2024.

BAHIA, Joana; AGUIAR, Camilla.; NOGUEIRA, Farlen. Marco Zero: Intolerância Religiosa, Resistências e Controvérsias no Campo Étnico-Religioso em São Gonçalo, Rio de Janeiro. In: TAVARES, Fátima (Org). *Dossiê Racismo Religioso, Cuidado e Comunidades Negras Tradicionais*. **Revista OQ**, Ano 5, Número 6, JANEIRO 2022. Disponível em: <<https://kn.org.br/oq/2022/02/04/revista-oq-dossie-racismo-religioso-cuidado-e-comunidades-negras-tradicionais-ano-5-numero-6-janeiro-de-2022/>>. Acesso julho de 2022.

\_\_\_\_\_. Museu da Umbanda e Marco Zero: territorialidades étnico-religiosas em São Gonçalo, Rio de Janeiro. **PerspectivasAfro** 2/1(2022): 38-58. Doi: <https://doi.org/10.32997/pa-2022-4114>. Disponível em: <https://revistas.unicartagena.edu.co/index.php/PersAfro/article/view/4114/3291>. Acesso maio de 2024.

BAHIA, Joana; NOGUEIRA, Farlen. Tem Angola na umbanda? Os usos da África pela umbanda omolocô. **Revista Transversos: Histórias e Culturas Afro-brasileiras e Indígenas – 10 anos da Lei 11.645/08**, Rio de Janeiro, n. 13, p. 53-78, 2018. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/transversos/article/view/29342>. Acesso maio de 2024.

\_\_\_\_\_. Umbandista vota em umbandista. **Revista Brasileira de História das Religiões**, v. 15, n. 45, 13 mar. 2023. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/RbhrAnpuh/article/view/65915>. Acesso em maio de 2024.

BAHIA, Joana; MENASCHE, Renata; ZANINI, Maria Catarina Chitolina (Orgs.). **PENSAMENTO SOCIAL NO BRASIL por Giralda Seyferth**: notas de aula. Porto Alegre: Letra&Vida, 2015. 256 p. ISBN: 978-85-8448-019-7. Disponível em: [https://www.academia.edu/42844905/PENSAMENTO\\_SOCIAL\\_NO\\_BRASIL\\_por\\_Giralda\\_Seyferth\\_notas\\_de\\_aula](https://www.academia.edu/42844905/PENSAMENTO_SOCIAL_NO_BRASIL_por_Giralda_Seyferth_notas_de_aula). Acesso em maio de 2024.

BELLO, Enzo; CAPELA, Gustavo e KELLER, Rene José. Operação Lava Jato: ideologia, narrativa e (re)articulação da hegemonia. **Revista Direito e Práxis** [online]. 2021, v. 12, n. 03. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2179-8966/2020/53884>. Acesso maio de 2024.

BHABHA, H. *The location of culture*. Londres, Nova Iorque: Routledge, 1994.

BORTOLETO, M. **Não Viemos para fazer aliança**. Faces do conflito entre adeptos das religiões pentecostais e afro-brasileiras. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Departamento de Antropologia, Universidade de São Paulo, 2014. Disponível em: [https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-31032015-101339/publico/2014\\_MiltonBortoleto\\_VOrig.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-31032015-101339/publico/2014_MiltonBortoleto_VOrig.pdf). Acesso em maio de 2024.

BORGES, T.D. **Representação partidária e a presença dos evangélicos na política brasileira**. 2007. 149f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: < [https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-06122007-112255/publico/TESE\\_TIAGO\\_D\\_P\\_BORGES.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-06122007-112255/publico/TESE_TIAGO_D_P_BORGES.pdf) >. Acesso maio de 2024.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. 6ª ed. São Paulo: Perspectiva; 2007.

BRAGA, Maria Nelma Carvalho. **O município de São Gonçalo e sua história**. Niterói: Nitpress, 3ed. 2006.

BROWN, Diana. Uma história da umbanda no Rio. **Cadernos do Iser**, Rio de Janeiro: Marco Zero, n. 18, p. 9-42, 1985.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. **Os museus servem para transgredir: um ponto de vista sobre a museologia paulista**. Museus: o que são, para que servem? Tradução . Brodowski: [ACAM Portinari], 2011. Disponível em: [https://www.sisemsp.org.br/wp-content/uploads/2013/12/Museus\\_o\\_que\\_sao\\_para\\_que\\_servem.pdf](https://www.sisemsp.org.br/wp-content/uploads/2013/12/Museus_o_que_sao_para_que_servem.pdf). Acesso em agosto de 2024.

BURDICK, J. **Procurando Deus no Brasil: a Igreja católica progressista no Brasil na arena das religiões urbanas brasileiras**. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

BURITY, Joanildo. Minoritization and Pluralization: What Is the 'People' That Pentecostal Politicization Is Building? **Latin American Perspectives**, v. 43, p. 116-132, 2016.

\_\_\_\_\_; MACHADO, Maria das Dores C. **Os votos de Deus. Evangélicos, política e eleições no Brasil**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, p.91-115, 2006b.

CACCIATORE, Olga G. **Dicionário de cultos afro-brasileiros**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1988.

CALDEIRA, Rodrigo Coppe; TONIOL, Rodrigo. Catolicismo eclipsado. Saída pela Direita; **Blogfolha**, 31 jul. 2020. Disponível em: <https://saidapeladireita.blogfolha.uol.com.br/2020/07/31/artigo-mostra-importancia-do-catolicismo-para-ascensao-do-conservadorismo-no-brasil/> Acesso em: 10 jan. 2021.

CAMARGOS, M. Uma República nos moldes franceses . **Revista USP**, [S. l.], n. 59, p. 134-143, 2003. DOI: 10.11606/issn.2316-9036.v0i59p134-143. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13281>. Acesso em nov. de 2023.

\_\_\_\_\_. Um poder evangélico no Estado brasileiro? mobilização eleitoral, atuação parlamentar e presença no governo Bolsonaro. **Revista Nupem**. Dossiê: Direitos fundamentais, participação sociopolítica e sociabilidade nas Américas. v. 12 n. 25, 2020, pp. 82-104. DOI: <https://doi.org/10.33871/nupem.v12i25.713>.

CAMURÇA, Marcelo; BAHIA, Joana; AGUIAR, Camilla. Relações interétnicas, luta contra intolerância religiosa e produção de candidaturas no campo político: eleições municipais de São Gonçalo (RJ) de 2021. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, Vol.41(3), 2021, p. 75-97.

\_\_\_\_\_; RODRIGUES, Ozaias da Silva. O debate acerca das noções de “intolerância religiosa” e “racismo religioso” para a compreensão da violência contra as religiões afro-brasileiras. *Revista OQ*, n.6, jan. 2022. Disponível em: <https://kn.org.br/oq/2022/02/04/revista-oq-dossie-racismo-religioso-cuidado-e-comunidades-negras-tradicionais-ano-5-numero-6-janeiro-de-2022/>. Acesso em: julho de 2022.

\_\_\_\_\_. A Relação Do Catolicismo Com O Governo Bolsonaro: Entre o Apoio Dos Setores Conservadores e a Crítica das Instâncias Institucionais e dos Movimentos Progressistas. **Debates do NER**, [S. l.]; 2023. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/debatesdoner/article/view/127418>. Acesso em: 5 jun. 2024.

CAPONE, S.; MORAIS, M. R. de. AFRO-PATRIMÔNIO NO PLURAL: A MISTURA NO CANDOMBLÉ COMO VALOR EXCEPCIONAL. **Vivência: Revista de Antropologia**, [S. l.], v. 1, n. 55, 2020. DOI: 10.21680/2238-6009.2020v1n55ID23531. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/vivencia/article/view/23531>. Acesso em: 9 set. 2024.

CARRANZA, BL; MACHADO, MD, & MARIZ CL. Introdução - Sionismo cristão na América Latina e suas múltiplas dimensões. **Ciências Sociais e Religião**. Campinas, v.25, e023023, out./dez., 2023. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/csr/article/view/8675313/33237>. Acesso maio de 2024.

CARVALHO, José Jorge de. Um espaço público encantado: pluralidade religiosa e modernidade no Brasil. **Série Antropologia 249**, Depto Antropologia-UNB, Brasília, 1999, p. 01-22. Disponível em: <http://biblioteca.funai.gov.br/media/pdf/Folheto41/FO-CX-41-2529-99.PDF>. Acesso outubro de 2024.

CAVALLI JUNIOR, Edgar. **Religião, Racismo e Estado : a umbanda e a construção da nação brasileira nos séculos XIX/XX**. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná. Orientador: Prof. Dr. Hector Guerra Hernandez. – Curitiba, 2020. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/69803>. Acesso em nov. de 2023.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre praticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo (col. Mito História do povo brasileiro), 2000.

CONCONE, Maria. “Memória e crítica dos envolvimento políticos e das relações entre a umbanda e a Igreja Católica”. **Projecto História** nº7, 1987.

CONDURU, R.. Das casas às roças: comunidades de candomblé no Rio de Janeiro desde o fim do século XIX. **Topoi (Rio de Janeiro)**, v. 11, n. 21, p. 178–203, jul. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/topoi/a/97PHMJfspYyxwRhBdRPqvJx/#>. Acesso 2024.

COUTINHO, E. F.. Da representação à busca de expressão: visões do indígena na produção literária brasileira. **Revista Brasileira de Literatura Comparada**, v. 25, n. 48, p. 81–93, jan. 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rblc/a/VnLS4fB93HwmfbKTgp4R8Nx/#>. Acesso em nov. de 2023

CUMINO, A.. **História da Umbanda: Uma Religião Brasileira**. Madras Editora; 1ª edição. 2010.

CUNHA, Magali do Nascimento. Os Processos De Miatização Das Religiões No Brasil e o Ativismo Político Digital Evangélico. **REVISTA FAMECOS**. Porto Alegre, V. 26, N .1, JAN.-ABR. 2019. Disponível em:

<[https://www.researchgate.net/publication/335357038\\_Os\\_processos\\_de\\_miatizacao\\_das\\_r\\_eligioes\\_no\\_Brasil\\_e\\_o\\_ativismo\\_politico\\_digital\\_evangelico](https://www.researchgate.net/publication/335357038_Os_processos_de_miatizacao_das_r_eligioes_no_Brasil_e_o_ativismo_politico_digital_evangelico)>. Acesso maio de 2024.

\_\_\_\_\_. Fundamentalismos. **Religião e Poder**. [Online]. 9 de março de 2022. Disponível em: <https://religioepoder.org.br/artigo/fundamentalismos/>. Acesso maio de 2024.

CUNHA, Marcelo Nascimento Bernardo da. Museus, memórias e culturas afro-brasileiras. **REVISTA DO CENTRO DE PESQUISA E FORMAÇÃO**. Nº 5, setembro 2017.

Disponível em:

<https://portal.sescsp.org.br/files/artigo/4e6f109d/d1c0/4350/953c/c36cbae0f9fc.pdf>. Acesso maio de 2024.

\_\_\_\_\_. **Museus, Exposições e Identidades: os desafios do tratamento museológico do patrimônio afro-brasileiro**. In: BRUNO, Maria Cristina Oliveira; NEVES, Kátia Regina Felipini. Museus como agentes de mudança social e desenvolvimento: propostas e reflexões museológicas. São Cristóvão: Museu de Arqueologia de Xingó, 2008. PP. 157-171.

Disponível em: [https://ceam2018.org/wp-content/uploads/2018/07/texto-5\\_museus-como-agentes-de-mudanc3a7a.pdf](https://ceam2018.org/wp-content/uploads/2018/07/texto-5_museus-como-agentes-de-mudanc3a7a.pdf). Acesso maio de 2024.

DAIBERT, R.. A religião dos bantos: novas leituras sobre o calundu no Brasil colonial.

**Estudos Históricos (Rio de Janeiro)**, v. 28, n. 55, p. 7–25, jan. 2015. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/eh/a/hgxBJQTRjZLHVHcF7Jpf4bw/#>. Acesso setembro de 2024.

DAMÉ, Luiza. “Em Crescimento, Bancada Evangélica Terá 91 Parlamentares no Congresso”. **Agência Brasil**, 18 out. 2018. Disponível em:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2018-10/em-crescimento-bancada-evangelica-tera-91-parlamentares-no-congresso>. Acesso em: 14/12/2020.

DE OLIVEIRA, R. B. C. Bloco no poder, participação política e política educacional em São Gonçalo-RJ no contexto de bolsonarismo. **Revista Debates**, [S. l.], v. 16, n. 2, p. 101–119, 2022. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/debates/article/view/126193>. Acesso em: 13 ago. 2024.

DE SOUZA, Renan Arnon. **Marolinha Ou Tsunami?: O Efeito Da Onda Bolsonarista Para Os Partidos Da Direita Confessional Nas Eleições Municipais De 2020**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade Federal do Paraná,; Orientador: Samira Kauchakje; 2022. Disponível em: <https://hdl.handle.net/1884/76161>. Acesso maio de 2024.

DUARTE, Tatiana dos Santos. “**A casa dos ímpios se desfará, mas a tenda dos retos florescerá**”: a participação da Frente Parlamentar Evangélica no legislativo brasileiro. Dissertação de Mestrado. Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília. 2012. Disponível em: <http://icts.unb.br/jspui/handle/10482/9803>. Acesso abril de 2023.

FARIA, J. H. DE .; MENEGHETTI, F. K.. Burocracia como organização, poder e controle. **Revista de Administração de Empresas**, v. 51, n. 5, p. 424–439, set. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/RVdqf5QvFkDcmKtWZcvqFFD/>. Acesso em nov. de 2023.

FERNANDES, Rui Aniceto Nascimento. **Um santo nome**. Histórias de São Gonçalo de Amarante. São Gonçalo: São Gonçalo Letras, 2004.

\_\_\_\_\_. **Historiografia e a Identidade Fluminense**: A escrita da História e os usos do passado no Estado do Rio de Janeiro entre as décadas de 1930 e 1950. Tese (Programa de Pós-graduação em História Social) Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <https://centrodemoriagitaldenovaiguacu.wordpress.com/wp-content/uploads/2018/02/222.pdf>. Acesso em nov. de 2023.

FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.). **A República na Velha Província**. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1989. Disponível em: <http://biblioteca.jfb.jus.br/wp-content/uploads/2017/10/a-republica-na-velha-provincia.pdf>. Acesso em nov. de 2023.

\_\_\_\_\_. **A cidade como centro político**. In: MARTINS, I. L.; Knauss, P. (Orgs). Cidade múltipla: temas de história de Niterói. Niterói livros, 1997. p. 73-100. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/server/api/core/bitstreams/c8c1778c-8dc9-40d5-ac95-bfc97c4eb33c/content>. Acesso em nov. de 2023.

\_\_\_\_\_; FERNANDES, Tania Maria; ALBERTI, Verena (Org.). **História oral**: desafios para o século XXI. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Casa de Oswaldo Cruz; Fundação Getúlio Vargas/CPDOC, 2000. 204 p.

FLOR DO NASCIMENTO, Wanderson. O FENÔMENO DO RACISMO RELIGIOSO: Desafios para os povos tradicionais de matrizes africanas. **REVISTA EIXO**, v. 6, n. 2, p. 51-56, 28 nov. 2017. Disponível em: <https://arquivorevistaeixo.ifb.edu.br/index.php/RevistaEixo/article/view/515>. Acesso julho de 2024.

FONSECA, I. F. da. **INCLUSÃO POLÍTICA E RACISMO INSTITUCIONAL**: Reflexões Sobre o Programa de Combate ao Racismo e o Conselho Nacional de Promoção da Igualdade

Racial. **Planejamento e Políticas Públicas**, [S. l.], n. 45, 2022. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/467>. Acesso em: 29 maio. 2024.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Aula Inaugural No College De France, Pronunciada em 2 de Dezembro de 1970. São Paulo: 5. Ed. Loyola, 1999. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3111617/mod\\_resource/content/1/Michel%20Foucault-A%20Ordem%20do%20Discurso%20%282004%29.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3111617/mod_resource/content/1/Michel%20Foucault-A%20Ordem%20do%20Discurso%20%282004%29.pdf). Acesso junho de 2024.

FRESTON, Paul. **Protestantes e Política no Brasil: da Constituinte ao Impeachment**. Orientador: Sergio Miceli Pessoa de Barros. 1993. 303 p. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, São Paulo, 1993. DOI <https://doi.org/10.47749/T/UNICAMP.1993.69813>. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/69813>. Acesso em: 7 ago. 2024.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala: Formação da Família Brasileira sob o Regime de Economia Patriarcal**. São Paulo: Global. 48 edição. 2003.

GANTER, Elizabeth. Reluctant Representatives: Blackfella Bureaucrats Speak in Australia's North, Series: Centre for Aboriginal Economic Policy Research (CAEPR), vol. 37, **ANU Press**, 2016, pp. 1–26. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/j.ctt1rqc9f9>. Acesso em nov. de 2023.

GIUMBELLI, Emerson. “**Zélio de Moraes e a Umbanda no Rio de Janeiro**”. In SILVA, Vagner Gonçalves (organizador). **Caminhos da alma: memória afro-brasileira**. São Paulo: Summus, 1ª Edição, 2002.

\_\_\_\_\_. O "baixo espiritismo" e a história dos cultos mediúnicos. **Horizontes Antropológicos**, v. 9, n. 19, p. 247–281, jul. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/mRXsmGkqyp5qZjVVSktGpx/#>. Acesso em nov. de 2023.

\_\_\_\_\_. A presença do religioso no espaço público: modalidades no Brasil. **Religião & Sociedade**, v. 28, n. 2, p. 80–101, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rs/a/Qsh6vSD3yFVTK9dZBfHfLyF/?lang=pt>. Acesso em nov. de 2023.

\_\_\_\_\_. **Um projeto de cristianismo hegemônico**. In: SILVA, Vagner Gonçalves da. **Intolerância religiosa – impactos do neopentecostalismo no campo religioso afro-brasileiro**. São Paulo: Editora USP, 2015.

GOMES, E. C. A Era das catedrais da IURD: a autenticidade em exibição. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – PPCIS, UERJ, Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <http://www.bdtd.uerj.br/handle/1/8374>. Acesso junho de 2024.

GOMES, F.. A demografia atlântica dos africanos no Rio de Janeiro, séculos XVII, XVIII e XIX: algumas configurações a partir dos registros eclesiásticos. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 19, p. 81–106, dez. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/zSPjTVvFmBY6ZVXXXNvn3cR/#>. Acesso 2024.

GOMES, M. V. P.; ROSA, A. R. Formação Social e Movimentos Sociais: o mito da Democracia Racial e as Políticas Públicas no Brasil. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**,

São Paulo, v. 13, n. 52, 2008. DOI: 10.12660/cgpc.v13n52.44171. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/cgpc/article/view/44171>. Acesso em nov. 2023.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

GUEDES-NETO, João Victor. Voto e identificação partidária em 2018: ordenação social na política brasileira. **OPINIÃO PÚBLICA**, Campinas, vol. 26, nº 3, set.-dez., p. 431-451, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/op/a/WjPJ49Td55znqCvBjM6HX6L/>. Acesso maio de 2024.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. A questão racial na política brasileira (os últimos quinze anos). **Tempo Social** [online]. 2001, v. 13, n. 2 [Acessado 6 Outubro 2022], pp. 121-142. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-20702001000200007>. Epub 08 Nov 2007. ISSN 1809-4554. <https://doi.org/10.1590/S0103-20702001000200007>.

HALBWACHS, M. **La memoria Colectiva**. Traducción: F. Balcarce, Colección Estudios Durkheimnianos, Buenos Aires, Miño y Dávila. 2011.

HALL, Stuart. **Quem precisa de identidade?** In: Silva. Tomaz Tadeu da Silva (Org.) *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estados Culturais*. 15. ed. 3ª reimpressão, Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

HOOKS, Bell. **Olhares Negros: raça e representação**. Ed. Elefante, 2019.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010** – características gerais da população, religião e pessoas com deficiência. Brasília: IBGE, 2012.

ISAIA, Artur Cesar. Umbanda como projeto de nomeação da realidade brasileira. **Revista Brasileira de História das Religiões**, Anpuh, ano VII, p. 115-129, 2015. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/RbhrAnpuh/article/view/26580>. Acesso em nov. 2023.

LACLAU, E. **New Reflections on the Revolution of Our Time**. Londres. Verso, 1990.

LAGES, Sônia Regina Corrêa. **Exu - Luz E Sombras: Uma Análise Psico-junguiana Da Linha De Exu Na Umbanda**. Clio Edições Eletrônicas. Juiz de Fora. 2003.

LAPASSADE, Georges; LUZ, Marco Aurélio. **O Segredo Da Macumba**. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1972. 101p.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

LESSA, José Luís Honorato . ?Pioneira do progresso fluminense?: o caso da industrialização de São Gonçalo (RJ) no século XX. **ESPAÇO E ECONOMIA** , v. 12, p. 1-19, 2018. Disponível em: <https://journals.openedition.org/espacoeconomia/3296>. Acesso em nov. 2023.

LEVI, Giovanni. “Usos da Biografia”. In: J. Amado; M. de M. Ferreira. *Usos e abusos da História oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 8ª ed. 2006.

LUNA, N. Conservadorismo na política no governo Bolsonaro: novas articulações, valores religiosos e pauta de costumes. **Cultura y Religión**, [S. l.], v. 17, p. 1–29, 2023. DOI: 10.4067/s0718-47272023000100206. Disponível em: <https://revistaculturayreligion.cl/index.php/revistaculturayreligion/article/view/1092>. Acesso em: 12 ago. 2024.

MACEDO, Edir. **Orixás, Caboclos e Guias Deuses ou Demônios**. Rio de Janeiro. Universal, 16ª edição, 1993.

MACHADO, Maria das Dores Campos. “**Igreja Universal: uma organização providência**”. In: A. P. Oro, A. Corten, J. P. Dozon (orgs.). Igreja Universal do Reino de Deus – os novos conquistadores da fé. São Paulo: Paulinas. 2003.

\_\_\_\_\_. **Política e religiões: a participação dos evangélicos nas eleições**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

\_\_\_\_\_. A identidade evangélica em disputa. **Debates do NER**, Porto Alegre, ano 21, n. 39, p. 83-89, 2021. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/debatesdoner/article/view/116167>. Acesso maio de 2024.

\_\_\_\_\_. MARIZ, Cecília. Conflitos religiosos na arena política: o caso do Rio de Janeiro. **Ciencias Sociales y Religión**, Campinas, SP, v. 6, n. 6, p. 31–49, 2004. DOI: 10.22456/1982-2650.2265. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/csr/article/view/8669479>. Acesso em: 12 ago. 2024.

\_\_\_\_\_; MARIZ, Cecilia Loreto; CARRANZA, Brenda. Articulações político-religiosas entre Brasil-USA: derecha y sionismo cristianos. **Ciencias Sociales y Religión**, Campinas, SP, v. 23, n. 00, p. e021021, 2021. DOI: 10.20396/csr.v23i00.15119. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/csr/article/view/8670269>. Acesso em: 7 oct. 2024.

MAIA, Eduardo Lopes Cabral. Os evangélicos e a política. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**. Vol. 2 nº 2 (4), agosto-dezembro/2006, pp. 91-112. Disponível em: [www.emtese.ufsc.br](http://www.emtese.ufsc.br). Acesso em: Mar. 2017.

MARENCO, André e CATE, Lidia Ten. Votos, partidos e pandemia: o que os resultados de 2020 projetam para o futuro? In: **Cadernos Adenauer xxii (2021)**, nº1 Impactos das eleições 2020 e da pandemia no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, abril 2021. pp25 a 38. Disponível em: [https://www.kas.de/documents/265553/0/Cadernos+1\\_2021.pdf/766adc33-9bcd-69d4-18ce-ab563b8d8b94?version=1.0&t=1620044400453](https://www.kas.de/documents/265553/0/Cadernos+1_2021.pdf/766adc33-9bcd-69d4-18ce-ab563b8d8b94?version=1.0&t=1620044400453). Acesso maio de 2024

MARIANO, Ricardo. **Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil**. São Paulo: Loyola, 1999.

\_\_\_\_\_. “Expansão pentecostal no Brasil: o caso da Igreja Universal”. **Estudos Avançados**, n18, vol.52, 2004, pp: 121-138. doi.org/10.1590/S0103-40142004000300010

\_\_\_\_\_. Laicidade à brasileira: católicos, pentecostais e laicos em disputa na esfera pública. **Civitas: revista de Ciências Sociais**, [S. l.], v. 11, n. 2, p. 238–258, 2011. DOI: 10.15448/1984-7289.2011.2.9647. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/civitas/article/view/9647>. Acesso em: 26 set. 2024.

MARIANO, Ricardo; PIERUCCI, A. F. O envolvimento dos pentecostais na eleição de Collor. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 34, p.92-106, Nov. 1992. Disponível em: <https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/5134>. Acesso maio de 2024.

MARIANO, Ricardo; ORO, Ari Pedro. (2010), “Eleições 2010: religião e política no Rio Grande do Sul e no Brasil. *Debates do NER*, nº 18: 11-38.

MARQUES, Teresa Cristina Schneider e GONÇALVES, Leandro Pereira. A fundação do Partido Democrático Trabalhista (PDT) no exílio. *Civitas - Revista de Ciências Sociais*. V. 16, n. 3, 2016, pp. 399-416. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2016.3.23504>. Acessado em 19 de out. 2022.

MARTINS, Pedro Vitor Rebelo. **Memória, Cultura Política e Carisma: Lavoura, Ezequiel e Aparecida Panisset na política de São Gonçalo**. Trabalho de Conclusão de Curso; (Graduação em História) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro; Orientador: Luís Reznik. 2019.

MARTINS, Cristiano; PITOMBOL, João Pedro; PADUA Letícia. País tem recorde de candidaturas ligadas a candomblé e umbanda: Número de líderes das religiões de matriz africana supera o de padres nas eleições 2022. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 18 set. 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/09/pais-tem-recorde-de-candidaturas-ligadas-a-candomble-e-umbanda.shtml>. Acesso: 2 mar. 2023.

MARZIALE, N. P. A importância da reafirmação da função social dos museus: antes, durante e depois da pandemia. **O Público e o Privado**, Fortaleza, v. 19, n. 38 jan/abr, 2021. DOI: 10.52521/19.4119. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/opublicoeoprivado/article/view/4119>. Acesso em: 19 ago. 2024.

MEDEIROS, Thiago Gomes. **Entre cartas e escritos: a trajetória do Padre Gabriel Malagrida e o Seminário Jesuíta da Parahyba (Séculos XVII e XVIII)**. Dissertação (mestrado em História), UFPB/CCHLA/PPGH, 2017. Disponível em: [https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/11881?locale=pt\\_BR](https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/11881?locale=pt_BR). Acesso em nov. 2023.

MELO JUNIOR, Sydney Ulisses de. **Religiosos E Conservadores: O Pensamento Político Da Bancada Evangélica Na Assembleia Nacional Constituinte (1987-1988)**. 2021. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/2805>. Acesso maio de 2024.

MIKLOS, Jorge. O Sagrado Nas Redes Virtuais: A Experiência Religiosa Na Era Das Conexões Entre o Midiático e o Religioso - **V Congresso Internacional de Comunicação e Cultura** - São Paulo – 2015. Disponível em: [https://www.cisc.org.br/portal/jdownloads/comcult/jorge\\_miklos.pdf](https://www.cisc.org.br/portal/jdownloads/comcult/jorge_miklos.pdf) Acesso maio de 2024.

MIRANDA, Ana Paula Mendes de. Entre o privado e o público: considerações sobre a (in)criminação da intolerância religiosa no Rio de Janeiro. **Anuário Antropológico**, n. 2,

2010, p. 125-152. Disponível em:

<https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/7034>. Acesso junho de 2024.

\_\_\_\_\_. A “política dos terreiros” contra o racismo religioso e as políticas “cristofascistas”. **Debates do NER**, Porto Alegre, ano 21, n. 40, 2021.

\_\_\_\_\_. Política de terreiros e política para terreiros: violações, reconhecimento de direitos, espaço público e resistências dos “povos tradicionais de matriz africana”. Heinrich Boll Stiftung: **Iser** [online] 2023. Disponível em: <https://br.boell.org/pt-br/2023/08/18/politica-de-terreiros-e-politica-para-terreiros-violacoes-reconhecimento-de-direitos>. Acesso maio de 2024.

\_\_\_\_\_; BONIOLO, R. M.. “Em público, é preciso se unir”: conflitos, demandas e estratégias políticas entre religiosos de matriz afro-brasileira na cidade do Rio de Janeiro. **Religião & Sociedade**, v. 37, n. 2, p. 86–119, maio 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rs/a/X9srhFpJMXQZWhnnHqwbRnR/#>. Acesso junho de 2024.

\_\_\_\_\_; CORREA, R. de M.; ALMEIDA, R. R. Intolerância Religiosa: a construção de um problema público. **Revista Intolerância Religiosa**, Rio de Janeiro, v. 2, p. 1-19, 2017.

\_\_\_\_\_; MUNIZ, Jacqueline de Oliveira; RODRIGUES DE ALMEIDA, Rosiane; e CAFEZEIRO, Fausto . Terreiros sob ataque? A governança criminal em nome de Deus e as disputas do domínio armado no Rio de Janeiro1. Dilemas - **Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**. 2022. pp.619-650. ISSN: 1983-5922. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=563872581012>. Acesso 19 de Agosto de 2024.

MONTEIRO, Anne Alencar. Os grupos raciais nas eleições de 2014: desafio à representação na democracia. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, Salvador, v. 1, n. 1, p. 267-286, 2015. Disponível em: <http://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/5589>. Acesso maio de 2024.

MONTERO, P.. Controvérsias religiosas e esfera pública: repensando as religiões como discurso. **Religião & Sociedade**, v. 32, n. 1, p. 167–183, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rs/a/SkS49xHZvjKxKvpS3Cg4gbD/abstract/?lang=pt#>. Acesso maio 2024.

MORAIS, Marcelo Alonso. A participação na construção de espaços políticos pelos umbandistas no município do Rio de Janeiro: visibilidade, reconhecimento e representatividade política. **Geografares**, Vitória, Brasil, n. 26, p. 106–125, 2018. DOI: 10.7147/GEO26.21001. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/geografares/article/view/21001>. Acesso em: 5 ago. 2024. Acesso maio de 2024.

MORAIS, Mariana Ramos de. Intolerância, racismo e genocídio religioso do povo negro: pensando sobre as categorias afro-religiosas da “política dos terreiros”. **Debates do NER**, Porto Alegre, ano 21, n. 40, p. 137-162, 2021.

NAGATA, Judith. “Particularism and universalism in religious and ethnic identities: Malay Islam and others cases”. **Proceedings of the American Ethnological Society**. The American Ethnological Society: 1982.

NEGRÃO, Lísias Nogueira. Entre a cruz e a encruzilhada. Formação do campo umbandista em São Paulo. São Paulo, **EDUSP**, 1996. 377 páginas.

\_\_\_\_\_. NEGRÃO, Lísias Nogueira. Magia e religião na umbanda. **Revista Usp**, São Paulo, v. set./no 1996. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/25977>. Acesso maio de 2024.

NETO, Gabriela. PDT oficializa chapa de Daciolo ao Senado pelo Rio: NegroGun, presidente do Movimento Negro do partido no estado, será o primeiro suplente na chapa. **O Dia**, Rio de Janeiro, 9 ago. 2022. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/eleicoes/2022/08/6461711-pdt-oficializa-chapa-de-daciolo-ao-senado-pelo-rio.html>. Acesso em maio de 2023.

NOFUENTES, Vanessa Carvalho. **Um desafio do tamanho da Nação**: a campanha da Liga Brasileira Contra o analfabetismo (1915-1922). 2008. 163 f. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura)-Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/RJ), Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: [https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/13041/13041\\_1.PDF](https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/13041/13041_1.PDF). Acesso em nov. 2023.

NOGUEIRA, Farlen. **O Tata Ti Inkice Da Omolocô**: Tancredo da Silva Pinto, clivagens e disputas no campo religioso umbandista do Rio de Janeiro (1950 -1979). Rio de Janeiro: Autografia, 2022.

NOGUEIRA, Lacerda. **A mais antiga escola normal do Brasil (1835-1935)**. Niterói: Oficinas Graphics do Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, 1938.

NOGUEIRA, S. **Intolerância religiosa**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2020.

NUNES, Jorge Cesar Pereira. **Chefes de Executivo e Vice-Prefeitos de São Gonçalo**. 2ª Edição. NITPRESS. Niterói, 2006.

ODETTI, C. Ângela.; MAGALHÃES, LDR.; TIRIBA, L. . Historicizar a experiência: um ensaio sobre seus fundamentos teóricos e metodológicos. **Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento**, [S. l.] , v. 4, pág. e9810413882, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i4.13882. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/13882>. Acesso em: 20 nov. 2023.

ORO, Ari Pedro. Neopentecostais e Afro-Brasileiros: quem vencerá esta guerra? **Debates do NER**, Porto Alegre, ano 1, n. 1, p. 10-36. Novembro de 1997. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/debatesdoner/article/view/2686/1502>. Acesso setembro de 2024.

\_\_\_\_\_. Religião e política no Brasil, **Cahiers des Amériques latines** [Online], 48-49, 2005. Disponível em: <http://cal.revues.org/7951>. Acesso maio de 2024.

ORTIZ, Renato. **A morte branca do feiticeiro negro**. Petrópolis: Vozes, 1978.

PAES, Janiere Portela Leite. O sufrágio e o voto no Brasil: direito ou obrigação? Tribunal Superior Eleitoral. **Revista eletrônica EJE** nº. 3, ano 3. 2019. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/o-tse/escola-judiciaria-eleitoral/publicacoes/revistas-da->

[eje/artigos/revista-eletronica-eje-n.-3-ano-3/o-sufragio-e-o-voto-no-brasil-direito-ou-obrigacao](#). Acesso outubro de 2022.

POLLAK, M. **Memória, esquecimento, silêncio**. Estudo Histórico, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

PALMIER, Luiz. **São Gonçalo cinquentenário: história, geografia, estatística**. São Gonçalo, RJ, Rios, 1940.

POSSIDONIO, Eduardo. **Entre Ngangas e Manipansos – A religiosidade centro-africana nas freguesias urbanas do Rio de Janeiro de fins do oitocentos (1870-1900)**. Dissertação apresentada para obtenção do Grau de Mestre em História - Universidade Salgado de Oliveira, Orientador: Dsc. Karoline Carula. 2015. Disponível em: <https://ppghistoria.universo.edu.br/wp-content/uploads/2016/04/ENTRE-NGANGAS-E-MANIPANSOS-A-religiosidade-centro-africana-nas-freguesias-urbanas-do-Rio-de-Janeiro-de-fins-do-Oitocentos-1870-1900.pdf>. Acesso em maio de 2024.

PRANDI, Reginaldo; SANTOS, Renan William. “Quem tem medo da bancada evangélica? Posições sobre moralidade e política no eleitorado brasileiro, no Congresso Nacional e na Frente Parlamentar Evangélica”. **Tempo Social**, v. 29, n. 2, 2017, p. 187-213. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/GGc54bzbNRHfcQGMnnQmfmx/abstract/?lang=pt>. Acesso maio de 2024.

QUEIROZ, Eliani de Fátima Covem. Os Movimentos Sociais e o Ativismo no Brasil no Embate com o Governo de Extrema Direita de Jair Bolsonaro. **Revista Movimentos Sociais**, v. 4 n. 06, 2019. Disponível em: <https://redelp.net/index.php/rms/article/view/703>. Acesso maio de 2024.

RABIBE, M. B. N.; VOLOTÃO, G. DE S. R. Desmonte do plano de cargos, carreiras e remuneração do magistério do município de São Gonçalo: plano de silenciamento da categoria. **Perspectivas em Diálogo: Revista de Educação e Sociedade**, v. 10, n. 25, p. 19-40, 5 dez. 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/persdia/article/view/16010>. Acesso maio de 2024.

REINHARDT, Bruno. **Espelho ante espelho: a troca e a guerra entre o neopentecostalismo e os cultos afro-brasileiros em Salvador**. São Paulo: Attar, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/GNtYMnK5zbXNYwPYXczssk/?format=pdf&lang=pt>. Acesso maio de 2024.

REIS, D. A. Notas para a compreensão do Bolsonarismo. **Estudos Ibero-Americanos**, 46(1), 2020. <https://doi.org/10.15448/1980-864X.2020.1.36709>.

REIS, Gabrielle Alves. Os Museus De Território Enquanto Estratégia De Mobilização Do Patrimônio Ambiental E Cultural. **Rev. CPC**, São Paulo, v.16, n.31, p.69-94, jan./jun. 2021. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/175062>. Acesso em maio de 2024.

\_\_\_\_\_. O território como estratégia de memória: museus de território. In: Encontro Nacional de Pós-Graduação em Geografia, São Paulo. **XIII Encontro Nacional da ANPEGE**, 2019. Disponível em: <https://saojoaomarcos.com.br/wp-content/uploads/2020/11/CLUBE-DA->

RESENHA-14-OTerritorioComoEstrategiasDeMemoria-MuseusDeTerritorio.pdf. Acesso junho de 2024.

REIS, Livia; ABREU, Gabrielle; PESTANA, Matheus (Coord). ELEIÇÕES 2020 – Monitoramento de Candidaturas Religiosas. **Instituto de Estudos da Religião. Outubro de 2020. Disponível em:** <https://www.iser.org.br/projeto/eleicoes-2020-monitoramento-de-candidaturas-religiosas/>. Acesso outubro de 2022.

\_\_\_\_\_. [et al.] (Orgs). Religião e Voto [livro eletrônico]: uma fotografia das candidaturas com identidade religiosa nas Eleições 2020. Parte I. Rio de Janeiro, RJ: **Instituto de Estudos da Religião**, 2020. **Disponível em:** [https://iser.org.br/wp-content/uploads/2022/05/religiao\\_voto\\_parte\\_01.pdf](https://iser.org.br/wp-content/uploads/2022/05/religiao_voto_parte_01.pdf). Acesso outubro de 2022.

REZNIK, Luís. Uma reflexão sobre a escrita do local e do biográfico. **ANPUH – XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA** – Londrina, 2005. Disponível em: [https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548206369\\_434251e541d802b76585776499e22e1e.pdf](https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548206369_434251e541d802b76585776499e22e1e.pdf). Acesso em maio de 2024.

\_\_\_\_\_; FERNANDES, Rui Aniceto Nascimento . Luiz Palmier (1893-1955) e a conformação da São Gonçalo moderna. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro** , v. 28, p. 131-153, 2021. Disponível em: [https://www.ihgrj.org.br/uploads/1/3/4/5/1345009/revista\\_do\\_ihgrj\\_28\\_2021.pdf](https://www.ihgrj.org.br/uploads/1/3/4/5/1345009/revista_do_ihgrj_28_2021.pdf). Acesso em maio de 2024.

RIVAS NETO, F. **Lições Básicas de Umbanda**. São Paulo: Livraria Freitas Bastos, 1991.

ROCHA, Bruna; SANTANA, Cássio. POR UMA SEMIÓTICA ANTIRRACISTA. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. **43.º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – VIRTUAL** – 1º a 10/12/2020. **Disponível em:** <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2020/resumos/R15-2149-1.pdf>. Acesso outubro de 2022.

ROHDE, Bruno. Umbanda, uma religião que não nasceu: breves considerações sobre uma tendência dominante na interpretação do universo umbandista. **Revista de Estudos da Religião**, São Paulo, p. 77-96, mar. 2009. Disponível em: [https://www4.pucsp.br/rever/rv1\\_2009/t\\_rohde.pdf](https://www4.pucsp.br/rever/rv1_2009/t_rohde.pdf). Acesso setembro de 2024.

ROMÃO, T. L. C.. Sincretismo Religioso como Estratégia de Sobrevivência Transnacional e Translacional: Divindades Africanas e Santos Católicos em Tradução. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, v. 57, n. 1, p. 353–381, jan. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tla/a/BYNWpsPRxzMYh4gGGCwH5Vk/#>. Acesso maio de 2024.

SÁ JUNIOR, Mario Teixeira de. A invenção da alva nação umbandista : a relação entre a produção historiográfica brasileira e a sua influência na produção dos intelectuais da Umbanda (1840-1960). Orientador : Cláudio Alves Vasconcelos. Dissertação (Mestrado em História) Dourados, MS : UFMS, CPDO, 2004. 107p. Disponível em: <https://www.ppghufgd.com/wp-content/uploads/2017/06/Disserta%C3%A7%C3%A3o-Mestrado-Hist%C3%B3ria-2004-M%C3%A1rio-Teixeira-de-S%C3%A1-.pdf>. Acesso em maio de 2024.

SÁ JUNIOR, Mario Teixeira de. A invenção do Brasil no mito fundador da Umbanda. **Revista Eletrônica História em Reflexão**, [S. l.], v. 6, n. 11, 2012. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/view/1892>. Acesso em: 17 jun. 2024.

SAMPAIO, Dilaine Soares. “**De fora do terreiro**”: o discurso católico e kardecista sobre a Umbanda entre 1940 e 1965. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Religião como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Ciência da Religião. Orientador: Prof. Dr. Francisco Pereira Neto. Juiz de Fora, 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/3347>. Acesso em maio de 2024.

SANGENIS, Luís Fernando Conde; COSTA, Graziane Angélica. Neo Pentecostalismo, Racismo religioso e Intolerância Religiosa: as religiões afro brasileiras nas páginas dos jornais. In: Ivanir dos Santos e Marian Gino (orgs.) **História Social da Intolerância Religiosa no Brasil**: desafios na contemporaneidade. Kline Editora, 2021, p. 1240- 1518. *E-book*.

SANTAELLA, Lúcia. **O que é semiótica**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

SANTANA, J. A. de C.; FOGAÇA, C. Fake News, Política e Racismo Religioso no Brasil (2020-2022). **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 29, n. 1, 2024. DOI: 10.52780/res.v29i1.17382. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/17382>. Acesso em: 8 ago. 2024.

SANTOS, Deborah Silva. Museus e Africanidades. **Museologia & Interdisciplinaridade**, [S. l.], v. 3, n. 6, p. 287–292, 2015. DOI: 10.26512/museologia.v3i6.16766. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/16766>. Acesso em: 31 maio. 2024.

SANTOS, J. T. DOS .; SANTOS, L. C. C. DOS .. "Pai de santo doutor": escolaridade, gênero e cor nos terreiros baianos. **Afro-Ásia**, n. 48, p. 213–236, jul. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/afro/a/KSjD4dHDpDcn76x8xRzXMhc/#>. Acesso agosto de 2024.

SCHUELER, A. F. M. DE .; MAGALDI, A. M. B. DE M.. Educação escolar na primeira república: memória, história e perspectivas de pesquisa. **Tempo**, v. 13, n. 26, p. 32–55, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tem/a/KSZxRDV8gHqmvWNmnr8bNnf/abstract/?lang=pt>. Acesso em maio de 2023.

SCHWARCZ, L. M.. Espetáculo da miscigenação. **Estudos Avançados**, v. 8, n. 20, p. 137–152, jan. 1994. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/Ry558zrk34rdnRxLywW8fmn/>. Acesso em maio de 2023.

SILVA, Claudia Neves da; PIRES NALESSO, Ana Patrícia. MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS DURANTE A PANDEMIA: O CONSERVADORISMO RELIGIOSO NO BRASIL. **Cult. relig.**, Iquique , v. 17, 7, 2023 . Disponible en [http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0718-47272023000100207&lng=es&nrm=iso](http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-47272023000100207&lng=es&nrm=iso). accedido en 19 agosto 2024. Epub 11-Ago-2023. <http://dx.doi.org/10.4067/s0718-47272023000100207>.

SILVA, HENRIQUE MENDONÇA DA. **A Medicina Social Eugênica de Luiz Palmier e suas atuações em Educação e Saúde**. 2011. 242f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: [https://www.oasisbr.ibict.br/vufind/Record/BRCRIS\\_fcd4c9f8f1668fb651e01b883d63a801/Details](https://www.oasisbr.ibict.br/vufind/Record/BRCRIS_fcd4c9f8f1668fb651e01b883d63a801/Details). Acesso em maio de 2023.

SILVA, J.; et al. **A Promoção da Igualdade Racial em 2006 e o Programa de Combate ao Racismo Institucional**. In: JACCOUD, L. (Org.). A construção de uma política de promoção da igualdade racial: uma análise dos últimos vinte anos. Brasília: Ipea, 2009. p.147-70. Disponível em: [https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9160/1/Igualdaderacial\\_Cap3.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9160/1/Igualdaderacial_Cap3.pdf). Acesso em maio de 2024.

SILVA, Vagner Gonçalves da. Neopentecostalismo e religiões afro-brasileiras: significados do ataque aos símbolos da herança religiosa africana no Brasil contemporâneo. **Mana Estudos de Antropologia Social**, v. 13, n. 1 p. 207-236, Abr. 2007.

SIMAS, Luiz Antonio. **Umbandas: uma história do Brasil**. Editora Civilização Brasileira. 1ª edição. Rio de Janeiro. 2021. ISBN: 978-6558020448.

SIQUEIRA, José Jorge. **Entre Orfeu e Xangô: a emergência de uma nova consciência sobre a questão do negro no Brasil (1944-1968)**, Rio de Janeiro, Pallas, 1997.

SIUDA-AMBROZIAK, Renata e BAHIA, Joana. Religious Leaders in Politics: Rio de Janeiro Under the Mayor-Bishop in the Times of the Pandemic. **International Journal of Latin American Religions**, 4: p.360-379, 2020. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s41603-020-00123-1>. Acesso maio de 2024.

SOGBOSSI, Hippolyte Brice; COSTA, M.S. Religiões Brasileiras de Presença Africana e Políticas Públicas no Brasil: algumas considerações. **Debates do NER (UFRGS. Impresso)**, v. 13, p. 131-144, 2008. DOI: <https://doi.org/10.22456/1982-8136.52856>.

SOUZA, Bruno Cesar Santos de. **O processo de institucionalização do Grêmio Recreativo Unidos do Porto da Pedra**. Orientador: Prof. Dr. Joana Bahia. 2017. 226 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História Social: Faculdade de Formação de Professores, UERJ, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://www.bdttd.uerj.br:8443/handle/1/13611>. Acesso em: 13 mai. 2024.

SOUZA, Fabíola A. Jornal de Umbanda: em defesa das “boas” práticas religiosas. **Em Tempo de Histórias**, [S.l.], n. 30, 2017. DOI: 10.26512/em tempos.v0i30.14722. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/emtempos/article/view/14722>. Acesso em nov. 2023.

SOUZA LIMA, Antonio Carlos de . Dossiê Fazendo Estado. O estudo antropológico das ações governamentais como parte do processo de formação estatal. **Revista de Antropologia (USP. Impresso)** , v. 55, p. 559-564, 2013. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ra/article/download/59295/64154/78724>. Acesso em maio de 2023.

TARDOCK, Luciano Campos. **José Moraes e Silva: Quando política e poesia se encontram**. Câmara Municipal de São Gonçalo. 2019. Disponível em:

<https://www.cmsg.rj.gov.br/ccpc/jose-moraes-e-silva-quando-politica-e-poesia-se-encontram/>. Acesso em maio de 2023.

TINOCO, Ismael. A ORDEM DE SÃO LÁZARO DE JERUSALÉM (1130-1291): O papel assistencial aos leprosos na Terra Santa durante as cruzadas. **Medievalis**, Vol. 5 (1), 2014. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/medievalis/article/view/44244/23734>. Acesso maio de 2024.

TRIVINHO, Eugênio. **CIBERCULTURA E HUMANIDADES: ACERCA DA INTERDISCIPLINAR NO BRASIL**. In: TRIVINHO, Eugênio; CAZELOTO, Edilson (Orgs.). **A CIBERCULTURA E SEU ESPELHO: Campo de conhecimento emergente e nova vivência humana na era da imersão interativa**. 1 ed. v. 1, São Paulo: ABCiber - Itaú Cultural - CAPES, 2009. Introdução. p. 13-20, ISBN: 978-85-63368-00-3. Disponível em: [https://poeticasdigitais.wordpress.com/wp-content/uploads/2009/09/2009-game\\_cozinheiro\\_das\\_almas.pdf](https://poeticasdigitais.wordpress.com/wp-content/uploads/2009/09/2009-game_cozinheiro_das_almas.pdf). Acesso em: 20 mai. 2024.

VALLE, Camila Oliveira do. “INFLUÊNCIAS TEÓRICAS E TEORIA EM GILBERTO FREYRE: um debate sobre a integração social e a “democracia racial””. **Estudos de Sociologia**. Vol 1, n. 23, 2017, p.131-167. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/revsocio/article/view/235794/28594>. Acesso em maio de 2023.

VELHO, Otávio. **Globalização: objeto, perspectiva, horizonte**. In: Cândido Mendes; Luiz Eduardo Soares (Orgs.). **Pluralismo cultural, identidade e globalização** Rio de Janeiro: Unesco, 2001, p. 103–111.

VERGER, P. F. Orixás. **Deuses iorubas na África e no Novo Mundo**. Salvador: Corrupio, 1997.

VIEIRA, Caroline M.. **Ninguém escapa do feitiço: música popular carioca, afro-religiosidades e o mundo da fonografia. (1902–1927)**. Dissertação de Mestrado em História. Faculdade de Formação de Professores da UERJ, São Gonçalo 2010. Disponível em: <https://pdfcoffee.com/caroline-moreira-vieira-ninguem-escapa-do-feitio-musica-popular-carioca-afro-religiosidades-e-o-mundo-da-fonografia-1902-1927pdf-pdf-free.html>. Acesso em maio de 2023.

VITAL DA CUNHA, Christina. **Evangélicos em ação nas favelas cariocas: um estudo sócio-antropológico sobre redes de proteção, tráfico de drogas e religião no complexo de Acari**. 2009. Rio de Janeiro: Tese de Doutorado em Ciências Sociais, PPCIS/UERJ. 2009.

\_\_\_\_\_. **Religiões, sentimentos públicos e as eleições 2018**. Rio de Janeiro: Heinrich Boll Stiftung: **Iser** [online] 2018. Disponível em:< <https://br.boell.org/pt-br/2018/08/27/religoes-sentimentos-publicos-e-eleicoes-2018>>. Acesso maio de 2024.

\_\_\_\_\_. **Irmãos contra o império: evangélicos de esquerda nas eleições de 2020 no Brasil**. **Debates do NER**, Porto Alegre, ano 21, n. 39, p. 18-80, jan./jun. 2021. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/debatesdoner/article/view/116028>. Acesso maio de 2024.

VITAL DA CUNHA, Christina. ATIVISMO NEGRO E RELIGIOSO: O caso da Frente Parlamentar de Terreiros no Congresso Nacional Brasileiro. **Novos estud CEBRAP** [Internet]. 2021. May;40(2):243–59. Available from: <https://doi.org/10.25091/10.25091/S01013300202100020004>

\_\_\_\_\_; LOPES, Paulo Victor Leite; LUI, Janayna. Religião e Política: Medos sociais, extremismo religioso e as eleições de 2014. Rio de Janeiro: **Instituto de Estudos da Religião**: Fundação Heinrich Böll, 2017, 196P. Disponível em: <https://br.boell.org/pt-br/2017/03/27/religiao-e-politica-medos-sociais-extremismo-religioso-e-eleicoes-2014>. Acesso maio de 2024.

WEBER, M. **Ensaio de sociologia**. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1982.

## ENTREVISTAS

FERRUGEM, Carlos André. **Entrevista I** [2022]. Entrevistador: Camilla Fogaça Aguiar. São Gonçalo, 24 de fevereiro 2022. 1 arquivo mp3 (1h:29min:30s).

MACHADO, Victor Hugo. **Entrevista I** [2021]. Entrevistador: Camilla Fogaça Aguiar. São Gonçalo, 4 de novembro 2020. 1 arquivo mp3 (1h:15min:21s).

MACHADO, Wagner. **Entrevista I** [2019]. Entrevistador: Camilla Fogaça Aguiar. São Gonçalo, 08 de junho 2019. 1 arquivo mp3 (1h:38min:51s).

MACHADO, Wagner. **Entrevista II** [2020]. Entrevistador: Camilla Fogaça Aguiar. São Gonçalo, 10 de outubro 2020. 1 arquivo mp3 (47min).

MACHADO, Wagner. **Entrevista III** [2020]. Entrevistador: Camilla Fogaça Aguiar. São Gonçalo, 23 de dezembro 2020. 1 arquivo mp3 (120min).

MACHADO, Wagner. **Entrevista IV** [2021]. Entrevistador: Camilla Fogaça Aguiar. São Gonçalo, 27 de maio 2021. 1 arquivo mp3 (1h:07min:12s).

MACHADO, Wagner. **Entrevista V** [2021]. Entrevistador: Camilla Fogaça Aguiar. São Gonçalo, 29 de outubro 2021. 1 arquivo mp3 (60min).

MACHADO, Wagner. **Entrevista VI** [2022]. Entrevistador: Camilla Fogaça Aguiar. São Gonçalo, 08 de fevereiro 2022. 1 arquivo mp3 (1h:07min:12s).

MARTINS, Pedro. **Entrevista I** [2018]. Entrevistador: Joana Bahia e Camilla Fogaça Aguiar. São Gonçalo, 20178. 1 arquivo mp3 (2h:40min).

MARTINS, Pedro. **Entrevista II** [2020]. Entrevistador: Camilla Fogaça Aguiar. São Gonçalo, 28 de agosto 2020. 1 arquivo mp3 (2h:39min:4s).

MELLO, Isis. **Entrevista I** [2021]. Entrevistador: Camilla Fogaça Aguiar. São Gonçalo, 28 de agosto 2021. 1 arquivo mp3 (120min).

MONTEIRO, Marcelo. **Entrevista I** [2022]. Entrevistador: Camilla Fogaça Aguiar. São Gonçalo, 24 de outubro de 2022. 1 arquivo mp3 (135min)

RIBEIRO, Jair. **Entrevista I** [2021]. Entrevistador: Camilla Fogaça Aguiar. São Gonçalo, 17 de setembro 2021. 1 arquivo mp3 (60min).

SANTANA, Jorge. **Entrevista I** [2022]. Entrevistador: Camilla Fogaça Aguiar. São Gonçalo, 09 de maio 2022. 1 arquivo mp3 (41min:44s).

SILVA, Bianca. **Entrevista** [2015]. Entrevistador: Camilla Fogaça Aguiar. São Gonçalo, 2015. 1 arquivo mp3 (2h:30min).

SILVA, Bianca. **Entrevista II** [2023]. Entrevistador: Camilla Fogaça Aguiar. São Gonçalo, 2023. 1 arquivo mp3 (2h:30min).

SILVA, Silvio Henrique. **Entrevista I** [2021]. Entrevistador: Camilla Fogaça Aguiar. São Gonçalo, 17 de setembro 2021. 1 arquivo mp3 (60min).

TORRES, Fernando. **Entrevista I** [2022]. Entrevistador: Camilla Fogaça Aguiar. São Gonçalo, 15 de fevereiro 2022. 1 arquivo mp3 (40min).